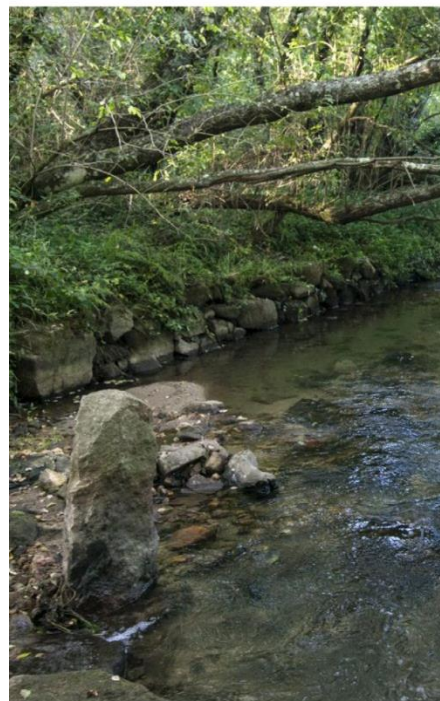




PLANO E ORÇAMENTO

2016



santa maria da feira
câmara municipal



ÍNDICE

Mensagem do Presidente.....	3
Introdução	11
Proposta dos Partidos da Oposição com Representação na Assembleia Municipal	29
Presidência	37
Administração e Finanças.....	91
Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus.....	101
Planeamento, Urbanismo e Transportes.....	139
Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde.....	153
Educação, Desporto e Juventude	167
Normas de Execução do Orçamento Municipal	223

Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal

RESUMO DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DA RECEITA

ORÇAMENTO DA DESPESA

PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

PAM – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL

Outros Documentos

MAPA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

ANALISE COMPARATIVA ENTRE O ORÇAMENTO MUNICIPAL E O PAF

MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO

ORÇAMENTO - FEIRA VIVA CULTURA E DESPORTO E E.M.

ORÇAMENTO - ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA E BANDA SINFÓNICA DE JOVENS DE SANTA MARIA DA FEIRA

Mensagem do Presidente

Transparência e rigor na gestão são os dois pilares fundamentais onde assenta a política orçamental do Município de Santa Maria da Feira.

O controlo e diminuição significativa da dívida global da autarquia, o pagamento a tempo e horas a fornecedores, com o conseqüente benefício da economia local, o alívio fiscal das famílias, em suma, a correta aplicação e gestão dos dinheiros públicos, foi sempre o rumo e a estratégia que prosseguimos, dando assim resposta às nossas prioridades políticas assentes no desenvolvimento económico, no emprego, na coesão e ação social, na educação e na cultura.

A nossa estratégia, baseada nas prioridades que elencamos, visou alavancar a competitividade do nosso território, garantindo um melhor ambiente económico para as empresas e um aumento da qualidade de vida das pessoas e das famílias.

Os resultados desta ação e estratégia política estão à vista, com a diminuição da taxa de desemprego, e a implementação de um pacote de medidas de benefício fiscal para as famílias feirenses que abrange o IMI abaixo do limite (0,4% em vez de 0,5%), a adoção do IMI familiar cuja redução deriva do número de dependentes, a fixação da taxa de derrama a aplicar às empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil € anuais (1% do lucro tributável e não isento de IRC, em vez da taxa máxima de 1,5%).

Esta é a nossa opção política, incentivar as pequenas e médias empresas, que são o grosso do nosso tecido industrial e económico, e garantir uma maior qualidade de vida para os feirenses e as suas famílias.

Estamos convictos que este rumo traçado e a sua implementação estão corretos e vamos continuar a trabalhar e a desenvolver o nosso território com base nestas premissas: estabilidade, segurança, rigor.

Tal não nos trava a ambição. Conseguimos, com esta gestão macroeconómica, gerar e mobilizar recursos financeiros que canalizamos para os projetos em curso e a iniciar: a reabilitação da rede viária, a promoção da cultura e do desporto, o investimento na educação, a defesa do associativismo.

É certo que o orçamento para 2016, de 60 milhões de €, impõe uma redução de 4,2 milhões de € em relação a 2015. Mas tal é consequência da clara diminuição dos fluxos de fundos comunitários para os municípios, assim como por força do impacto do período de transição para o novo quadro comunitário de apoio, em que os novos programas ainda não estão em execução.

Dever-se-á ter também em atenção as alterações das prioridades de apoio comunitárias, as quais, no novo quadro de apoio comunitário, estão fundamentalmente direcionadas para as empresas, para a sua internacionalização, inovação, modernização e competitividade.

Em Santa Maria da Feira, o atual executivo também olhou com particular atenção para a vida das empresas. Por isso, criou a Via Verde Empresas, um instrumento que desburocratiza e apoia a relação entre as empresas e a autarquia, facilita a receção e mobilização de potenciais investidores.

Neste contexto, foi elaborado um profícuo programa de visita a empresas, de promoção de missões empresariais ao estrangeiro, de implementação de isenção de taxas, apoio às empresas nos esforços de crescimento e internacionalização, de estímulo ao empreendedorismo e dinamização da economia local, o que culminou no projeto Bizfeira, que lhe dá corpo de forma integrada, aproximando as empresas e os cidadãos de todo o mundo que desejem desenvolver contatos e negócios com empresas e cidadãos feirenses.

Em 2016 continuar-se-á a alargar a esfera de ação desta plataforma de “business network”, enquanto ferramenta dinamizadora da economia local.

Considerando também as novas políticas comunitárias de apoio às empresas, a nossa ação pautar-se-á pela disponibilização de informação e incentivo à apresentação de candidaturas por parte das empresas aos diversos programas comunitários disponíveis, funcionando como interlocutor de aconselhamento, bem como dinamizador de entidades associativas para o desenho de projetos enquadráveis no sistema de apoio a ações coletivas.

No âmbito regional, para além da nossa participação ativa nas políticas de desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto, procuraremos desenvolver e dinamizar o Conselho Empresarial das Terras de Santa Maria, estabelecendo a ambição de nos tornarmos na sub-região mais exportadora de Portugal.

Para isso, temos previstas uma série de iniciativas em conjunto com parceiros estratégicos:

- a) “Dia aberto ao conhecimento” – com o INESC TEC / Universidade do Porto, com o objetivo de promover a encontro da universidade com as empresas para a exploração de oportunidades de colaboração e transferência de tecnologia;
- b) Protocolo com a União de Exportadores da CPLP;
- c) Projeto intermunicipal de promoção do Marketing Digital nas empresas;
- d) Promoção do espírito empresarial através da dinamização dos espaços de incubação empresarial;
- e) Incentivar as escolas profissionais, os centros de formação e a ATEC, a estruturar planos formativos ajustados às necessidades das empresas.

No âmbito da internacionalização da economia vamos continuar com as ações de diplomacia económica, promovendo missões empresariais ao estrangeiro e recebendo investidores estrangeiros no nosso território, em parceria com a CIEP – Confederação Internacional de Empresários Portugueses, a AICEP e associações empresariais.

A conclusão das obras do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais, vai permitir que no início de 2016 se comecem a instalar aí as primeiras empresas, o que representará mais um forte incremento da empregabilidade no território, bem como o arranque efetivo das obras de infraestruturização do Feira Park, onde já foram adquiridos espaços significativos para a instalação de unidades industriais.

A Ação Social foi também definida como uma das principais prioridades do atual mandato.

Em 2016 a ação social assentará no reforço das redes sociais em forma de governança partilhada, transformando-as em redes locais para o desenvolvimento sustentável.

Face à Estratégia Europa 2020, os eixos de intervenção para 2016 são:

- a) Rede Social / Fóruns Sociais de Freguesia – conclusão do Plano de Desenvolvimento Social 2016/2020, conceção e apoio técnico às candidaturas aos programas comunitários, capacitação das entidades e estímulo à cidadania ativa, consolidar e dinamizar os 15 fóruns de freguesia já em funcionamento e formar os restantes 6, apoiando tecnicamente a concretização dos planos de ação;
- b) Emprego – em estreita colaboração com os outros setores do município e da região;
- c) Protocolos de parceria com as entidades do terceiro setor – promover um saudável crescimento da sociedade civil nas suas múltiplas formas de intervenção;
- d) População Sénior – conclusão do plano estratégico para a 3ª idade, com especial atenção aos fenómenos de isolamento, solidão e envelhecimento desprotegido.

No setor do Planeamento, Urbanismo e Transportes – após o intenso trabalho para a da Revisão do PDM, o desenvolvimento económico empresarial foi um desígnio alcançado com reflexos diretos na criação de emprego.

Este desígnio continuará a ser, em 2016, uma prioridade, em colaboração com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial.

Em 2016 serão também promovidas operações de reabilitação urbana, após o processo de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana – ARU – do Município, bem como será implementado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, nas componentes financiadas pelos fundos comunitários.

Na Educação, que consideramos o principal fator de competitividade do nosso território, vamos apostar cada vez mais numa educação e formação de excelência.

Por isso, desenvolvemos o projeto educativo municipal 2014/2020, construído e discutido com os parceiros da comunidade escolar e que pretende ser uma ferramenta de trabalho orientadora.

Todas as iniciativas promovidas no âmbito da educação assentam em 4 eixos:

- 1 – Criar um concelho educador, inovador, empreendedor, criativo e fomentador de cidadania;

- 2 – Qualificar e elevar as competências básicas do município e dos níveis de formação;
- 3 – Reabilitar e requalificar e/ou construir novos espaços escolares;
- 4 – Promover o trabalho em rede em todo o município.

No âmbito dos edifícios escolares, serão feitas várias intervenções de reabilitação nesses espaços em todo o concelho.

Quanto aos novos edifícios, depois da conclusão do Centro Escolar de Canedo, concluímos todos os edifícios que tínhamos candidatado ao quadro comunitário de apoio que agora termina.

Destaque, ainda, para o objetivo de dotarmos todas as escolas do 1º ciclo com quadros interativos e internet wireless, assim como implementar a renovação e apetrechamento de equipamento tecnológico e software pedagógico interativo, e a colocação de computadores em todas as salas de aula.

No Desporto, em 2016, prevemos concluir a construção de 2 novos pavilhões gimnodesportivos (S. João de Ver e Mozelos), bem como a 1ª fase do plano de apoio à construção de novos relvados sintéticos – 10 candidaturas aprovadas e com obras já iniciadas e concluídas, nalguns casos -, que vai permitir ao concelho dispor de 16 relvados sintéticos, o que representa um enorme salto qualitativo na qualidade dos espaços para a prática do futebol, principalmente no apoio à formação.

Ainda no Desporto, cuja prática consideramos essencial para uma sociedade saudável, manteremos todo o plano de apoio ao desporto, a promoção dos vários eventos desportivos dirigidos a toda a comunidade e, em especial, o apoio aos clubes com outras modalidades para além do futebol.

Na Juventude, a par do projeto de cidadania ativa “Jovem Autarca”, que iremos continuar, merece uma referência especial o programa “Põe-te À Prova”, que promove a realização de estágios de curta duração de jovens estudantes em empresas, visando o contato com a realidade do mundo do trabalho.

Na Cultura, manter-se-á o apoio aos grandes eventos de referência, com um novo enfoque no desenvolvimento de projetos culturais de excelência, de base comunitária, que procurem a interação das artes tradicionais com as artes modernas e contemporâneas, promovendo assim um conjunto de relações criativas e inovadoras entre a tradição e a modernidade.

Em 2016, a fatia mais significativa dos investimentos resulta da execução ou finalização de projetos de importância estrutural para a política cultural local, tais como:

- a) Programa de apoio aos projetos culturais;
- b) Reabilitação do património museológico;
- c) Obras de beneficiação de equipamentos culturais e turísticos;
- d) Programação do Cine-Teatro António Lamoso;
- e) Realização de grandes eventos culturais, com o objetivo de potenciar os setores estratégicos de desenvolvimento social e económico do território.



Nota especial para o Imaginarius, que se pretende cada vez mais que possa constituir uma oportunidade única para o setor criativo local contatar com redes potenciadoras de oportunidades de internacionalização.

No Turismo, em 2016, pretende-se estruturar 3 produtos estratégicos:

- a) Touring cultural e paisagístico – assente no rico património histórico e na notoriedade dos nossos eventos e nas experiências que proporcionam;
- b) Turismo de Saúde e Bem Estar – tendo como base as Termas de S. Jorge, um equipamento de grande qualidade, e a nova clínica de tratamento oncológico instalada junto ao Europarque;
- c) Turismo de Negócios – impulsionado e estimulado pela nova vida do Europarque, agora sob gestão municipal.

No Ambiente, concluíram-se as grandes obras de infraestruturção, pelo que o novo enfoque será a sua monitorização e acompanhamento.

Destaque para o aproveitamento e disponibilização para a fruição dos feirenses dos espaços agora reabilitados, como as pedreiras de Lourosa e das Penas, em Santa Maria da Feira, que vão permitir práticas de vida saudáveis no meio urbano onde se inserem, assim como o parque das Ribeiras do Uíma, do Inha, do Engenho Novo (Paços de Brandão) e do Coteiro (Mozelos).

Nas Obras Municipais, todos os esforços estão direcionados para a reabilitação da rede viária, com várias e importantes obras já iniciadas em 2015, e várias outras a lançar durante 2016.

Tal como planeamos no início do mandato, após a conclusão das obras de infraestruturas do concelho, em especial o abastecimento de água e o saneamento básico, iniciamos este ano a reabilitação da rede viária.

Em 2016 e 2017, as obras de reabilitação da rede viária vão continuar em grande ritmo, mobilizando esforços dos setores técnicos da município, bem como os meios financeiros necessários, que uma gestão financeira rigorosa e devidamente planeada permitiu agora disponibilizar.

Na Saúde, concluídas que foram as obras de construção da nova Unidade de Saúde de Argoncilhe, aguardamos da parte do Estado Central a continuação da implementação das novas unidades planeadas, através da celebração de contratos programa.

Em 2016, pretendemos, também, arrancar com a ampliação das Unidades de Saúde de Rio Meão e S. João de Ver.

Nota também para os esforços que temos desenvolvido para a mobilização de fundos para a ampliação e reestruturação dos serviços de urgência do Hospital S. Sebastião, o que foi conseguido e nos permite perspetivar o arranque das obras em 2016.



Quanto ao Europarque, um novo e grande desafio que temos pela frente, estamos a promover e a investir na sua dinamização, depois deste emblemático equipamento ter passado por períodos de grandes dificuldades e descrédito.

A Câmara assumiu com coragem e responsabilidade política a gestão do Europarque por um período de 50 anos, como ficou acordado com o Estado Central, cumprindo assim, estamos certos, o sentir da esmagadora maioria dos feirenses.

A recuperação da imagem do Europarque está em curso, como já se torna evidente, pelo que estamos a implementar alguns investimentos na recuperação do imóvel.

Estamos convictos que a sua dinamização, como melhor Centro de Congressos de Portugal, onde se situa o melhor auditório do país, será um fator acrescido de competitividade para a economia local e da Região Norte, gerador de riqueza, emprego e qualidade de vida, estimulando a internacionalização e a captação de investidores internacionais.

Santa Maria da Feira, Outubro de 2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Dr. Emídio Sousa

introdução

Nota Introdutória

A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, refere que a elaboração do orçamento é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem, de base ao Orçamento de Estado.

Esta informação é transmitida aos membros do conselho de coordenação financeiro que têm acesso antecipado, nomeadamente quanto à seguinte informação:

- a) Projeções dos principais agregados macroeconómicos com influência do Orçamento de Estado;
- b) As linhas gerais da política orçamental do Governo, nomeadamente quanto às medidas com impacto na receita fiscal; e as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento de Estado e as cobradas pelo município.

Acresce que, nos termos do n.º3 do art.º 47 da LFL, os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes e deve ser atualizado anualmente.

Diz ainda o art.º 44 da referida Lei que o órgão executivo municipal apresenta ao órgão deliberativo uma proposta do QPPO que delimita, numa base móvel, os quatro exercícios seguintes.

O art.º47º da LFL determina que “os elementos constantes dos documentos referidos no art.º 44 são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja, devia ter sido publicada até 3 de janeiro de 2014.

Deste modo, dado que até ao presente momento não existe regulamentação quanto aos documentos a aplicar, nem em relação às suas regras, torna-se inaplicável a norma constante quer do art.º41.º e 44.º, entendimento este subscrito pela Circular n.º 108/2014/AG da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

1. APRESENTAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO

O rigor, transparência e sustentabilidade na gestão e a correta aplicação dos dinheiros públicos constituem os princípios fundamentais da política orçamental do Município de Santa Maria da Feira. O controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social e económico.

A proposta de orçamento do Município de Santa Maria da Feira, para o ano de 2016, teve em conta o contexto macroeconómico do país, bem como as prioridades do executivo. O presente documento foi preparado e elaborado tendo por base os valores constantes do Orçamento de Estado para 2015, sendo que até à presente data, se desconhece as orientações do documento para 2016.

Por opção de gestão, o Município de Santa Maria da Feira fixou a taxa do IMI abaixo do limite, ou seja, 0,4% em vez de 0,5%. Além deste facto, e com o intuito de aliviar a carga fiscal das famílias residente no concelho, o Município fixou uma redução da taxa de IMI a aplicar atendendo ao n.º de dependentes, que representa uma despesa fiscal estimada em cerca de 220 mil euros, nos seguintes termos:

N.º Dependentes	Redução de taxa
1	5%
2	10%
3	20%

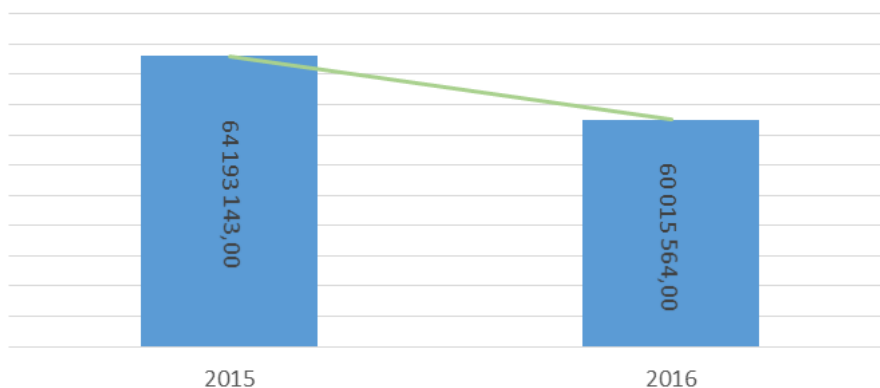
Optou ainda, por minorar em 30% a taxa de IMI que vigorar, para os prédios situados na zona delimitada no mapa anexo e que corresponde a área situada a menos de 1200 m dos limites do aterro sanitário intermunicipal, em funcionamento e localizado na União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, por força do propósito e dos impactes resultantes da atividade ali desenvolvida, que assume-se com fator potenciador do abandono das áreas localizadas na área circundante, bem como num desincentivo à manutenção ou fixação da população e de atividades económicas, podendo, a curto prazo, provocar a diminuição da população numa freguesia que, por força da sua localização geográfica, bem como da sua matriz eminentemente rural, apresenta já densidades populacionais mais baixas que o restante território do concelho. Sobre esta medida não foi possível apurar com fiabilidade o impacto da despesa fiscal para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Para o orçamento de 2016, e numa perspetiva de continuidade com a política adotada fixou-se a redução da taxa da derrama a aplicar às empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros anuais, em 1% do lucro tributável e não isento de IRC, em vez da taxa máxima de 1,5%, como um incentivo às pequenas e médias empresas e comércio do Município.



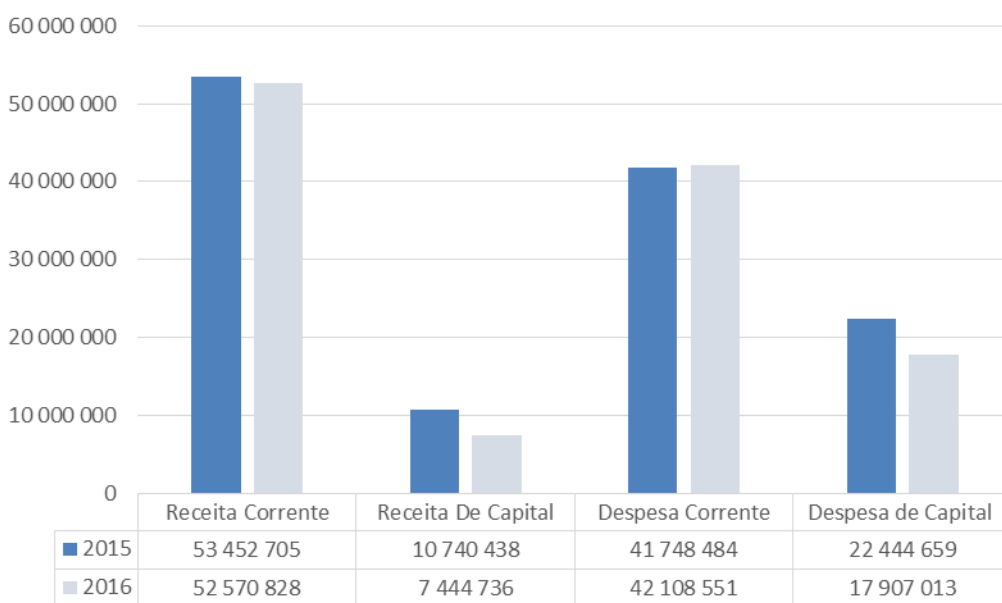
Em termos globais, o orçamento apresentará um decréscimo de 6,51% face a 2015, ou seja, de 4,2 milhões de euros, como podemos constatar no quadro infra.

Quadro 1 – Evolução do Orçamento



A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de 60.015.564,00 euros. A receita corrente atingirá um montante de 52,6 milhões de euros que suporta a despesa corrente de 42,1 milhões de euros, enquanto a receita de capital fica pelos 7,4 milhões de euros para uma despesa de capital de 17,9 milhões de euros.

Quadro 2 – Análise comparativa entre a receita e a despesa em 2016/2015





Quadro 3 – Receitas e Despesas por Classificação económica

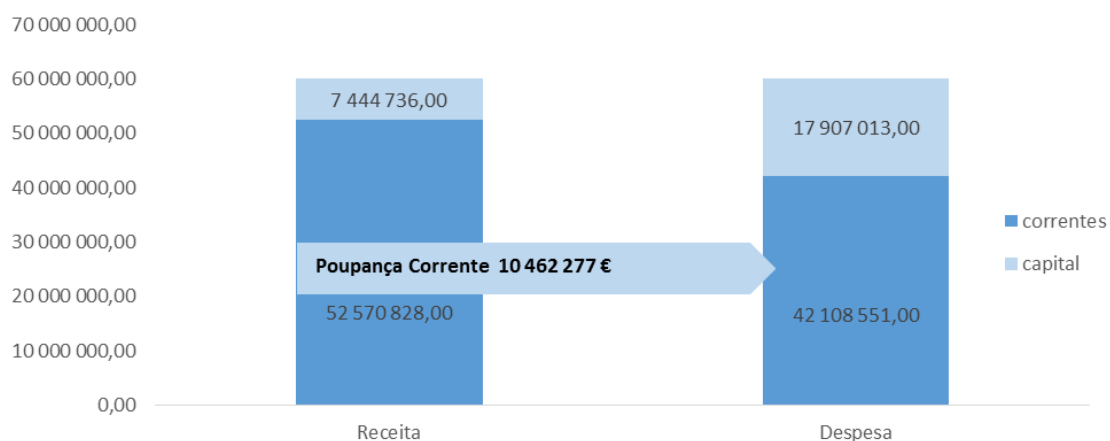
RECEITAS	Valor	%	DESPESAS	Valor	%
RECEITAS CORRENTES	52 570 828,00	87,6	DESPESAS CORRENTES	42 108 551,00	70,2
IMPOSTOS DIRECTOS	24 570 865,00	40,9	DESPESAS COM O PESSOAL	16 325 003,00	27,2
IMPOSTOS INDIRECTOS	144 628,00	0,2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	19 609 802,00	32,7
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 252 463,00	2,1	JUROS E OUTROS ENCARGOS	725 283,00	1,2
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2 760 714,00	4,6	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3 005 016,00	5,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18 931 026,00	31,5	SUBSÍDIOS	1 711 897,00	2,9
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4 309 587,00	7,2	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	731 550,00	1,2
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	601 545,00	1,0			
RECEITAS DE CAPITAL	7 444 736,00	12,4	DESPESAS DE CAPITAL	17 907 013,00	29,8
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	506 073,00	0,8	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10 455 658,00	17,4
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6 937 160,00	11,6	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 264 769,00	3,8
ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0,0	ACTIVOS FINANCEIROS	411 739,00	0,7
PASSIVOS FINANCEIROS		0,0	PASSIVOS FINANCEIROS	4 774 842,00	8,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 002,00	0,0	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5,00	0,0
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00	0,0			
Total	60 015 564,00	100,0	Total	60 015 564,00	100,0

Em termos de receita, verifica-se uma grande dependência do orçamento nas receitas fiscais, que totalizam cerca de 26 milhões de euros e que contribuem em 43,3 % para a receita total. Destaca-se ainda a receita proveniente das transferências correntes, que representam 31,5 % do valor total da receita.

No que se refere à despesa, o peso dos encargos com pessoal (27,2%), da aquisição de bens e serviços (32,7%) e da aquisição de bens de capital (17,4%) representam em conjunto, 77,3% do total da despesa.

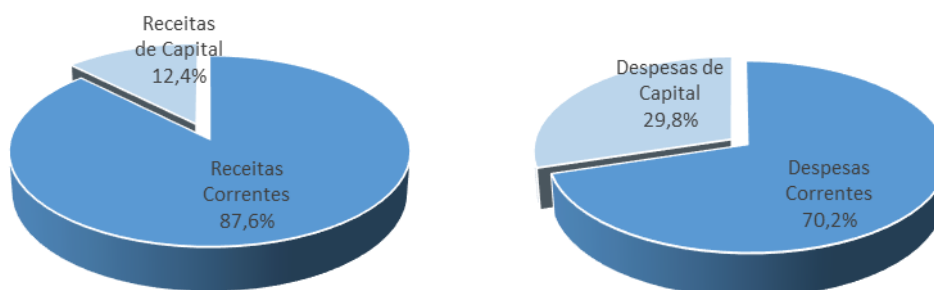
O saldo corrente regista um superavit de 10,4 milhões de euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital, incluindo a amortização da dívida.

Quadro 4 – Poupança Corrente



Em termos relativos, verifica-se que a receita corrente representa 87,6%, enquanto a receita de capital representa 12,4% da receita total. Na componente da despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 70,2 %; em contrapartida, a despesa de capital ascende a 29,8% da despesa total.

Quadro 5 – Estrutura da Receita e da Despesa





Não obstante a poupança gerada, a regra de equilíbrio orçamental contemplada no Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) introduz mudanças, no estabelecimento do cálculo do equilíbrio orçamental. Assim, o artigo 40º n.º 2, infere que, para além do orçamento municipal prever todas as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, a “receita corrente bruta cobrada, deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Quadro 6 – Equilíbrio Orçamental

Equilíbrio orçamental - RFALEI (artigo 40.º Lei 73/2013 de 3/9)		
Receita corrente bruta cobrada ≥ despesa corrente + amortização média de empréstimos MLP		
Receitas correntes	52 570 828,00 €	
	Total (a)	52 570 828,00 €
Despesas correntes	42 108 551,00 €	
Amortizações médias para o ano de 2016	4 442 795,65 €	
	Total (b)	46 551 346,65 €
Equilíbrio orçamental c = (a) -(b)		6 019 481,35 €

Apesar de as novas regras de equilíbrio orçamental serem mais restritivas que o anterior regime jurídico, o Município de Santa Maria da Feira detém um *superavit* de 6 M€, o que permite que financiar com receitas correntes o investimento que o Município pretende realizar.

2. PREVISÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Em 2016 prevê-se que a receita municipal seja de 60 milhões de euros. Da receita total, prevê-se que 52,6 milhões de euros tenham origem em receitas correntes (87,6%) e 7,4 milhões de euros em receitas de capital (12,4%).



Quadro 7 – Receitas Municipais

Designação da Rubrica	Anos				Variação 2016/2015	
	2015		2016		Valor	%
	valor	%	valor	%		
RECEITAS CORRENTES						
IMPOSTOS DIRECTOS	24 664 171,00	38,42%	24 570 865,00	40,94%	-93 306,00	-0,38%
IMPOSTOS INDIRECTOS	165 298,00	0,26%	144 628,00	0,24%	-20 670,00	-12,50%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 884 261,00	2,94%	1 252 463,00	2,09%	-631 798,00	-33,53%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2 728 985,00	4,25%	2 760 714,00	4,60%	31 729,00	1,16%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19 612 191,00	30,55%	18 931 026,00	31,54%	-681 165,00	-3,47%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 970 921,00	6,19%	4 309 587,00	7,18%	338 666,00	8,53%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	426 878,00	0,66%	601 545,00	1,00%	174 667,00	40,92%
RECEITAS DE CAPITAL						
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	445 547,00	0,69%	506 073,00	0,84%	60 526,00	13,58%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10 259 101,00	15,98%	6 937 160,00	11,56%	-3 321 941,00	-32,38%
ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00%	1,00	0,00%	0,00	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00%	0,00	0,00%	-1,00	-100,00%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	35 288,00	0,05%	1 002,00	0,00%	-34 286,00	-97,16%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00	0,00%	500,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	64 193 143,00	100,00%	60 015 564,00	100,00%	-4 177 579,00	-6,51%

(Un: EUROS)

Os montantes previsionais inscritos na rubrica de Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades foram aferidos de acordo com o disposto na alínea a) do Ponto 3.3 do POCAL: “As importâncias relativas a impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses”.

Tendo em consideração que, segundo as regras e princípios do POCAL, as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas apenas quando forem objeto de inscrição orçamental adequada, por prudência, foram dotadas algumas rubricas com valores residuais.

O cálculo da receita corrente foi reportado à data de 31 de agosto de 2015.

Todas as receitas foram estimadas tendo como base de cálculo a média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses, exceto as rubricas:

- Impostos Abolidos e Venda de Bens de Investimento, uma vez que as arrecadações destes impostos referem-se a situações antigas, não estando previsto qualquer previsão para a sua arrecadação;
- Venda de Bens de Investimento, o valor estimado nesta rubrica resulta da Lei do OE para 2015, art.º 253, em que os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2015, orçamentar receitas respeitantes à venda de imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de imóveis nos últimos 36 meses;

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 26 milhões de euros e constituem a maior fonte de receita do Orçamento, representando 43,3% da receita total e 49,4 % da receita corrente.

Quadro 8 – Receitas Fiscais

Receitas Fiscais	Anos		Variação
	2015	2016	
IMPOSTOS DIRECTOS	24 664 171,00	24 570 865,00	-0,38%
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS	16 296 508,00	16 419 609,00	0,76%
IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	2 885 067,00	3 052 559,00	5,81%
IMPOSTO MUNICIPAL S/AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS	2 713 546,00	2 707 062,00	-0,24%
DERRAMA	2 769 046,00	2 391 630,00	-13,63%
IMPOSTOS ABOLIDOS	3,00	4,00	33,33%
IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	1,00	1,00	0,00%
IMPOSTOS INDIRECTOS	165 298,00	144 628,00	-12,50%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 884 261,00	1 252 463,00	-33,53%
TAXAS	1 738 682,00	1 004 680,00	-42,22%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	145 579,00	247 783,00	70,21%
Total	26 713 730,00	25 967 956,00	-2,79%

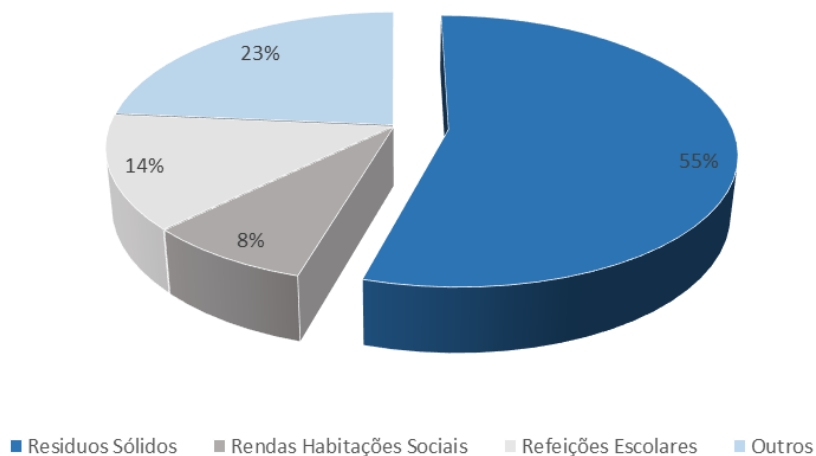
un: euros

Dos 2,76 milhões de euros previstos em rendimentos de propriedade, 2,6 milhões de euros respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP. O restante diz respeito à renda de concessão da Indáqua, a juros provenientes das aplicações financeiras de curto prazo que a autarquia efetua mensalmente e outros.

O valor inscrito na rubrica Transferências Correntes diz respeito ao valor a transferir via OE/ 2016, acrescido das receitas provenientes de Protocolos com o Ministério da Educação e Ciência no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 18,9 milhões de euros. O remanescente das transferências correntes provém, fundamentalmente, de programas celebrados com a Administração Central.

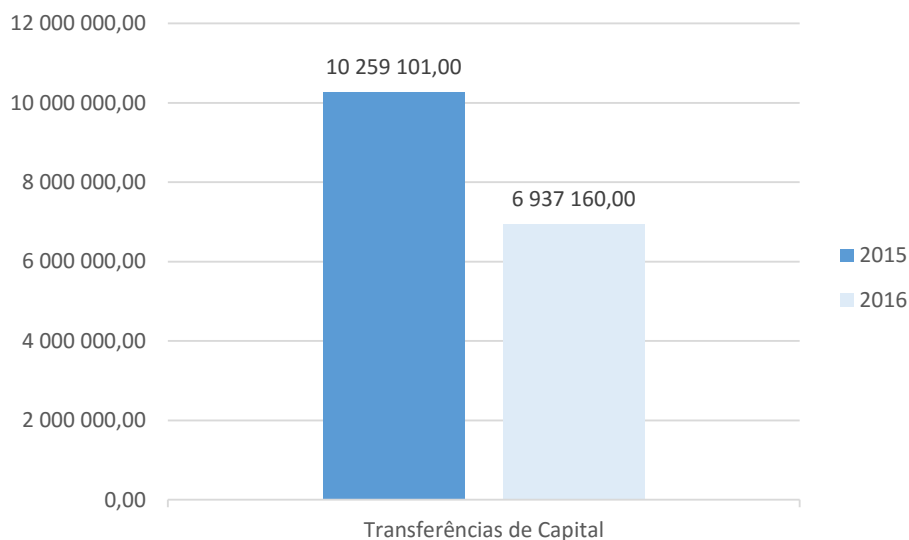
A venda de bens e serviços correntes representa 7,2% das receitas totais onde tem especial relevância as receitas provenientes dos resíduos sólidos com uma previsão de 2,4 milhões de euros para 2016.

Quadro 9 – Estrutura da venda de bens e serviços correntes



As transferências de capital decresceram, comparativamente a 2015, no montante de 3,3 milhões de euros, por força do término de várias candidaturas de projetos com financiamento comunitário, inseridas no QREN.

Quadro 10 – Receitas provenientes de transferências de capital





3. PREVISÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS

A despesa municipal para 2016, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 60 milhões de euros.

Quadro 11 – Despesas por classificação económica

Designação da Rubrica	Anos				Variação 2016/2015	
	2015		2016		Valor	%
	valor	%	valor	%		
DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS COM PESSOAL	15 784 992,00	24,59%	16 325 003,00	27,20%	540 011,00	3,42%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	19 596 064,00	30,53%	19 609 802,00	32,67%	13 738,00	0,07%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 065 215,00	1,66%	725 283,00	1,21%	-339 932,00	-31,91%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2 815 563,00	4,39%	3 005 016,00	5,01%	189 453,00	6,73%
SUBSÍDIOS	1 752 600,00	2,73%	1 711 897,00	2,85%	-40 703,00	-2,32%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	734 050,00	1,14%	731 550,00	1,22%	-2 500,00	-0,34%
DESPESAS DE CAPITAL						
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	14 722 192,00	22,93%	10 455 658,00	17,42%	-4 266 534,00	-28,98%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 367 465,00	3,69%	2 264 769,00	3,77%	-102 696,00	-4,34%
ATIVOS FINANCEIROS	411 739,00	0,64%	411 739,00	0,69%	0,00	
PASSIVOS FINANCEIROS	4 943 253,00	7,70%	4 774 842,00	7,96%	-168 411,00	-3,41%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	10,00	0,00%	5,00	0,00%	-5,00	-50,00%
TOTAL	64 193 143,00	100,00%	60 015 564,00	100,00%	-4 177 579,00	-6,51%

(Un: EUROS)

As despesas de capital, com uma diminuição prevista de 4,5 milhões de euros para 2016, representam 29,8 % do orçamento. Para este decréscimo concorre a diminuição nas rubricas de aquisição de bens de capital.

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2015, salientando-se as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, que representam, em conjunto, 55,12% do total das mesmas.

Em 2016 estima-se que as despesas com pessoal aumentem 3,4 % face ao ano anterior, com uma dotação de 16,3 milhões de euros. Este agrupamento compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que requeiram processamento nominalmente individualizado e que sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestam serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença. Engloba, também as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

Uma vez que, até à presente data, se desconhece as orientações do Orçamento de Estado para o próximo ano, por precaução, foi considerado nas despesas com pessoal o montante resultante das alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório.

O valor previsto para a rubrica Despesas com Aquisição de Bens e Serviços cifra-se no montante de 19,6 milhões de euros a que correspondem uma variação de 0,07 %. Esta variação continua a refletir o esforço de contenção das despesas correntes.

Classificam-se neste agrupamento as despesas com bens de consumo (duráveis ou não) que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento). São exemplos as despesas com aquisição dos seguintes bens e serviços:

- Combustíveis e lubrificantes;
- Material de limpeza e higiene;
- Material de escritório
- Material de eletricidade, material de canalização, ferragens, tintas, vernizes e diluentes, outro material de construção civil, desinfetantes e reagentes químicos;
- Materiais (peças) que alguns serviços, dispondo de oficinas próprias, utilizam em trabalhos de reparação, conservação e beneficiação do material considerado como de transporte.
- Encargos das instalações (eletricidade, água, gás);
- Serviços de limpeza e higiene;
- Serviços de conservação de bens em edifícios e outras construções, em material de transporte e em outros bens;
- Locação de edifícios e de outros bens;
- Comunicações;
- Transportes;
- Seguros;
- Serviços de vigilância e segurança;
- Serviços de assistência técnica;
- Encargos de cobrança de receitas;
- Iluminação Pública;
- Transportes Escolares;
- Fornecimento de Refeições ao 1.º Ciclo, no âmbito da Ação Social Escolar;
- Serviços de conservação e manutenção de espaços verdes;
- Serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho;
- Serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos.



Os juros e outros encargos correntes que se prevê ascendam a 0,7 milhões de euros, diminuem 31,91 % comparativamente com o ano anterior, o equivalente a 339 mil euros. Este agrupamento compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente, juros de empréstimos, serviços bancários e outras despesas financeiras. Uma vez que os empréstimos encontram-se indexados à taxa Euribor, por precaução as rubricas foram dotadas com valores superiores de forma a cobrir essa imprevisibilidade.

As transferências correntes, com um aumento previsto de 189 mil euros, englobam, entre outras as transferências para as Freguesias, Associação de Municipio de Terras Santa Maria, instituições sem fins lucrativos e famílias. Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das entidades receptoras, qualquer contra prestação direta para com a autarquia local.

Neste agrupamento são também contabilizadas as transferências para Instituições sem fins lucrativos, apoios aos agrupamentos escolares, atribuição de bolsas de estudos, entre outros.

No que diz respeito à rubrica Subsídios, estes são os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção. Foi aqui orçamentado o valor que se pretende fixar para o novo conjunto de contratos a celebrar com a empresa municipal Feira Viva EM.

O agrupamento – Outras Despesas Correntes traduz-se numa rubrica económica com uma função residual e inclui despesas com as restituições de impostos/contribuições e com o pagamento do IVA, de indemnizações bem como de quotizações.

A aquisição de bens de capital com um valor orçado de 10,4 milhões de euros, representa 17,4 % do valor total do orçamento da despesa.



Quadro 12 – Investimento a realizar pela Autarquia

Natureza Económica	Valor
Terrenos	449 705,00
Habitações	50 000,00
Edifícios	1 428 346,00
Construções Diversas	1 290 669,00
Material de Transporte	37 615,00
Equipamento Informático	372 452,00
Equipamento administrativo	197 928,00
Equipamento Básico	165 315,00
Bens Domínio Público	6 076 008,00
Outros	387 620,00
Total	10 455 658,00

(Un: euros)

O montante de 411,7 mil euros inscrito na rubrica Ativos Financeiros diz respeito à contribuição anual do Município de Santa Maria da Feira para o FAM – Fundo de Apoio Municipal.

As despesas orçamentais para o ano de 2016 estão agrupadas de acordo com a estrutura orgânica e visa flexibilizar a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos dirigentes de cada serviço municipal pela execução do seu orçamento e, em consequência, pelos resultados a alcançar.

Quadro 13 – Orçamento por Unidade Orgânica

Orgânica	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
01 Administração Municipal						
01.01 Assembleia Municipal	44 900,00	0,11%		0,00%	44 900,00	0,07%
01.02 Câmara Municipal	11 558 906,00	27,45%	1 641 315,00	9,17%	13 200 221,00	21,99%
01.03 Op. Financeiras	725 283,00	1,72%	5 186 581,00	28,96%	5 911 864,00	9,85%
02 Dep. Administrativo e Financeiro	2 863 346,00	6,80%	219 305,00	1,22%	3 082 651,00	5,14%
03 Dep. Administrativo de Apoio ao Urbanismo	702 350,00	1,67%	0,00	0,00%	702 350,00	1,17%
04 Dep. de Planeamento e Urbanismo	1 987 230,00	4,72%	348 857,00	1,95%	2 336 087,00	3,89%
06 Dep. Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais	11 348 505,00	26,95%	8 621 294,00	48,14%	19 969 799,00	33,27%
08 Div. Bibliotecas e Arquivo	769 764,00	1,83%	15 600,00	0,09%	785 364,00	1,31%
09 Div. Património Cultural	1 448 324,00	3,44%	97 551,00	0,54%	1 545 875,00	2,58%
10 Div. Desporto, Associativismo e Acção Cultural	775 998,00	1,84%	892 987,00	4,99%	1 668 985,00	2,78%
11 Div. Educação	8 432 900,00	20,03%	650 853,00	3,63%	9 083 753,00	15,14%
12 Div. Acção Social e Qualidade de Vida	1 451 045,00	3,45%	232 670,00	1,30%	1 683 715,00	2,81%
TOTAL	42 108 551,00	100,00%	17 907 013,00	100,00%	60 015 564,00	100,00%

(Un: euros)



A despesa total é distribuída por funções e sub-funções de acordo com o classificador funcional do POCAL e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objetivos finais desta autarquia.

Quadro 14 – Despesa da Autarquia – Classificação funcional

Função / Subfunções	2016			
	PPI	PAM	TOTAL	%
1. Funções Gerais	682 705,00	2 282 948,00	2 965 653,00	8,92%
1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	656 705,00	1 975 410,00	2 632 115,00	7,92%
1.2. Segurança e Ordem Públicas	26 000,00	307 538,00	333 538,00	1,00%
2. Funções Sociais	3 493 735,00	15 354 680,00	18 848 415,00	56,68%
2.1. Educação	699 299,00	4 354 729,00	5 054 028,00	15,20%
2.2. Saúde	4 635,00	0,00	4 635,00	0,01%
2.3. Segurança e Acção Sociais	0,00	492 338,00	492 338,00	1,48%
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	1 901 486,00	6 368 600,00	8 270 086,00	24,87%
2.5. Serviços culturais, recreativos e religiosos	888 315,00	4 139 013,00	5 027 328,00	15,12%
3. Funções Económicas	6 279 218,00	3 094 859,00	9 374 077,00	28,19%
3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	4 200,00	4 200,00	0,01%
3.2. Indústria e Energia	55 000,00	2 078 831,00	2 133 831,00	6,42%
3.3. Transportes e comunicação	6 202 525,00	370 410,00	6 572 935,00	19,77%
3.4. Comércio e Turismo	16 193,00	30 300,00	46 493,00	0,14%
3.5. Outras Funções Económicas	5 500,00	611 118,00	616 618,00	1,85%
4. Outras Funções	0,00	2 064 847,00	2 064 847,00	6,21%
TOTAL	10 455 658,00	22 797 334,00	33 252 992,00	100,00%

(Un: euros)

A despesa da Autarquia, agrupada por classificação funcional, permite-nos constatar que as Funções Gerais absorvem 8,92 % do orçamento, em particular os Serviços Gerais da Administração Pública. Nesta sub-função estão incluídas as despesas inerentes ao funcionamento, modernização e equipamento dos serviços, bem como o investimento em aplicativos informáticos, modernização dos processos administrativos, entre outros.

A Função Social, à semelhança dos orçamentos anteriores, surge como primeira prioridade do executivo, com 56,68% do orçamento global e 18,8 milhões de euros. Dos 8,3 milhões de euros



destinados à sub-função Habitação e Serviços Coletivos destacam-se o saneamento, os resíduos sólidos e a proteção do meio ambiente. A sub-função Educação absorve cerca de 5 milhões de euros.

Destaca-se ainda, nas funções económicas, as sub-funções: Transportes e Comunicação e Indústria e Energia e Outras Funções Económicas.

A sub-função Transportes e Comunicação traduz claramente a importância que reveste a requalificação das vias de comunicação / estradas no orçamento para 2016. Também continua a merecer destaque, não pelo montante, mas pelo seu significado, a Indústria e Energia e as Outras Funções Económicas. A verba inscrita na Indústria e Energia destina-se ao desenvolvimento dos estudos com vista à racionalização dos consumos de energia numa ótica de sustentabilidade, assim como as despesas a serem realizadas no âmbito do projeto de Eficiência Energética na Iluminação Pública. Na sub-função Outras Funções Económicas é relevante a dinamização de políticas para atrair o investimento, contribuir para a sustentabilidade das empresas e promover o empreendedorismo.

**RESPONSABILIDADES CONTINGENTES (nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 46º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro)**

Identificação	Data Processo	Probabilidade de ocorrer
680/1999	1999	Aguarda decisão de recurso
720/06 - Ação Popular	2006	em curso
469/06.0 BEVIS	2006	Aguarda Sentença
2935/07.0 TBVFR	2007	Condenado a pagar
3788/08.7 TBVFR (1º Juízo Cível)	2008	Transito em julgado sentença
1521/08.2 BEVIS - Ação Administrativa	2008	em curso
388/09.8 BEVIS - Ação Administrativa	2009	em curso
610/09.0 BEAVR - Ação Administrativa	2009	em curso
6662/09.6 TBVFR	2009	Aguarda sentença recurso
110/09.9 BEVIS	2009	em curso
767/09.0 bevis	2009	Aguarda julgamento
462/10.8 TBVFR - 4º Juízo Cível	2010	em curso
8/10.8 BEAVR	2010	Aguarda decisão
890/11 - Ação Administrativa Especial	2011	em curso
916/11.9 BEAVR - Ação Administrativa	2011	Extinção por inutilidade superveniente da lide em 2015
158/11.3 BEAVR - Ação Administrativa	2011	em curso
1110/12.7 TBVFR	2012	Aguarda decisão
190535/12.7 YIPRT-1º Juízo Cível	2012	Recurso
369/12.4 BEAVR	2012	em curso
451/12.8 BEAVR	2012	Aguarda julgamento
308/12.2 BEAVR	2012	Aguarda julgamento
896/12.3 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	2013	em curso
886/13.9 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	2013	em curso
114/13.7 BEAVR	2013	em curso
115/13.5 BEAVR	2013	em curso
117/13.1 BEAVR	2013	em curso
550/13.9 BEAVR	2013	em curso
903/13.2 BEAVR	2013	em curso
6/13.0BEAVR	2013	Aguarda julgamento
149/13.0 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
630/13.0 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
697/13.1 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
921/13.0 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
195/14.6 BEAVR	2014	em curso
993/14.0 BEAVR	2014	foi apresentada contestação
1123/14.4 BEAVR	2014	foi apresentada contestação
1884/14.0 BEPRT	2014	em curso
2947/14.8 TBVFR	2014	Aguarda julgamento
3134/14.0 TBVFR	2014	Aguarda julgamento
390/14.5 YIPRT	2014	em curso
126193/14.5 YIPRT	2014	em curso
825/14.0 BEAVR	2014	Aguarda julgamento
65/14.8 TBVRF	2014	Aguarda decisão
503/14.0 BEAVR	2014	Aguarda julgamento
726/14.1BEAVR	2014	Aguarda julgamento
648/15.9 BEAVR	2015	Aguarda julgamento
36/15.7 BEAVR	2015	em curso
474/15.5 BEAVR	2015	em curso
822/15.8 BEAVR	2015	em curso
827/15.9 BEAVR	2015	em curso
326/15.9 BEAVR	2015	foi apresentada contestação
493/15.1 BEAVR	2015	foi apresentada contestação
671/15.3 BEAVR	2015	foi apresentada contestação
808/15.2 BEAVR	2015	foi apresentada contestação

**propostas dos
partidos da oposição com
representação na assembleia
municipal**



PROPOSTAS DOS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram solicitadas propostas a todos os partidos da oposição com assento na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, tendo sido recebida apenas proposta do CDS/PP.

A proposta apresentada enquadra-se na política orçamental definida pelo Executivo permanente e encontra-se plasmada nas propostas setoriais apresentadas pelos vários Pelouros.

.



Santa Maria da Feira

Plano e Orçamento 2016

Prioridades

Prelúdio

Os novos órgãos concelhios do CDS-PP de Santa Maria da Feira foram recentemente eleitos, pelo que o espaço temporal disponível condicionou uma atempada posição pública relativamente ao Plano e Orçamento para o ano de 2016.

Pelo facto, o nosso lamento!

A Comissão Política Concelhia do CDS-PP feirense assumirá uma posição interventiva e dialogante com a Câmara Municipal e com todas as forças políticas do nosso burgo, promovendo a concepção de sinergias e pontes que resultem em políticas fomentadoras de uma melhor qualidade de vida para os feirenses.

Prioridades absolutas

Entendemos todas as áreas importantes, mas pelo impacto nas populações e no pulsar do concelho, e em conformidade com o programa eleitoral das últimas autárquicas do nosso partido, os eixos da Economia/Empreendedorismo/Emprego e da Acção Social/Solidariedade continuam basilares.

Notamos como positivo a partilha por parte da Câmara Municipal destes vectores de acção nos últimos dois anos e, fundamentalmente, a relevância que assumem nos próximos.

1 Acção Social/Solidariedade

Defendemos uma atenção redobrada na área social, em consequência das inúmeras e crescentes necessidades sentidas por muitos dos nossos concidadãos.



É fundamental aperfeiçoar ou criar novos mecanismos que permitam maior celeridade na identificação das carências e necessidades e consequente intervenção.

Paralelamente, torna-se imperioso uma grande abrangência e respectiva cabimentação orçamental no sentido de eliminar ou, na impossibilidade, de atenuar os muitos problemas reais. Nesta área, verificamos que a rede de creches/infantários continua exígua e não se apresentando esses equipamentos adaptados às novas realidades profissionais dos feirenses. Assim, para além do aumento da rede, naturalmente contando com o sector privado e cooperativo, torna-se essencial e urgente assumir novas respostas. Questões como os horários alargados e o serviço aos fins-de-semana constituem necessidades do dia-a-dia.

Entendemos que nesta matéria, como em muitas outras, o concelho tem de ser pensado num todo e não na base das “capelinhas”, reportando para o terreno as migrações naturais dos feirenses e dos concelhos vizinhos.

2 Economia/Empreendedorismo/Emprego

A aposta no investimento externo é fundamental para que o concelho seja referencia nesta área, bem como, nunca esquecendo, no reinvestimento local, por forma à criação de postos de trabalho, combatendo-se de forma real e concreta o flagelo do desemprego.

É essencial uma atitude positiva, dinamizadora e complementar dos interesses das empresas. Sendo esta área uma efectiva prioridade, e aproveitando o tardio mas basilar PDM, há que dotar as áreas industriais das infra-estruturas muito ambicionadas, apostando claramente na diferenciação e nos chamados nichos industriais, não poluentes e criadores de empregos e, em muitos casos, de tecnologia de ponta.

Todas as soluções criadoras de emprego são positivas, naturalmente, e a Câmara Municipal deve liderar esse esforço.

Em matéria fiscal, uma ferramenta prática do poder, a câmara feirense deve ter um papel inovador e incisivo, estando assim sempre à frente da “concorrência”.

Nunca esquecer a janela de oportunidade que pode e deve significar a Área Metropolitana do Porto.

Nota

Estes dois eixos devem ser os pilares da gestão camarária. Interligados e complementares, definem em absoluto a qualidade de vida dos feirenses.

Mas não podem ser apenas prioridades no papel. Exige-se o máximo esforço para os melhores resultados!

3 Rede Viária

Uma das áreas que mais preocupa os feirenses, a rede viária do nosso concelho está obsoleta, degradada e desadequada. É imperioso uma rápida e massiva requalificação das nossas estradas.



É por demais evidente a sua importância na economia feirense, no escoamento dos nossos produtos e no dinamismo dos mais diversos e variados serviços.

É essencial para a mobilidade empresarial mas também para a do cidadão comum. É algo que se sente na pele de forma directa – é recorrente os feirenses assumirem como o maior problema do nosso concelho.

Torna-se também imprescindível resolver os muitos pontos negros do concelho, retardadores da normal circulação do trânsito e zonas de acidentes, que infelizmente em muitos casos são verdadeiros cemitérios.

4 Europarque

Este equipamento tem de se tornar efectivamente estratégico para o nosso concelho, mas também para a região e país, numa lógica nacional mas igualmente internacional.

O CDS-PP feirense manifestou a sua concordância com a gestão camarária entretanto assumida. É um risco, bem sabemos, mas será, estamos certos, uma oportunidade.

Há que envolver toda a sociedade neste projecto, nas áreas empresariais e culturais obviamente, mas também outras que possam acrescentar algo de positivo.

É necessária uma nova dinâmica de forma a tornar a estrutura sustentável, com ideias e projectos inovadores, sempre com atenção redobrada aos custos de funcionamento.

Para tudo isto ser uma realidade, entendemos que o Europarque deve ter uma gestão própria, similar a um pelouro ou outra estrutura de gestão, mas independente da orgânica camarária e separada da Feira Viva, que seja responsável pela elaboração e aplicação do plano estratégico. O Europarque tem de ser parte dos feirenses. A criação do Parque da Cidade nesse espaço poderia ser uma mais-valia para essa relação pretendida.

5 Dívida

Somos constantemente bombardeados com a ideia de que a dívida do país é assustadoramente grande ou que as famílias e empresas têm dificuldades acrescidas pelos créditos desmesurados entretanto assumidos.

O poder autárquico deve ter essa noção sempre presente. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem uma dívida demasiadamente grande, limitadora da sua actividade – todos o sabemos!

Neste contexto, urge atenuar esta questão para, por consequência, dotarmos o executivo de mais e melhores meios financeiros.

Os juros não podem ser uma parcela relevante que “come” significativamente os meios financeiros, meios esses sempre aquém do desejável.

6 Pessoas

Este eixo está direccionado para as pessoas. Vivemos tempos em que a cidadania, responsabilidade e responsabilização pessoais e colectiva são cada vez menos praticadas. Urge assim mudar mentalidades.



Pode (e deve) a Câmara Municipal liderar a promoção de uma maior coesão, integração e diferenciação social positiva.

A valorização das pessoas deve ser um princípio assumido. A educação, a formação, a cultura e o associativismo são áreas relevantes para a sociedade, para os feirenses. As parcerias são louváveis e desejáveis, pois complementam as diversas entidades envolvidas.

Conclusão

Os anseios dos feirenses são muitos, os meios escassos – temos essa noção.

Torna-se impreterível analisar, discutir, decidir, aplicar e assumir políticas coerentes e inovadoras, sempre direccionadas para as pessoas, sempre apontadas para o nosso concelho.

Por Santa Maria da Feira!

CDS-PP

Presidente Comissão Política Concelhia

Ângelo Manuel Andrade Santos

Deputado municipal

Valter Amorim

Santa Maria da Feira, 23 de Outubro de 2015

presidência

Desenvolvimento Económico e Empresarial

1. Introdução

O concelho de Santa Maria da Feira é reconhecido por possuir um tecido empresarial e industrial fortemente consolidado, dinâmico, de vocação exportadora, sendo sede do maior centro mundial de transformação de cortiça, e de uma das maiores concentrações nacionais da indústria do calçado. Em conjunto, estes dois sectores representam mais de 2/3 do total do volume de negócios de todo o sector industrial concelhio e determinam assim uma forte especialização das suas atividades económicas, que lhe conferem ainda uma notoriedade externa, que importa continuar a potenciar. Além destes sectores produtivos, merecem ainda destaque a construção civil e as indústrias de papel, metalomecânica, puericultura, ferragens, tintas, etc.

Nos últimos anos o sector terciário (incluindo o comércio, turismo e serviços) também impulsionou fortemente o desenvolvimento económico feirense, como resultado de uma forte aposta em eventos e atividades de cariz cultural, de promoção turística, do surgimento e dinamização do Centro de Congressos – Europarque, bem como da implementação de serviços públicos de âmbito regional, nomeadamente na área da Saúde, Justiça e Educação.

A excelência da sua localização e padrão de acessibilidades, o dinamismo económico, a disponibilidade de mão-de-obra crescentemente especializada e com tradição na atividade industrial, a existência de importantes zonas industriais e infraestruturas de apoio à atividade produtiva e à investigação e desenvolvimento têm sido as principais vantagens competitivas do nosso concelho.

Num contexto económico difícil, Santa Maria da Feira tem demonstrado capacidade e resiliência para enfrentar os desafios atuais, apresentando, em termos relativos, melhores indicadores que outros territórios. Todavia, o combate ao desemprego e a aposta no crescimento económico, devem manter-se como prioridade para a ação municipal e para todos os atores locais, tendo em vista a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento e a manutenção da qualidade de vida a que aspiramos.

Neste sentido, o Executivo Camarário assumiu como grande desiderato da sua ação para o mandato, “alavancar o desenvolvimento e gerar mais crescimento económico e emprego na região”, considerando que só assim se conseguirá “assegurar a sustentabilidade intergeracional e bem-estar para todos”, através de uma forte aposta na redução dos custos de contexto, criação de uma nova e mais ágil forma de relacionamento com empresas e investidores, propondo-se gerar novas ideias e soluções para enfrentar os, também novos, desafios que a economia e as empresas enfrentam.

A área do Desenvolvimento Económico e Empresarial, que envolve o Via Verde empresas, receção e mobilização de potenciais investidores, visita a indústrias, participação em missões empresariais, isenção de taxas, apoio às empresas nos esforços de crescimento e internacionalização, estímulo ao

empreendedorismo e dinamização da economia local para promover a criação de mais emprego, culmina no projeto BizFeira que lhe dá corpo de forma integrada. Pretende-se aproximar as empresas e os cidadãos de todo o mundo que desejem desenvolver contactos e negócios com empresas e cidadãos da Feira. A plataforma eletrónica de "business network" bizfeira, para além de constituir um instrumento de comunicação geral, constitui um espaço virtual de negócios ativo e colaborativo onde empresas e pessoas estabelecem uma rede de oportunidades, perspetivando a alavancagem da economia local.



Fig. 1 – Imagem do Projecto BizFeira - Plataforma em www.bizfeira.com

No ano de 2016 continuar-se-á a alargar a sua esfera de ação e os seus recursos para que, de forma crescente, seja o reflexo de uma nova e mais eficaz atitude, na forma como a autarquia intervém, enquanto agente dinamizador da economia local. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, dentro do seu âmbito de atuação, será um parceiro ativo e colaborante na procura de soluções conjuntas com os agentes económicos, sejam eles empresas, associações empresariais, instituições de ensino e do sistema científico e tecnológico, e todas as entidades relevantes

para o desenvolvimento económico concelhio. Assumirá assim, o seu papel de interlocutor privilegiado, de agregador de vontades e dinamizador do desenvolvimento da economia feirense, visando a criação de valor e o incremento do emprego.

A inserção da nossa estratégia local, não pode estar desfasada daquilo que são as apostas estratégicas presentes nos documentos de política pública europeia e nacional, designadamente nos que servem de suporte aos programas de financiamento comunitários. Programas estes que as empresas feirenses poderão e deverão aproveitar, e que contarão com o apoio municipal na promoção de atividades que lhes permitam, mais facilmente, conhecer e aceder aos sistemas de incentivos existentes.

Neste âmbito, merecem particular referência a forte aposta na reindustrialização da Europa e no incremento da competitividade das suas empresas, através dos apoios à inovação, a atividades de I&DT e internacionalização e de outros mecanismos desenhados e disponibilizados pela Comissão Europeia, como são exemplo a Estratégia Europa 2020 e o Horizonte 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação, ao qual o tecido económico pode diretamente concorrer.

Ao nível nacional, para além de outras ações, as apostas comunitárias na área económica, estão transpostas para o novo Quadro de Apoio (Portugal 2020) cuja Visão é a “Recuperação de uma trajetória de crescimento e de emprego”. Os fundos estruturais serão, entre 2014 e 2020, o instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento do País e à correção das assimetrias regionais que ainda persistem, considerando-se que, hoje, o principal défice do País não é um défice de infraestruturas, mas sim de competitividade. Por isso, o primeiro objetivo para os fundos é a dinamização de uma economia aberta ao exterior, capaz de gerar riqueza de maneira sustentada, confirmando assim que o



grande volume de fundos a disponibilizar no período 2014-2020 será dirigido para as empresas e para a criação de emprego.

Estas orientações estratégicas são repercutidas e ajustadas no âmbito do Programas Operacionais Temáticos e Regionais, sendo que no caso do Programa Operacional da Região Norte, mantém-se, na sua essência, a visão enunciada na iniciativa “Norte 2015”, a qual pretendia tornar a região do Norte capaz de “gerar um nível de produção de bens e serviços transacionáveis que permita recuperar a trajetória de convergência a nível Europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de

Estratégias de Especialização Inteligente

O desenvolvimento de Estratégias de Especialização Inteligente constitui uma condição prévia (ex-ante) estabelecida na regulamentação comunitária para o próximo período de programação (2014-2020).

Consiste na definição de apostas e intervenções de política pública, nomeadamente no domínio do Crescimento Inteligente da Estratégia Europa 2020. As Estratégias Regionais de Especialização Inteligente assentam no princípio de que a inovação e a competitividade das regiões fundem-se nos recursos e ativos existentes no seu território, devendo-se concentrar recursos nos domínios e atividades económicas em que exista ou possa reunir-se massa crítica relevante. Sublinha-se, assim, a necessidade de as regiões reavaliarem o seu posicionamento competitivo em função do mercado global e da sua capacidade de afirmação internacional, tendo subjacente o princípio de que “não podem ser excelentes em tudo”.

Especialização inteligente significa **identificar as características e os ativos exclusivos de cada país e região**, realçar as vantagens competitivas de cada região e mobilizar as partes interessadas e os recursos a nível regional em torno de uma **visão do futuro orientado para a excelência**.

Também significa fortalecer os sistemas de inovação regional, maximizar os fluxos de conhecimento e difundir as vantagens da inovação por toda a economia regional.

rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial”

O Norte 2020 integra as novas diretivas que visam dotar a região, de uma economia mais inteligente/competitiva, mais sustentável e mais inclusiva, dando particular ênfase ao incremento de atividades de I&D e da incorporação dos seus resultados nas empresas, no fortalecimento competitivo do tecido produtivo e sua internacionalização e nas temáticas do fomento do emprego e das condições para a empregabilidade.

Merece particular referência, a construção da estratégia regional de especialização inteligente (RIS3) (ver Fig. 2), a qual assenta no aproveitamento de triângulos virtuosos, envolvendo entidades regionais do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), produtores de tecnologia e utilizadores avançados dessa tecnologia, num contexto institucional promotor de interações entre esses três vértices. Constituem-se como apostas regionais, vários domínios prioritários, sendo de destacar, sem prejuízo de outros terem importância para as empresas feirenses, o da :

-“**Cultura, Criação e Moda**, explorando as indústrias criativas (sobretudo nas áreas de design e arquitetura),

Fig. 2 – Estratégias de Especialização Inteligente

de novos materiais e de tecnologias de produção inovadoras, na criação de novas vantagens competitivas em setores ligados à produção de bens de consumo com uma forte componente de design, nomeadamente têxtil e vestuário, calçado, acessórios, mobiliário, joalheria;(..). (realce nosso)

Ao nível da NUT III onde nos inserimos, Entre Douro e Vouga (EDV), as linhas estratégicas do plano de desenvolvimento para o período 2014-2020, o qual visa integrar o plano estratégico da área metropolitana do Porto (AMP), com o fim último de operacionalizar projetos e ações a financiar pelo Programa Operacional do Norte, também estabelece a ambição de nos tornarmos na “**sub-região mais exportadora de Portugal**”.

A ação do GDEE incidirá assim, também na disponibilização de informação e incentivo à apresentação de candidaturas por parte das empresas aos diversos instrumentos disponíveis: do SI Inovação Produtiva, SI Qualificação e Internacionalização e SI I&DT, funcionando como interlocutor de aconselhamento, bem como dinamizador de entidades associativas para o desenho de projetos enquadráveis no sistema de apoio a ações coletivas. Este visa a criação ou melhoria de condições envolventes à atividade económica, com relevo para os fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva, que se materializem na disponibilização de bens coletivos ou públicos que produzam efeitos de arrastamento na economia, pelo que releva a importância para a atividade da autarquia.

Esta exposição resumida das grandes orientações dos sistemas de incentivos que estarão ao dispor das empresas, serve para demonstrar que se inicia agora a abertura de uma janela de oportunidade onde é importante termos o concelho preparado para maximizar a angariação de fundos para o nosso tecido económico. Assim, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira considera, de extrema importância, que o município, as associações empresariais, centros de formação e de investigação, empresas, universidades e demais atores estejam alinhados e trabalhem conjuntamente na competitividade, na inovação, na formação, no empreendedorismo e na promoção internacional para que sejam a base de uma ação conjunta para os próximos anos.

A maior parte das ações aqui apresentadas serão desenvolvidas, no máximo possível, através de fundos comunitários e apresentação de candidaturas aos Programas de Apoio disponíveis, com vista a onerar o menos possível a autarquia. Também importa destacar que não se esgotam nas ações do GDEE, mas complementar-se-ão e articular-se-ão com as ações de outras unidades orgânicas da Câmara Municipal, como são exemplo a da educação, ação social, obras municipais e ALPE, bem como em parceria com outros agentes económicos.

2. Eixos de Ação

As atividades aqui apresentadas assentam na consolidação do projeto BizFeira, de natureza transversal ao desenvolvimento económico e empresarial, e em 3 eixos de ação que se interrelacionam.



Fig. 3- Eixos de Ação do Plano de Atividades do GDEE

Assim, no seguimento dos objetivos e pressupostos apresentados, o município desenvolverá as seguintes ações, no âmbito do desenvolvimento económico e empresarial:

1. – Dinamizar e alargar os serviços prestados pelo Bizfeira, promovendo ativamente o registo e a utilização das funcionalidades da plataforma eletrónica por parte das empresas, nomeadamente através de um plano de comunicação específico e pela organização de um evento de networking em 31 Março de 2016, para aprofundamento de relações e cooperação entre o tecido económico. Disponibilizar informação de cariz económico (notícias, oportunidades de negócio, formação, imóveis, emprego, sistemas de incentivo, dossiers temáticos, entre outros) e desenvolver iniciativas de relevo para a competitividade das empresas e para a atração de investimentos para o concelho.
2. No seguimento dos contactos e reuniões de trabalho efetuadas com agentes de desenvolvimento do sector empresarial, do sistema científico e tecnológico, dos centros de formação, universidades e várias entidades públicas, formalizar a criação do Conselho Económico da Feira (CEF). Esta unidade, que se propõe reunir semestralmente, concentrará e articulará um conjunto de iniciativas consensualizadas pelos intervenientes, com vista a promover a racionalidade, a eficiência na utilização de recursos e potenciar as sinergias, em prol da dinamização económica e internacionalização das



empresas concelhias, criação de valor aos produtos, atração de investimento e criação de emprego. O trabalho colaborativo será sistematizado e monitorizado pela equipa do GDEE, garantindo a implementação das ações preconizadas.

3. Fortalecer a ligação às Associações Empresariais com importância para o tecido económico local, valorizando as parcerias económicas e o trabalho conjunto, em particular nos sectores mais representativos e identitários da indústria feirense;

4. A partir da Brochura “Good Makers - Santa Maria da Feira”, atualizar os conteúdos e o seu formato, no sentido de desenvolver um “Guia Prático para o Investimento” no concelho, no qual constará uma sistematização resumida da informação económica, tecnológica, oferta formativa e zonas industriais existentes, bem como das orientações regulamentares e vantagens competitivas, de forma a potenciar e facilitar a instalação de novas empresas.

5. Promover iniciativas em conjunto com os parceiros estratégicos, designadamente:

a) o “Dia Aberto ao Conhecimento” com o INESC TEC / Universidade do Porto: o qual pressupõe a realização de um encontro entre as universidades e as empresas, para exploração de oportunidades de colaboração e transferência de tecnologia;

b) um “Roadshow pelas freguesias para difundir os serviços prestados pelo IAPMEI e AICEP junto das empresas;

c) o “Dia do Atendimento Descentralizado”, a realizar com o IAPMEI indo ao encontro das empresas feirenses e das suas necessidades, através de um conjunto de soluções adaptadas a qualquer fase do seu ciclo de vida.

6. Estabelecimento de Protocolo com a União de Exportadores da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de forma a potenciar a captação de investimento e crescimento das empresas instaladas no concelho de Santa Maria da Feira;

7. Conceção de projeto intermunicipal de Promoção do Marketing Digital no sector empresarial, com vista à sensibilização para a importância das TIC nos negócios e sua utilização profícua na qualificação dos produtos e processos para incremento da competitividade produtiva. Elaboração de candidatura para financiamento do projeto no âmbito do Portugal 2020.

8. Promover o espírito empreendedor, apoiando na criação de condições e serviços para a dinamização dos espaços de incubação empresarial concelhios, explorando as oportunidades no âmbito do Feirapark, IDIT (Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica) e Europarque.

9. Realizar, de forma contínua, intervenções de requalificação dos espaços de acolhimento empresarial, com prioridade às zonas industriais municipais, com vista à melhoria dos acessos, pavimentações de vias, requalificação dos passeios, rede de águas pluviais, iluminação e arborização e sinalética. Pugnar pela infraestruturização de novas áreas para a fixação de empresas.

10. Garantir o cumprimento das exigências regulamentares e definidas contratualmente, por parte dos proprietários de lotes industriais, acionando, se necessário, as cláusulas de reversibilidade.



11. Incentivar ativamente as Escolas Profissionais, os Centros de Formação e a ATEC a estruturar planos formativos ajustados às necessidades do tecido produtivo local e ao aumento da empregabilidade.

12. Promover o acolhimento de missões empresariais estrangeiras (missões inversas) em parceria com a CIEP – Confederação Internacional dos Empresários Portugueses, AICEP e/ou Associações Empresariais, ao nosso território para conhecimento do nosso tecido empresarial, tendo em vista o desenvolvimento de negócios e parcerias que fomentem a produção, geração de riqueza e criação de postos de trabalho.

13. Continuar as ações de diplomacia económica, nos termos da nova abordagem do papel das autarquias locais no desenvolvimento económico local, mormente estabelecendo e reforçando canais de comunicação com embaixadas e representações diplomáticas de países com mercados relevantes e ou emergentes, nomeadamente : China, Japão, EUA, Moçambique e México.

14. Organização de Seminários e Sessões de Esclarecimento de interesse empresarial, bem como de áreas temáticas do interesse para a competitividade das empresas e inerentes ao relacionamento com a autarquia. Designadamente:

- Fundos Comunitários de Apoio à Competitividade Empresarial;
- Oportunidades de Negócio em Mercados Internacionais;
- Acesso a Financiamento

(...)

15. Organização de evento com projeção nacional e internacional de promoção do nosso território e dos sectores industriais mais preponderantes, em especial dos sectores da cortiça e do calçado, no Europarque e em parceria com outros agentes da Região Norte.

16. Dinamização de Rede de Representantes Externos de SMF – “Feirenses no Mundo” - junto da diáspora e dos mercados emergentes, em parceria com a AICEP, conducente ao estabelecimento de protocolos e/ou geminações e com a participação das mais importantes empresas feirenses, com o intuito das mesmas alavancarem a internacionalização de outras e promoverem externamente as capacidades do nosso território.

17. Explorar o estabelecimento de parcerias com instituições financeiras para negociação de condições mais vantajosas para no investimento empresarial em Santa Maria da Feira.

18. Em estreita ligação com os serviços de ação social e da educação da autarquia, dinamizar a empregabilidade, formação e requalificação profissional (jovens à procura do 1º emprego, desempregados de longa duração, pessoas com baixas competências profissionais) aliado ao incentivo do empreendedorismo e inovação social, criação do próprio negócio; Incentivar programas de estágios emprego, contratos emprego-inserção, trabalho em período de férias para jovens nas empresas, em



estreita colaboração com o tecido empresarial, com o setor da economia social, com o Centro de Emprego e Formação Profissional do EDV, Gabinetes de Inserção Profissional concelhios, Centros de Formação da Cortiça e do Calçado, Escolas, Agência Local em Prol do Emprego – ALPE, Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial e a Associação de Desenvolvimento Local ADRITEM, entre outros

Comunicação, Relações Públicas e Internacionais

O Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais (GCRPI), sector responsável pela gestão e planeamento estratégico da comunicação do Município de Santa Maria da Feira, é uma estrutura de apoio à difusão e divulgação de toda a atividade institucional e funcional da autarquia, que reporta diretamente à presidência, mas que é transversal a toda a Câmara.

Através de uma política de comunicação mais transparente e eficaz, o GCRPI visa contribuir para a consolidação e manutenção da imagem interna e externa da autarquia, projetando “Santa Maria da Feira” além-fronteiras – assegurando a perpetuação da sua história e dos seus valores, e garantido o seu desenvolvimento cultural e económico.

A atividade do GCRPI divide-se em dois patamares distintos, sendo que o primeiro resulta, na sua essência, do plano de trabalho identificado e praticado pelo Executivo e que define “a agenda do Gabinete”. O segundo consiste no investimento na criação de recursos e competências de suporte ao exercício do Executivo e à sua relação com os seus públicos.

Neste âmbito, e com uma estrutura sólida, o GCRPI apresenta-se em seis grandes áreas de intervenção: assessoria de imprensa, design, gestão de conteúdos e publicidade, multimédia, relações públicas e protocolo e relações internacionais.

A proposta de Plano e Orçamento do GCRPI para 2016 foi elaborada tendo em conta as prioridades estratégicas da Câmara Municipal para o próximo ano.

Considerando a importância das novas tecnologias na otimização do trabalho diário do GCRPI, é essencial dar continuidade à substituição gradual da comunicação tradicional impressa pela utilização de canais de comunicação eletrónicos, cada vez mais usados e dominadores, designadamente o portal do Município, as redes sociais, a intranet e restante correspondência.

Todavia, e para que este gabinete possa dar cumprimento aos objetivos a que se propõe, é indispensável a renovação e aquisição de programas informáticos atuais (software e hardware) nas áreas de competência desta equipa, dotando assim os técnicos de conhecimentos importantes e fundamentais para o desenvolvimento das suas funções. Por sua vez, a formação profissional é imprescindível neste ponto, pois permite a atualização dos técnicos e o acompanhamento da evolução tecnológica, tirando assim maior partido das novas tecnologias e sistemas inovadores.

O Plano e Orçamento do GCRPI para 2016 considera assim uma crescente preocupação nas duas áreas anteriormente apresentadas que, apesar de distintas, são complementares e fundamentais para o desenvolvimento de uma comunicação eficaz, coerente e credível, junto dos seus diferentes públicos – munícipes e visitantes. Para tal, será necessário desenvolver alguns estudos de públicos que vão permitir conhecer o grau e o modo de envolvimento dos residentes e visitantes, em especial durante os eventos de maior dimensão, promovidos pela autarquia de Santa Maria da Feira.

Não obstante, será igualmente fundamental a reestruturação do portal municipal, nas vertentes “serviço online”, “município” e “visitante”. Considerando como destino para este último o endereço www.visitfeira.travel. Num momento em que as novas tecnologias são cada vez mais utilizadas pelos munícipes e turistas, torna-se indispensável dotar o portal municipal com informações e plataformas específicas, tendo em conta dos dois públicos-alvo referidos.

Outro aspeto importante é o reforço do arquivo municipal com vídeo-reportagens de personalidades de destaque e de importância histórica para o território e, por outro lado, a edição de um maior número de pequenos vídeos promocionais que visem propagar a atividade do município de Santa Maria da Feira nas suas redes sociais. De igual modo, propõe-se criar novos vídeos promocionais que potenciem o desenvolvimento económico do Concelho, indo assim de encontro a um dos principais objetivos deste executivo para o quadriénio 2013-2017.

Considerando a prioridade expressa pelo executivo municipal em promover o desenvolvimento económico local (assente na criação de emprego, aumento das exportações e da competitividade das empresas locais), a área das relações internacionais identifica como áreas de atuação o apoio à internacionalização, a promoção do empreendedorismo e a captação de investimento em parceria com os pelouros respetivos. Destaque para o apoio ao tecido empresarial na procura e identificação de parceiros externos, na participação em encontros empresariais nacionais e estrangeiros, em missões empresariais e em feiras internacionais de interesse, ao mesmo tempo que é promovida uma relação institucional salutar com os mercados-alvo das empresas feirenses.

Em termos orçamentais, saliente-se que as maiores dinâmicas desta equipa prendem-se com a planificação e gestão de planos de comunicação de grandes eventos e iniciativas dos vários pelouros desta Câmara Municipal e da empresa municipal Feira Viva E.E.M, e que, portanto, não se refletem no orçamento do gabinete.

Em suma, o GCRPI pretende continuar a apostar na comunicação direta através da valorização das novas tecnologias, potenciando a comunicação eletrónica (interna e externa), garantindo a manutenção e aumentando a qualidade da informação veiculada. Esta aposta passa por assegurar uma formação adequada para os seus recursos humanos, qualificando-os para o exercício pleno das suas funções com total rigor e atualidade.

Ação Social e Qualidade de Vida

Introdução

O Município continua a assumir o desafio de convocar todos os agentes locais que intervêm no desenvolvimento socioeconómico do território e das suas organizações, cujas estratégias de ação partilhadas e em rede permitem mudar o sítio e não de sítio.

O Terceiro Sector tem um papel fundamental nas respostas aos novos desafios, na resposta às necessidades coletivas e individuais e no estímulo das oportunidades/ potencialidades quer das comunidades como das suas organizações.

Em 2016 a ação da Divisão Social e Qualidade de Vida assentará no reforço das redes sociais em formas de Governança Partilhada, transformando-as em Redes Locais para o Desenvolvimento Sustentável.

Perante a Estratégia Europa 2020, na qual o *Crescimento Inclusivo* é uma prioridade âncora, e que pressupõe a participação das populações nos processos de mudança, várias oportunidades surgem neste contexto, nomeadamente na criação de novos serviços e estratégias inovadoras de intervenção para a coesão dos territórios.

Conscientes de que os problemas se manifestam numa forma multidimensional e multifatorial – económicos, sociais, culturais, educativos, geracionais, exige-nos uma maior eficácia da cooperação entre atores, de introdução de práticas inovadoras nas intervenções de caráter assistencialista e de intervenções nas causas dos problemas.

Decorrentes da aplicação destes novos pressupostos, os eixos de intervenção a trabalhar em 2016, serão:

Eixo I - Rede Social /Fóruns Sociais de Freguesia, conclusão do Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020, conceção e apoio técnico às candidaturas aos programas comunitários, capacitação das entidades e estímulo da cidadania ativa, pretendendo consolidar, dinamizar e formar os 21 Fóruns Sociais de Freguesia e de Uniões de Freguesias, apoiando tecnicamente a concretização dos seus Planos de Ação.

Eixo II - Empregabilidade e Emprego, dar-se-á continuidade ao esforço da redução do desemprego e de captação para o mercado de trabalho dos desempregados de longa duração (DLD) e dos jovens, numa parceria conjunta com a Agência Local em Prol do Emprego, o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial, Pelouro da Educação e Juventude, a Plataforma *BizFeira*, a ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado de Terras de Santa Maria, o Centro de Formação e Emprego Profissional do EDV, os Gabinetes de Inserção Profissional do Concelho, as empresas e Associações Empresariais.

Eixo III - Protocolos de Parceria com as Entidades do terceiro Sector, nomeadamente: Ser + Pessoa- Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira (apoio na



prevenção e tratamento das dependências e emergência social); FAPFeira- Federação de Pais e Encarregados de Educação (Inclusão Social e Escolar de Crianças e Jovens em risco de Abandono Escolar, capacitação parental e ações de prevenção das dependências); Associação Pelo Prazer de Viver (atividades de ocupação de tempos livres de crianças do 1º ciclo em risco de exclusão social); Liga dos Amigos Hospital São Sebastião (Fórum Sócio Ocupacional destinado a pessoas com problemas de saúde mental); Associação Melhor Viver - Desporto, Cultura e Lazer (prática do desporto, cultura, ocupação de tempos livres e de lazer junto da população sénior); Cooperativa Casa dos Choupos (Contrato Local de Desenvolvimento Social com Espaço Trevo, Agência Local em Prol do Emprego, Cegonha e Companhia, iniciativas ligadas à Inovação e Empreendedorismo Social; Recuperação/conservação do Parque Habitacional do Município).

Eixo IV - População Sénior, prevê-se a conclusão do Plano Estratégico para a Terceira Idade, enquadrado no Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020 no qual vão ser elencadas, medidas iniciativas, metas e indicadores dirigidos a esta População com atenção especial aos fenómenos de isolamento, solidão e do envelhecimento desprotegido. Será dada continuidade ao Programa Movimento e Bem-Estar, Programa Emili-@, Projeto Cuidar de Quem Cuida; Programa Passeios na Minha Terra, Fórum Sénior Municipal.

A conjugação destes eixos estratégicos e das restantes áreas da Divisão contribuem para um modelo inovador de intervenção social em que as práticas / programas estão ancorados nos recursos locais, na mobilização dos atores e suas competências/lideranças, na concertação de ações e no trabalho em rede, com base numa Governança, integrada, partilhada e participada em que as dimensões sociais, económicas, culturais, ambientais, geracionais e territoriais incorporam as políticas de desenvolvimento sustentável de base local.

HABITAÇÃO

O atual contexto de crise económica e social obriga à adequação da intervenção social, dando continuidade à gestão socioeconómica e financeira sustentável.

Propõe-se para o ano de 2016 dar observância a um conjunto de competências e ações com vista a uma abordagem integrada junto dos públicos desfavorecidos, prosseguindo com três eixos estratégicos: a valorização da qualidade de vida da população residente nos empreendimentos habitacionais através de uma metodologia de proximidade com uma intervenção direta e sustentável; a gestão do parque habitacional ao nível do controlo do cumprimento dos deveres contratuais e do processo de alienação das habitações devolutas; e a consolidação, em articulação com a Rede Social, dos 15 Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia dinamizados em 2015, acompanhada da criação/implementação dos 6 Fóruns Sociais das Freguesias de Paços de Brandão, Riomeão, Romariz,

Nogueira da Regedoura, Fornos e da União de Freguesias de Santa Maria Feira, Espargo, Travanca e Sanfins.

1. Gestão Social do Parque Habitacional

1.1. Gabinetes de Proximidade Local (GAP's)

No seguimento da constituição dos 21 fóruns sociais e a inerente reorganização dos GAP's, objetivada por uma metodologia de proximidade assente no reforço das parcerias estratégicas, visando o desenvolvimento social local e a erradicação das situações de pobreza e exclusão social, prevêem-se para 2016 os seguintes domínios de atuação:

- garantir numa abordagem de concertação de parcerias, o atendimento/acompanhamento à comunidade nos segmentos da habitação (procura de habitação, autoconstrução, ações de despejo/entrega de imóveis), e ação social através do *Programa Concelho Solidário* (medida A e medida B) e apoio na ligação aos serviços de saneamento e abastecimento de água/cobrança de taxas – pagamento faseado;
- cumprir com a gestão social do parque habitacional através do atendimento e acompanhamento à população residente em consonância com a rede social; da capacitação e integração dos moradores em ações de emprego e formação profissional bem como em projetos e atividades sociocomunitárias, do cumprimento dos deveres contratuais numa lógica integrada com o setor jurídico, patrimonial e financeiro; da atualização permanente da situação sociofamiliar da população; e do apoio técnico ao nível do cumprimento das regras de utilização das partes comuns;
- manter o apoio técnico aos Presidentes de Junta de Freguesia, como Presidentes dos Fóruns Sociais de Freguesia, na dinamização e intervenção dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, bem como a promoção de espaços de discussão e de parcerias para o diagnóstico e propostas de intervenção;

- **Programa Habitar**

Relativamente à gestão das partes comuns dos empreendimentos sociais do Parque Habitacional do Município, visa-se promover autonomização dos moradores bem como a conservação dos espaços comuns e espaços envolventes aos edifícios, dado serem de dimensões de grande relevância para a vivência coletiva, nomeadamente ao nível da minimização de conflitos. Assim, perspectiva-se em 2016, o apoio técnico aos representantes de entrada, prestado nas 40 reuniões de moradores, e nas 80 visitas de monitorização com a uma correta utilização dos espaços comuns.

- **Programa Famílias +**

O programa de intervenção familiar assenta numa estratégia direta e visa um equilíbrio entre a identificação das necessidades e as mudanças associadas ao ciclo vital da família.

Este trabalho consiste numa articulação estreita com entidades parceiras e aposta na intervenção direta e na educação não formal, promovendo mudanças comportamentais ao nível do saber ser/estar e fazer que influenciam diretamente a melhoria das condições de vida da população residente.

Sendo a autonomização das famílias a máxima central na qual a reintegração profissional assume um vetor estratégico, pretende-se para 2016, e em consonância com as estruturas da ALPE e dos seis Gabinetes de Inserção Profissional (GIP'S), bem como, cumprindo com o definido no plano de ação dos Fóruns Sociais de Freguesia e União de Freguesias, apoiar na dinamização de ações na área do emprego, literacia e formação profissional, otimizando o recurso a medidas/projetos existentes como os Clubes Emprego, Cursos EFA, Formação à Medida, Cursos de Alfabetização).

Neste âmbito é objetivo promover o encaminhamento de 50 pessoas desempregadas de um universo de 145, para a frequência das mesmas e respetivo acompanhamento, no sentido de prevenir fatores de exclusão, dos residentes nos empreendimentos sociais de Argoncilhe, Canedo, Lobão, Caldas S. Jorge, Fiães, Lourosa, S. João de Ver e Mozelos.

Pretende-se ainda dar continuidade ao trabalho desenvolvido na atenuação do fenómeno do Alcoolismo, em parceria com a *Ser Mais Pessoa* - Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira, o Núcleo Prevenir e com a Unidade Especializada de Tratamento da Equipa Especializada de Santa Maria da Feira, nas freguesias de Paços de Brandão, Sanguedo e na União de Freguesia Souto e Mosteirô, incidindo na prevenção, tratamento e acompanhamento aos indivíduos em recuperação/abstinência, através dos grupos de auto-ajuda da *Ser Mais Pessoa*, bem como, do acompanhamento psicossocial às respetivas famílias efetuado por esta Associação.

1.2. Procura Habitacional

Em matéria de procura de habitação social, garantir-se-á o atendimento/accompanhamento aos munícipes, em consonância com os pressupostos de intervenção concertada e integrada dos fóruns sociais. Neste seguimento, proceder-se-á à atualização do diagnóstico das carências habitacionais de todos os processos em análise, no sentido da adaptação e/ ou criação de novas respostas. Verificou-se, no primeiro semestre de 2015, a abertura de 47 processos, sendo que a média de idades dos munícipes requerentes da procura habitacional situa-se nos 40 anos. Os motivos da procura habitacional são na sua grande maioria correspondentes à existência de baixos rendimentos, desemprego involuntário e de longa duração e rendas elevadas no mercado privado de arrendamento.

1.3. Programa de Realojamento

Em conformidade com o novo regime do arrendamento apoiado para habitação, (Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro) prevê-se em 2016 a realização de dois momentos de atribuição de habitação social, pretendendo-se a ocupação de 18 fogos que correspondem a 50% do total de habitações vagas e prontas a habitar (36), nas freguesias de Souto, Lobão, Fiães, Nogueira e Paços e Caldas de Jorge.

1.4. Residências Partilhadas

Face aos constrangimentos vários dos agregados unipessoais na resolução das suas necessidades habitacionais, resultando do difícil acesso ao mercado de arrendamento e inexistência de uma resposta municipal direcionada para este grupo, continuação dos esforços junto da rede social concelhia Fóruns Sociais, com vista à implementação de residências partilhadas no concelho e ou adaptações de edifícios devolutos em tipologias T0 e T1.

2. Gestão Patrimonial do Parque Habitacional

2.1. Apoio e Acompanhamento jurídico

Para o ano 2016, o Gabinete Jurídico e de Contencioso (GJC) da DASQV pretende harmonizar procedimentos face às novidades legislativas do ordenamento jurídico nacional, nomeadamente com a entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo – Lei 4/2015 de 7 de janeiro e do novo regime do arrendamento apoiado aplicável ao parque habitacional do Município – Lei nº 81/2014 de 19.12, dando especial enfoque e prioridade às seguintes atividades:

- Adaptação das relações contratuais de arrendamento apoiado em vigor no Município, face ao novo quadro legislativo, no que respeita à forma e conteúdo dos respetivos contratos celebrados com os nossos inquilinos;
- Adaptação do procedimento interno – Relação Município/Inquilino, tendo como linha orientadora o princípio da boa administração, que integra os princípios constitucionais da eficiência, economicidade e celeridade, com vista à aproximação dos Serviços às populações e consequente desburocratização da atividade administrativa.

Tendo presente, não só a atual conjuntura socioeconómica, que conduz ao aumento da taxa de incumprimento dos inquilinos do Município mas também a missão da DASQV que assenta na promoção do desenvolvimento social integrado, com vista à melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais mais vulneráveis, o Gabinete Jurídico e de Contencioso pretende desenvolver respostas e executar as atividades de suporte jurídico em que é responsável, nomeadamente:

- Definir e implementar nos termos do novo quadro legal em vigor – Lei nº 81/2014 de 19.12, a cessação do contrato de arrendamento em situações de incumprimento contratual,



decorrentes da gestão do parque habitacional municipal, nomeadamente na instauração de 5 procedimentos de despejo;

- Privilegiar a resolução extra judicial das situações de incumprimento contratual dos inquilinos do parque municipal de arrendamento social, diligenciando no cumprimento de 10 acordos de pagamento faseado de rendas vencidas e não pagas em vigor e na celebração de 10 novos acordos;
- Prestar apoio técnico nas relações contratuais a estabelecer ou já constituídas com munícipes e/ou entidades/ instituições, nomeadamente na elaboração, modificação ou revogação de contratos ou protocolos de colaboração na área de atuação da DASQV;
- Representar o Município nas reuniões para o qual é convocado relativas à gestão das partes comuns do património habitacional municipal sob gestão da DASQV;
- Disponibilizar legislação e textos técnicos relativos à área de atuação da DASQV;
- Manter atualizada a base de dados de todos os processos encaminhados e em acompanhamento jurídico no G.J.C;
- Promover o acesso dos cidadãos à informação relevante sobre os serviços prestados na DASQV.

2.2. Gestão económica e financeira

Dispondo de um Parque Habitacional de Arrendamento Social que abrange 774 frações habitacionais, 92 frações de garagens e 6 frações espaço de lojas, totalizando um universo de 2000 residentes, ao Município compete manter uma equilibrada e eficiente gestão económica e financeira do mesmo, de modo a garantir uma gestão integrada, quer social, quer economicamente, desta Infraestrutura Municipal.

Sob estes pressupostos, no ano de 2016 são objetivos de atuação preponderante:

- Garantir, por um lado, a monitorização e análise dos efeitos surgidos no âmbito da alteração do quadro legislativo referente à aplicação do novo Regime do arrendamento apoiado para habitação e atribuição de habitações, em vigor desde Março de 2015 – Lei nº 81/2014 de 19.12 e da correspondente atualização ordinária dos valores de renda no Parque Habitacional do Município, bem como, das regras vigentes de Bonificação Municipal ao valor de renda apoiada;
- Proceder ao controle e administração do cumprimento do Plano Excepcional de Recuperação de Dívida, implementado no último trimestre de 2015, respeitante a situações de incumprimento contratual por falta de pagamento de renda que contemplam condições temporariamente favoráveis à regularização do mesmo;



- Em virtude da antiguidade, vetustez e dos elevados encargos económicos e financeiros exigidos à conservação do património EX-IGAPHE, é justificada a intenção de manter a análise dos custos financeiros implicados neste nível de gestão, por forma a minimizar os encargos anuais associados, potenciando o índice de sustentabilidade do mesmo, através de uma potencial alienação deste património;

De salientar que, este nível de gestão económica e financeira do Parque Habitacional necessita de continuar a contemplar o acompanhamento mensal célere e atento a todos os inquilinos residentes em incumprimento mediante os mecanismos previstos, e entre os quais se destaca, a atualização extraordinária e anual dos valores de renda dos contratos de arrendamento sob égide da Lei supracitada, e por outro, elaborar os Planos de Pagamento faseados, adequados à sua situação socioeconómica, a par de um acompanhamento social de proximidade, de modo a minimizar, por um lado, os constrangimentos e vulnerabilidades económicas sentidos por estes agregados familiares, e por outro, o evitar da contração e da acumulação de dívida.

2.3. Gestão da manutenção e conservação

A gestão da manutenção e conservação do parque de habitação do Município de Santa Maria da Feira envolve a realização de ações de vistorias/acompanhamento, de fiscalização e de intervenção, quer ao nível de ações preventivas, quer ao nível de ações corretivas.

Estas ações assentam em critérios de sustentabilidade socioeconómica e de equidade que garantam desta forma o aumento da vida útil dos elementos funcionais dos edifícios e assim contrariar a evolução da degradação deste património. Simultaneamente, prioriza-se o envolvimento da participação da população residente de uma forma construtiva e pedagógica, para que torne este processo ainda mais capaz e racional.

Neste sentido, para 2016, pretende-se manter a metodologia estabelecida no Sistema de Gestão da Qualidade da DASQV, a qual envolve uma estrutura de intervenção que inclui uma parceria com a Casa a dos Choupos, Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, C.R.L., desde setembro de 2009, para a execução de trabalhos ao nível da construção civil de pequena intervenção com natureza preventiva e corretiva. Estima-se que esta parceria assegure cerca de 70% dos trabalhos de manutenção e conservação de pequena intervenção essencialmente no domínio da pintura e trolha, prevendo-se a execução de 170 intervenções.

Os restantes trabalhos correspondentes a cerca de 30 % envolvem outras especialidades da construção civil, designadamente, pichelaria, eletricidade, telecomunicações, serralharia, carpintaria e vidraria. Pretende-se que estes trabalhos sejam assegurados pelas Brigadas Municipais ou através de contratação de serviços.

Para as grandes e médias intervenções prevê-se que os trabalhos sejam realizados pelas Brigadas Municipais ou por recurso a processo(s) de contratação de empreitadas.

No sentido de garantir a execução de um plano de ações de vistoria e consequente análise de deficiências/não conformidades detetadas, pretende-se para 2016 a cooperação de uma equipa de dois técnicos para garantir a sua execução na totalidade do parque habitacional. Esta necessidade decorre da degradação dos edifícios e a necessidade de minimizar e prevenir ocorrências/participações de deficiências, bem como da verificação do cumprimento contratual relativamente ao uso da fração e partes comuns.

Tendo presente o Eixo I - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 2014-2020 – Portugal 2020, que envolve o apoio à eficiência energética à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação, prevê-se a possibilidade de enquadramento de candidatura neste apoio comunitário de financiamento com vista a promover reabilitação deste parque habitacional fomentado no objeto específico deste eixo – “aumento da eficiência energética no setor residencial”. Pelo que, pretende-se em 2016 orientar o estudo desenvolvido ao longo do ano transato respondendo deste modo às exigências específicas deste programa de apoio.

Relativamente ao património habitacional em que o Município participa na sua gestão enquanto condómino, prevê-se para 2016 representar o Município em 8 reuniões relativas à gestão da manutenção e conservação das respetivas partes comuns.

2.4. Outras Medidas de Apoio Habitacional

2.4.1. Medida Autoconstrução e Programa SOLARH

Para 2016 pretende-se a manutenção dos apoios enquadrado na medida Auto-Construção destinada aos munícipes carenciados, detentores de terreno ou de habitação devoluta, e que pretendam construir ou recuperar a sua própria habitação, disponibilizando gratuitamente projeto de arquitetura e de especialidades; acompanhamento e direção de fiscalização da obra, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho e isenção de pagamento de taxas de urbanização e licenciamento, nos termos da alínea d), do artigo 63.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

Quanto ao Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação – SOLARH, será garantido todo o apoio técnico para a elaboração de candidaturas com vista à apresentação junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU, nos termos do D. L. n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo D.L. n.º 25/2002, de 11 de Fevereiro. Contudo, as candidaturas dependem da disponibilidade financeira alocada pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana a este programa de apoio.

2.4.2. Mercado Social de Arrendamento

Em 16 de Maio de 2012 o Município aderiu ao Mercado Social de Arrendamento (MSA), uma das medidas do Programa de Emergência Social do Governo que possibilita o acesso à habitação a pessoas que dispõem de rendimentos que não sendo suficientemente elevados para aceder ao mercado livre de arrendamento também não são suficientemente baixos para serem enquadrados no mercado de arrendamento social, ou seja, no Programa de Realojamento Municipal.

Assim, e nos termos do protocolo formalizado, esta Divisão pretende garantir a prestação de esclarecimentos aos cidadãos que manifestem interesse em candidatar-se às habitações localizadas no Concelho e realizará o necessário acompanhamento técnico para o envio de candidatura ao MSA.

AÇÃO SOCIAL

1. População Sénior – Programa Raízes do Afeto

A implementação, gestão e monitorização do novo Plano Estratégico para a Terceira Idade (2015-2020), apresenta-se em 2016 como o objetivo chave da atuação do município no domínio da população idosa. Este instrumento de política local prevê uma abordagem multidisciplinar e em rede às questões do envelhecimento e a preparação individual e das organizações concelhias para os desafios do mesmo. Do ponto de vista estratégico, este plano insere-se no âmbito das orientações e necessidades identificadas pelo Plano de Desenvolvimento Social Concelhio, permitindo dinamizar uma estratégia concelhia global, alicerçada em planos estratégicos específicos.

Para além disto, será dada continuidade às ações/projetos/programas já implementados, tendo-se no entanto duas prioridades:

- Obtenção de novas fontes de financiamento, por meio da apresentação de candidaturas, nomeadamente PT2020, Norte 2020, entre outros, que garantam a sustentabilidade das ações;
- Prospecção e formalização de protocolos de parceria com organizações estratégicas de âmbito local, regional, nacional e internacional, com vista ao reforço da cooperação, intercâmbio e partilha de experiências.

Deste modo, os objetivos estratégicos da atuação municipal no âmbito do envelhecimento para 2016, serão os seguintes:

- Consolidar as atuais medidas e programas existentes, adaptados aos interesses e necessidades da população sénior, desenvolvidos pelo Município;
- Introduzir sistemas de avaliação de impacto das ações executadas no Plano, ao nível socioeconómico e de indicadores de saúde;
- Disseminar Boas Práticas ao nível dos Programas e Iniciativas em cooperação com os Pelouros da Educação, Desporto e Juventude e o da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus;

1.1. Medida de Promoção Educativa e Acesso à Sociedade do Conhecimento

Em 2016 o Programa e-mili@, dará continuidade ao funcionamento dos seus 33 pontos educativos, perspetivando-se a participação de 500 idosos, com os quais se desenvolverão sessões (in)formativas sobre o uso e acesso às novas tecnologias, como o computador e a *internet*, sessões de alfabetização/literacia, perspetivando-se o alargamento a outros pontos educativos.

O funcionamento semanal dos 33 pontos e-mili@, será apoiado pelos voluntários do Banco Local de Voluntariado; Banco do Tempo; beneficiários de medidas ativas de emprego *do IEFP* e por elementos das entidades parceiras do Município, nomeadamente oriundos do Programa Movimento e Bem Estar. Continuar-se-á a atualizar e a dinamizar a Plataforma *online* e-mili@ (emilia.inescporto.pt), de modo a que os seniores do Concelho possam encontrar, pesquisar e ter acesso a informações sobre os vários projetos e iniciativas existentes no Concelho, bem como, outras informações e utilizações úteis relacionadas com os Organismos públicos da Administração Pública, Segurança Social, Município, Autoridade Tributária, Portal da Saúde, entre outros.

1.2. Medida de Atividade Física e Desporto e Participação Ativa das Pessoas Idosas

O **Programa Movimento e Bem-Estar**, que abrange já uma participação fortíssima da população sénior concelhia, cerca de 1800 pessoas, em parceria com 48 entidades (30 IPSS's, 15 Juntas de Freguesia e 3 associações Culturais e Recreativas, comemorará o seu 15º aniversário em 2016.

Pretenderá no ano de 2016 com a prossecução das suas atividades físicas, no sentido de atingir os seguintes objetivos: aumentar o número de participantes séniores e de entidades aderentes; realizar atividades adequadas às preferências e características físicas/cognitivas de todos os participantes; apoiar na organização dos transportes e acessibilidades ao Programa; dar continuidade à articulação com os Serviços de Saúde Concelhios (Hospital São Sebastião, Centro de Saúde de Santa Maria da Feira, Unidades de Saúde Familiares/Extensões de Saúde e Termas das Caldas de S. Jorge) por forma a divulgar o Programa, sensibilizando a população sénior a participar nas atividades.

Apostando de um modo mais abrangente na área da saúde e bem-estar da população idosa, o **Programa Movimento e Bem-Estar** dinamizará neste ano novas atividades dirigidas à população sénior com mobilidade reduzida ou portadora de algum tipo de deficiência, como o *Ténis de Mesa* e o *Badminton*, existindo a necessidade de estabelecer protocolos de parceria com entidades/associações que já desenvolvam estas modalidades.

De Outubro de 2015 a Julho de 2016, o Programa Movimento e Bem-Estar dinamizará as seguintes iniciativas:

1. Ginástica de Manutenção semanal ou bissemanal;
2. Hidroginástica semanal ou bissemanal nas Piscinas Municipais;

3. Realização de 30 *Matinés Dançantes* dinamizadas pelas entidades protocoladas, Juntas de Freguesias e outras entidades que queiram colaborar e apoiar a atividade;
4. Caminhadas com sessões de *relaxamento*, pelas 21 freguesias do concelho;
5. Realização dos Jogos de Natal, Jogos da Páscoa e XII Olimpíadas Seniores,
6. Realização de três torneios concelhios de *Boccia* nos Jogos de Natal, Páscoa;
7. Ensino de dança e promoção do Grupo de Dança Medieval e da participação na Orquestra Criativa;
8. Dinamização das Comemorações do Dia Mundial da Saúde, na semana de 04 a 08 abril, em parceria com os serviços de e associações de saúde concelhios, Fórum Sénior Municipal e os Fóruns Sociais com o desenvolvimento de atividades de prevenção e formação na área da saúde.

1.3. Medida de Criação de Respostas Especializadas para Idosos

O projeto Intermunicipal *Cuidar de Quem Cuida* atinge o término do financiamento concedido pelo Programa Cidadania Ativa, em Fevereiro de 2016, cujos fundos são provenientes do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants 2009-2014), em Portugal geridos pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Até ao momento ainda não foram encetadas reuniões do Conselho de Acompanhamento para análise e discussão acerca da continuidade do projeto. Deste modo, o promotor do projeto, CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo, e os parceiros Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga - EPE e CASO50+, Associação, procederão à análise e redação do relatório final dos resultados do projeto, dados que serão determinantes na análise da pertinência de continuidade e modelo de ação do mesmo.

Para além disto, em 2016, do ponto de vista municipal e regional, do projeto decorrido entre 2009 e 2013, serão asseguradas no Município as respostas específicas de apoio aos cuidadores, em concertação e parceria com os serviços de cuidados de saúde primários. Para além disso, serão levadas a cabo em 2016, as seguintes ações:

- **Gabinete de Apoio ao Cuidador:** gestão do gabinete municipal de apoio e encaminhamento individual do cuidador informal, dinamizada pela Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião. Prevê-se em 2016 a realização de um total de 120 ações (Consultas e Visitas de Atenção ao Domicílio) dirigidas aos cuidadores informais de pessoas com demência (ex. doença de Alzheimer).
- **Disseminação do modelo de intervenção do projeto *Cuidar de Quem Cuida* na Área Metropolitana do Porto:** Partindo do cronograma definido do projeto, esta linha de ação em 2016 fará o acompanhamento técnico às ONG em processo de capacitação e o relatório final

de ação. Neste processo, o Município apoiará o CASTIIS na implementação do programa psico-educativo do *Cuidar de Quem Cuida* junto das ONG dos municípios da AMP que formalizaram parceria até então. Para além disto, será concluída a elaboração do estudo de análise ao impacto socioeconómico da ação do projeto, junto dos cuidadores.

- **Grupos de intervenção psico-educativa:** realização de dois grupos psico-educativos e respetivas sessões de estimulação aos doentes, com colaboração e parceria da enfermagem e terapia ocupacional dos serviços de saúde concelhios.
- **Grupos de Ajuda Mútua:** em parceria com os serviços de cuidados de saúde primários locais, mensalmente, serão dinamizadas sessões de apoio mútuo entre os cuidadores que já participaram nos grupos psico-educativos.
- **Serviço de Descanso ao Cuidador - soluções de internamento temporário:** recolha, nos grupos psico-educativos, de inquéritos que avaliam a opinião dos cuidadores face à necessidade de se obter serviços de descanso ao cuidador na Rede de Equipamentos Sociais Concelhios.
- **Fóruns de Discussão:** os parceiros da Rede Social atribuem cada vez mais importância à realização de sessões pontuais e específicas sobre a problemática da doença de alzheimer e do papel dos cuidadores informais. Deste modo, dar-se-á continuidade ao apoio técnico de organização destes encontros e de intervenção técnica nos mesmos.

1.4. Medida de Apoio na Luta Contra as Condições de Pobreza Crónica de Pessoas Idosas

Em cooperação com os parceiros da Rede Social /Fóruns Sociais de Freguesia, nomeadamente, Forças de Segurança Pública, Segurança Social, Serviços de Saúde, e com vista a combater o isolamento dos idosos, dar-se-á continuidade ao esforço e conceção da iniciativa Teleassistência, bem como a um serviço de pequenas reparações dirigido a esta população.

Numa lógica de responsabilidade social e de parceria, esta medida continuará a prestar apoio às situações de maior vulnerabilidade através do programa do **Cartão Feira Sénior**, prestando apoio especialmente aos seniores com menores recursos económicos, participando nas despesas com medicamentos e nas taxas de água e luz e no apoio excecional no domínio da habitação, em pequenas obras de melhoria do conforto habitacional.

Em 2016 será dinamizado um plano de reforço de parcerias com empresas concelhias e envolvendo a colaboração dos Fóruns Sociais de Freguesia, no sentido de permitir o estabelecimento de protocolos de colaboração em áreas estratégicas e de proximidade aos seniores.

1.5. Medida de conservação do património cultural e da memória coletiva das comunidades:

Passeios na Minha Terra

No ano de 2016 esta medida continuará com o Programa Passeios na Minha Terra, dirigido à população sénior, justificada pelo elevado número de inscrições na edição de 2015, correspondente a 1500 participantes.

Após consulta aos membros do Fórum Sénior Municipal e aos seniores participantes, no sentido de manifestarem o seu interesse na temática/destino dos “Passeios Na Minha Terra”, em 2016, sugere-se que o destino seja a Região Centro do País.

O Programa continuará a privilegiar roteiros adaptados a pessoas idosas com incapacidades, recorrendo à carrinha adaptada “Mobilidade Para Todos”, ao apoio das IPSS's, Juntas de Freguesia e União de Freguesias, Associações culturais, desportivas e recreativas, e comunidade em geral.

1.6. Medidas de formação e educação em cuidados pessoais

No âmbito desta medida e do projeto *Abecedário da Saúde* na área da literacia em saúde, financiado pela *Fundação Calouste Gulbenkian* será dada continuidade ao plano de ações de sensibilização/formação nesta área (15) e na área da segurança e violência/maus tratos das pessoas idosas (15), em articulação com o Fórum Sénior do Concelho, com os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias e outros parceiros com projetos dirigidos a esta população.

1.7. Fórum Sénior do Concelho de Santa Maria da Feira

O Fórum Sénior do Concelho de Santa Maria da Feira procurará em 2016 fazer chegar às devidas instâncias públicas (Segurança Social, Câmara Municipal, PSP, GNR, entre outras) relatórios específicos com as ideias, propostas e conclusões resultantes do périplo de reuniões, decorridas em 2015, com diversos *stakeholders*, sobre a temática da violência e as pessoas idosas.

Para além disso, o Fórum pretende organizar um *encontro concelhio de boas práticas* relativas a projetos e iniciativas destinadas à população sénior. O objetivo será valorizar e apresentar práticas, inscritas nas atividades das IPSS ou outras organizações com atuação no Concelho, e ainda convidar outras práticas nacionais.

Pretende-se ainda proceder à edição de três *newsletters* com conteúdos elaborados por seniores do concelho, entidades e/ou comunidade em geral.

De notar que, sendo o Fórum um espaço aberto e cuja dinâmica é fundamentalmente desenvolvida nos encontros que se realizam, poderão ser realizadas outras atividades pelo seu Grupo Operativo, no âmbito das dinâmicas que se forem desenvolvendo.

1.8. Plano Estratégico para a Terceira Idade

A definição de políticas públicas locais assume cada vez mais metodologias assentes em lógicas de governança de proximidade, construídas com base em metodologias que potenciem a participação e

envolvimento dos agentes locais e *stakeholders* da própria política. Deste modo, em 2016 será apresentado, implementado e monitorizado o novo Plano Estratégico para a Terceira Idade 2015-2020, enquanto instrumento estratégico de orientação à política local dirigida ao envelhecimento.

1.9. Dia Metropolitano dos Avós

O Município de Santa Maria da Feira tem vindo a participar desde a primeira edição nas Comemorações do Dia Metropolitano dos Avós, numa organização conjunta da Área Metropolitana do Porto, em parceria com os Municípios que a integram, tendo por objetivo reconhecer e valorizar o papel que os avós desempenham na comunidade.

Em 2015 este dia festivo e de convívio ocorreu no Europarque, pela segunda vez, tendo sido o Município de Santa Maria da Feira o organizador desta iniciativa da AMP, que proporcionou a participação de 6000 avós (2000 do Concelho de Santa Maria da Feira e de 4000 oriundos dos outros 16 Municípios da AMP).

Para o ano de 2016 o Município continuará a demonstrar vontade em participar neste evento partilhado, de importância relevante para a população sénior do seu concelho.

1.10. Programa Termal Sénior

O programa Termal Sénior destina-se aos seniores residentes do Concelho de Santa Maria da Feira com 65 ou mais anos e resulta da parceria estabelecida, em 2012, entre o Município e as Termas das Caldas de S. Jorge.

Numa perspetiva de prevenção, promoção ou reabilitação da saúde, desenhados à medida das necessidades de cada termalista nas áreas do foro reumático, músculo-esquelético, vias respiratórias e pele, pretende-se melhorar a saúde e a qualidade de vida das pessoas com maiores dificuldades no acesso a estas terapias termais.

Face às condições deste programa e aos ganhos em saúde e bem-estar tem vindo a verificar-se um aumento anual na adesão dos seniores do concelho ao termalismo, pelo que se propõe a continuidade desta parceria em 2016. Por outro lado, continuar-se-á e promover uma maior divulgação junto dos seniores do concelho, do EDV e da AMP, de modo a estimular uma maior adesão por parte dos idosos com maior vulnerabilidade social e económica.

2. Animação Sociocomunitária – Incluir Pel’Arte

2.1. Arte e Comunidade

O trabalho artístico com as comunidades é uma prática corrente do exercício da intervenção comunitária que a DASQV vem desenvolvendo há vários anos, assumindo diferentes linguagens artísticas (música, teatro, dança, novo e velho circo, performances), rica em cruzamentos disciplinares que dão visibilidade às suas gentes, e ao seu território.

Acreditar, Ousar e Fazer Acontecer são premissas que pautam esta prática de construção artística coletiva, que envolve artistas e comunidade. Deste modo, o ano de 2016 não deixa de parte esta ambição de construir uma comunidade mais participativa, democrática, com espírito crítico e estético, apresentando-se propostas que pretendem dar continuidade a projetos já no terreno e outros novos desafios.

2.1.1. Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira (OC)

Orquestra Criativa integra vários grupos musicais do concelho de Santa Maria da Feira que anualmente se envolvem na criação de um repertório original que se estreia em iniciativas de relevo do município.

A riqueza deste trabalho artístico com a comunidade assenta no processo de envolver em cada ano pessoas de idades e meios diferentes, com competências diferentes, provenientes de grupos distintos, que se juntam formando uma nova comunidade, que, durante meses, partilham experiências contribuindo para a construção coletiva de um espetáculo. Um projeto artístico é inclusivo na medida que muitas vezes provoca mudança, transforma, e dessa forma contribui para a inclusão.

Para 2016 o desafio passa por alargar o projeto a duas novas freguesias nas quais decorrem os Fóruns Sociais de Freguesia, nomeadamente, na União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior e na de Lobão, Gião, Guisande e Louredo, bem como, dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas comunidades de Milheirós de Poiares, Argoncilhe, Mozelos, Santa Maria da Feira e Lourosa.

2.1.2. Livro “A Emocionante História de Francisco Afonsina e Outras Coisas Mais”

Ao longo de dois anos, a *Orquestra Criativa* realizou experiências musicais e performativas inovadoras e acumulou múltiplos conhecimentos que fomentaram progressivamente o desejo de realização de uma produção artística que partisse da criação coletiva de uma história original.

“*A Emocionante História de Francisco, Afonsina e Outras Coisas Mais*” resultou do trabalho desenvolvido por cinco grupos de faixas etárias diversas, durante quatro meses, no laboratório de criação da história: os adultos do Empreendimento Social do Ferradal (Fiães) e da Ser Mais Pessoa - Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, os jovens da percussão *Rufus & Circus*, da Cooperativa Casa dos Choupos, duas turmas do Ensino Básico do 1º Ciclo de Fiães (3º e 4º ano da EB1 da Barroca) e um grupo de alunos da escola EB2,3/S D. Moisés Alves de Pinho de Fiães.

Em 2016 inicia-se uma nova fase, a de promoção e divulgação do livro, quer pelo concelho, quer pelo País, estando prevista como agenda: uma sessão de apresentação da obra na sede do concelho, tendo como convidados todos os envolvidos neste grande processo coletivo, e pelas quatro escolas de origem dos jovens ilustradores (ESE, ESAD, Escola Soares dos Reis, e faculdade de Belas Artes), e, ainda no Festival de Ilustração de S. João da Madeira.

2.1.3. O BEST OF da Orquestra Criativa

Em 2016 pretende-se fazer o registo em CD com as composições originais que a *Orquestra Criativa* criou ao longo destes sete anos de existência (cerca de 45 músicas e canções). Sob o formato de concerto no Cine Teatro António Lamoso, apresentar um espetáculo com e envolvimento de todos os que passaram e/ou colaboraram com a orquestra ao longo destes anos.

2.1.4. “A Pomba da Paz é Cheia de Revoluções Futuras”

A Pomba da Paz é Cheia de Revoluções Futuras é a designação geral do espetáculo que propomos construir durante dois anos, no âmbito do projeto orquestra criativa, resultado da candidatura ao programa cultura da Direção Geral das Artes (Dgartes).

Este projeto tem como objetivo incentivar, não só a criação musical, enquadrado no *Festival Imaginarius*, mas também desenvolver sessões criativas sobre o conteúdo filosófico que darão corpo aos espetáculos da orquestra. A pomba da paz é símbolo de uma ambição nobre da humanidade, a paz é uma condição desde sempre procurada e nunca totalmente realizada. As sessões vão utilizar o tema das “revoluções futuras” como ponto de partida com muitíssimas possibilidades de interpretação, e através dos laboratórios de construção de esculturas sonoras será introduzida uma tecnologia muito pouco usual no âmbito dos projetos comunitários, de pouco custo e de fácil abordagem, mas com enormes possibilidades de pesquisa.

Desta forma cria-se um intenso diálogo entre tradição e inovação, aproveitando elementos da tradição como a música popular, música erudita e música de repertório das bandas musicais locais.

2.1.4. Sinfonia do Prédio

Sinfonia do Prédio é um fragmento do mundo, um teatro musical, para trabalhar com 20 a 50 munícipes residentes no parque habitacional do Município, protagonistas que nos seus novos papéis darão alma a uma obra sonora e visual.

O desafio passa pela montagem de uma produção, fora dos espaços convencionais dos concertos, numa encenação em que o palco é o próprio prédio, com o envolvimento da população, desenvolvendo um trabalho ao nível da perceção dos sons das suas rotinas, corpos e movimentos, comunicações não-verbais.

Este trabalho será desenvolvido entre Setembro e Outubro, de modo a ser apresentado e integrado na programação do dia 17 de Outubro – Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

2.1.5. LAb INDança

O projeto pretende estender o trabalho de dança iniciado com um grupo de 15 pessoas com necessidade especiais, a frequentar a Cerci-Lamas, a mais 15 pessoas com e sem deficiência, com ou sem experiência em dança. O objetivo é o de facultar um espaço para aulas regulares de dança inclusiva aberto a todos os que queiram fazer parte deste processo artístico performativo, gerando uma rede de atividades que quebrem o isolamento através das artes.

O *Lab INDança* contempla, ainda, duas residências artísticas de pesquisa e formação com a colaboração de dois coreógrafos nacionais Clara Andermatt e Rui Horta, e, um seminário com a participação de Henrique Amoedo. A transdisciplinaridade é um vetor marcante desta proposta, em torno da qual desenvolvem-se processos de colaboração e cruzamento de linguagens (Performance, Fotografia, Vídeo e Som), que contribuem para novos objetos artísticos.

2.1.6. O Circo Chega à Feira

O *Circo chega à Feira* é um projeto que, em parceria com a Comissão de Proteção de Jovens e Crianças e Rede Social (CLDS/RLIS/Fórums Sociais/Cooperativa Casa dos Choupos), ao longo de dois anos, visa proporcionar a 20 jovens NEET a possibilidade de descobrirem no circo novas abordagens para as suas vidas.

Trata-se de afirmar um projeto de inclusão social pela arte assente na capacidade de incluir jovens frequentemente envolvidos em trajetos sem projeto, com enorme probabilidade de conduzirem à marginalidade.

Várias são as atividades previstas para esta formação contínua (animação de rua, atividades em meio escolar, animação de eventos, espetáculos de sala), a cargo da Companhia Radar 360 (Porto), de forma a proporcionar experiências enriquecedoras aos jovens e o contacto com o público, promovendo a aprendizagem ao longo da vida e incentivando a formação de hábitos culturais.

2.2. Feirinha pela Noitinha

Resultante de uma parceria entre o Bazar – Loja Social e a Casa dos Choupos, Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL, a *Feirinha pela Noitinha* tem por objetivo promover um espaço de divulgação de iniciativas criativas e empreendedoras, em diferentes áreas, desde o artesanato urbano, aos acessórios de moda, às artes plásticas, aos artigos *vintage* e em 2º mão.

Realizada em espaço aberto e no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira, de Janeiro a Outubro, pretende dinamizar o comércio local e o emprego, dando oportunidade a pessoas desempregadas e/ ou à procura do 1º emprego, ou outros cidadãos, de terem um espaço de exposição e venda, e de alguma forma contribuir para complementar o orçamento familiar.

No ano de 2016 serão realizadas três: Feirinha até com Fogacinha (Janeiro), Mercado *Imaginarium* (Maio) e a “Feirinha em Setembro Rockando e Criando” (Setembro), em parceria com o Ponto P.

2.3. Bazar

Enquadrado nas medidas do Empreendedorismo e da Inovação social, o *Bazar* procura, em cooperação com entidades, organizações, voluntários e todos os que pretendam contribuir para o enriquecimento comunitário, proporcionar diferentes atividades, tais como:

- **Banco de Tempo:** sistema de organização de trocas solidárias que promove o encontro entre a oferta e a procura de serviços, utilizando como moeda o tempo.



- **Núcleo do Reiki:** movimento que proporciona à comunidade as suas vertentes: terapia, formação, voluntariado e apoio solidário.
- **Oficinas Criativas:** abertas a toda a comunidade interessada, em horários pós-laborais, explorará em 2016 as temáticas: Marketing conduzido pelo Ricardo Peixe da *InsideOut*; Design-Produto orientado pelo Ivo Maia da *IvoMaiaDesigners*; Artes e Políticas de empresa sob a orientação de Beatriz Abreu da Escola de Direção e Negócios (AESE); e por fim, Inovação Social dirigido pelo Daniel Teixeira Coelho do Centro Inovação Social Porto.
- **Tertúlias** - espaços informais de conversa, serão realizadas no âmbito dos temas das Oficinas Criativas previstas (Marketing, Design Produto, Artes e Políticas de empresa), assim como no seguimento das edições anteriores das Tertúlias Social Empreendedor e Inovação Social (Março, Junho e 17 de Outubro – Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza).

3. Programa *Concelho Solidário*

3.1. Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

Numa lógica de participação e responsabilização social, prevê-se dar continuidade às medidas de concertação e complementaridade que potenciem soluções que permitam responder às necessidades atuais subjacentes ao contexto socioeconómico, melhorando as condições de vida dos grupos mais vulneráveis, através de um trabalho articulado com a Rede Social concelhia, por forma a colmatar as situações de emergência social. Assim sendo, garantir-se-á a aplicabilidade das medidas regulamentadas pelo Programa “Concelho Solidário”, nomeadamente, ao nível da Medida A – Apoio a situações de emergência social de caráter pontual e temporário a estratos sociais desfavorecidos e ao nível da Medida B – Apoio Excecional no Domínio da Habitação. No 1º semestre de 2015, foram atribuídos 35 apoios no âmbito da medida A.

3.2. Projetos de promoção da responsabilidade social

- **Rede de Restaurantes e Padarias Solidários**, como resposta de emergência alimentar, continua a assentar a sua dinâmica na responsabilidade social de 22 restaurantes, que apoiarem famílias, disponibilizando diariamente e de forma gratuita 110 as refeições. Por outro lado, a Rede de Padarias Solidárias disponibilizam diariamente 300 pães a pessoas/entidades;
- **Mercado da Solidariedade** – através de parcerias com entidades de comercialização e campanhas de recolha de alimentos, o Mercado da Solidariedade continuará a ser uma resposta de apoio alimentar à população mais vulnerável e de combate ao desperdício.



- **Programa “Sorrisos”** – continuará a ser uma resposta de apoio, no âmbito da saúde oral, aos jovens e crianças do concelho, com idade inferior a 18 anos, com a parceria de médicos dentistas voluntários neste programa
- **Banco de Projetos Sociais - Apadrinhamento Empresarial**, estruturado no âmbito da responsabilidade social empresarial, no seio da Rede Social, em 2016 pretende oferecer às empresas, promotoras de uma filosofia empresarial solidária, um serviço de informação, análise e avaliação de projetos sociais encetados por parceiros da Rede Social, tendo em conta as prioridades definidas na estratégia para o desenvolvimento social de Santa Maria da Feira.
- **Banco de Materiais de Construção e de Ajudas Técnicas** continuará a sensibilizar as empresas para a importância de adoção de práticas de responsabilidade social estruturadas, de modo a possibilitar a disponibilização de materiais de construção civil e de ajudas técnicas, para promover a melhoria das condições habitacionais e de vida dos idosos e de pessoas portadoras de deficiência;

3.3. Outras Iniciativas/Atividades

3.3.1. Rendimento Social de Inserção – Núcleo Local de Inserção

Em conformidade com o trabalho de parceria desenvolvido com o Núcleo Local de Inserção da Segurança Social de Santa Maria da Feira, o Município continuará a participar de forma ativa nas reuniões de acompanhamento e elaboração dos planos de inserção no domínio da habitação dos beneficiários da medida rendimento social de inserção.

3.3.2. Serviços de Saneamento e Abastecimento de água/ Recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos/Rede de Água e Saneamento

Apoiar tecnicamente os agregados familiares, em situação de vulnerabilidade socioeconómica, no âmbito das informações e procedimentos inerentes a estes serviços.

4. Migrações

Alinhado com o Plano Estratégico das Migrações 2015-2020, o Município propõe-se articular e integrar as políticas migratórias, quer relativa às entradas, quer relativas às saídas, internalizando uma visão integrada, com vista ao desenvolvimento de respostas que visam reforçar as medidas de promoção da integração e inclusão de novos nacionais; valorizar o capital humano existente na diáspora feirense emigrante e imigrante, com vista a criar e explorar oportunidades para o território, as empresas e a economia de Santa Maria da Feira, contribuindo igualmente para o reforço da atração e circulação de talento; aprofundar a rede de parcerias com entidades públicas e privadas, no acompanhamento e enquadramento dos migrantes e por último definir estratégias municipais concertadas das entidades envolvidas na área das migrações. É também intenção do Município iniciar o processo de

implementação/criação de um Fórum Municipal das Migrações, que promova a discussão de problemáticas relacionadas com a condição Migrante de muitos emigrantes e imigrantes residentes no Concelho.

4.1. Rede Portuguesa das Cidades Interculturais (RPCI)

O Conselho da Europa (CoE) criou em 2008, Ano Europeu do Diálogo Intercultural, a Rede Europeia de Cidades Interculturais (RECI), que integra atualmente 60 cidades. Várias cidades portuguesas manifestaram ao CoE a vontade de aderir à RECI. Mais do que aceitar novas cidades membros, o CoE tem procurado fomentar a criação de redes nacionais (tendo já sido criadas, para além da rede portuguesa, também as redes espanhola, italiana, norueguesa e ucraniana). O Município de Lisboa foi convidado, através do CoE, a liderar a criação da Rede Portuguesa de Cidades Interculturais (RPCI). Na sequência deste convite foi formalizada em 2013 a Rede Portuguesa das Cidades Interculturais, tendo Santa Maria da Feira formalizado a sua adesão juntamente com mais 8 Municípios. Em 2016 a RPCI pretende aumentar o número de Municípios aderentes, assim como assumir uma figura institucional que permita concorrer a financiamentos e desenvolver projetos em consócio.

4.2. Rede Portuguesa de Municípios Amigos da Diversidade

Decorrente da adesão do Município de Santa Maria da Feira em Junho de 2014 à Rede de Municípios Amigos da Diversidade, promovido pelo Alto Comissariado das Migrações (ACM, IP.) e, na sequência da aplicação do Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD), uma ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração dos imigrantes e seus descendentes em Portugal, foi gerado um retrato da realidade local que nos permite aferir um conjunto de recomendações que visam o desenvolvimento de políticas mais eficazes, as áreas com maior fragilidade e as boas práticas ao nível concelhio. Assim, em 2016 a atividade da Rede centrar-se-á na construção de Planos Municipais com o apoio do Alto Comissariado para as Migrações, IP.

4.3. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes (GACE)

O Gabinete de Apoio às Comunidades presta desde 2002 apoio no regresso e a integração dos munícipes e dos seus familiares residentes no estrangeiro, na preparação da saída para o estrangeiro de munícipes que desejem emigrar; e atuando na prevenção de atividades ilícitas referentes à emigração. Os assuntos mais abordados no GACE são aqueles que estão relacionados com os pedidos de pensões de sobrevivência, invalidez, velhice, cobrança coerciva de pensão de alimentos; equivalência e reconhecimento de habilitações literárias; questões fiscais; vistos de entrada em Portugal; franquias aduaneiras; poupança emigrante; importação e legalização de veículos; lei da nacionalidade; saúde; fiscalidade, e investimentos económicos.

Em 2016 serão dinamizadas, as seguintes atividades:



- Realização de três sessões de sensibilização na União de Freguesias de Lobão, Louredo, Guisande e Gião, na União de Freguesias Caldas de S. Jorge e Pigeiros, e na Freguesia de Santa Maria de Lamas, denominadas “Trabalhar no Estrangeiro”, dinamizadas em parceria com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Manutenção da Base de Dados dos emigrantes feirenses em colaboração com diversas entidades;
- Disponibilizar uma aplicação de agendamento via WEB;
- Dinamizar o recurso à informação no Portal das Comunidades Portuguesas;
- Implementar a divulgação semestral de relatórios estatísticos;
- Desenvolvimento de Cursos de Língua e Cultura Portuguesa para luso-descendentes tendo como objetivo o aperfeiçoamento e a melhoria do seu nível de entendimento da língua e cultura portuguesa e cursos de iniciação para quem pretende emigrar/empresários nas línguas: espanhol, inglês, francês, mandarim e alemão em colaboração com a ALPE/ Cooperativa Casa dos Choupo/Fórums Sociais de Freguesia e Centro de Emprego e Formação Profissional Entre Douro e Vouga;
- Apoio na dinamização da Plataforma BIZFEIRA estabelecendo e facilitando o contacto com emigrantes e luso-descendentes que desejem impulsionar parcerias económicas e investimento no Concelho;
- Promoção e divulgação externa do programa de Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI) em Portugal;
- Dinamização um programa de rádio direcionado às comunidades feirenses com entrevistas, mensagens de resposta/informações às suas questões nos diferentes domínios;
- Assegurar o apoio social a cidadãos portugueses repatriados, deportados e expulsos;
- Prestar informação a pedidos de paradeiro de cidadãos nacionais solicitados por entidades oficiais, tribunais e familiares;
- Integração no Conselho Consultivo do Observatório da Emigração criado pelo protocolo entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), Alto Comissariado para as Migrações (ACM), e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), por intermédio do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IU).

4.4. Centro Local à Integração de Imigrantes (CLAI)

O CLAI continuará com os serviços de atendimento, acolhimento, informação e apoio descentralizado, em articulação com as entidades nacionais e locais, nas situações de: legalização de residência; emprego; equivalência de habilitações literárias; reconhecimento de diplomas; saúde; proteção social, e emergência social.

Em 2016 continuará:



- a colaboração com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e empresarial, no acolhimento de comitivas estrangeiras, e que se deslocam ao Concelho assim como na realização de missões empresariais fora do país;
- a dinamizar um Curso de Língua Portuguesa com vista a promover o acesso à requisição da Nacionalidade Portuguesa;
- a potenciar o evento *Danças do Mundo*, organizado pela Casa da Gaia, dinamizando encontros de trabalho, convívio e de interculturalidade entre as delegações dos países representados;
- a participar na Plataforma sobre as Políticas de Integração e Acolhimento de Imigrantes da Fundação Calouste Gulbenkian;
- a articular com o SEF e outras autoridades policiais relativamente a questões de imigração ilegal e segurança nacional.

4.5. Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça

Dar-se-á continuidade à emissão do Certificado de Registo de Cidadãos e seus familiares, oriundos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça, de acordo com a Lei nº 37/2006, de 9 de Agosto, que formaliza o direito de residência em Portugal, em estreita colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Forças de Segurança Pública, Segurança Social, Conservatórias de Registo Civil, Instituto do Emprego e Formação Profissional e Autoridade Tributária.

5. Rede Social

Um concelho socialmente coeso, com respostas sociais adequadas e inovadoras, deverá continuar a ter como objetivos primordiais, o favorecer da qualidade de vida das populações mais vulneráveis, em especial os idosos, dependentes, vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência; a inserção dos desempregados de longa duração e dos jovens à procura do 1º emprego; e o capacitar as comunidade e suas organizações, de que foi exemplo o IV Mosaico Social.

Assim, em 2016, a ação da Rede Social deverá passar por um forte investimento ao nível dos Fóruns Sociais de Freguesia ou Uniões de Freguesias focalizando a sua ação na resolução dos problemas das próprias comunidades e na criação de respostas partilhadas e integradas de base local, potenciando as suas capacidades, e aproveitando as oportunidades de financiamento decorrentes do novo Quadro Comunitário Europa 2020, nomeadamente a Estratégia de Desenvolvimento Comunitário de Base Local (DLBC); o Pacto Territorial AMP 2020 e a Estratégia EDV 2020.

5.1. Atualização dos Instrumentos de Planeamento da Rede Social

5.1.1. Diagnóstico Social

O Diagnóstico Social é um instrumento essencial de planeamento, sendo dinâmico, sujeito a atualizações periódicas, que, ao ser produzido com a participação ativa de todos os parceiros, permite o conhecimento e compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais. Este instrumento irá consubstanciar a atualização do novo Plano de Desenvolvimento Social concelhio 2016-2020 e respetivos Planos de ação anuais.

5.1.2. Grupos Temáticos

A reativação dos grupos temáticos da Rede Social resultou da identificação de um conjunto de áreas prioritárias de intervenção social, pelos parceiros do Conselho Local de Ação Social. A dinâmica destes grupos irá contribuir para a unificação de esforços e recursos dos diferentes parceiros locais, numa ação concertada e coerente que promova o desenvolvimento social concelhio, bem como para um melhor e maior conhecimento das problemáticas associadas a cada uma das temáticas priorizadas. Assim teremos os seguintes grupos temáticos, constituídos por entidades com conhecimento específico em cada área: “Jovens e Crianças em Risco”; “Emprego e Formação Profissional”; “Ação Social” e “Capacitação e Empowerment dos Parceiros da Rede Social”.

5.1.3. Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020

Este é o plano de ação estratégico da Rede Social concelhia, determinando eixos, estratégias e objetivos de intervenção, baseados nas prioridades identificadas no Diagnóstico Social. Este documento estratégico irá vigorar entre 2016-2020, e assentará a sua ação em quatro eixos de intervenção prioritária:

Eixo I – Emprego, Formação e Qualificação

Eixo II – Equipamentos e Serviços

Eixo III – Inclusão de grupos socialmente vulneráveis

Eixo IV – Capacitação das Comunidades e Organizações

Na elaboração deste documento estará presente a estratégia em termos de política de ação social desenvolvida no contexto da Rede Social, tendo em linha de conta alguns instrumentos de planeamento estratégico, tais como a “Estratégia Europa 2014-2020”, o “Programa “Norte 2020”, a “Estratégia e Plano de Ação - EDV 2020”, a “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial - AMP 2020”, o “Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP 2014/2017”, bem como a “Estratégia de Desenvolvimento Rural Terras de Santa Maria 2020-ADRIEM”. É ainda de referir que a estruturação do PDS irá agilizar a elaboração do Plano de Ação do Conselho Local de Ação Social para 2016.

5.2. Quadro Estratégico Comum 2014-2020/Inclusão Social e Emprego

À luz da Estratégia 2020, Portugal tem, pela primeira vez, um programa operacional de Promoção da Inclusão Social e Emprego, sendo este uma ferramenta financeira que pretende promover, não só, o emprego e a inclusão social, como também combater a pobreza.

Assim, e no âmbito dos órgãos de concertação municipais na área da ação social: Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Entre Douro e Vouga, Conselho de Vereadores de Ação Social da Área Metropolitana do Porto (AMP), Associação de Municípios Terras de Santa Maria (AMTSM), e Associação de Desenvolvimento Rural Integrado Terras de Santa Maria (ADRITEM), foram desenvolvidos e aprovados documentos estratégicos, que contemplam propostas de iniciativa individual dos Municípios, bem como iniciativas conjuntas e concertadas dos seus membros integrantes, que serão enquadradas em candidaturas a financiamento que surjam em 2016:

- **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – AMP 2020;**
- **Plano de Ação do Conselho de Vereadores da Ação Social da AMP 2014-2017;**
- **ADRITEM RURAL 2020 – Estratégia de Desenvolvimento Local/DLBC Rural;**
- **Estratégia Territorial EDV 2020, na área do Grupo de Ação Social.**

Neste ano será dada continuidade ao trabalho do Município, por um lado, ao nível da participação na execução de candidaturas inter e supra municipais, e por outro, ao nível do acompanhamento e monitorização dos documentos estratégicos nos quais foram estabelecidos os objetivos comuns para o período 2014-2020.

5.3. Capacitação dos Parceiros do CLAS

Em 2016 será desenvolvido um programa de capacitação das Organizações sem fins lucrativos, recorrendo tanto a parceiros estratégicos de base local, tais como Institutos Superiores e Institutos de Formação Profissional, como também a parceiros nacionais como é o caso do *IES-Social Business School* e do Instituto Nacional de Administração (INA), dirigidas a agentes locais que integram os Fóruns Sociais. Além de ações de formação estruturadas a estratégia passa também por criar uma bolsa de especialistas que possam desenvolver *coaching* e *mentoring* nas Organizações orientado para a Inovação Social, aumento da competitividade e sustentabilidade programática e financeira.

Recorrendo a parceiros, estão previstas realizar as seguintes ações de formação, nomeadamente junto dos parceiros dos Fóruns Sociais de Freguesia ou União de Freguesias: Como elaborar candidaturas - Europa 2020; Metodologia e Planeamento de Projetos Sociais e Gestão da Qualidade das Respostas Sociais; Ética, Valores e Cidadania; Formação de Líderes e Trabalho em Rede/Parceria.

5.4. Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias

Em 2016 continuar-se-á a apoiar, dinamizar e consolidar os planos de ação dos 15 Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias já em funcionamento, bem como implementar os restantes 6 Fóruns Sociais de Freguesia, nomeadamente: Paços de Brandão, Riomeão, Romariz, Nogueira da Regedoura, Fornos e da União de Freguesias de Santa Maria Feira, Espargo, Travanca e Sanfins.

Os planos de ação já trabalhados incorporam as seguintes ações:

- Dinamizar os Núcleos de Voluntariado de Proximidade na União de Freguesias de Caldas S. Jorge e Pigeiros, Sanguedo, Fiães e S. Paio de Oleiros, Arrifana, Escapães;
- Promover Programas de Apoio à População Sénior assentes nos Núcleos de Voluntariado de Proximidade;
- Dinamizar Ciclos de debate focalizados na área da saúde e da segurança, em consonância com o Plano Estratégico para a Terceira Idade e em concertação com Guarda Nacional Republicana e o Fórum Sénior Municipal nos territórios que registam maiores índices de envelhecimento;
- Implementar um programa de Apoio Familiar na linha da capacitação parental transversal aos diversos territórios;
- Dinamizar o Projeto Casa das Profissões do Fórum Social da Freguesia de Sanguedo;
- Criar e/ou apoiar a resposta Espaços de Convívio para a população sénior;
- Consolidar o projeto Mercearia Ti Lourosa e implementar o mesmo na União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior e Freguesia de São Paio de Oleiros;
- Dar continuidade aos programas de ativação de competências de empregabilidade direcionados para desempregados de longa duração e jovens NEET, em estreita articulação com os recursos locais existentes, em particular com os Clubes ALPE, com metodologias de educação não formal nos territórios com índice elevado de desemprego e geograficamente distantes, tais como, a União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, Argoncilhe, Souto e S. João de Ver.
- Requalificar uma escola devoluta sita na União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior como resposta habitacional para os agregados familiares unipessoais;
- Concertar sinergias locais para o alargamento do projeto Orquestra Criativa à União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior e União de Freguesias de Lobão, Gião, Guisande e Louredo, e garantir a sua continuidade em Argoncilhe, Milheirós de Póiares, Lourosa e Santa Maria da Feira.
- Promover um Programa de combate à iliteracia funcional.

5.5. Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos

Numa lógica de rentabilização e racionalização de recursos, as instituições privadas sem fins lucrativos que desenvolvam iniciativas/projetos de interesse social, cujo objetivo principal vise a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, família e comunidade, intervindo designadamente em grupos sociais mais vulneráveis, poderão continuar a candidatar-se a apoios, disponibilizados mediante dotação orçamental disponível, através de candidatura ao Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativo, aprovado em 2009, nomeadamente: apoio técnico na elaboração das candidaturas a programas nacionais e comunitários; desenvolvimento de iniciativas/projetos na área social; cedência de terreno para a construção de equipamento; apoio financeiro ao investimento após aprovação de candidatura a programas de apoio ao investimento nacional e comunitário; apoio para remodelação e adaptação de edifícios de iniciativa exclusiva da própria entidade; apoio à elaboração dos projetos de arquitetura, especialidades e fiscalização da obra após aprovação de candidatura a programas ao investimento nacional e comunitário; desenvolvimento de iniciativas/projetos de carácter permanente e continuado; apoio financeiro a pequenas iniciativas/projetos de carácter pontual.

5.5.1. Protocolos de Parceria no âmbito do combate à pobreza e exclusão social

No âmbito das atribuições do Município na área da ação social e das competências materiais de apoio a atividades de natureza social e participação na prestação de serviços e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com instituições particulares de solidariedade social nas condições constantes de regulamento municipal, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 23º, bem como alíneas u) e v) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e a transferência de competências do Estado para as mesmas, o Município tem reforçado o trabalho em parceria, com as entidades coletivas de solidariedade social sem fins lucrativos, que desempenham um importante papel, no trabalho de proximidade com as comunidades e no apoio às famílias e indivíduos, baseado na partilha, na participação e na colaboração, com vista à concertação das ações a desenvolver, e à otimização de recursos. Assim, e seguindo uma das linhas contempladas na Estratégia Europa 2020, torna-se cada vez mais relevante atuar no local, no território, sendo dada continuidade aos seguintes acordos de parcerias:

- **Associação “Ser Mais Pessoa” – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira** (ações de prevenção/tratamento das dependências, e emergência social);
- **Cooperativa Casa dos Choupos** (ações no âmbito da empregabilidade; da inovação e empreendedorismo social; da capacitação institucional; da recuperação/conservação do parque habitacional do Município; da violência doméstica; da intervenção familiar e parental; da igualdade de género; da emergência social; e apoio alimentar);
- **Fapfeira – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação** (ações de prevenção das dependências; projetos de inclusão social e escolar de crianças e jovens em risco



de abandono e insucesso escolar; ações de promoção de competências pessoais, sociais e parentais das famílias);

- **Associação Pelo Prazer de Viver** (atividade de ocupação de tempos livres de crianças do 1º ciclo em situação de risco);
- **Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/Casa Ozanam** (atividades terapêuticas e de reabilitação integrada, destinadas a pessoas com problemas de saúde mental);
- **Associação Melhor Viver – Desporto, Cultura e Lazer** (atividades junto da população sénior, ao nível da difusão da cultura, prática do desporto, ocupação dos tempos livres e de lazer).

5.6. Sistemas de Informação da Rede Social

A Rede Social desenvolve um trabalho de parceria e articulação da intervenção dos diferentes parceiros, com o objetivo de planear estrategicamente a intervenção social local e o desenvolvimento social. Assim, a comunicação e o acesso ao conhecimento em tempo real através de um conjunto de recursos tecnológicos é fundamental para a disseminação da informação, permitindo, também, o seu armazenamento, organização e disponibilização para posterior consulta.

Assim, os meios tecnológicos continuam a ser uma aposta que promove uma comunicação mais eficaz entre os parceiros da rede social, através dos seguintes recursos:

➤ Plataforma Colaborativa da Rede Social

O Protocolo estabelecido em 2009 com a Fundação Calouste Gulbenkian e o INESCPorto permitiu o desenvolvimento de uma plataforma colaborativa de suporte às práticas da Rede Social. Esta Plataforma favorece o estreitar de relações entre todos os parceiros, constituindo atualmente o veículo privilegiado de ligação e de transmissão de informação entre as entidades da Rede Social de Santa Maria da Feira.

Esta plataforma permite a divulgação das atividades realizadas pelo município e pelas entidades parceiras, facilitando o trabalho em conjunto e uma melhor gestão de recursos. Permite, também, o acesso direto por parte dos cidadãos/entidades à Carta Social do concelho, ao Observatório Social, aos contactos úteis, legislação, à composição e funcionamento dos órgãos da Rede Social, aos programas, atividades, eventos, ações de formação e informação, candidaturas a programas e projetos, entre outros, promovidos pelo Município, pelas entidades parceiras e por outras instituições de âmbito local, regional e nacional. Será ainda desenvolvida uma funcionalidade que permita gerar Newsletter's periódicas.

A Plataforma Colaborativa continuará a ser um instrumento privilegiado de comunicação entre as entidades que integram os Fóruns Sociais de Freguesia e de Uniões de Freguesias, nomeadamente através da área reservada que constitui um espaço de trabalho *online* para que os membros dos diferentes fóruns possam ter acesso a informações diversas, tais como as convocatórias e atas das

reuniões, documentos de trabalho, regulamento interno, Plano de Ação, Relatórios, fotos, material informativo, atividades e outros documentos de interesse, constituindo, também, um repositório de toda a informação e documentação relevante acerca dos objetivos e do trabalho realizado em cada Fórum Social.

➤ **Portal Sénior e-mili@**

O Portal Sénior e-mili@ é uma plataforma colaborativa *online* que disponibiliza um conjunto de funcionalidades e congrega num único ponto as iniciativas relacionadas com o envelhecimento ativo, permitindo:

- A colaboração e a interação entre os seniores;
- Dar a conhecer programas e iniciativas;
- Criar um repositório de notícias, eventos e imagens;
- Abrir um espaço de partilha de informação e de experiências.

Neste espaço, os seniores podem encontrar, pesquisar e ter acesso a informações sobre os vários projetos e iniciativas existentes no concelho, promovidas pela Câmara Municipal ou pelas entidades da Rede Social.

➤ **Página no Facebook da Rede Social**

As redes sociais e a sua versatilidade proporcionam a comunicação e o contacto constante com um número ilimitado de pessoas e organizações, favorecendo a difusão de projetos e ideias e a partilha de informação em tempo real de uma forma rápida e eficaz, a custos bastante reduzidos. Além de facilitar a rápida circulação de informação e permitir a colocação de textos, fotografias, imagens diversas e vídeos, tornando mais atrativa a divulgação da informação, esta rede social permite obter um retorno e feedback imediato por parte dos seus utilizadores. Assim, em 2016 será mantida a atualização permanente das iniciativas, atividades e projetos dinamizados pelos parceiros da Rede Social concelhia.

5.7. Projeto Mobilidade para Todos -Transporte Municipal Adaptado

O projeto *Mobilidade para Todos* surgiu no âmbito de uma candidatura à ação 3.2.2. “Serviços Básicos para a População Rural” do PRODER/ADRITEM, e pretende seguir uma política promotora da igualdade de oportunidades no Concelho de Santa Maria da Feira.

Através deste projeto é assegurado o transporte de pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente indivíduos portadores de deficiência (motora, sensorial, mental ou outra), idosos dependentes ou indivíduos com incapacidade motora temporária clinicamente comprovada pelos serviços de saúde.

O Projeto dispõe de duas carrinhas, sendo uma delas de transporte adaptado, as quais são disponibilizadas à população com mobilidade condicionada, para o acesso aos serviços de saúde, educação, reabilitação física, socioprofissional, promovendo, também, a participação em atividades culturais e de lazer, bem como, às entidades parceiras, servindo ainda de apoio aos Programas/Projetos desenvolvidos pelo Município, nomeadamente no transporte de crianças com necessidade especiais para os respetivos estabelecimentos escolares. Para 2016, pretende-se continuar a trabalhar em colaboração com os Fóruns Sociais de Freguesia e de Uniões de Freguesia, e restantes parceiros da Rede Social, no âmbito da promoção do desenvolvimento e de respostas locais.

6. Plano de Prevenção Primária das Dependências – Núcleo Prevenir

O Núcleo Prevenir do Plano Municipal de Prevenção das Dependências prevê para o ano 2016, continuar a proporcionar um apoio técnico às instituições concelhias, disponibilizando serviço de consultoria, formação e ações de sensibilização.

Mantém como objetivo estrutural consolidar-se como instrumento de parceria visando a cooperação e a promoção de uma resposta global na comunidade na área da prevenção em parceria com a *Ser Mais Pessoa* - Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira, com a FAPFEIRA – Federação da Associação de Encarregados de Pais, com o Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca (ACES EDV I) e com os Agrupamentos Escolares concelhios.

6.1. Espaço OK: Consulta/Aconselhamento para jovens com comportamentos de risco

Esta resposta visa promover uma maior articulação interinstitucional no âmbito da prevenção e da redução de riscos dos consumos de substâncias psicoativas aos jovens dos 12 aos 25 anos com dificuldades ou comportamentos de riscos associados ao consumo de substâncias psicoativas; pais; professores e outros significativos.

No ano de 2016, no sentido de proporcionar um serviço que se aproxime mais dos jovens do Concelho, o Espaço Ok terá um novo espaço, integrado no Gabinete de Desporto e Juventude, localizado na Zona Histórica da cidade.

Esta resposta, em articulação com o ACES, através do Gabinete de Atendimento à Saúde Juvenil, tem como principal objetivo disponibilizar um atendimento e aconselhamento confidencial e anónimo na área da saúde juvenil, na promoção de estilos de vida saudáveis e na prevenção das dependências. O Espaço Ok disponibiliza este apoio ao longo de todo o ano e mediante os pedidos e encaminhamentos realizados. É uma resposta conjunta entre a Equipa de Tratamento do CRI – Porto Central (ARS Norte), o Município, a *Ser Mais Pessoa* - Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira e Associação Pelo Prazer de Viver.

6.2. Ponto P

O **Ponto P**, iniciativa conjunta entre Núcleo Prevenir, Ser Mais Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira, *FAPFeira* – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Santa Maria da Feira, a Unidade de Saúde Pública e o GASJ - Gabinete de Atendimento à Saúde Juvenil do Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I Feira/Arouca, este encerrado em Maio de 2015, mas que deverá ser reaberto a curto prazo, pretende consolidar-se enquanto resposta concelhia ao nível da intervenção no âmbito da prevenção e redução de riscos nas áreas do consumo de substâncias psicoativas e sexualidade em contextos recreativos e de lazer noturno.

Para o próximo ano de 2016 dar-se-á continuidade à captação e formação de voluntários, possibilitando uma intervenção reforçada e mais frequente ao longo do ano. Prevê-se a realização de encontros voluntários Ponto P, pelo menos, uma vez por mês. Estes encontros mensais servirão para fortalecer relações entre os voluntários, refletir sobre os pontos fortes e fracos do projeto, permitir formação contínua e estreitar relações entre técnicos e voluntários criando um vigoroso espírito e trabalho de equipa. Este fortalecimento da equipa de voluntários e técnicos demonstra-se imperativo no sentido de enriquecer e solidificar o Ponto P como projeto, assim como, a Noite Ponto P como momento interventivo e evento cultural.

Será também reforçado o envolvimento dos proprietários de bares da Zona Histórica de Santa Maria da Feira com vista à consolidação das parcerias informais existentes como elemento chave para uma intervenção que se pretende que seja global. No ano de 2016 prevê promover a 2ª Edição do Encontro entre os Proprietários de Bar da Zona Histórica, PSP, Taxas e licenças do Município e Equipa da IREFREA (rede europeia dedicada à investigação e à promoção de atividades de prevenção e formação junto da comunidade) no sentido de promover o diálogo e ações de cooperação e concertação com vista ao objetivo comum: promover uma noite segura e saudável na zona histórica de Santa Maria da Feira. A pedido de alguns proprietários de bares da Zona Histórica de Santa Maria da Feira, o Ponto P e seus voluntários poderão planear uma intervenção à medida do bar que efetuou o pedido, num determinado período da noite, habitualmente através de um Ponto Fixo de informação/sensibilização que permita uma interação com os frequentadores do bar sempre que estes o procurarem. Prevê-se para 2016 a intervenção em, pelo menos, 3 bares dos 17 que se encontram nessa área.

Prevê-se ainda a abertura da nova sede Ponto P, no Gabinete de Desporto e Juventude, a qual permitirá uma presença mais assídua do Ponto P nas vivências noturnas dos jovens concelhios, sendo assim rentabilizada durante o dia como espaço de acesso livre para informação e aconselhamento, confidencial e anónimo, na área da saúde juvenil, mais especificamente na prevenção de

comportamentos de risco, como os comportamentos sexuais de risco, uso e abuso de álcool e outras substâncias, através do Espaço OK.

Em articulação estreita com o Gabinete de Desporto e Juventude, prevê-se a dinamização de algumas atividades relacionadas com os consumos de substâncias e sexualidade, assim como, com o apoio a projetos musicais e artísticos dos jovens do concelho, num registo informal e de partilha de experiências. Com isto, pretende-se reforçar nos jovens a identificação com o projeto, para que possam a partir daí frequentar a sede Ponto P encarando-a como um espaço informal de esclarecimento de dúvidas, de apoio, informação e encaminhamento mas também, de promoção de iniciativas musicais e artísticas dos jovens reforçando desta forma os fatores protetores, promotores de estilos de vida saudáveis e preventores de comportamentos de risco.

Serão desenvolvidos dois *workshops* de esclarecimento de dúvidas referentes aos consumos de substâncias e sexualidade, e dinamizada uma tarde Ponto P para explorar a mostra de talentos, projetos musicais e artísticos dos jovens de todo o concelho.

Prevê-se também, a realização a oitava edição da Noite Ponto P na zona histórica de Santa Maria da Feira, dando assim continuidade aos objetivos do Ponto P e direcionando a intervenção aos frequentadores dos vários Bares desta mesma zona. Este evento será mais uma vez dinamizado pelos voluntários Ponto P, com o suporte técnico das várias instituições que constituem este projeto. Paralelamente, nesta Edição o Ponto P pretende-se desenvolver, mais uma vez, uma noite de concertos e mostra de talentos, dando oportunidade aos jovens do Concelho de divulgarem os seus projetos musicais através de uma performance no palco Ponto P.

6.3. Serviços de consultoria na área da Prevenção Primária das Toxicodependências (contexto familiar, escolar e espaços de lazer, recreativos e desportivos) junto das instituições do concelho

O Núcleo Prevenir pretende continuar a proporcionar apoio técnico na dinamização de projetos de prevenção junto das instituições Concelhias. Prevê-se para o ano 2016 dar continuidade às Oficinas Formativas creditadas. Estão previstas, pelo menos uma oficina na temática “Escola e Riscos: Prevenção de Consumos de Substâncias Psicoativas”.

Para além das oficinas, pretende-se continuar a desenvolver, mediante as solicitações das escolas, sessões para os jovens no esclarecimento de dúvidas desta problemática, bem como *workshops* dirigidos a assistentes operacionais, encarregados de educação dos diferentes agrupamentos de escolas, em articulação com o Gabinete da Juventude e *Fapfeira*, prevendo-se o envolvimento de 20 docentes, 20 não docentes, 100 jovens e 20 pais/educadores.

7. Banco Local de Voluntariado

Cientes que o voluntariado desempenha um papel essencial no reforço da coesão social e económica de um território, foram auscultadas as organizações da Rede Social concelhia, promotoras de projetos de voluntariado, tendo priorizado as seguintes ações a desenvolver no ano de 2016: proceder a um estudo sobre o voluntariado no concelho nas suas diversas áreas; desenvolver um portal de voluntariado concelhio que estabeleça elos de comunicação entre as organizações promotoras de projetos de voluntariado e os voluntários; dinamizar formação dirigida às organizações e aos voluntários; realizar ações de sensibilização e de promoção do voluntariado junto das escolas e criar uma rede de voluntariado de proximidade.

Estas conclusões reforçam a estratégia definida para o Banco Local de Voluntariado que, através do trabalho de parceria com os Fóruns Sociais de Freguesia e os Agrupamentos Escolares, pretende promover a prática do voluntariado, particularmente juvenil e sénior, estimulando as organizações concelhias a desenvolverem projetos de voluntariado.

Neste sentido dar-se-á continuidade às seguintes iniciativas:

- *Entregerações* “Falar de Nós” em Agrupamentos Escolares do Concelho, sensibilizando e incentivando o desenvolvimento de projetos de voluntariado na escola/comunidade em articulação com o Pelouro da Educação e Juventude do Município e com a Rede Social Concelhia;
- Desenvolvimento de Rede de Voluntários de Proximidade aos Idosos e Adultos portadores de deficiência que vivem sós ou isolados, enquadrado no Plano de Ação dos Fóruns Sociais de Freguesia/União de Freguesias;
- Assinalar o Dia Internacional do Voluntariado (05 de Dezembro) promovendo uma ação de reflexão e formação dirigida a voluntários e organizações.

Paralelamente, o Banco de Voluntariado continuará a efetuar o atendimento e acompanhamento dos munícipes/entidades interessados na prática do voluntariado, assim como, divulgar os projetos de voluntariado das organizações concelhias, através da edição de duas *newsletters on line*.

8. Projeto DIREITOS & DESAFIOS - Contrato de Local de Desenvolvimento Social 3ª Geração

O Projeto Direitos & Desafios tem privilegiado como campo de atuação, áreas como o empreendedorismo, empregabilidade, fortalecimento das redes de parcerias, aliado à exploração de práticas inovadoras na intervenção social.

Com base nestes pressupostos, foi concebida em Julho de 2015, uma candidatura ao CLDS3G, cujo Plano de Ação procurou conciliar as ações existentes no território, decorrentes de diretivas de políticas nacionais públicas, a continuidade das ações inovadoras criadas (ALPE – Agência Local em Prol do Emprego, Clubes de Emprego, Espaço Trevo: Gabinete de apoio a situações de violência doméstica, Cegonha & Companhia: acompanhamento a grávidas em risco, Laboratório de inovação social), bem



como, o desenho de novos projetos (Oficina de Liteiros, Oficina de Produção e comercialização de calçado artesanal, Oficina de produção e comercialização produtos agroalimentares, Oficina de Dança Inclusiva, Centro de recursos especializados de apoio à Família, Jogar e Aprender: Academia de Programação Informática, Fórum da cidadania e o Posto de Acesso serviços públicos on-line).

Este projeto consolidará um modelo de governança partilhada, integrada e participada, ao nível local, incorporando encontros regulares de Parceiros. Assumirá os princípios metodológicos do Desenvolvimento Local, como matriz de referência para o seu funcionamento, valorizando o princípio de participação e de abertura à comunidade, nomeadamente nas ações do Fórum da Cidadania, do Laboratório Inovação Social e do Posto de Acesso serviços públicos on-line.

Nos 3 anos de execução o CLDS3G pretende abranger 7471 pessoas, das quais 18% serão incluídas em medidas ativas de emprego e de formação profissional.

EIXO 1 – Emprego, Formação e Qualificação

8.1. Agência de Negócios da Agência Local em Prol do Emprego (ALPE)

A Agência de Negócios continuará a incentivar a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas. Realizará atendimentos individuais efetuados por pessoal técnico especializado, promovendo a exploração do perfil empreendedor, da oportunidade e viabilidade das ideias de negócio, da possibilidade de recurso aos apoios financeiros disponíveis e da elaboração de planos de negócios. Disponibiliza serviço de comunicação, marketing e apoio jurídico. Com recurso a parceiro de comunicação local, divulga os negócios criados e realiza *mentoria* aos negócios criados. Promove formação especializada na área do empreendedorismo, com recurso a parceiros de formação, e dinamiza rede de *networking* partilha de informação entre os empreendedores.

8.2. A Agência de Formação da Agência Local em Prol do Emprego (ALPE)

A Agência de Formação informa e encaminha para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas autoridades públicas e privadas, através de aconselhamento e orientação profissional. Dinamiza Bolsa de Oferta Formativa e promove percursos formativos no concelho, em articulação com os vários diagnósticos conduzidos pelos Fóruns Sociais de Freguesias, com destaque para áreas de formação com forte empregabilidade na região, em articulação com parceiros de formação.

8.3. Agência de Emprego da Agência Local em Prol do Emprego (ALPE)

A Agência de Emprego dinamiza a Bolsa de Oferta e Procura de Trabalho (serviço gratuito de articulação estreita com empresas do EDV em processos de recrutamento e seleção de candidatos) e divulga e comunica de ofertas de emprego visionadas em portais de emprego. Realiza atendimentos

de orientação profissional em contexto individual e personalizado. Disponibiliza acesso gratuito à Internet e apoio na elaboração de documentos (currículos vitæ's, cartas espontâneas e de candidatura) e na preparação para entrevistas de emprego. Dinamiza Programa incentivo a medidas de apoio ao emprego (sensibiliza os empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional e social), apoiando a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, em estreita articulação com o sector público, privado e o 3º sector. Auxilia empresários, instituições e as entidades empregadoras locais na elaboração de candidaturas a medidas de apoio ao emprego e no acompanhamento durante e após a medida de apoio. Dinamizará programa de estágios de curta duração para desempregados de longa duração em empresas e sessões temáticas sobre este domínio.

8.4. Clubes ALPE da Agência Local em Prol do Emprego (ALPE)

Os Clubes de Emprego da ALPE capacitam e promovem o desenvolvimento de atitudes de proatividade na identificação de soluções individuais/grupo para a resolução problema de desemprego e a aquisição, o desenvolvimento ou melhoramento de ferramentas de procura de emprego, numa lógica de pequeno grupo. Promove exercícios de relacionamento interpessoal, de coesão de grupo e de auto-estima. É espaço de partilha de experiências para pessoas em situação de desemprego, por forma a minimizar o impacto do desemprego nas suas várias dimensões (social, psicológica). Pretende desmistificar e desconstruir conceitos associados à condição de desempregado, conceitos estes que dificultam a integração no mercado de trabalho, permitindo novas formas de olhar a situação de desemprego.

8.5. Programa de organização de produtores agrícolas e frutícolas locais para comercialização - PROVE+

Dinamizado em parceria com ADRITEM, o Prove + promoverá a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade. Cumprirá estes objetivos através da identificação, registo e mobilização de produtores locais agrícolas e frutícolas, da identificação, registo e mobilização de IPSS's e Escolas que possam adquirir produtos a esta rede de produtores; a elaboração de diagnóstico de necessidades de produtos agrícolas de frutícolas das IPSS's e Escolas, da organização de produção em função das necessidades identificadas e no apoio à comercialização produtos.

8.6. Rede de oferta de equipamento e instalações de cozinha para promoção de pequenos negócios

A Rede de oferta de equipamento e instalações de cozinha para promoção de pequenos negócios, dinamizado em parceria com ADRITEM, organizará de uma rede de oferta de equipamentos e instalações licenciadas para atividade de confeção de alimentos (Identificação, registo e mobilização de IPSS's e Escolas) e realizará a identificação e apoio a empreendedores para utilização da rede de

oferta de equipamentos e instalações (cozinha) na promoção de pequenos negócios, utilizando estes equipamentos fora do horário de funcionamento destas organizações.

8.7. Programa Jovem Ativo – “Põe-te à Prova!”

Em parceria com o Gabinete da Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, divulgará e orientará jovens entre os 15 e os 25 anos, que se encontrem a estudar ou, tendo terminado a escolaridade obrigatória, se encontrem em processo de orientação vocacional e/ou profissional, para ações de favorecimento da integração profissional. O projeto “Põe-te à Prova” consiste na possibilidade de realização de estágios de diferentes naturezas numa das empresas que aderiram a este programa. Os estágios assumem três modalidades: visita guiada à empresa; estágio de dois dias (com oscilação entre um ou dois dias); estágio de duas semanas (com oscilação entre uma ou duas semanas). Por outro lado, envolverá uma componente dedicada ao “Conta-me Negócios”, que consiste na proposta de realização de sessões de informação e sensibilização junto dos alunos das escolas do Concelho de Santa Maria da Feira, com empreendedores oriundos de empresas de referência da região.

8.8. Projeto de prevenção do abandono escolar

Em parceria com o Gabinete da Juventude do Pelouro da Educação, Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, contribuirá para a sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou se encontram em risco de abandonar sistema educativo. Dirigido a jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos que, em contexto escolar, apresentem um desempenho reduzido, desmotivação e/ou insucesso, absentismo ou abandono mas que manifestem vontade de aprender uma profissão e de integrar o mercado de trabalho, contribuirá para promover ações de educação não formal, para o contacto com diferentes realidades do mundo do trabalho, para estabelecimento de redes de contacto com vários agentes com competência em matéria de emprego e formação profissional. Fomentará os valores de cidadania ativa bem como reforçar a participação dos jovens, nas mais variadas ações que permitam a sua inclusão social.

8.9. Oficina dos Liteiros

Em parceria com a ADRITEM, será objetivo promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade. Cumprirá este objetivo através da identificação de artesão locais com competências no domínio da tecelagem, recrutamento e seleção candidatos com perfil para integrar a oficina, dinamização oficina de tecelagem com recurso a voluntários detentores de saberes tradicionais na arte da tecelagem e excedentes da indústria regional, criação marca dos produtos da Oficina dos Liteiros e *design* de produtos de decoração e, por fim, a comercialização de produtos de decoração.



8.10. Oficina de Produção e comercialização de calçado artesanal

Em parceria com o Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, será objetivo promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais/ regionais potenciando o território e a empregabilidade. A “Oficina de produção e comercialização de calçado artesanal” realizará ações de sensibilização para o desenvolvimento, manufatura e venda de calçado com alto nível de diferenciação (High-end Shoe). Será ainda promovida formação teórico-prática nos domínios das Técnicas de Produção Manual de Calçado, e apoio ao negócio (*websites*, registos de marcas/modelos industriais, linhas financiamento, parceiros industriais e/ou comerciais).

8.11. Oficina de produção e comercialização produtos agroalimentares

Em parceria com a AMICIS, será objetivo promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos agroalimentares. Cumprirá este objetivos através da dinamização de uma horta pedagógica: produção produtos agroalimentares com pessoas portadoras de deficiência e voluntários; da criação de marca dos produtos da Oficina, nomeadamente dos cabazes de produtos agroalimentares e a comercialização de produtos agroalimentares. Prevê-se, ainda, a constituição de uma cooperativa de produção e comercialização de produtos agroalimentares.

Eixo 2 - Intervenção Familiar e Parental

8.12. Oficina de Dança Inclusiva

Em parceria com a Cerci-Lamas será objetivo desenvolver uma oficina de dança para pessoas portadoras de deficiência institucionalizadas e não institucionalizadas promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais facilitando a sua integração, sendo elas próprias também, pela participação ativa no processo, agentes da sua inclusão.

8.13. Espaço Trevo: Gabinete de apoio a situações de violência doméstica

Gabinete de intervenção na área da violência doméstica disponibilizando apoio a vítimas de violência doméstica e agressores/as ao nível informacional, psicossocial, psicológico e aconselhamento jurídico, intervindo numa lógica de parceria para a promoção de uma intervenção baseada em estratégias integradas, privilegiando o trabalho em rede.

No sentido de colmatar as necessidades encontradas no território de Santa Maria da Feira, pelo Ministério Público da Comarca da Feira disponibilizará, também, em parceria direta com o Departamento de Investigação e Ação Penal da Feira (DIAP) um gabinete de apoio a vítimas de crime de forma a apoiar estas durante as diligências efetuadas no DIAP, bem como disponibilizar assessoria técnica aos Magistrados. Prevê-se ainda, intervir numa vertente preventiva.

8.14. Centro de recursos especializados de apoio à Família

Consiste em disponibilizar junto das IPSS's do Concelho um serviço especializado nas áreas sentidas como mais deficitárias no território e de pouco acesso às famílias de vulnerabilidade social residentes no concelho. Prevê-se a constituição de uma bolsa de diferentes áreas de especialidade com vista a apoiar de forma ágil, em articulação estreita com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, famílias em situação de crise, disponibilizando serviços nomeadamente: psiquiatria, pedopsiquiatria, terapia familiar, mediação familiar, assistente pessoal de doentes neuromusculares, bem como um financeiro e nutricionista. Esta bolsa pretende, também, dar resposta a necessidades encontradas no desenvolvimento de ações deste projeto, nomeadamente nos Clubes de Pais e Cegonha & Companhia.

8.15. Cegonha & Companhia: Acompanhamento a grávidas em risco

Em parceria estreita com a Unidade de Cuidados na Comunidade de Santa Maria da Feira, do ACES Entre Douro e Vouga I Feira Arouca, esta ação prestará apoio a grávidas adolescentes e adultas e jovens pais e mães em risco social, na (re)definição do seu projeto de vida, com maior incidência nas questões do planeamento familiar, gestão doméstica no período pré e pós-parto, bem como, na (re)inserção na vida académica e/ou profissional através da articulação com os recursos existente de apoio à maternidade.

8.16. Clubes de Pais

Consiste em promover e desenvolver grupos de pais, mães, encarregados de educação com necessidades identificadas pelas IPSS's do Concelho. Pretende-se que os Clubes de Pais se constituam como um espaço de diálogo, partilha, aprendizagem e reflexão, promovendo o desenvolvimento e o reforço de competências parentais dos intervenientes, capacitando-os de modo a que se sintam mais confiantes e eficazes no exercício das suas responsabilidades parentais.

8.17. Jogar e Aprender - Academia de Programação Informática

Consiste em proporcionar a crianças do 1º ciclo em risco social a frequência de um programa de introdução à programação informática para ensino da linguagem do futuro – o Código. Promovendo a participação destas crianças neste programa pretende-se, também, melhorar a capacidade de resolução de problemas dos alunos e o seu desempenho escolar a Português e Matemática, contribuindo para a diminuição das taxas de insucesso escolar e retenção, assim como contribuir para novas técnicas de aprendizagem que promovam um melhor envolvimento com o sistema de ensino. As crianças poderão desenvolver histórias, jogos e animações interativas e partilhá-las com os outros facilitando a aprendizagem de estratégias importantes para a resolução de problemas, a conceção de projetos e a comunicação de ideias.

Eixo 3 - Capacitação da Comunidade e das Instituições

8.18. Laboratório de inovação social

Em parceria com o Instituto de Empreendedorismo social, implementará o *Programa Inovação Social* + que consiste no envolvimento de organizações sem fins lucrativos a participar no Programa, com identificação de problemas sociais negligenciáveis, e a abertura à sociedade civil e às próprias organizações a identificação de soluções inovadoras. Seguir-se-á ação formativa especializada em empreendedorismo social para análise da viabilidade da solução para a resolução do problema e mentoria na implementação, no terreno, de projetos finalistas.

8.19. Fórum da cidadania

O Fórum de Cidadania desenvolve-se no terreno através da criação de espaços participativos de cidadania, de comunicação e interação entre grupos de cidadãos e os representantes autárquicos e demais entidades dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias.

8.20. Posto de Acesso serviços públicos online

Com vista ao desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços públicos de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e a exclusão social, será criado um posto virtual de acesso aos serviços públicos *online* (plataforma online de comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo com profissionais dos diversos serviços públicos) e da realização de ações de informação/formação à comunidade sobre acesso serviços públicos *online*.

9. Plano Municipal para a Igualdade de Género

O Plano Municipal para a Igualdade de Género surgiu no âmbito de uma candidatura que o Município efetuou à tipologia 7.2) Planos para a Igualdade, apresentando como entidade promotora a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, entidades co- financiadoras a União Europeia e Estado Português, entidade intermédia a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e entidade parceira a Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL.

Em Dezembro de 2012 foi implementado o Gabinete de Igualdade de Género nas instalações da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, caracterizado por uma ação transversal a vários domínios orientada para a disseminação de boas práticas em matéria de igualdade, cidadania e não-discriminação nas áreas respeitantes à promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional; eliminação de estereótipos de género e sensibilização para as problemáticas da violência de género, orientação sexual, discriminação e identidade de género e promover práticas de responsabilidade social com enfoque que visem responder a necessidades dos colaboradores.



- **Comemoração Dia Internacional da Mulher - Março**

Durante a semana de 7 a 11 de Março de 2016, propõe-se a atribuição gratuita do voucher “Semana do Bem-Estar” às colaboradoras da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Feira Viva, Cultura & Desporto, e.m., constituído por sessões únicas nas áreas dos cuidados de beleza, ginástica/dança ou teatro, durante essa semana, em data e horário e definido, em estreita parceria com as entidades locais que desenvolvem estas atividades (recursos locais) e com o Centro Social, Cívico e Cultural da Autarquia. Esta atribuição terá como objetivo proporcionar momentos de descontração e lazer, homenageando as mulheres, através de gestos simbólicos.

- **Comemoração do Dia Internacional da Família - 15 de Maio**

Esta comemoração a realizar no dia 15 de Maio, objetiva-se a proporcionar um momento de lazer e descontração às famílias dos colaboradores através do seu envolvimento/participação em atividades como massagens para pais/mães e pinturas faciais para as crianças, filhos dos colaboradores da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Feira Viva, Cultura & Desporto, e.m.. Este momento contemplará ainda um convívio entre todas as pessoas através de uma mostra gastronómica local, organizada em estreita parceria com o Centro Social, Cívico e Cultural da Câmara Municipal.

- **Espaço Filhos**

A iniciativa Espaço Filhos, a realizar nos períodos de interrupção letiva de Natal, Páscoa e Verão, apresenta como objetivos a promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional; o incentivo à relação de proximidade entre a organização e as famílias; o equilíbrio dos usos do tempo na esfera pessoal, familiar e profissional e rentabilização das respostas criadas pelos recursos culturais, aglomerando-as num programa único, em estreita parceria com a empresa municipal Feira Viva, Cultura & Desporto.

- **Programa de Ocupação Jovem**

Propõe-se a criação de um Programa de Ocupação Jovem, dirigido aos filhos dos colaboradores da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a partir dos 14 anos, através do desenvolvimento da prática do voluntariado jovem, no período de férias escolares de Verão, intervindo de forma ativa na comunidade e simultaneamente adquirindo competências nas áreas sociais, ambientais, culturais e desportivas.

- **Consultoria às Empresas**

Pretende-se promover o apoio continuado na prestação de consultoria em matéria de igualdade de género, cidadania e não – discriminação às empresas que se objetivem a implementar boas práticas

de responsabilidade social (apoio na realização do diagnóstico e no plano de ação/atividades – bolsas de estudo, protocolos com centros sociais, cheque-refeição, plano de saúde, creche, etc.).

- **“Encontros em Rede” - Promoção de Projetos de Responsabilidade Social**

Realização de encontros recursos em estreita parceria com a Agência Local em Prol do Emprego (Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL), através da ação “Encontros em Rede”, dinamizados com a colaboração de grupos de trabalho da Responsabilidade Social e da Igualdade de Género da RSO PT (Rede da Responsabilidade Social das Organizações – *Organização sem fins lucrativos*). Estes encontros objetivam-se a trabalhar especificamente com os empreendedores, potenciais empreendedores e empresários tendo em vista a cooperação no desenvolvimento de ações promotoras da responsabilidade social empresarial.

- **Lançamento do concurso “Expor a Igualdade de Género, a Cidadania e Não – Discriminação”**

O lançamento do concurso “Expor a Igualdade de Género, a Cidadania, Não – Discriminação e Não-Violência”, no âmbito da pintura, no desenho, na escultura, na multimédia, ou em outras formas de arte, é dirigido aos alunos dos Agrupamentos de Escola, a partir do 9.º ano de escolaridade e à Rede Social concelhia, estando previsto o seu lançamento em Março de 2016, no âmbito do Dia Internacional da Mulher. Os trabalhos resultantes ficarão expostos em diferentes setores da Câmara Municipal com vista à sua apresentação pública no Dia Municipal para a Igualdade.

- **Dia Municipal para a Igualdade – 24 de Outubro**

Este dia que sensibiliza os cidadãos para a importância da Igualdade, sendo comemorado pelo Município a 24 de Outubro, inaugurará a exposição itinerante “Expor a Igualdade de Género, a Cidadania e Não Discriminação” e dinamizará uma *Mob Dance*, a realizar na Praça da República intitulada “Mover as Desigualdades”, com o objetivo de sensibilizar para as situações de desigualdade de género e outras, em estreita parceria com o grupo intergeracional “Poesia no Corpo. Corpo na Poesia” da Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL e com a Rede Social concelhia.

10. Gabinete da Qualidade

Este Gabinete pretende desenvolver nos termos da norma NP EN ISO 9001:2008 e do Sistema de Gestão de Qualidade da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida (S.G.Q. da D.A.S.Q.V.) as seguintes ações em 2016:

- No âmbito do projeto do Município “Melhoria dos Processos de Gestão”, dos processos chave estratégicos identificados referentes ao desenvolvimento social concelhio e dos indicadores críticos definidos para o desempenho, colaborar com os gestores de processo na monitorização, medição e registo dos resultados alcançados dos indicadores / metas;



- Manter atualizada a base de dados das normas e regulamentos internos e demais legislação em vigor aplicável à DASQV, em colaboração com os restantes setores;
- Assegurar o acompanhamento e monitorização das exposições e reclamações dos munícipes no âmbito de atuação da DASQV, apresentando propostas corretivas que se revelem necessárias.
- Realizar uma auditoria Interna ao S.G.Q. da DASQV permitindo através de um processo sistemático, independente e documentado, evidenciar e avaliar objetivamente dados e definir ações de melhoria.

pelouro
administração e finanças

“Garantir a satisfação do Município”

Este é o objetivo máximo e preconizado pelo Pelouro de Administração e Finanças através de uma gestão eficaz e eficiente dos recursos, de forma a obter um elevado nível de desempenho ao mais baixo custo, dando cumprimento à missão subjacente ao município.

Neste sentido, perspetivamos para 2016, o início da implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade, tendo como objetivo a certificação dos serviços deste pelouro segundo o referencial normativo NP EN ISO 9001, que assegure a gestão sistemática dos processos e das suas interações, introduzindo metodologias que garantam que cada processo funciona adequadamente, através de uma gestão orientada para objetivos e focalizada na eficácia dos processos e na melhoria dos resultados.

Com o intuito de promover uma maior aproximação do Município aos residentes no concelho, através da desburocratização e modernização da Administração Pública e, garantir aos cidadãos e empresas a possibilidade de um atendimento digital assistido no território entrará em funcionamento um Espaço Cidadão na cidade de Santa Maria da Feira, no decurso do próximo ano.

Paralelamente e adotando uma política de continuidade focaremos os nossos esforços em:

- a) Reduzir a despesa corrente de forma sustentada;
- b) Rentabilizar os ativos patrimoniais da CMF;
- c) Reestruturar a dívida libertando meios financeiros, no respeito pelos critérios de equilíbrio financeiro (curto, médio e longo prazo);
- d) Reduzir/manter o prazo médio de pagamento a fornecedores;
- e) Desenvolver e consolidar o sistema de informação financeira e patrimonial da CMF;
- f) Garantir que em matéria de contratação pública continuam a ser instrumentos fundamentais à prossecução da contenção das despesas, a manutenção da centralização da função compras, a plataforma das compras eletrónicas, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas pelos diversos serviços e a opção preferencial do concurso público como procedimento a utilizar, no estrito cumprimento da legislação em vigor e das boas práticas de gestão de compras.

Em 2016, Santa Maria da Feira continuará a ter ao dispor dos seus munícipes um Julgado de Paz, resultado de uma parceria entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal. Trata-se de um Tribunal com características próprias, com um forte papel de pacificação, em que os cidadãos participam ativamente em todo o processo, que se caracteriza por ser simples, célere, económico e eficaz.

Fundos Comunitários

A participação ativa da Câmara Municipal na conceção, programação e concretização de investimentos cofinanciados ao abrigo dos sucessivos quadros comunitários de apoio, conferem-lhe e comprovam uma vasta experiência na gestão de investimentos e na aplicação de recursos públicos, e a sua elevada capacidade de concretização e realização de projetos.

Ao longo dos anos, Santa Maria da Feira dinamizou um conjunto relevante de projetos.

A participação no Portugal 2020 não será exceção, tendo o Município o objetivo principal de capacitar e reconverter o concelho num Concelho Sustentável. Em 2016 será dada continuidade ao trabalho iniciado já em 2014, com a entrada em vigor deste novo Quadro Comunitário, onde conjuntamente com os restantes Municípios do Entre Douro e Vouga e os Municípios da Área Metropolitana, elaboramos uma estratégia de desenvolvimento urbano do concelho de Santa Maria da Feira, tendo como elo de ligação e estruturação as realidades territoriais, sociais e económicas do concelho, o Plano Diretor Municipal (PDM), a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Área Metropolitana do Porto (AMP) e o Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT Norte A definição), visando promover a especialização inteligente, o crescimento sustentável e a inclusão e coesão social.

No período 2014 / 2020 procurar-se-á assim, consolidar a cooperação intermunicipal, propondo-se a concretização de AIDUS / ITI à escala NUTS III – Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. As AIDUS serão complementadas por operações de valorização da estruturação urbana dos territórios de incidência e de promoção da atratividade e da competitividade das cidades através da utilização de intervenções de apoio à utilização de eficiência energética e das energias renováveis no setor da habitação social e de regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas – através de um instrumento de engenharia financeira

É assim intenção do Município, alavancar o desenvolvimento do concelho, provendo a sua afirmação como um território urbanisticamente estruturado, assente na promoção da revitalização urbana e da mobilidade sustentável, socialmente comprometido com a melhoria da qualidade de vida das comunidades mais desfavorecidas através de quatro eixos de intervenção estratégica que abaixo se identificam:

- Reforço das dinâmicas de integração do concelho no contexto metropolitano e regional;
- Potenciação do equilíbrio da Rede Urbana e da Organização Territorial do concelho;
- Desenvolvimento de novas dinâmicas económicas e turísticas do concelho, promovendo a sua imagem e posicionamento;
- Reforço da coesão socioeconómica do concelho.

Administração Geral

Na sequência de várias alterações legislativas nas diversas matérias da competência do Pelouro de Administração e Finanças, verifica-se a necessidade de proceder à alteração de várias normas regulamentares em vigor no Município, para ajustá-las ao novo quadro legal existente. Assim, encontram-se presentemente em fase de elaboração os regulamentos que seguidamente se expõem, cuja entrada em vigor se prevê para o ano 2016:

- O Regulamento de taxas e outras receitas não urbanísticas, no qual se propõe uma redução das taxas de publicidade e de ocupação de espaço público, com o intuito de favorecer o pequeno comércio, e proceder-se-á à supressão de determinadas taxas, resultado de terem transitado várias competências para outras entidades ou das alterações introduzidas pelo Licenciamento Zero no âmbito da Modernização Administrativa.
- O Regulamento da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros vai ser alterado tendo em consideração as alterações legislativas nesta matéria e as várias sugestões apresentadas pelas associações profissionais desta área;
- O Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Santa Maria da Feira, atendo a que vigora a regra do regime livre do horário de funcionamento desde a entrada em vigor do D.L. n.º10/2015, de 16 de janeiro, pelo que têm os municípios que adaptar os seus regulamentos nesse sentido, contudo mantêm competências para definir restrições em situações devidamente justificadas.
- O Regulamento do Exercício de Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes, atendendo às alterações introduzidas pelo D.L. n.º10/2015, de 16 de janeiro;
- O Regulamento de serviço de gestão de resíduos urbanos, no sentido de o adaptar às recomendações efetuadas pelo ERSAR.

Recursos Humanos

O grande desafio que hoje se coloca à Gestão de Recursos Humanos, é estimular a criatividade dos que a lideram, no sentido de se encontrarem técnicas de motivação que se imponham como verdadeiras alternativas às de origem financeira, numa época em que estas (financeiras) passaram a desempenhar um papel muito importante, basta lembrar as reduções dos últimos anos.

No ano de 2016 a Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional propõe-se dar continuidade a alguns dos projetos entretanto iniciados, procurando atuar no sentido da sua reorganização interna respeitando os procedimentos associados a esta nova legislação, sem nunca perder de vista uma maior e melhor rentabilização de recursos, sejam eles humanos, financeiros e / ou materiais. Pretendemos continuar com a “caminhada” da melhoria contínua do serviço prestado aos nossos utilizadores, com a consciência de que para isso teremos que repensar e questionar a forma habitual de fazer “as coisas”.

Neste âmbito, a implementação do projeto de “Melhoria dos Processos de Gestão”, desenvolvido durante o ano de 2015, que interveio de forma transversal em todos os serviços, dotando-os de práticas procedimentais assentes na identificação dos processos e definição de procedimentos, bem como, a implementação dos sistemas de gestão da qualidade e de Gestão de Recursos Humanos, na DRHDO, segundo os requisitos das normas ISO 9001/2008 e 4427:2004, estabeleceram uma cultura de gestão, facilitadora da melhoria contínua.

Em 2016, pretendemos oficializar esta nova cultura, através da certificação por uma entidade externa, de alguns serviços pelas normas anteriormente referidas, processo esse que será conduzido pela DRHDO, o qual contribuirá para a melhoria do serviço aí prestado, sendo que nesta unidade orgânica tal processo terá impacto nas seguintes atividades:

- Gestão Administrativa, através da constante preocupação em responder aos vários requerimentos dos trabalhadores de forma célere, culminando na atualização constante dos processos individuais dos trabalhadores.
- Gestão de Vencimentos, dentro dos prazos internamente estabelecidos para o efeito.
- Gestão de Competências, através da adequação das ofertas formativas às necessidades efetivas dos trabalhadores, bem como do desenvolvimento de ações que permitam a correta aplicação e monitorização do processo de avaliação do desempenho.
- Recrutamento e Seleção, através da abertura de procedimentos de contratação de pessoal, em plena sintonia com o planeamento definido nesta matéria, bem como com os condicionalismos legais atualmente em vigor o que implica a ocupação dos postos de trabalho em causa, nos timings necessários, de modo a não comprometer o normal funcionamento dos respetivos serviços, apostando cada vez mais na mobilidade interna, como alternativa.
- Comunicação, através da divulgação atempada, de todas as informações de interesse para os trabalhadores, designadamente as que resultam das alterações legislativas associadas à atual conjuntura.
- Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, através da Prevenção e controlo da sinistralidade laboral, da implementação de um Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho nas brigadas



operacionais, da Medicina no trabalho, e da Saúde ocupacional, em estreita colaboração com os técnicos ao serviço da divisão de Ação Social e Qualidade de Vida.

- Preparação e acompanhamento da certificação de sistemas da qualidade no âmbito dos serviços, funções ou processos e instituir mecanismos de controlo nos termos das normas internacionais da qualidade, devendo a emissão dos relatórios ser previamente submetida a parecer das unidades orgânicas respetivas.

Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC)

Nos conflitos de consumo, o CIAC tem um papel preponderante, na componente de formação dos cidadãos, sempre numa perspetiva de incentivo a que os consumidores sejam mais conscientes e responsáveis dos seus direitos e deveres, bem como, mais participativos numa comunidade mais solidária. Como vivemos numa sociedade de consumo e somos todos consumidores, o consumir faz parte do ser humano, do seu pensamento, comportamento e do seu quotidiano. O consumo é o ato económico que nos permite concretizar a satisfação de uma necessidade, através do uso de um bem ou serviço.

Assim, o CIAC dispõe de um serviço de apoio ao consumidor gratuito através do qual informa e presta aconselhamento ao consumidor sobre os seus direitos, contacta as entidades reclamadas para a resolução dos conflitos de consumo, e denuncia as práticas lesivas dos interesses dos consumidores à Deco, com quem temos protocolo.

No dia 15 de Março de 2016 o CIAC - Centro de Informação Autárquico ao Consumidor assinala 17 anos de existência, realizando ao longo deste percurso várias ações de sensibilização sobre a temática deste gabinete, como veículo distinto para a construção de uma sociedade participativa e preventiva. Deste modo, o gabinete pretende continuar, no ano de 2016, a prestar informações atualizadas, concretizando a sua disseminação em ações de informação que têm como objetivo a prevenção de conflitos de consumo.

Pese embora a situação económico-financeira do país e do Concelho em particular apresente já sinais de melhoria, continuam a ocorrer situações de carências várias pelo que, pretendemos em simultâneo com o Gabinete de Apoio ao Sobre Endividado, ajudar as famílias do nosso Concelho, a terem uma boa gestão das finanças pessoais, sendo determinante para melhor administrar os rendimentos e controlar as despesas, permitindo ainda efetuar poupanças.



Neste âmbito é aposta do CIAC a realização de sessões de esclarecimento sobre literacia financeira, junto dos diversos públicos, com intuito de informar e aconselhar o consumidor, ajudá-lo a gerir o seu orçamento familiar e apoiar as famílias vulneráveis na renegociação dos seus créditos e encargos.

Numa política de continuidade de alguns projetos preconizados no ano de 2015, propomos:

- *Elaboração de direct mailing;*
- *Consultas com especialistas externos e sessões de sensibilização na área do ato de consumo e de sobreendividamento;*
- *Edição de textos informativos para os meios de comunicação social;*
- *Concretização de uma conferência ou iniciativa para assinalar o dia 15 Março de 2015 – Dia Mundial dos Direitos do Consumidor;*

Sistemas de Informação

A atividade da Divisão de Sistemas de Informação, no ano de 2015, pautou-se pela renovação das infraestruturas tecnológicas que dotaram o Município de condições para encarar o próximo triénio com capacidade de resposta às necessidades previstas.

Assim, e numa política de continuidade prevê-se para o ano de 2016 uma redução na parcela de investimento em hardware e uma atenção redobrada na otimização da utilização das ferramentas disponíveis.

As exceções a este princípio prendem-se com os projetos integrados na candidatura ao programa PT 2020. Trata-se da dotação do serviço de arquivo municipal de meios para rever os circuitos de produção de documentação, sua digitalização e armazenamento. Este projeto inclui a aquisição de meios de digitalização de documentos próprios para tipos de documentos específicos, a adaptação das aplicações de gestão autárquica às normas internacionais de produção e classificação de documentação e o desenvolvimento / aquisição de uma aplicação de gestão do armazenamento de documentação (arquivo eletrónico)

Será também iniciado o desenvolvimento da nova presença on-line do Município, atualizando a imagem e dando integração aos sites entretanto criados (Visitfeira.travel, cineteatro.cm-feira.pt e bizfeira.com) e abrindo caminho a um novo paradigma de atendimento multicanal, reforçando a relação com o munícipe.

Ainda integrado nesta candidatura está o projeto que visa reforçar a transparência do Município. Assim, pretende-se promover a participação dos munícipes na atividade autárquica através da informatização das reuniões de Câmara, de forma a haver rápida disponibilização da informação produzida e abrindo a possibilidade de receção de feed-backs, já nos próximos anos.



Continua, entretanto, o esforço de atualização gradual das estações de trabalho, dos equipamentos de infra estrutura de rede, e o processo de transição da central telefónica Alcatel para o servidor de comunicações Voip.

Por fim, será dada continuidade à execução dos projetos de desenvolvimento interno de aplicações, utilizando os novos ambientes virtuais para suporte físico.

pelouro
**cultura, turismo,
biblioteca e museus**

ENQUADRAMENTO

*A Cultura é o modo avançado de se estar no mundo,
ou seja a capacidade de se dialogar com ele.*
Virgílio Ferreira (in *Contra Corrente IV*, 1986)

A vertigem da atualidade reserva à Cultura um papel nuclear na transformação e mediação da sociedade.

A política cultural do Município de Santa Maria da Feira estabelece-se no mediar as relações entre: (1) os públicos e os bens culturais; (2) o fruir e o fazer artístico; (3) a oferta e a procura (sobretudo dos agentes culturais e criativos); (4) a tradição e a contemporaneidade.

Neste contexto investir-se-á em instrumentos de mudança, nomeadamente: ações regulares e programadas de capacitação de tecido associativo, agentes culturais e criativos; programação cultural regular nas dimensões criativa, performativa, educativa e participativa; envolvimento e criação artística da comunidade para a comunidade através do programa de apoio a projetos culturais; chamadas aos artistas locais para a integração de projetos na oferta cultural e educativa; chamadas aos novos valores da criação artística contemporânea nacional e internacional para a criação e formação em residência em Santa Maria da Feira.

Para segunda metade deste ciclo de governação, e em particular para 2016, elegem-se assim quatro eixos, prioritários, de trabalho:

- A sensibilização dos agentes culturais, de base associativa, para os valores da interdisciplinaridade e da complementaridade;
- A Cultura enquanto agente de sustentabilidade social;
- As sinergias Cultura / Turismo enquanto motor de inovação económica;
- A internacionalização dos produtos e agentes culturais e criativos do território.

No âmbito da missão do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, procurar-se-á desenvolver estratégias integradas e apostar na procura de oportunidades de financiamento para os projetos de desenvolvimento, nomeadamente, através do quadro comunitário Portugal 2020.

PRINCIPAIS LINHAS /ESTRATÉGIAS DE AÇÃO:

- ❖ Promoção do acesso à fruição estética de bens culturais de correntes estéticas distintas da cultura popular à arte contemporânea;
- ❖ Manutenção do apoio técnico e assessoria aos agentes culturais, criativos e associativos, adequando o horário de serviço para corresponder às necessidades destes;



- ❖ Apoio e acompanhamento ao Programa de Apoio a Projetos Culturais;
- ❖ Valorização dos eventos de referência: Festa das Fogaceiras, Semana Santa, Imaginarius, Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, Encontros com a Música, e Programação Regular;
- ❖ Promoção de projetos disciplinares e multidisciplinares, em coprodução / parceria com os agentes culturais, criativos e associações culturais locais;
- ❖ Apoio ao desenvolvimento do Cluster das Indústrias Culturais e Criativas através do projeto Caixa das Artes em articulação com a plataforma BIZFEIRA;
- ❖ Promoção de produtos turísticos concelhios na área do Turismo Cultural e Criativo, Turismo de Saúde e Bem-Estar e Turismo de Negócios;
- ❖ Promoção integrada do território através do agregador VISITFEIRA.TRAVEL;
- ❖ Promoção da leitura através dos projetos de ação permanente e pró-ativa da Biblioteca Municipal e polos;
- ❖ Salvaguarda e promoção do património através dos serviços educativos, oficinas pedagógicas, eventos temáticos, exposições temporárias, estudos e ações de conservação e restauro pela Rede Municipal de Museus;

No que concerne com a orçamentação deste plano de atividades, será de realçar que, em 2016, a fatia mais significativa dos investimentos resulta da execução de projetos de importância estrutural para a política cultural local, tais como; o Programa de Apoio aos Projetos Culturais; a reabilitação do património museológico; os investimentos na beneficiação de equipamentos culturais e turísticos; a realização de eventos com o objetivo de alavancar e potencializar setores estratégicos de desenvolvimento social e económico do território.

CULTURA

1. FESTA DAS FOGACEIRAS

A *Festa das Fogaceiras* incorpora a representação máxima do capital simbólico e cultural de Santa Maria da Feira e das Terras de Santa Maria. Em 2016, a par com as atividades que pontuam o programa civil e religioso do feriado municipal (20.Janeiro) dedicado ao Mártir São Sebastião, será mantida uma programação cultural, de oferta diversificada, ancorada nos recursos endógenos do território, integrando espetáculos de música, teatro, dança, exposições e mostras de gastronomia local.

2. IMAGINARIUS | FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE RUA

O *IMAGINARIUS – Festival Internacional de Teatro de Rua – Santa Maria da Feira*, em 2016, continuará a posicionar-se no âmbito do teatro e artes de rua, considerando como principais eixos de intervenção: a) a exposição do território e da sua comunidade aos grandes vultos da criação artística internacional para o espaço público; b) promoção do acesso público aos bens

culturais; c) promoção da educação criativa e da transformação social pela arte; d) promoção da interculturalidade; e) promoção da capacitação dos agentes culturais e criativos locais. Pretende-se ainda que *IMAGINARIUS – Festival Internacional de Teatro de Rua* possa constituir-se, cada vez mais, como uma oportunidade única para o setor cultural e criativo local, contactar com redes potenciadoras de oportunidades como a internacionalização.

3. ENCONTROS COM A MÚSICA

O Dia Mundial da Música (01.Outubro) continuará a ser assinalado em 2016 com a iniciativa do *Encontros com a Música* através da qual se pretende promover concertos e apontamentos musicais em locais informais, ou não convencionais, dando ao público a possibilidade de usufruir do bem artístico e cultural que é a Música em espaços e circunstâncias inusitadas.

4. AÇÃO CULTURAL

Através da realização de coproduções e do estabelecimento de parcerias colaborativas, pretende-se promover o acesso dos munícipes à Cultura através do estabelecimento de programação regular, multidisciplinar, dirigida a toda a população, com particular enfoque na formação de públicos e formação integral das gerações futuras. O trabalho a desenvolver nesta área será centrado no favorecimento do contacto com os vultos da criação artística nacional, bem como na criação de oportunidades de performance para os jovens criadores do território e da região. Pretende-se, ainda, que a ação cultural fomente, de forma sistematizada e constante uma agenda geradora de hábitos culturais no território, que possibilite a fruição de criações artísticas, ciclos temáticos e outras experiências edificantes, que promovam a ligação à história, património e tradição do Município.

5. PRODUÇÕES E EVENTOS TEMÁTICOS ESPECÍFICOS

Desenvolver projetos culturais (produções ou coproduções) evocativos da identidade de Santa Maria da Feira e da sua população, valorizando o seu capital cultural, simbólico e criativo, nomeadamente os recursos endógenos afetos ao Turismo e Cultura do território.

6. PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS CULTURAIS

O Programa de Apoio a Projetos Culturais tem como objetivo fomentar a participação ativa das associações locais nos processos de criação e de intervenção sociocultural no território. Constitui-se um instrumento de apoio à produção cultural associativa e à integração dos projetos culturais do tecido associativo local na oferta cultural municipal - numa lógica de descentralização das ações, do acesso aos bens culturais pelas comunidades e do incentivo aos projetos que tenham por base a organização colaborativa, em redes ou através de parcerias. Pretende auxiliar o desenvolvimento qualitativo da produção artística local, de base associativa, formando não só novos agentes culturais, mas também uma massa crítica informada e capaz, produtora e potencialmente consumidora de produtos culturais.

As associações poderão aceder a este apoio mediante a apresentação de candidaturas que serão avaliadas por um júri nomeado pela Câmara Municipal, segundo os critérios definidos no Anexo I, do Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais e aprovados em reunião da Câmara Municipal.

7. CCTAR/PROJETO CAIXA DAS ARTES

O Projeto CCTAR/Caixa das Artes constitui-se como **elemento central de um novo ecossistema cultural e criativo** do concelho e da região, **contribuindo para o desenvolvimento integrado de Santa Maria da Feira** a médio e longo prazo, quer a nível **cultural, educativo e social**, quer a nível **turístico e económico**.

Deverá fundar-se nos seguintes eixos de intervenção:

Participação cultural das comunidades

No que concerne especificamente o grande tecido associativo de Santa Maria da Feira, o CCTAR/Projeto Caixa das Artes pretende constituir-se como um elemento agregador de recursos, quer numa lógica de acolhimento e apoio às suas produções, quer, e sobretudo, no apoio à qualificação e profissionalização dos seus agentes criativos, numa lógica de desenvolvimento qualitativo da produção artística local – formando não só novos profissionais das artes, mas também uma massa crítica informada e capaz, potencialmente consumidora de produtos culturais.

Criação em residência

O CCTAR/Projeto Caixa das Artes promoverá um contexto favorável à receção de artistas e criativos, nacionais e internacionais, dos mais diversos domínios artísticos, possibilitando o encontro e o entrecruzamento multidisciplinar, o diálogo multicultural e a aproximação à comunidade, numa lógica comum de aprendizagem e concretização artística.

Esta dimensão deve ser concretizada em profunda articulação com o sistema cultural e criativo local, nomeadamente no que diz respeito aos agentes criativos autóctones e às condições técnicas de produção e de criação existentes no território – que poderão ser trabalhadas num registo de intercâmbio e partilha.

Internacionalização

O CCTAR/Projeto Caixa das Artes está preparado para se constituir como uma plataforma de excelência para o acolhimento, criação e produção de projetos de foro cultural (pense-se em residências artísticas; atividades de formação e qualificação; eventos culturais; espetáculos; ou

até mesmo congressos e colóquios dedicados às mais diversas disciplinas artísticas) de âmbito nacional e internacional, participando de forma ativa na geração de um sistema cultural sustentável.

TURISMO

Relativamente ao Plano de Atividades do Gabinete de Turismo para o ano de 2016, as várias rubricas e iniciativas deverão estar estruturadas nos três **produtos turísticos estratégicos**: **Touring Cultural e Paisagístico** assente no rico património histórico, e na notoriedade dos eventos e experiências enriquecedoras que proporcionam; **Turismo de Saúde e bem-estar** com a requalificação e reconversão das Termas de S. Jorge, Santa Maria da Feira ficou a contar com um equipamento de grande qualidade numa abordagem mais abrangente de bem-estar e spa e **Turismo de Negócios** graças ao novo impulso dado ao Europarque, agora sob a gestão da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

É importante salientar que estes produtos turísticos são igualmente considerados prioritários para a Região Norte, no âmbito do Plano Estratégico Nacional do Turismo e estão a ser trabalhados e promovidos em coordenação com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal. A par destes produtos estratégicos principais, é intenção desenvolver iniciativas que incluam o Turismo Religioso, Industrial, Escolar e Social. Relativamente às principais rubricas inseridas na Proposta de Orçamento para 2016, salientam-se as seguintes:

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Todas as iniciativas do Gabinete de Turismo deverão ser suportadas e estruturadas num Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para o concelho de Santa Maria da Feira, a ser realizado durante o atual mandato, funcionando como um instrumento orientador fundamental para o desenvolvimento turístico integrado e sustentado de Santa Maria da Feira, no âmbito da região “Porto e Norte”.

Pretende-se proceder ao planeamento e análise técnica e objetiva de qual deverá ser o futuro do Turismo em Santa Maria da Feira (2015-2020), de forma a se projetar e recomendar linhas estratégicas de desenvolvimento turístico que deverão ser adotadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável e integrado do concelho.

PROMOÇÃO TURÍSTICA

O estabelecimento de parcerias e sinergias com o envolvimento de novos atores deverá ser uma das prioridades da Autarquia, de forma a reforçar e qualificar a oferta turística do concelho,

melhorando a experiência turística do turista e visitante e maximizando a rentabilização dos investimentos públicos e privados, sempre com o objetivo estratégico de “fazer mais com menos recursos”.

Neste âmbito, deverá ser destacado o projeto turístico “Feira Card”, estabelecido entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, os principais equipamentos turísticos do concelho, as unidades hoteleiras de Santa Maria da Feira, os restaurantes de referência de Santa Maria da Feira, o Cineteatro António Lamoso e outros parceiros, que deverá ser consolidado, nomeadamente através da adesão de novos parceiros e do reforço da promoção, de forma a ter uma maior adesão por parte dos turistas e visitantes.

Componente principal da promoção turística será o reforço da promoção dos eventos diferenciadores do destino Santa Maria da Feira, nomeadamente a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria da Feira, Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, Perlím – Uma Quinta de Sonhos, Festa das Fogaceiras e Semana Santa, através do estabelecimento de parcerias estratégicas, nomeadamente com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, de forma a maximizar o impacto promocional a uma escala regional, nacional e internacional.

A nível dos eventos em que o Gabinete de Turismo tem uma participação efetiva, deverá ser intensificada a aposta nos Bilhetes Experiência da Viagem Medieval, que serão seguramente um meio privilegiado na promoção, qualificação e diferenciação da Viagem Medieval, possibilitando ao mesmo tempo a arrecadação de mais receitas para o evento. Seria igualmente interessante que o conceito de Bilhetes Experiência seja alargado aos restantes eventos, bem como aos equipamentos turísticos e Cineteatro António Lamoso.

A nível de desenvolvimento de conteúdos e impressão de material promocional, a aposta deverá estar na sua otimização, nomeadamente através do reforço da promoção e venda dos Kits Feira Card (para o qual será essencial o desenvolvimento de suportes de promoção) e de uma gestão mais eficiente e criteriosa do restante material promocional e Calendários, de forma que estejam facilmente acessíveis a todos os turistas e visitantes interessados ao menor custo possível.

Será importante igualmente a definição do merchandising oficial de Santa Maria da Feira, nomeadamente a nível dos postais, emblemas e pines, e especialmente de artigos de cortiça para venda.

Relativamente ao portal turístico www.visitfeira.travel, deverá ser reforçada a sua importância enquanto canal principal de promoção e comunicação turística de Santa Maria da Feira, permitindo a disponibilização de todas as informações de interesse para o turista e visitante, de



forma permanente, atualizada e em várias línguas, sendo que em 2016 deverá estar também disponível em Francês. Integrado neste site deverá estar disponível um **Guia Turístico Inteligente (smartguide)**, em português, inglês e espanhol, acessível na Internet e disponível em aplicações para computador pessoal, *tablet* e *smartphone*, potenciando o património, história local, cultura, artesanato e gastronomia da região.

Deverá manter-se a aposta na produção interna e difusão na Internet e Redes Sociais de vídeos promocionais do destino, sendo essencial o desenvolvimento de pequenos clips promocionais dos vários equipamentos e recursos turísticos.

COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DE TURISMO

Ainda no âmbito da promoção turística, e a exemplo dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretende associar-se às Comemorações do Dia Mundial de Turismo, através do desenvolvimento de diversas iniciativas que permitam a promoção integrada dos principais equipamentos turístico do concelho.

FEIRAS DE TURISMO E OUTROS EVENTOS PROMOCIONAIS

O Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira estará presente (ou representado) nas principais Feiras de Turismo nacionais (como a Bolsa de Turismo de Lisboa) e noutros eventos promocionais, como a Expocidades e iniciativas no Europarque, de preferência em parcerias com o Turismo do Porto e Norte e o Eixo Atlântico. Da mesma forma, poderá ser considerado interessante a presença em feiras de turismo internacionais, como a FITUR, em Madrid.

CAMINHO DE SANTIAGO EM SANTA MARIA DA FEIRA

Após a implementação da sinalização no concelho de Santa Maria da Feira, deverá ser estabelecido um sistema de monitorização semestral que proceda à identificação das necessidades de reforço de sinalização e sinalética (possibilitando melhorias a nível da orientação e segurança) e à manutenção e limpeza do itinerário no nosso concelho.

Paralelamente deverá proceder-se ao reforço da disponibilização de informação turística aos peregrinos, que deverá ser feita principalmente através das ferramentas possibilitadas pela Internet, eventualmente através de um mini-site específico. Pretende-se desta forma disponibilizar aos peregrinos que percorrem o concelho de Santa Maria da Feira toda a informação relevante (itinerário, locais de culto a Santiago, locais de descanso e de apoio, albergues e

hotelaria, restauração e informação sobre os eventos e equipamentos turísticos), de forma que possam fazer uma viagem segura e agradável, contribuindo para a sua satisfação turística.

Ainda no âmbito do Caminho de Santiago em Santa Maria da Feira, pretende-se estabelecer uma parceria com os restaurantes existentes na proximidade do itinerário, de forma a estabelecer um “Menu do Peregrino”, a um preço acessível.

Será igualmente reforçada a parceria com os Bombeiros Voluntário de Arrifana e Lourosa, bem como com o Hotel Pedra Bela, de forma que se possa proceder a uma quantificação dos peregrinos que visitam ou ficam alojados nas suas instalações.

É intenção igualmente o estabelecimento de Caminhadas do itinerário em Santa Maria da Feira, em parceria com o Gabinete de Desporto.

Refira-se que o Caminho de Santiago é um itinerário religioso e deve ser encarado como um produto cultural e turístico atrativo e motor de desenvolvimento local e regional, tendo em conta que é percorrido ao longo de todo o ano por peregrinos de várias nacionalidades. Ainda no âmbito, da aposta no Turismo Religioso, pretende-se estruturar um roteiro do património religioso concelhio, em articulação com as festividades religiosas, de forma a valorizar as tradições históricas religiosas e a atrair públicos a Santa Maria da Feira. Refira-se que as estratégias a adotar deverão estar em consonância com o trabalho desenvolvido por outras entidades, nomeadamente o Turismo do Porto e Norte e o Eixo Atlântico.

Associado ao Caminho de Santiago em Santa Maria da Feira, existe o Caminho de Fátima que deverá ser alvo de um levantamento, de forma que no futuro possa ser alvo de sinalização, eventualmente no âmbito de uma candidatura conjunta da Associação dos Municípios das Terras de Santa Maria.

PROMOÇÃO DA GASTRONOMIA DE SANTA MARIA DA FEIRA

A Gastronomia desempenha, cada vez mais, um papel relevante na atratividade de qualquer destino turístico sendo, para além do património histórico e cultural, dos recursos turísticos e do alojamento, uma das componentes essenciais da oferta turística. Atualmente, em Santa Maria da Feira a gastronomia ainda não está afirmada na oferta turística, e apenas a doçaria (nomeadamente as famosas fogaças) é que possuem projeção nacional, sendo um elemento importante na oferta turística de Santa Maria da Feira. Desta forma, torna-se necessário estruturar e promover a qualidade da gastronomia do concelho, diversificar a oferta e dinamizar a área da restauração.

Uma das principais iniciativas neste âmbito, e optando os restaurantes de Santa Maria da Feira pela não adesão aos Fins-de-semana Gastronómicos do Porto e Norte 2016, promovidos pela Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, deverá ser a realização de um evento gastronómico e cultural com os principais restaurantes de Santa Maria da Feira, em que se pretende o estabelecimento de sinergias mutuamente vantajosas, contribuindo para a sua dinamização, atração de públicos e consumidores e reforçando a posição de Santa Maria da Feira como um destino turístico-cultural (mas também gastronómico) de referência a nível nacional.

Para o ano de 2016, será essencial fazer uma análise exaustiva relativamente ao interesse e adesão dos restaurantes aos Fins-de-semana Gastronómicos do Porto e Norte no ano de 2017, nomeadamente a nível do prato selecionado, de forma que seja possível fazer efetivamente uma estruturação, promoção e desenvolvimento da restauração e gastronomia local (incluindo o desenvolvimento de pratos “típicos e de referência”).

TURISMO INDUSTRIAL EM SANTA MARIA DA FEIRA

Sendo Santa Maria da Feira um concelho tradicionalmente de cariz industrial, é essencial recuperar as tradições industriais que fazem parte da nossa cultura secular e foram parte integrante do nosso desenvolvimento histórico, aproveitando a grande apetência mundial pelo turismo industrial e o facto de existirem no concelho indústrias e empresas de forte projeção internacional, nomeadamente a nível da cortiça.

Para tal será desenvolvido um projeto de Turismo Industrial no âmbito da Cortiça, em parceria com a APCOR, que para além da promoção turística e institucional de Santa Maria da Feira, permitirá o reforço da identidade histórica e cultural feirense e a partilha dessas memórias e tradições às novas gerações e aos turistas e visitantes que nos visitam, através de visitas guiadas às fábricas aderentes ao projeto. As experiências únicas e diferenciadoras que daí resultam contribuem igualmente para a projeção da imagem e o desenvolvimento económico das empresas aderentes, através da divulgação e vendas dos seus produtos, potenciando o desenvolvimento da economia local.

TURISMO ACESSÍVEL EM SANTA MARIA DA FEIRA

Relativamente ao Turismo Acessível em Santa Maria da Feira deverá ser reforçado o projeto, em parceria com a Provedoria Municipal para a Mobilidade, de forma a estabelecer e implementar um Manual de Boas Práticas a nível da acessibilidade de todos os públicos aos



eventos, equipamentos turísticos, unidades hoteleiras de Santa Maria da Feira e restantes parceiros.

VISITAS TURÍSTICAS

Componente central na atratividade de turistas e visitantes, é a colaboração do Gabinete de Turismo na organização e gestão de visitas guiadas a Santa Maria da Feira, através da preparação logística, disponibilização de material promocional, receção e acompanhamento de grupos organizados ao concelho, utilizando preferencialmente os descontos associados ao “Feira Card”.

Sempre com o intuito de envolvimento e cooperação entre a autarquia e as associações e entidades, deverá ser analisado o estabelecimento de visitas guiadas temáticas ao centro histórico de Santa Maria da Feira, bem como às principais atrações do concelho. Do mesmo modo, pretende-se o desenvolvimento de itinerários pedestres, de natureza ambiental, patrimonial ou religioso, de forma que os turistas, visitantes e munícipes de Santa Maria da Feira possam percorrer a pé em condições ideais de segurança e orientação os principais atrativos de Santa Maria da Feira, reforçando o seu grau de satisfação turística e permitindo o reforço da promoção turística e institucional de Santa Maria da Feira.

Paralelamente, será analisada a criação de um bilhete único de visita, destinado ao turismo escolar, de forma a poder inscrever o património da região e a oferta cultural no roteiro de turismo escolar nacional, atraindo novos públicos e possibilitando-lhes um preço global atrativo.

BIBLIOTECA MUNICIPAL

A NOSSA MISSÃO

A divisão de bibliotecas e arquivo tutela dois serviços que, apesar de serem tipologicamente diferentes, se complementam. Têm por missão:

- ❖ construir, preservar, interpretar e disponibilizar acesso a uma rica e variada coleção documental;
- ❖ promover o correto uso e a avaliação crítica da informação;
- ❖ desenvolver serviços para diferentes públicos;
- ❖ promover o acesso à cultura e desenvolver competências criativas desde a infância;
- ❖ assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local.

INTRODUÇÃO

O plano de atividades da divisão de bibliotecas e arquivo, para o ano de 2016, sustenta-se num percurso focalizado na criação de parcerias com entidades que agem no território, de forma a garantir o cumprimento das diferentes missões definidas para as bibliotecas públicas e arquivos municipais e na prestação de serviços de qualidade, adequados às necessidades da comunidade.

O nosso plano de atividades é feito de acordo com as necessidades definidas pelos nossos *stakeholders* e da nossa avaliação.

O plano é centrado no utilizador e assenta em dois elementos fundamentais para o cumprimento da nossa missão: as pessoas que constroem a organização para que seja forte e criativa; a infraestrutura e processos que sejam flexíveis, responsáveis e tecnologicamente adaptados às necessidades da comunidade.

Mais importante, o plano reflete os nossos valores, prioridades e o nosso compromisso com a disponibilização democrática do conhecimento, com o trabalho cooperativo, com a promoção do acesso à cultura, com a prestação de serviços de qualidade e com o desenvolvimento de novas competências dos técnicos dos serviços.

OBJETIVOS 2016

1. EXPERIÊNCIA DO UTILIZADOR

Garantir que a experiência do utilizador seja de alta qualidade, consistente, atendendo às diferenças e aos objetivos individuais.

2. APOIAR A EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL

Garantir que a divisão disponibilize recursos e serviços que apoiem a educação formal e informal.

3. PROMOVER O LIVRO E LEITURAS

Garantir, através de projetos inovadores, com a capacidade de itinerar no território e no aprofundamento de parcerias com entidades locais, o acesso ao livro e a promoção de leituras.

4. PROMOVER A HISTÓRIA LOCAL

Garantir que as coleções de história local, da biblioteca e do arquivo, sejam amplamente divulgadas e acessíveis.

5. PROMOVER O ACESSO À CULTURA



Garantir o acesso às múltiplas manifestações culturais, com o enfoque na sensibilização das crianças e jovens para a sua fruição.

6. CULTURA ORGANIZACIONAL

Desenvolver e sustentar uma equipa hábil e comprometida, que se adapte às mudanças.

Objetivo 1 EXPERIÊNCIA DO UTILIZADOR

Garantir que a experiência do utilizador seja de alta qualidade, consciente, atendendo às diferenças e aos objetivos individuais.

CONTEXTO/AÇÕES

Os nossos utilizadores esperam que os serviços sejam acessíveis e de acordo com as suas necessidades pelo que deveremos simplificar o acesso aos mesmos, sejam eles presenciais ou virtuais.

Assim, deveremos disponibilizar instrumentos de pesquisa, recursos e serviços que sejam intuitivos, funcionais, transparentes e adaptados a novos modos de pesquisa.

Por outro lado, a organização dos documentos no espaço, deve ser, também, alinhada com novos tipos de utilização.

Pelo referido, pretendemos:

- dar continuidade à reorganização dos acervos documentais da biblioteca e do arquivo;
- disponibilizar o catálogo online do arquivo e dar continuidade à reorganização do catálogo online da biblioteca, de forma a aproximar os conteúdos das necessidades dos utilizadores;
- reforçar o serviço de referência, quer da biblioteca quer do arquivo, com competências que respondam a pesquisas mais especializadas;
- dar continuidade ao processo de digitalização de documentos de história local e à sua disponibilização online;
- atualizar a rede de computadores;

RESULTADOS

1 as nossas ferramentas e interfaces web permitirão, de forma intuitiva, o acesso integrado aos conteúdos intelectuais das coleções documentais;

2 a infraestrutura será mais robusta, fiável e permitirá o desenvolvimento de novos serviços;

3 a pesquisa de conteúdos tornar-se-á mais fácil aproximando-se da linguagem do utilizador;

4 o acesso aos documentos será mais fácil e determinará uma maior autonomia do utilizador;

5 o serviço de referência será, efetivamente, um instrumento importante de apoio à pesquisa.

Objetivo 2 APOIAR A EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL

Garantir que a divisão disponibilize recursos e serviços que apoiem a educação formal e informal.

CONTEXTO/AÇÕES

Os nossos utilizadores, em contexto escolar, carecem de documentos que respondam às suas necessidades curriculares, sobretudo no que diz respeito à história local e, por tal, esperam que a biblioteca e o arquivo sejam um recurso educativo complementar.

Por outro lado, cada vez mais o processo de aprendizagem é feito ao longo da vida.

Neste contexto, pretendemos:

- ter uma política de aquisições e de tratamento documental que atenda às necessidades destes utilizadores e às listas do Plano Nacional de Leitura;
- reforçar o apoio prestado pelo Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares – SABE- às bibliotecas escolares, nomeadamente através da normalização do tratamento documental, da gestão da base de dados coletiva, constituída por 33 BE e da formação informal e formal, creditada pelo Centro de Formação Terras de Santa Maria, dos professores bibliotecários e dos técnicos que trabalham nas bibliotecas escolares;
- integrar, proativamente, todas as iniciativas municipais de combate à iliteracia, nomeadamente , o projeto Emili@;
- autonomizar, através da promoção de novas competências, os utilizadores na utilização das TIC, através de atendimento assistido.

RESULTADOS

1 uma política de aquisições alinhada pelas necessidades dos utilizadores incrementa a utilização dos serviços;

2 como as necessidades dos utilizadores são satisfeitas, a sua satisfação com os serviços aumenta;

3 o trabalho cooperativo com as Bibliotecas Escolares, alarga a área de influência dos serviços, aproximando-os dos utilizadores;

4 a formação dos professores bibliotecários e dos técnicos que trabalham nas bibliotecas escolares, garante a uniformização dos dois sistemas, permitindo o alargamento dos resultados de pesquisa o que se traduz numa efetiva melhoria na resposta às solicitações dos utilizadores;

5 a integração em iniciativas municipais no combate à iliteracia garante o aumento de utilizadores dos diferentes recursos e serviços disponibilizados;

6 o apoio à autonomização dos utilizadores na utilização das TIC combate a iliteracia digital.

Objetivo 3 PROMOVER O LIVRO E LEITURAS

Garantir, através de projetos inovadores, com a capacidade de itinerar no território e no aprofundamento de parcerias com entidades locais, o acesso ao livro e a promoção de leituras.

CONTEXTO/AÇÕES

Uma das prioridades da divisão é a promoção do livro e de leituras. O serviço educativo está referenciado como sendo credível, criativo e de elevada qualidade.

O conhecimento e a relação com o território, a permanente atualização de competências e o elevado sentido crítico dos técnicos, constituem uma enorme mais valia para a implementação dos serviços da divisão, na comunidade.

Por tal, sempre na senda da qualificação e da criatividade dos produtos culturais, pretendemos:

- promover ações dirigidas a bebés, crianças e jovens, em contexto familiar e escolar;
- dar continuidade aos projetos de itinerância está na hora da leitura (para crianças do 1º ciclo), que culmina com o prémio preditex: concurso de leitura; o livro em viagem (para crianças de jardim de infância); contos com o conto (nos polos de leitura) e uma estória no bibliobus, nas IPSS.;
- dar continuidade aos projetos de cooperação com as BE, o Museu Convento dos Lóios e Museu do Papel;
- mediar a relação entre as crianças e os artistas, no contexto das exposições de arte;
- promover encontros intergeracionais;
- promover ações para idosos;
- acolher, em contexto da hora do conto, a apresentação de livros infantis.

RESULTADOS

1 a capacitação das gerações mais novas com hábitos de leitura;

2 as ações de promoção da leitura em contexto escolar, ajudam à concretização do Plano Nacional de Leitura;

3 as ações promovidas em cooperação com o Museu Convento dos Lóios e o Museu do Papel, promovem a identidade cultural;

4 as ações promovidas em cooperação com o Museu Convento dos Lóios e o Museu do Papel promovem, junto da comunidade, o conceito de complementaridade dos equipamentos culturais;

5 identificação da comunidade com a história local

6 a mediação entre as crianças/ jovens e os artistas e objetos artísticos promovem a educação estética e sensibilizam para a sua fruição;

7 os projetos de itinerância para públicos diferenciados, garantem mais igualdade de acesso ao conhecimento e pensamento humano.

Objetivo 4 PROMOVER A HISTÓRIA LOCAL

Garantir que as coleções de história local, da biblioteca e do arquivo, sejam amplamente divulgadas e acessíveis.

CONTEXTO/AÇÕES

A biblioteca municipal e o arquivo municipal, pelos acervos que detêm, constituem um dos maiores depositários e promotores da história local.

O acervo de história local da biblioteca municipal é constituído por 19 677 exemplares, de diferente tipologia e formatos. Destes, 9 304 estão digitalizados e disponíveis no catálogo em www.biblioteca.cm-feira.pt.

O acervo do arquivo municipal, definido, normalmente, como histórico, constituído por 1605 exemplares, datados a partir de 1514, representa, de forma particular a ação administrativa e constitui uma fonte informativa essencial para a construção da história local.

O cruzamento das competências dos técnicos da biblioteca e do arquivo municipal associadas às do serviço educativo habilitam-nos a promover serviços e ações que promovam a história local.

Neste contexto, propomo-nos;

- a prosseguir o processo de tratamento, digitalização dos documentos e a sua disponibilização nos catálogos online;
- promover ações que promovam o conhecimento da história local.

RESULTADOS

1 a promoção de estudos de história local;

2 a promoção da identidade cultural;

3 a promoção do conhecimento sobre a herança cultural.

Objetivo 5 PROMOVER O ACESSO À CULTURA

Garantir o acesso às múltiplas manifestações culturais, com o enfoque na sensibilização das crianças e jovens para a sua fruição.

CONTEXTO/AÇÕES

A cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade.

A biblioteca municipal é um espaço de cultura e para a cultura.

O seu espaço está preparado para acolher diferentes tipologias de manifestações culturais.

Os seus recursos humanos estão aptos a mediar essas manifestações e os seus utilizadores bem como a promoverem ações de sensibilização para a fruição cultural.

Assim, consideramos que em 2016, deveremos:

- continuar a realizar exposições de arte contemporânea;
- promover ações de mediação entre os objetos artísticos e o público infantil;
- acolher as atividades culturais municipais e emanadas da comunidade;
- trabalhar cooperativamente com o cineclubes de forma a promover o cinema e os seus agentes.

RESULTADOS

1 contribuição para o desenvolvimento cultural e humano;

2 contribuição para que cada pessoa tenha os meios para evoluir de forma criativa;

3 contribuição para o estímulo da imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;

4 promoção do apreço pelas artes;

5 acesso a diferentes formas de expressão cultural, das artes e do espetáculo;

6 promoção do diálogo intercultural e a diversidade cultural.

Objetivo 6 CULTURA ORGANIZACIONAL

Desenvolver e sustentar uma equipa hábil e comprometida, que se adapte às mudanças.

CONTEXTO/AÇÕES

A divisão de bibliotecas e arquivo está, naturalmente, em permanente mutação e transforma-se de acordo com novos contextos.

Desejamos ter a capacidade de acolher a inovação, o novo, de estarmos preparados para responder às novas solicitações dos utilizadores e até de as antecipar.

Desejamos ter a capacidade de adquirir novas competências.

Desejamos que os nossos utilizadores, quando se “encontram” com os nossos serviços, tenham uma experiência de elevada qualidade.

Para tal, pretendemos:

- continuar a desenvolver um pensamento sistémico e crítico;
- adotar as melhores práticas;
- mantermos os nossos padrões de qualidade.

RESULTADOS

1 a perceção clara das prioridades dos nossos serviços;

2 o compromisso da equipa em aprender e desenvolver atividades que suportam os objetivos organizacionais;

3 uma cultura organizacional que nos envolve e valoriza;

4 antecipação, pela equipa, das necessidades organizacionais e da resposta a desafios internos e externos para prestar um serviço de qualidade.

MUSEU CONVENTO DOS LÓIOS

EXPOSIÇÃO PERMANENTE

Valorizar e qualificar a exposição, permitindo o fortalecimento das relações entre o Museu e a comunidade concelhia, alargando os interesses para os bens culturais móveis e cumprindo os eixos estruturantes da tutela e as diretrizes definidas para o pelouro, nomeadamente:

- potencializar as sinergias Cultura/Turismo/Património enquanto Unidade;
- integrar os agentes locais e as práticas culturais amadoras, na oferta cultural integrada do Município;
- criar produtos turísticos inovadores com base na experiência diferenciadora e inédita;

Projeto cultural: comemoração do dia 6 de maio de 1560

Sinopse/descrição: Os condes da Feira, depois de escolhido o local para construção do convento dos Lóios e igreja, promoveram a cerimónia de lançamento da 1ª pedra no dia 6 de maio de 1560, dia de S. João Evangelista, no sítio da Ermida do Espírito Santo, onde esteve presente toda a gente da vila.

Atividade: Visitas recriadas (personagens históricas locais), Música, Oficina

Data: 6,7 e 8 de maio

Público-alvo: Público em geral (vários segmentos de públicos)

Objetivos:

- ❖ Criar laços e parcerias com o associativismo concelhio;
- ❖ Atrair público jovem para o espaço museu;
- ❖ Potenciar e dar a conhecer a história local associada ao seu património histórico edificado.

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

As exposições temporárias estão em evidência, pois são excelentes meios de comunicação e de divulgação dos bens culturais existentes nas coleções dos museus e de outros produtos culturais, convertendo-se num meio de intercâmbio, de partilha de experiências entre instituições e agentes culturais e artísticos que partilham os mesmos objetivos, propondo-se a realização de três exposições temporárias incluindo um serviço educativo associado a cada uma.

Título: A Paixão de Cristo (título provisório)

Sinopse/descrição: associada à Quaresma e à Pascoa, pretende-se realizar um trabalho de parceria com as paróquias do Concelho, contando para isso com a colaboração da Vigararia assim como do pároco Eleutério Pais.

Atividade: exposição de estatuária religiosa associada ao tema representando cada paróquia, podendo o tema ser preenchido com uma visão artística mais atual, de escultura contemporânea de um artista a convidar (ex: Paulo Neves).

Data: 19 de março a 24 de abril

Público-alvo: público em geral

Objetivos PCTBM:

- ❖ Promoção da cooperação, nas relações de parceria e complementaridade, potencializando as sinergias e criação de redes entre os diversos agentes, *stakeholders* e instituições.

Objetivos MCL

- ❖ Dar a conhecer o património religioso do nosso concelho;
- ❖ Criar parcerias com as diferentes comunidades do Concelho, promovendo também a continuidade destes laços;
- ❖ Inculcar no visitante hábitos culturais de consumo para esta tipologia de bens patrimoniais e artísticos;

Titulo: Exposição Viagem Medieval em Terra de Santa Maria

Sinopse/descrição: temática associada ao período a retratar (vertente mais científica do projeto)

Atividade: exposição temporária com componentes a serem trabalhadas com mais atenção uma vez que é necessário uma pesquisa mais atenta e pormenorizada.

Data: julho a setembro

Público-alvo: público em geral

Objetivos PCTBM:

- ❖ Potencializar as Sinergias Cultura/Turismo/Património enquanto UNIDADE;
- ❖ Valorização dos recursos identitários e endógenos na sua ligação à contemporaneidade.

Objetivos MCL:

- ❖ Despertar o interesse do público para o período histórico em causa numa vertente mais científica;
- ❖ Participar ativamente nos grandes projetos culturais do município;
- ❖ Atrair o público da VM para este espaço museológico e patrimonial concelhio;
- ❖ Construir conhecimentos através da divulgação da nossa história local e regional

Titulo: (a designar) exposição de Natal

Sinopse/descrição: exposição de temática associada a esta época do ano

Atividade: a ser trabalhada com algumas comunidades do nosso concelho, ainda não identificadas, promovendo parcerias de colaboração e de intercâmbio de experiências

Data: novembro/dezembro

Público-alvo: público em geral

Objetivos PCTBM:



- ❖ Potencializar as Sinergias Cultura/Turismo/Património enquanto UNIDADE;
- ❖ Valorização dos recursos identitários e endógenos na sua ligação à contemporaneidade;
- ❖ Integração de agentes locais na oferta cultural;
- ❖ Promoção da relação Cultura/Coesão social e territorial com a inclusão de diferentes comunidades geracionais

Objetivos MCL:

- ❖ Participar e atrair públicos dos grandes projetos culturais do município, nomeadamente do evento natalício Perlim;
- ❖ Fomentar laços de identidade com as diferentes comunidades do concelho.

No que concerne às necessidades básicas destas exposições, havendo a habitual aquisição de materiais e serviços essenciais, sejam exposições de produção própria ou outra, é de prever alguns serviços que podem ser necessários, dependendo da tipologia e da atividade a desenvolver:

- Serviço de comissariado, monitor, transporte de obras de arte, seguros, valores de empréstimos;
- Aquisição de mobiliário expositivo de várias espécies;
- Produção e montagem de estruturas expositivas, luz e som;
- Outros bens e suportes de informação e divulgação dessas atividades.

SERVIÇOS EDUCATIVOS

Os projetos educativos e as oficinas pedagógicas associados à exposição permanente, às temporárias, ao próprio edifício, enquanto património a preservar, assim como aos sítios arqueológicos identificados e sob a gestão do MCL, para além dos projetos educativos em rede com outros equipamentos culturais municipais, constituem-se como importantes instrumentos de divulgação das coleções do Museu, contribuindo para o acesso público ao património e às manifestações culturais e ao respeito pela diversidade cultural numa perspetiva de educação pela cidadania.

Tomando também em linha de conta os eixos estruturantes e objetivos do PCTBM de potencializar as Sinergias Cultura/Turismo/Património enquanto UNIDADE, valorizar os recursos identitários e endógenos do nosso território assim como sistematizar a oferta cultural contínua, fomentando hábitos de consumo de bens culturais tendo por base uma experiência diferenciadora, estão programados as seguintes ações estruturadas em dinâmicas diferentes.

PROJETOS EDUCATIVOS

Título: A Cultura da Pedra

Objetivo: Complementar os conteúdos programáticos lecionados na disciplina de Estudo do Meio e História

Público-alvo: 5º e 7º ano de escolaridade



Data: Outubro a março

Título: Ofício Tradicional

Objetivo: Divulgar alguns dos ofícios mais representativos do concelho

Público-alvo: Público escolar: 2º e 3º ciclo

Data: Outubro a março

Título: O Museu vai...

Objetivo: Dar a conhecer o MCL e as suas coleções

Público-alvo: IPSS, centro infantil, escolas do EB

Data: setembro a julho

FÉRIAS NO MUSEU

Título: A Páscoa

Objetivo: Desenvolver diferentes atividades pedagógicas

Público-alvo: ATL, centros de estudo, crianças 4 aos 12 anos, famílias

Data: março

Título: Gincana do Saber (férias grandes)

Objetivo: Conhecer a exposição do MCL respondendo a questões sobre os objetos expostos

Público-alvo: ATL, centros de estudo, crianças 4 aos 12 anos, famílias

Data: Junho e julho

OFICINAS SAZONAIS

Título: Cumprindo a Tradição

Objetivo: Comemoração da tradicional festa religiosa

Público-alvo: Público escolar e sénior, família

Data: janeiro

Título: Oficina de Carnaval

Objetivo: Trabalhar uma coleção associando a componente do Entrudo

Público-alvo: Público escolar e sénior, família

Data: 26/01 a 05/02

Título: Scriptorium

Objetivo: Experimentar a escrita à pena

Público-alvo: Público geral

Data: julho/agosto

Título: É Natal

Objetivo: Comemoração da época natalícia

Público-alvo: Escolar, ATL, centros de estudo, crianças 4 aos 12 anos, famílias, seniores

Data: 24/11 a 23/12

OFICINAS ANUAIS

Título: Os Romanos em Lancóbriga

Objetivo: Descobrir de que forma os romanos influenciaram a nossa História

Público-alvo: Público escolar: 1º ciclo ao 3º ciclo

Data: setembro a julho

Título: Lendas de Encantar...

Objetivo: Dar a conhecer as lendas que rodeiam o castelo e as Guimbras

Público-alvo: Público escolar: 2º ciclo ao 3º ciclo

Data: setembro a julho

Título: Uma Aventura na Cortiça

Objetivo: Dar a conhecer uma matéria-prima de imenso valor não só para o nosso concelho mas também para todos nós

Público-alvo: Público escolar: pré-escolar ao 3º ciclo

Data: setembro a julho

Título: Pintores de Palmo e Dois Quartos

Objetivo: Divulgar a obra do pintor feirense António Joaquim

Público-alvo: Público escolar: pré-escolar ao 3º ciclo

Data: setembro a julho

Título: O Misterioso desaparecimento dos Lóios

Objetivo: Dar a conhecer a história do Convento dos Lóios e seus moradores

Público-alvo: Público escolar: pré-escolar ao 3º ciclo

Data: setembro a julho

Título: Domingo da Família

Objetivo: Estimular o saber fazer entre os vários membros da família

Público-alvo: famílias

Data: novembro a abril

OUTROS PROJETOS

Título: Uma mascote para o Museu (concurso)

Objetivo: Criar uma personagem que identifique o MCL para os mais novos

Público-alvo: Público escolar: secundário

Data: setembro a março

Título: Uma mascote para o Museu (exposição)

Objetivo: Promover o contato Escola/Museu

Público-alvo: Público escolar: secundário

Data: 21/05 a 5/06

Título: Maleta Pedagógica

Objetivo: Dar a conhecer algumas peças dos núcleos expositivos com o intuito de complementar a abordagem a uma matéria específica

Público-alvo: Público escolar: pré-escolar ao 3º ciclo

Data: março a junho

Título: Aniversários no museu

Objetivo: Aniversário com oficina à escolha do aniversariante

Público-alvo: Infantil: 3 aos 12 anos, famílias

Data: setembro a julho

Neste panorama, é necessário a aquisição de bens e serviços diversificados de acordo com as premissas desses projetos - matérias-primas, recursos materiais e bens consumíveis, de serviços animadores, artesãos, criadores - e formação, qualificação e certificação especializada dos colaboradores do Museu, no sentido de os dotar das valências adequadas à realização das atividades programadas. De um outro modo é necessário também dotar o espaço do serviço educativo com novo material de trabalho – mesas e cadeiras – devido ao desgaste natural destes equipamentos.

CONSERVAÇÃO E RESTAURO

O investimento ao nível de alguns equipamentos, bens, materiais e consumíveis são essenciais ao apetrechamento e à melhoria das condições ambientais e dos recursos nas áreas de trabalho museológico, como sejam laboratório de conservação e restauro, assim como nas áreas de exposição permanente, no que respeita à criação de condições ambientais adequadas ao conforto quer dos bens quer dos visitantes:

- Aquisição equipamento para laboratório associado à conservação preventiva e curativa dos objetos museológicos: armário de bancada, mesa grande de trabalho, 4 cadeiras para mesa de trabalho;
- Aquisição de consumíveis utilizados em trabalhos e ações conducentes à conservação preventiva e curativa dos objetos museológicos;
- Aquisição de sistema de climatização para áreas da exposição permanente, com possibilidade de captação de financiamento em candidatura.

Nesta área, tendo por objetivos sensibilizar o público para a importância dos objetos com história, o património móvel, muitas vezes esquecido, fomentando o interesse pela conservação e guarda desses testemunhos materiais em local como os museus, propõe-se a execução de dois projetos ligados a esta área do saber museológico, revelando assim uma das tarefas intrínsecas mais importantes no trabalho de um museu.

Projeto: Oficina de Conservação e restauro

Sinopse/descrição: Adquirir conhecimentos básicos sobre boas práticas de limpeza e conservação de objectos. No final de cada ação, é esperado que os participantes tenham adquirido o saber necessário para prosseguirem com essas boas práticas individualmente, prolongando assim o período de vida dos seus objectos.

Calendarização: novembro a abril

Público-alvo: público em geral (jovens, adultos, seniores)

Projeto: Recolha de imagens (as fotografias do século passado)

Sinopse/descrição: Enriquecer o espólio do museu através da recolha de imagens do concelho e das suas gentes anterior à última década do séc. XX. Digitalização de imagens ou até mesmo doação desse espólio ao Museu.

Ensinar noções básicas de acondicionamento e conservação das suas fotografias em suporte papel.

Calendarização: a designar

Público-alvo: público em geral

MUSEU DO PAPEL TERRAS DE SANTA MARIA

Recorrente da missão do Museu do Papel Terras de Santa Maria, todas as ações propostas no PO2016 estão focalizadas na preservação, conservação e divulgação de um património industrial papeleiro de uma região com mais de trezentos anos de História na produção de papel. O garante da prossecução desta missão é reconhecido como a continuidade e melhoria de bom serviço público ao munícipe, assim como a todos os que visitam ou usufruem dos serviços do museu, com a constante afirmação de uma identidade cultural única e diferenciadora.

O Museu do Papel Terras de Santa Maria é um contributo único na definição do território em que se encontra, concorrendo para a seu desenvolvimento e diferenciação, quer ao nível do património material ou imaterial, criação e ação cultural, e da assumida importância da atração turística reconhecida pelo seu valor identitário e endógeno como museu.

A indexação de ações de investimento ligadas à preservação e requalificação do edificado, assim como a conservação e restauro de peças e máquinas que integram a exposição permanente do museu, é justificada pelo natural estado de desgaste e nalguns casos até pela degradação, devido à falta de manutenção, em particular na casa do antigo proprietário. É neste contexto que se propõe algumas intervenções consideradas mais urgentes:

- Intervenções necessárias para dar cumprimento às recomendações do Plano de Segurança a implementar no Museu do Papel
- Intervenção em estruturas na casa do proprietário;
- Larga intervenção na zona a poente do Museu, nas zonas exteriores da fábrica Custódio Pais, abrangendo a zona destinada ao estacionamento de veículos.

Outras intervenções de grande importância são:

- Criação de condições de segurança e proteção da margem do rio na entrada do museu;
- Construção de uma área para a reserva (acondicionamento de peças e máquinas doadas, quarentena) revela-se necessária desde a sua abertura, não possuindo um espaço com estas características.
- Execução de uma obra de vedação de água da chuva na entrada principal do museu;

EXPOSIÇÃO PERMANENTE

A requalificação do Engenho da Lourença, realizada em 2015, pressupõe a finalização do projeto de valorização com novos conteúdos para o processo manual de papel, prevendo-se a execução de réplicas de peças e o restauro de uma pila holandesa (refinador) de modo a proporcionar uma melhor interpretação do espaço.

O núcleo expositivo “Da Floresta ao Papel” será enriquecido com a colocação de mais elementos interpretativos, sendo estes fornecidos e assegurados pelo mecenas da exposição.

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS E/OU OUTROS EVENTOS

Com o intuito de se trabalhar mais diretamente com a comunidade papeleira dando cumprimento às políticas do PCTBM de integração das comunidades, a valorização dos recursos identitários e endógenos assim como a inclusão das comunidades na participação da vida cultural concelhia, a proposta vai no sentido de se criar projetos com fábricas de papel quer sejam concelhias, regionais ou até nacionais para além de uma outra comunidade: os operários papeleiros.

Titulo: Merenda à papeleiro



Sinopse/descrição: convívio entre a antiga e atual comunidade papelreira, com a recriação de uma merenda, que acontecia nos momentos de descanso no trabalho, em particular na altura do “Enterro das Merendas

Atividade: para além da reconstituição deste momento de lazer, far-se-á a recolha de algumas histórias contadas na primeira pessoa

Data: março

Público-alvo: comunidade do papel

Objetivos PCTBM:

- ❖ Na implementação da sua Política Cultural orientada para o desenvolvimento sustentável, a criatividade e a aprendizagem ao longo da vida, com o objetivo de capacitar os diferentes públicos participantes

Objetivos MP:

- ❖ Criar parcerias com as diferentes comunidades do Concelho, promovendo também a continuidade destes laços afetivos;
- ❖ Inculir no visitante hábitos culturais de consumo

Título: Fábrica Sénior

Sinopse/descrição: Produção de produtos de papel e cartuxos executados por estes antigos operários que poderá ser utilizada e comercializado na Loja do Museu

Data: ao longo do ano

Público-alvo: antigos operários

Objetivos PCTBM:

- ❖ Na implementação da sua Política Cultural orientada para o desenvolvimento sustentável, a criatividade e a aprendizagem ao longo da vida, com o objetivo de capacitar os diferentes públicos participantes.

Objetivos MP:

- ❖ Promover a participação de antigos operários (séniores e idosos) que trabalharam no fabrico do papel e na arte de sacaria, na produção de papel e cartuxos nas instalações do Museu do Papel;
- ❖ Criar laços de proximidade deste público com o museu;
- ❖ Reforçar os laços existentes com a antiga comunidade do papel, com a partilha de memórias e saberes.

Título: Turno da noite

Sinopse/descrição: projeto integrado no projeto europeu “A noite dos Museus”

Atividade: espetáculo ainda a designar podendo ser trabalhado com as Marionetas da Feira ou o Colégio de Santa Maria de Lamas

Data: 21 de maio

Público-alvo: jovens e público em geral

Objetivos PCTBM:

- ❖ Promoção da cooperação, nas relações de parceria e complementaridade, potencializando as sinergias e criação de redes entre os diversos agentes, *stakeholders* e instituições;
- ❖ Integração de agentes locais na oferta cultural;

Título: Seminário sobre Marcas d' Água

Sinopse/descrição: seminário da Academia de Ciências de Viena de Áustria

Atividade: apresentação de estudos e comunicações com e para especialistas sobre este tema.

Data: maio

Público-alvo: convidados

Objetivos PCTBM:

- ❖ Promoção da cooperação, nas relações de parceria e complementaridade, potencializando as sinergias e criação de redes entre os diversos agentes e instituições;
- ❖ Qualificação e certificação dos recursos humanos;
- ❖ Potencializar as Sinergias Cultura/Turismo/Património enquanto UNIDADE;
- ❖ Valorização dos recursos identitários e endógenos na sua ligação à contemporaneidade

Título: Com o papel do Museu o Artista sou eu...

Sinopse/descrição: projeto em parceria com o agrupamento escolar de Paços de Brandão.

Atividade: Exposição temporária de trabalhos artísticos com papéis do MP, efetuados por alunos da escola EB 2,3 de Paços de Brandão

Data: junho

Público-alvo: escolas e famílias

Objetivos PCTBM:

- ❖ Promoção da cooperação, nas relações de parceria e complementaridade, potencializando as sinergias e criação de redes entre os diversos agentes e instituições;

Título: O Moinho do Papel

Sinopse/descrição: projeto integrado no evento Viagem Medieval em Terra de Santa Maria.

Atividade: recriação de um espaço de cariz medieval onde se demonstra o fabrico do papel feito à mão

Data: julho/agosto

Público-alvo: público em geral

Objetivos PCTBM:

- ❖ Potencializar as Sinergias Cultura/Turismo/Património enquanto UNIDADE;
- ❖ Valorização dos recursos identitários e endógenos na sua ligação à contemporaneidade.

Objetivos MP:



- ❖ Despertar o interesse do público para uma visita ao espaço museológico do papel;
- ❖ Participar ativamente nos grandes projetos culturais do município;
- ❖ Divulgação da nossa história local e regional.

Título: Semana Aberta

Sinopse/descrição: comemoração do XV aniversário do MP

Atividade: horário de abertura ao público alargado e gratuito

Data: 24 a 31 de Outubro

Público-alvo: público em geral

Objetivos PCTBM:

- ❖ Potencializar as Sinergias Cultura/Turismo/Património enquanto UNIDADE;

Sistematização da oferta cultural.

Objetivos MP:

- ❖ Proporcionar uma visita ao espaço museológico do papel “fora de horas”, pós-laboral, cultivando os hábitos de consumo de bens culturais

SERVIÇO EDUCATIVO

A realização de oficinas pedagógicas e temáticas têm um papel importante, enquanto fator de divulgação não só do museu, mas também de valores como a reciclagem e a reutilização do papel, havendo oficinas direcionadas para as diferentes faixas etárias, não só da comunidade escolar, mas também do público sénior, famílias e ainda os projetos em rede partilhados com os restantes equipamentos culturais do Município.

Associado ao novo núcleo expositivo: “da floresta ao papel” serão implementadas novas oficinas que se preveem ter início no primeiro trimestre do ano. Deste modo, será necessário

- Aquisição de matérias-primas (papel usado, reciclado e pasta de algodão)
- Aquisição de outros materiais consumíveis e de apoio;
- Reposição dos suportes de apoio divulgação e de produtos de loja infantis: o desdobrável “Cocas”, o livro “A História da Lourença” e o jogo de tabuleiro “Descobrir o Papel”;

Oficinas Descobrir (Oficinas anuais)

Título: O Engenho da Lourença

Sinopse: Num imaginário de sonho e realidade, através da história de uma menina que gostava de fazer papel, o velho engenho da Lourença é um espaço de sedução para uma proposta mágica: transformar trapos de algodão em finas folhas de papel branco, feito à mão pelas crianças.

Público-alvo: alunos do pré-escolar e 1.º Ciclo

Título: A Reciclagem do Papel

Sinopse: Partindo de um filme animado sobre a importância da reciclagem, nesta oficina, as crianças, após identificarem os materiais recicláveis, procedem à triagem do papel, fazendo, por cor e características, diferentes fardinhos. De seguida, e após triturarem o papel de um dos fardos, produzem uma nova folha de papel, interiorizando assim a essência da reciclagem.

Público-alvo: alunos do pré-escolar e 1.º Ciclo

Título: O Papel Reciclado

Sinopse: Como se faz papel reciclado? Através de um filme animado, o Forminhas mostra todos os segredos da velha máquina que o produz. Pelas mãos das crianças, este papel ganha uma nova vida ao transformar-se em cadernos, sacos de papel, marcadores de livros ou mesmo papagaios e vira-ventos.

Público-alvo: alunos do pré-escolar e 1.º Ciclo

Oficinas Fazer (Oficinas anuais)

Título: O Origami

Sinopse: Partindo da história do papel é explicada a origem, o significado e a arte dos origamis. Ensinando as regras, os suportes e as técnicas do Origami, cada criança irá criar diferentes formas e diferentes objetos.

Público-alvo: alunos a partir do 2.º Ciclo

Título: O Kirigami

Sinopse: Utilizando um suporte de papel e usando a sua imaginação, as crianças vão poder criar o seu próprio Kirigami. A partir de cortes, dobras e encaixes, uma folha de papel é transformada em figuras originais, com a magia do Kirigami.

Público-alvo: alunos a partir do 2.º Ciclo

Título: O Tangram

Sinopse: Através do corte de um quadrado formam-se sete peças (5 triângulos, 1 quadrado e 1 paralelogramo) que recriam juntas, formas humanas, animais, figuras abstratas e objetos de diferentes formatos. Com estas peças cada criança vai criar diferentes figuras.

Público-alvo: alunos a partir do 2.º Ciclo.

Oficinas Memórias (Oficinas anuais)

Título: O Cartucho

Sinopse: Oficina de produção de cartuchos num espaço que recria uma sacaria, podendo os participantes fazer os seus próprios cartuchos, de tamanhos variados e com utilidades distintas, interiorizando “o tempo das mercearias” e valorizando o papel do “papel” noutros tempos.

Público-alvo: Adultos e seniores

OFICINA ITINERANTE

Título: Maleta Pedagógica

A Maleta Pedagógica foi criada para atingir segmentos de público com limitações de deslocação ao museu, através de uma oficina móvel, promovendo com fins terapêuticos, a produção manual de papel de algodão e desenvolvendo diferentes dinâmicas em espaços exteriores ao museu.

Público-alvo: 1º ciclo, IPSS, Alas de Pediatria hospitalar

Oficinas O Sentido do Sentir

Título: A importância de um gesto

Sinopse: Pretende-se proporcionar o acesso ao conhecimento da História do Papel, a partir da valorização do gesto e da força da imagem, conseguindo, de forma lúdica, a interiorização de mensagens.

Público-alvo: pessoas portadoras de deficiência auditiva

Título: Sonoridades e texturas do papel

Sinopse: Privilegiando-se a importância das sonoridades e das texturas do papel, pretende-se proporcionar a este público o conhecimento da História do Papel, a partir da interiorização das condições técnicas de produção e dos conteúdos da exposição permanente, permitindo uma perceção real do processo de fabrico, a partir de réplicas à escala das principais peças deste processo.

Público-alvo: pessoas portadoras de deficiência visual

PROJETOS EM REDE

Título: (a designar) Fogaceiras

Objetivo: Reavivar memórias junto da população sénior do nosso concelho.

Parcerias: Museu Convento dos Lóios/Biblioteca Municipal

Público-alvo: Público escolar e sénior

Data: janeiro

Título: Do papel à escrita (oficina itinerante)

Objetivo: Apresentação da Rede Municipal de Museus de S. Mª da Feira em vários locais do Concelho.

Parcerias: Museu Convento dos Lóios

Público-alvo: Público escolar e sénior

Data: ano letivo

Título: (a designar) Imaginarius



Objetivo: Desenvolvimento de projeto na temática do projeto em que se insere.

Parcerias: Museu Convento dos Lóios/Biblioteca Municipal

Público-alvo: Público escolar

Data: março/abril

Título: (a designar) **Viagem Medieval**

Objetivo: Desenvolvimento de projeto na temática do projeto em que se insere.

Parcerias: Museu Convento dos Lóios/Biblioteca Municipal

Público-alvo: Público escolar

Data: junho

FÉRIAS DO PAPEL (OFICINAS TEMÁTICAS)

Título: Máscaras de Papel

Sinopse: Oficina criativa de carnaval.

Público-alvo: Escolas, ATLS, crianças e famílias

Data: Fevereiro

Título: Páscoa de Papel

Sinopse: Oficina criativa de páscoa.

Público-alvo: Escolas, ATLS, crianças e famílias

Data: março

Título: Natal de Papel

Sinopse: Oficina criativa de natal.

Público-alvo: Escolas, ATLS, crianças e famílias

Data: dezembro

Título: Aniversários no museu

Público-alvo: Infantil: 3 aos 12 anos, famílias

Objetivo: Aniversário com oficina à escolha do aniversariante

Data: setembro a julho

PROJETO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO

Título: "Conhecer o Papel"

Sinopse: resultante do estudo das coleções serão criados destaques mensais que podem abranger as rubricas: “O Papel do Mês”, “A Peça do Mês”, “A Máquina do Mês” ou “A Profissão do Mês”, de acordo com a tipologia e objeto de estudo em causa

Público-alvo: público em geral

PATRIMÓNIO CULTURAL

Projeto: Inventário do Património Cultural Imaterial

Sinopse: Enquadrado nas novas políticas públicas para o Património Cultural Imaterial (PCI) nacional, emanadas da Direção Geral do Património Cultural, é importante a constituição de um inventário para a salvaguarda do PCI da nossa região, que poderá passar por diversas áreas do saber-fazer, sejam costumes e tradições ou até gastronomia.

Parcerias: Numa estratégia concertada, e de acordo com as políticas definidas pelo PCTBM, é necessário iniciar o processo com alguns detentores do PCI (grupos, associações, comunidades), nomeadamente a Federação das Coletividades do Concelho de Santa Maria da Feira e o envolvimento das diversas comunidades das freguesias do concelho, no sentido de se realizar uma recolha, registo e posterior divulgação destas recolhas.

ARQUEOLOGIA

O Concelho de Santa Maria da Feira, rico em testemunhos e vestígios arqueológicos, deve necessariamente promover a salvaguarda, proteção e valorização desses sítios arqueológicos, trabalhados como sítios culturais de referência turística concelhia, recolhendo e conservando o património móvel decorrente de achados fortuitos ou de escavações arqueológicas programadas e que devem integrar o acervo deste Museu.

De outro modo, atendendo a que o património concelhio foi objeto de uma série de classificações de interesse público, afigura-se também a necessidade de alguma intervenção de conservação de infraestruturas principalmente na área de Arqueologia:

- Possibilidade de realização de trabalhos arqueológicos de acompanhamento em obras públicas;
- Realização de escavações arqueológicas, podendo ser realizadas em sítios arqueológicos já identificados como sejam em Romariz, Fiães, Castelo da Feira ou outro local desde que justificado cientificamente;

CASTRO DE ROMARIZ

REDE DE CASTROS DO NOROESTE

Projeto: Promover a credenciação do Castro de Romariz assim como o seu reconhecimento, enquanto valor patrimonial e herança cultural que representa este povoado, não só para o nosso território, mas para todo o noroeste peninsular onde esta cultura se estendeu.



Atividades:

- Promoção de uma campanha arqueológica direcionada para componentes de estudo bem definidas;
- Promoção de campanhas de consolidação e reposição de estruturas, efetuadas por profissionais credenciados, conferindo também formação adequada a técnicos ou agentes que considerarmos importantes, no sentido de criar sinergias e promover a manutenção dessas ações.
- Criação de percursos e sinalética interpretativa do sítio arqueológico;
- Promoção de trabalhos de conservação e restauro de objetos arqueológicos e/ou aquisição de serviço de conservação e restauro em empresas qualificadas sempre que não hajam recursos tecnológicos e humanos para o realizar;
- Edição e publicação de prospectos de informação e divulgação do povoado e dos seus objetos.

Objetivos:

Potencializar as sinergias Cultura/Turismo/Património enquanto Unidade, sistematizando uma diversificada oferta cultural a partir destes testemunhos patrimoniais de grande valor identitário para o nosso território e que estarão também ao serviço do Turismo, enquanto produtos culturais de grande valor histórico e arqueológico.

pelouro
**planeamento, urbanismo e
transportes**

Na definição das Opções do Plano para o quadriénio iniciado em 2013, foi enfatizado o foco de uma atuação da Autarquia centrada nas pessoas, promovendo-se a introdução de novas tarefas em função de novas realidades e oportunidades surgidas, tanto ao nível do planeamento como ao nível do financiamento, por forma a, e de forma contínua, se poder garantir uma crescente qualificação e humanização do território de Santa Maria da Feira.

Deste modo, em 2016 será dada prossecução a um conjunto de atividades consideradas contínuas, sendo que igualdade de oportunidades, inclusão social e urbanística, fomento da economia e emprego assumem-se como premissas indispensáveis para o reforço da atratividade e competitividade de Santa Maria da Feira.

Continuaremos a apoiar as empresas na captação de novos negócios e investimentos, sempre centrados na manutenção e criação de mais e melhor emprego.

Encaramos o futuro com determinação, ancorados em objetivos de sustentabilidade, de solidariedade e de eficiência, integrando projetos em áreas tão importantes como o ambiente urbano, a qualificação do espaço público e planeamento urbanístico, o desenvolvimento social e a modernização dos serviços, prosseguindo sempre uma gestão rigorosa e transparente.

Incentivar operações urbanísticas relacionadas com o desenvolvimento económico e empresarial, com reflexos diretos na manutenção e criação de emprego, continuará a ser um desígnio alicerçado no espírito de colaboração com os agentes do território, sejam munícipes, técnicos, ou empresários.

A aposta na formação e eficiência dos serviços visa a salvaguarda do interesse público/coletivo e da qualidade de vida das pessoas, bem como a promoção de uma cada vez melhor integração urbanística.

As opções do plano refletem, pois, esta realidade.

Planeamento e Ordenamento do Território

1. Implementação de estratégias de desenvolvimento definidas no novo Plano Diretor Municipal, revisto e publicado em 2015;
2. Divulgação e aplicação do novo Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
3. Adequação das Normas de Instrução e Procedimentos ao novo contexto legal e regulamentar;
4. Aposta na formação interna e realização de seminários e/ou conferências, abertos aos diversos agentes do território, relativos aos instrumentos de gestão territorial, normas e regulamentos em vigor;



5. Continuação da busca de soluções, sem utopias, de um planeamento e ordenamento do território que promova a qualidade de vida das pessoas e uma melhor vivência do espaço público, assente na preservação do património e dos recursos naturais/culturais;
6. Continuação da política de elaboração de Planos, Estudos e Projetos das áreas centrais para as Juntas de Freguesia;
7. Desenvolvimento do Parque das Guimbras e do Cáster, na cidade de Santa Maria da Feira;
8. Promoção gradual de Operações de Reabilitação Urbana, após processo de delimitação das de Áreas de Reabilitação Urbana do município;
9. Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, nas suas componentes financiadas por fundos comunitários;
10. Reforço da aposta da adoção de regimes especiais de isenção ou redução de taxas para atividades económicas essenciais;
11. Elaboração de projeto para recuperação e dinamização do Mercado Municipal de Santa Maria da Feira;
12. Acompanhamento da saída dos avisos dos Fundos Comunitários e desenvolvimento de projetos que possam vir a ser financiados.
13. Acompanhamento e participação na definição das estratégias definidas no contexto da Área Metropolitana do Porto, do Eixo Atlântico e da Associação de Terras de Santa Maria – Entre Douro e Vouga.

Mobilidade e Acessibilidades

1. Definição do Plano de Transportes para o Município, em estreita colaboração com a Autoridade Metropolitana de Transportes.
2. Implementação dos Planos de Ação de Mobilidades Urbanas, nas componentes financiadas por fundos comunitários.
3. Reforço da aposta de valorização e qualificação do espaço público e do território, promovendo a mobilidade para todos como um desígnio coletivo;
4. Análise e implementação de possibilidades de melhoria, no acesso aos percursos do “Transfeira”;
5. Continuação do potenciamento de medidas de acalmia de tráfego nas zonas urbanas e centrais das freguesias, em particular na envolvente às escolas, com vista à redução da velocidade e aumento da segurança rodoviária, qualificando o espaço público;
6. Contribuição para a definição de um sistema de transportes coletivos rodoviários complementado com a linha do Vouga e desenvolvimento de estudos para a melhoria dos transportes públicos e criação dos Centros Coordenadores de transportes (um na confluência das cidades de Lourosa/Fiães e outro na cidade da Feira);
7. Continuação da implementação de uma plataforma de interoperabilidade entre todos os operadores de transportes no concelho e o município, com o objetivo de disponibilizar uma



plataforma comum a todos os operadores, onde os munícipes possam consultar os horários, destinos, preços das viagens, de uma forma integrada.

8. Reformulação e melhoria do sistema de estacionamento automóvel no centro da cidade de Santa Maria da Feira e na zona da Cruz, nomeadamente pela redefinição de zonas pagas e redução do número de horas a pagar, bem como do regime de coimas;

9. Prossecução da estratégia/plano de Promoção das Acessibilidades, em conjunto com a Provedoria Municipal para a Mobilidade;

10. Continuação da elaboração e acompanhamento de projetos para a repavimentação e/ou requalificação da rede viária municipal.

Edificação e Urbanização

1. Acompanhamento das obras de construção de arruamentos e de redes de infraestruturas nas obras de urbanização e loteamentos;

2. Continuação da promoção de ações que permitam melhorar a análise e elaboração dos pareceres, informações e notificações nos procedimentos de operações de loteamentos, de aprovação dos projetos, de Informações prévias, remodelações de terrenos, autos de receção e outros;

3. Participação nas vistorias técnicas aos edifícios e nas receções das operações de urbanização;

4. Promoção do atendimento técnico aos munícipes/técnicos, quando solicitado, sempre que possível com o técnico(a) que informou o processo;

5. Melhoramento das tarefas de consulta às entidades externas ao município, através do respetivo portal de serviços;

6. Continuação com a política de rigor alcançado na medição das áreas de construção, implantação, número de fogos, número de estacionamento e outros e na colocação de carimbos nos elementos que fazem parte dos processos;

7. Prossecução da política de “compilação do projeto licenciado/admitido” com os elementos insertos nos processos, no âmbito da plataforma informática e fornecimento da informação ao munícipe em suporte digital;

8. Elaboração de nova edição da “newsletter urbanfeira” de caráter informativo;

9. Formação aos serviços face aos novos regulamentos Municipais e novas realidades legislativas;

10. Ajuste dos procedimentos tendo em consideração a nova abordagem do denominado “Licenciamento zero”;

11. Desenvolvimento das novas Normas de Instrução e Procedimento para facilitar a submissão dos pedidos por parte dos cidadãos.



Fiscalização – dissuasora e preventiva

Apontado frequentemente como um caso de sucesso no que concerne à sua relação com cidadão, o município de Santa Maria da Feira continuará com uma política de rigor, exigência e transparência como predicados essenciais da sua atuação. Ao longo dos últimos anos, esta forma de estar tem possibilitado uma diminuição assinalável do número de casos de desconformidade à lei por parte dos intervenientes em operações urbanísticas.

Não obstante esta realidade, e em face ao novo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, torna-se necessário e urgente o reforço do gabinete de fiscalização para incremento de uma política de acompanhamento regular, fazendo incidir sempre a tónica de atuação numa postura pedagógica, informativa e preventiva.

Esta linha de atuação permitirá a obtenção de mais e melhores resultados, reservando a aplicação de medidas coercivas e/ou sancionatórias apenas e só em casos em que estes se revelem absolutamente necessários.

A experiência dita-nos que detetar atempadamente uma irregularidade possibilita, na maioria dos casos, a sua correção, não sendo absolutamente necessária a penalidade ou aplicação de coima, garantindo-se, desse modo, uma correta gestão do território. Por outro lado, este modo de atuação assumir-se-á como um elemento fortemente dissuasor à transgressão. O reforço da equipa poderá levar à entrada de novos agentes, mas deverá ser atingido também pela mobilidade de funcionários de outros serviços.

Atendimento Urbano e Apoio Administrativo

O setor de atendimento constitui um dos serviços que tem o maior número de tarefas consideradas contínuas e promove um serviço de proximidade entre os munícipes e o município, pelo que continuamos a apostar fortemente na melhoria de processos e de procedimentos para uma cada vez maior eficiência dos serviços.

A “qualidade” passa por uma política de proximidade em que cidadãos e empresas são parceiros, interagindo e potenciando elevados padrões de exigência. Mais e melhores resultados e maior satisfação dos cidadãos, das empresas e de todos os agentes são os desígnios permanentes.

A melhoria contínua da qualidade do atendimento, é para nós um caminho sempre inacabado, no objetivo de fazer sempre mais e melhor.

A aposta feita na estratégia de modernização administrativa do município, nomeadamente na desmaterialização dos processos do urbanismo, concretizada com a implementação de sistemas de

informação, permitiu eliminar totalmente a circulação de papel e os inerentes tempos de espera relacionados com a movimentação física dos processos em formato de papel.

Esta desmaterialização revelou-se um efetivo êxito, tanto internamente com a gestão dos processos urbanísticos, efetuada na íntegra informaticamente, como externamente com a possibilidade dos cidadãos realizarem a consulta dos processos urbanísticos através da internet. A disponibilização deste serviço de consulta on-line dos processos, materializa o princípio da transparência que rege o município e constitui uma das interfaces de relacionamento com os requerentes que mais valorizada é por estes.

A entrega dos pedidos em formato digital tem cada vez maior adesão, numa clara redução de custos de contexto quer para o cidadão quer para o município, mas temos que caminhar ainda para a sua generalização.

Nesse sentido, nas ações definidas para o ano de 2016 apostaremos na área da comunicação/divulgação para promoção desses procedimentos e regras, nomeadamente:

1. Divulgação dos procedimentos para a instrução de um processo em formato digital;
2. Realização de ações de formação no âmbito de operações urbanísticas dirigidas aos técnicos.
3. Disponibilização da brochura e divulgação de procedimentos;
4. Continuação da realização de demonstrações dos serviços online disponibilizados atualmente pela autarquia, nomeadamente, a consulta online de processos urbanísticos e a requisição de plantas topográficas;
- 4.1 Aposta na promoção de sessões de esclarecimento dirigidas às equipas das juntas de freguesia no sentido de potenciar estes serviços;
5. No âmbito do sistema de gestão da qualidade, implementado no pelouro do planeamento e urbanismo, obtivemos a “Certificação de Qualidade” há aproximadamente cinco anos, e pretendemos manter essa aposta.
6. No contexto da modernização administrativa e da desmaterialização e melhoria contínua dos processos, com foco no serviço prestado ao seu cliente (o Cidadão/Empresa) foram definidas ações, estratégias e implementados sistemas informáticos que visam proporcionar um método fácil e integrado de disponibilização de processos e serviços municipais.
7. A comunicação e troca de informação eletrónica entre Entidades Públicas/Privadas, tem sido uma aposta e é já uma evidência, com os Portais e recentes Plataformas de Interoperabilidade, criadas nas mais diversas áreas, incluindo naquelas em que nos movemos e inserimos: planeamento, urbanização, edificação e regimes conexos (SIRJUE-consultas on line; SIR-industria; BE-Balcão do Empreendedor, Webinq-Plataforma dos Indicadores das Operações Urbanísticas Weblnq, Portal da Empresa, Portal do Cidadão, Portal do Registo Predial, Portal dos Arquitetos, Portal dos Empreiteiros, ...)



Vamos continuar a potenciar e disponibilizar serviços eletrónicos integrados e transversais de acordo com as necessidades do cidadão, sendo que dos mais prementes, destacamos os pagamentos eletrónicos e as comunicações eletrónicas.

Exportamos muita informação para outras bases de dados, mas não a importamos nem a tratamos da mesma forma. Teremos que caminhar no sentido de uma interoperabilidade organizativa, promovendo e validando a capacidade de cooperação e coordenação, que sempre será obtida pela compatibilização de processos, canais, motivações e outros elementos que facilitam a obtenção de fins comuns à instituição.

A organização deve focar-se na sistematização da informação, pois a necessidade de comunicação e troca de informação eletrónica coloca desafios de cariz técnico, funcional e administrativo especialmente em iniciativas que se mostram transversais entre diferentes áreas e serviços do município.

Em face de uma conjuntura financeira adversa, e não negligenciado a necessidade de diminuição de custos de contexto, neste plano continuam identificados alguns dos princípios orientadores:

- 7.1 Promoção da interoperabilidade interna, ao nível técnico, funcional e organizacional;
- 7.2 Permissão de forma fácil e integrada a disponibilização de serviços eletrónicos transversais centrados no Cidadão;
- 7.2 Facilitação e minimização do esforço e custo de desenvolvimento de novos processos eletrónicos e manutenção de serviços eletrónicos já existentes;
- 7.3 Garante da segurança no transporte de informação, garantindo a autenticidade da comunicação e a dos dados transmitidos;
- 7.4 Adoção de mecanismos de mensagens.

8. O caminho no sentido de uma Plataforma de Interoperabilidade Interna, baseada num conceito de disponibilização de serviços e dados partilhados entre diversas unidades orgânicas, com o intuito de simplificar a integração entre os vários participantes, refletir-se-á necessariamente e indiscutivelmente na resposta ao cliente, designadamente com:

- 8.1. Simplificação/automatização processual e administrativa, reduzindo tempos de atendimento e processamento;
- 8.2. Aumento da celeridade e disponibilidade da informação; Aumento da qualidade/certificação da informação, podendo contribuir para a redução de custos de contexto;
- 8.3. Continuar a Inovar e a promover a transparência, reafirmando a mudança de paradigma no relacionamento interpessoal;

Informação Geográfica e Topográfica

Na gestão da Plataforma MIRANTE Web e MIRANTE RPI estão incluídas todas as tarefas de inclusão de novos utilizadores e tarefas de inserção ou alteração da informação que cada utilizador pode visualizar, alterar, inserir, etc. Além disso, para cada utilizador ou grupo de utilizador é dada uma formação que incide sobre as suas tarefas na plataforma e também sobre as funcionalidades mais genéricas da mesma.

De forma a viabilizar e otimizar a utilização da plataforma intranet do MIRANTE pelos vários departamentos, divisões e gabinetes dos serviços municipais, o serviço de informação geográfica continuará a introduzir no sistema toda a informação que existe noutros suportes (informáticos e papel), tarefas que terão continuidade em 2016:

1. Património Municipal: georeferenciação de informação sobre transações de terrenos e edifícios pertencentes ao Município, com digitalização das escrituras e processos de inventário de património e associação da respetiva área.
2. Levantamento da infraestrutura de iluminação pública e disponibilização aos utilizadores
3. Ambiente: manter atualizada a rede de ecopontos, ecocentros, papeleiras e fontanários;
4. Jardins e Espaços Verdes: Recolha, tratamento e uniformização da informação;
5. Transportes Públicos: uniformização da informação existente sobre a rede de transportes concelhia linhas e paragens e inserção de dados em plataforma acessível aos utentes;
6. Zonas Industriais: uniformização da informação existente sobre as zonas industriais, em parceria com o gabinete de desenvolvimento económico;
7. Uniformização e georeferenciação da informação levantada pela equipa do turismo referente a restaurantes;
8. Participação no grupo de trabalho do Sistema de Informação Geográfica da Área Metropolitana do Porto, participando na definição e implementação do SIG Metropolitano, projeto alvo de candidaturas a financiamento comunitário;
9. Todos os projetos SIG já iniciados pelo gabinete em anos anteriores não poderão ser descurados, exigindo um permanente carregamento de informação, nomeadamente nos seguintes projetos:
 - 9.1 Integração dos processos de obras e de loteamentos (do Nortear e em papel) no SMIG;
 - 9.2 Inserção normalizada de levantamentos topográficos e planos de alinhamento realizados;
 - 9.3 Informações/certidões de toponímia para processos de obras;
 - 9.4 Levantamentos de toponímia e números de polícia;
 - 9.5 Atribuição de novos números de polícia;
 - 9.6 Manutenção e gestão das bases de dados, gestão de permissões a utilizadores.
10. No setor da Topografia e Cadastro assumem-se funções contínuas e transversais aos vários serviços municipais, sendo as principais:



- 10.1 Realização de Levantamentos Topográficos altimétricos e ou planimétricos, recorrendo a GPS e ou Estação Total;
- 10.2 Realização de Planos de Alinhamentos e introdução dos mesmos no Mirante;
- 10.3 Realização de levantamentos Cadastrais e respetiva inserção no Mirante;
- 10.4 Realização de Implantações / Piquetagem – Obras e novos arruamentos
- 10.5 Georreferenciação de Marcas Topográficas para fornecimento de fichas on-line e adensamento da rede de apoio topográfica;
- 10.6 Autos de implantação de obras e loteamentos

Modernização contínua dos serviços

Em termos de modernização autárquica, o ano de 2016 continuará associado ao acompanhamento e otimização de novos processos e serviços, quer na componente on-line, no que diz respeito aos novos serviços disponibilizados aos cidadãos via internet, quer na componente interna, através de funcionalidades disponibilizadas aos colaboradores para o exercício das suas funções.

A expansão dos sistemas às competências referidas acima, virá permitir igualmente a disponibilização de mais e melhores conteúdos georreferenciados aos cidadãos via internet.

Em termos de organização interna e serviço ao munícipe, serão também mantidas as iniciativas com vista a obtenção da interoperabilidade digital dos serviços com os cidadãos e as entidades com as quais se relacionam. Tendo já a sua operação interna assente num modelo de tratamento dos processos em digital, os serviços de urbanismo têm agora condições e todo o interesse em estabelecer ou ajudar a estabelecer regras ou protocolos de troca de documentos e/ou informação em formato digital, com as entidades ou pessoas que os procuram e com as entidades que são contactadas no âmbito do tratamento dos processos internos.

A interoperabilidade em questão passa naturalmente pela integração em digital com os portais de e-government para tratamento de processos, disponibilizados ou a disponibilizar pelos órgãos da administração central, como são exemplos o Portal do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação) e o portal REAI (Regime de Exercício da Actividade Industrial), a troca de documentos com as entidades a consultar em formatos digitais, como por exemplo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, mas também, e não menos importante, a troca de documentos com os cidadãos requerentes dos serviços. Pretende-se que 2016 seja o ano da adopção do digital para a comunicação de documentos com o exterior nos serviços de urbanismo, e para isto, há que realizar algum esforço no trabalho de colaboração com as outras entidades envolvidas, de divulgação e formação dos cidadãos e empresas sobre as vantagens da adopção deste formato, inclusivé para os seus próprios interesses.

Relacionada com tudo isto está a necessidade de se ajustar o serviço de requerimentos on-line de urbanismo, disponibilizado no portal do município, de modo a contemplar novas regras de instrução de requerimentos entretanto adoptados pelos serviços, e novos requisitos que resultam do feedback dos potenciais utilizadores e das necessidades de interoperabilidade que se originem no âmbito referido no parágrafo anterior.

Contamos igualmente aumentar o número de acessos aos serviços e informação on-line disponibilizados pelo portal do município, que resultará da percepção crescente, por parte dos cidadãos, da utilidade e comodidade deste serviço, da recorrência a esta ferramenta, também crescente, por parte das várias competências da Câmara para publicar os seus conteúdos.

Ao nível dos transportes, pretendemos continuar a implementar uma plataforma de interoperabilidade entre todos os operadores de transportes que operam no concelho e o município, com o objectivo de disponibilizar uma plataforma comum a todos os operadores, onde os munícipes possam consultar os horários, destinos, preços das viagens, de uma forma integrada.

No âmbito da Modernização Administrativa, e pela importância crucial em torno do plano estratégico gizado neste âmbito pelo município de Santa Maria da Feira, pretende-se aumentar a eficiência e eficácia da governação da Autarquia, sendo que esta estratégia se apoia na aplicação das tecnologias de informação e comunicação, bem como numa gestão mais inteligente do território.

A experiência acumulada em fases anteriores deste plano de evolução dos sistemas de informação da Autarquia e a melhoria contínua dos sistemas de acordo com as linhas gerais apresentadas pela AMA, asseguram o sucesso dos investimentos e efetuar neste âmbito.

Em termos gerais, pretende-se transferir e alavancar o conhecimento gerado internamente ao longo dos últimos anos, para o alcançar de alguns objetivos estratégicos de melhoria dos padrões de qualidade na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, designadamente:

1. Implementação de um sistema de apoio à decisão transversal a todo o município;
2. Erradicação de diversos sistemas em “ilhas” não comunicantes entre si;
3. Implementação de um sistema de gestão arquivística;
4. Incentivo à adesão da entrega dos pedidos em formato digital através do portal do município;
5. Diversificação da oferta de serviços pelos canais alternativos;
6. Otimização e atualização de processos de negócio;
7. Redução dos custos de licenciamento e manutenção de software;
8. Redução da dependência de serviços externos ao município para evolução dos processos de negócio e dos sistemas de informação;

9. Criação de mecanismos expeditos e automáticos que permitam, sem custos adicionais e sem necessidade de novos desenvolvimentos, a partilha de informação com entidades externas ao município;
10. Fomento do acesso remoto por parte dos cidadãos de algumas freguesias mais distantes aos serviços da autarquia;
11. Introdução de melhorias na eficiência da gestão da rede de transportes públicos do município e garantir uma melhor promoção deste setor;
12. Racionalização da gestão de alguns recursos associados ao território;
13. Adequação à entrada em vigor de alterações legislativas e regulamentares.

Pretende-se, pois dar continuidade ao esforço de modernização administrativa e redução de custos de contexto do serviço público, realizado ao longo dos últimos anos, com a implementação dos projetos de modernização dos serviços concretizados no município de Santa Maria da Feira.

Com a implementação deste projeto de modernização administrativa, o município promoverá a mudança, novos métodos de trabalho, novas formas de gestão do conhecimento, novas formas de gestão do território, a exploração de novos canais de comunicação e processos de trabalho e a necessidade de dar continuidade ao trabalho de aproximação ao cidadão e às empresas, introduzindo alterações, nos processos de trabalho, nos canais de comunicação com os munícipes e na gestão do ciclo de vida dos documentos.

A implementação deste projeto pretende inovar na gestão da administração autárquica, implementando uma solução inovadora no mercado, transversal a toda a autarquia, que agrega a gestão de todos processos de negócio do município, o sistema de informação geográfico, a gestão do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e o sistema de gestão arquivística do município, promovendo uma gestão da informação mais eficaz e inteligente.

Esta solução será modular e cem por cento parametrizável, prevendo uma revisão de todos os processos de negócio segundo a metodologia BPR (Business Process Reengineering) e o redesenho do modo de funcionamento dos sistemas baseado no BPM 2.0 maioritariamente com tecnologias open-source, aumentando a eficiência, a agilização dos processos de negócio, e a sua desmaterialização e reduzindo os custos que lhes são associados.

Pretende-se explorar novos canais de comunicação e disponibilizar novos serviços descentralizados, os quais serão acedíveis por via web e através dos serviços colaborativos partilhados entre o município e as juntas de freguesia do concelho. Estes serviços colaborativos pretendem, ainda, fazer face à passagem de competências do município para juntas de freguesia, definindo um modelo de funcionamento desses serviços com a colaboração de todos as juntas de freguesia e o município, de

forma a garantir um tratamento uniforme a todos os cidadãos e empresas do concelho independentemente da freguesia a que pertencem.

A solução a implementar pretende desenvolver mecanismos de trabalho colaborativo com entidades externas o qual integrará e partilhará informação e recursos com as juntas de freguesia, e algumas entidades externas, tais como Proteção Civil, bombeiros, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, assim como disponibilizar webservices de integração automática com outras aplicações e portais externos.

Pretendemos, ainda, promover uma gestão inteligente da cidade e da sua rede de transportes, com a implementação de um módulo de informação geográfica, que permita uma gestão eficiente e inteligente e adequada às necessidades reais da gestão do território do município e da sua rede de transportes.

Esta implementação terá como principais impactos a maior eficiência no tratamento dos processos de negócio do município; a redução dos custos de contexto; a maior celeridade nas respostas aos cidadãos, empresas e entidades externas; a maior proximidade com os munícipes pela exploração de novos canais de comunicação; a maior partilha de informação com entidades externas; a gestão mais eficaz da informação; a gestão mais inteligente do território e maior autonomia na gestão interna dos sistemas de informação, devendo o município no final do projeto ser capaz de evoluir de forma autónoma os seus processos de negócio.

pelouro
**obras municipais,
proteção civil, ambiente e
saúde**

O Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, engloba os seguintes serviços:

Departamento de Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais:

- 1.1 Divisão de Projetos;
- 1.2 Divisão de Fiscalização de Empreitadas;
- 1.3 Divisão de Saneamento Básico e Ambiente;
- 1.4 Divisão de Rede Viária e Trânsito;
- 1.5 Divisão de Jardins e Espaços Verdes;
- 1.6 Unidade de Conservação de Edifícios;
- 1.7 Gabinete de Gestão de Frota e Equipamentos

Serviço Municipal de Proteção Civil;

Médico Veterinário Municipal.

Departamento de Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais

Ao **Departamento de Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais**, compete-lhe executar atividades concernentes a assegurar a execução de obras levadas a cabo pelo Município, quer sob o regime de empreitada, quer pelo sistema de administração direta, bem como prestação de serviços à população, nomeadamente na área da limpeza urbana, implementação e conservação de áreas verdes, cemitério municipal e trânsito.

Assim, e no âmbito das suas competências, é da sua responsabilidade toda a manutenção do parque escolar (Jardins de Infância e 1.º ciclo do Ensino Básico), a manutenção da rede viária municipal, da manutenção e elaboração de redes de drenagem de águas pluviais, dos edifícios municipais, da habitação social, dos jardins e espaços verdes e ainda o apoio a eventos culturais e desportivos, não só do Município como também das Juntas de Freguesia, área que mobiliza e envolve a afetação de bastantes recursos ao longo de todo o ano, incumbindo-lhe ainda a gestão de frota e equipamentos do Município.

- 1.1 – À **Divisão de Projetos** elaborar projetos de arquitetura e engenharia relativos à construção, conservação e manutenção de ativos municipais e institucionais (equipamentos, edifícios e infraestruturas municipais do domínio público e privado), através da realização de Estudos e projetos de arquitetura e engenharia de restauro de edifícios, equipamentos e infraestruturas, elaboração de cadernos de encargos (especificações técnicas), medições e orçamentos, acompanhamento técnico das obras projetadas e fiscalização pontual de empreitadas, análise de propostas de concurso de empreitadas, acompanhamento técnico relacionado com a gestão de iluminação pública e acompanhamento técnico na área da eficiência energética.

Trata-se de um setor fundamental importância para o Município, que tem estado sujeito a um grande volume de trabalho, uma vez que não só elabora projetos para o Município e



para as Juntas de Freguesia, como também colabora na elaboração de projetos para associações e instituições públicas.

- 1.2 – A **Divisão de Fiscalização de Empreitadas** tem como missão acompanhar a construção, reconstrução ou remodelação de equipamentos e infraestruturas municipais por empreitadas, assegurando a adequada supervisão em conformidade com as especificações técnicas preconizadas, nomeadamente acompanhamento técnico e fiscalização das obras municipais no âmbito das empreitadas, por vezes extensivas às obras das Juntas de Freguesia e colaborar com os técnicos/coordenadores de segurança no cumprimento das regras em matéria de higiene e segurança.
- 1.3 – À **Divisão de Saneamento Básico e Ambiente**, compete-lhe promover a gestão eficaz, económica e eficiente do sistema de Saneamento de Águas Residuais e assegurar a qualidade ambiental essencial para promover a qualidade de vida das populações. Tem como áreas de atividade a gestão operacional do Sistema de Saneamento de Águas Residuais, a limpeza de espaços públicos, serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, projetos de proteção ambiental, programas de educação ambiental e promover a implementação e cumprimento do Regulamento Municipal de Ruído.
- 1.4 – A **Divisão de Rede Viária e Trânsito** tem como principal objetivo facilitar a acessibilidade e a circulação de pessoas e bens no Concelho, promovendo a segurança rodoviária e a mobilidade. Compete-lhe a elaboração e execução do Plano Viário do Município previsto nos planos de ordenamento do território, a gestão e conservação da rede viária municipal, a implantação e manutenção de sinais e equipamentos de trânsito e de placas toponímicas, bem como a realização do cadastro das rodovias municipais e sinalização viária do concelho.
- 1.5 – A **Divisão de Jardins e Espaços Verdes** contribui para a qualidade ambiental, através da promoção e manutenção dos espaços verdes e equipamentos e infraestruturas conexas “Conservação, Manutenção e Execução de Parques e Jardins Municipais (ainda que integrados em edifícios e outros equipamentos e infraestruturas municipais e ainda colaboração com as Juntas de Freguesia, gerir o património arbóreo, em meio urbano ou florestal e as manchas de vegetação espontânea, gestão operacional de Hortos e Viveiros, apoio a eventos, limpeza de terrenos municipais, limpeza urbana, intervenções diversas em colaboração com o Gabinete do Ambiente, gestão do cemitério municipal, apoio na gestão do mercado e colaboração com todos os Pelouros da Câmara, em atividades diversas, de transporte/mudança de equipamentos, mobiliário e limpezas e apoio ao Canil Municipal.

- 1.6 – Compete à **Unidade de Conservação de Edifícios** proceder à construção e beneficiação de edifícios do património municipal ou a cargo do município, manutenção e conservação de edifícios do património municipal ou a cargo do Município, manutenção e conservação de mercados, cemitérios e equipamentos destinados a realizações de interesse público, e construção e/ou conservação dos edifícios escolares, sociais, desportivos e culturais em articulação com outros serviços competentes
- 1.7 – O **Gabinete de Gestão de Frota e Equipamentos** promove a gestão económica, eficiente e eficaz do parque de máquinas e viaturas e das oficinas e estaleiro municipal, a gestão operacional do parque máquinas e viaturas e dos equipamentos eletromecânicos do Município, assegura a operacionalidade das oficinas de mecânica e a gestão operacional dos estaleiros (excluindo armazéns).

Face ao exposto e no âmbito das competências enunciadas, apresentamos de seguida e de forma sintetizada, o trabalho que será desenvolvido nos diversos serviços que compõem o departamento de Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais, nomeadamente:

Espaços Verdes e Jardins

Nos últimos anos as áreas dos espaços verdes do concelho têm vindo a aumentar exponencialmente, uma vez que foram construídos parques urbanos em praticamente todas as freguesias e todas as urbanizações que foram licenciadas estão a ser entregues definitivamente ao Município. Acresce o facto de que, cada vez mais os munícipes dão maior importância à quantidade e qualidade dos espaços verdes existentes quer na área da sua residência quer nas cidades onde habitam.

Assim, para poder fazer face a estes desafios e principalmente para garantir uma boa relação entre qualidade de vida dos munícipes e a quantidade e qualidade dos jardins e espaços verdes pertencentes ao Concelho, para o ano de 2016, prevê-se um conjunto de aquisições de materiais e equipamentos, assim como, a entrada de colaboradores especializados em podas e tratamento de árvores, arbustos e herbáceas em espaços urbanos.

Deste modo e de seguida, vamos descrever os diferentes trabalhos e a sua periodicidade, a realizar impreterivelmente ao longo do ano:

Trabalhos de manutenção de espaços verdes existentes em toda a cidade, assim como em espaços públicos em todo o concelho - estão previstos cortes quinzenais em todos os relvados e áreas verdes existentes na cidade, limpeza e monda de canteiros, podas de rebaixamento de arbustos em canteiros, substituição de plantas mortas, vandalizadas ou furtadas, limpeza de ervas e folhas em passeio, tratamento e restauro de relvados, e tratamento e renovação de relvados desportivos.

Trabalhos de podas de árvores localizadas em espaços públicos de todo o concelho. - pretendemos efetuar o rebaixamento das copas das árvores, assim como a poda cirúrgica de árvores que se encontram já envelhecidas.

Ações de educação ambiental que visem as pessoas a preservar os espaços verdes, evitando a sua degradação e vandalismo - à semelhança dos anos anteriores, estão previstas ações de formação teórico/práticas da carreira de jardineiro, nomeadamente em “Podas de Conservação e Tratamento da Árvore no Espaço Urbano”, “Plantação e Transplantação de Árvores e Arbustos”, “Sementeira, Plantação e Tratamento de Relvados”, “Sementeira, Plantação e Tratamento de Relvados”, “Higiene e Segurança no Trabalho”, “Utilização de fertilizantes químicos e orgânicos em espaços verdes”, “Instalação de sistema de rega automáticos em espaços verdes” e “Utilização de herbicidas seletivos nos relvados para o combate a infestantes”.

Projetos e Obras Municipais

No ano de 2016, será dada continuidade a um conjunto de obras estruturantes, enquadradas numa perspetiva de desenvolvimento e crescimento sustentado, valorizando áreas como o ordenamento do território, ambiente, cultura, saúde, educação, sustentabilidade ambiental, desporto e lazer.

No âmbito do ordenamento do território, será implementada a requalificação urbana, desde a beneficiação de estradas municipais estas com grande ênfase e custo em volume de obra, intervenções nos centros cívicos, cemitérios e outros equipamentos de freguesia, parte deles desenvolvidos em parceria técnico-financeiras entre as juntas e o município.

As políticas ambientais serão reforçadas pelas intervenções ao longo de rios, ribeiras e alguns espaços verdes, construindo-se percursos pedonais e parques que permitem a fruição de bens naturais e recreativos.

A atividade desportiva, aliada a estilos de vida saudável, tem sido uma preocupação que se prevê continuada neste plano pelo apoio técnico dado às associações que desenvolvem a sua atividade nesta área como em ações diretas de intervenções específicas resultantes de parcerias.

Ao nível da Educação, será dada continuidade à Requalificação e Renovação de Edifícios Escolares, início da construção de novos Centros Escolares de acordo com indicações dadas pelo Pelouro respetivo e execução de novos projetos que serão objeto de candidaturas a formalizar.

O vasto património Municipal edificado é alvo de especial atenção, com projetos de reabilitação, recuperação e ampliação com vista à sua adequação a novas funcionalidades e utilizações, proporcionando melhores níveis de conforto e racionalidade, eficiência energética e poupança, chamando especial atenção para dentro deste vasto conjunto de edifícios ser de especial relevância o edifício do Parque de Máquinas.

A Iluminação Pública, a gestão de gastos com energia e a sua racionalização são assumidas como fundamentais em estreita ligação com a ENERGAIA e o seu Observatório.

A atividade cultural e o apoio ao associativismo tem sido uma preocupação que se prevê manter, elaborando projetos de sedes e ajudando com apoio técnico na melhoria das instalações, possibilitando às associações melhorarem as condições em que desenvolvem a sua atividade.

No que a equipamentos de apoio à Saúde diz respeito estamos a desenvolver projetos referentes à ampliação da USF de Rio Meão e de S. João de Vêr, estando em carteira uma empreitada de construção da USF de Milheirós de Poiães e da USF de Canedo, através de protocolos com a ARS-Norte.

Além dos projetos que envolvem diretamente o município serão desenvolvidos projetos no âmbito do apoio técnico às instituições sociais de solidariedade social IPSS, culturais e religiosas, nomeadamente na elaboração de projetos para a construção de Creches, Centros de Dia e Lares da 3ª Idade.

Saneamento Básico e Ambiente

Em 2016, depois da “fusão” efetiva do Saneamento Básico com o Ambiente – atual Divisão de Saneamento Básico e Ambiente e com o encerramento de todo o ciclo de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, que asseguram, eficazmente, os serviços de distribuição de água e a recolha e tratamento de efluentes no Município, dar-se-á continuidade a esta nova etapa, voltada sobretudo para a gestão dos contratos, quer das concessões, quer das prestações de serviço, afetas à unidade orgânica, bem assim como para a fiscalização do seu cumprimento - quanto ao controlo dos sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos -, por um lado, e por outro, das metas a atingir no que respeita à sustentabilidade ambiental, através de diversas ações inspetivas em todo o concelho, fundamentalmente, resultantes de reclamações apresentadas por munícipes. Está também prevista a continuidade da consolidação dos projetos ambientais em curso, a promoção de outros novos e, ainda, a educação e sensibilização para a temática do ambiente.

Resumidamente, na área do **Abastecimento de Água**, estando em pleno funcionamento 15 reservatórios de água, com capacidade para garantir a reserva de água, em caso de avaria grave, durante 48 horas, o que constitui um indicador de excelência da fiabilidade do sistema de acordo com as melhores práticas internacionais e executada a adutora do R48.2 e/ou R48.3 para a rede em baixa da cidade da Feira, fica a faltar apenas a construção de 3 reservatórios, sendo a taxa de cobertura atual da rede de abastecimento de água, de cerca de 97%.

Na vertente do **Saneamento de Águas Residuais**, com os sistemas das Bacias do Douro, de Rio Maior, Silvalde e Beire, Mamoá/Antuã e Remolha, em pleno funcionamento e com a conclusão das redes de drenagem de águas residuais nas Bacias de Laje e Cáster, a sua entrega à entidade gestora, para exploração, terminará em 2016, assegurando-se, desta forma, uma taxa de cobertura superior a 90% do território municipal.

Relativamente ao **Sistema de Drenagem de Águas Pluviais**, e à semelhança do ano transato, foram consideradas as empreitadas de carácter preventivo/corretivo que advêm de estudos elaborados, para o efeito, em anos anteriores.

Quanto à temática do **Ambiente**, decorrente das competências do município, enquanto entidade gestora dos resíduos urbanos do concelho, dar-se á continuidade a todo um conjunto de atividades correntes, a desenvolver durante o ano 2016, e que desempenham um papel de grande relevância na gestão municipal, no apoio às juntas de freguesia e na prestação de serviços aos munícipes, das quais se salientam:

- A Gestão dos Resíduos Urbanos, que contempla, para além do acompanhamento dos serviços prestados pela empresa SUMA, S.A, ao nível da recolha indiferenciada de resíduos urbanos e da limpeza urbana na freguesia sede de concelho e pela Suldouro, S.A., responsável pela receção dos resíduos em aterro e pela recolha seletiva através dos ecocentros, ecopontos e porta-a-porta, a gestão da recolha de “monstros” (resíduos volumosos produzidos nas habitações, que pelas suas dimensões tornam difícil o seu transporte para destino final), realizada por administração direta, e, ainda a recolha de óleos alimentares usados.
- A Gestão dos resíduos produzidos pelo município que, enquanto entidade produtora de resíduos, está obrigado a cumprir determinados requisitos legais relacionados com o acondicionamento, transporte e destino final de resíduos. Assim, é também realizada, pelo Gabinete, a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do município, nomeadamente os resíduos provenientes da oficina, dos vários gabinetes (papel/cartão e embalagens de plástico e metal), das obras por administração direta, resíduos hospitalares provenientes do gabinete médico e do veterinário, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos provenientes de montureiras.
- O preenchimento do Mapa Integrado de Registo (MIRR), incluindo a recolha de toda a informação necessária e cumprimento de prazos estabelecidos pela Agencia Portuguesa do Ambiente (APA).
- O reporte dos indicadores de desempenho à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR) e acompanhamento da respetiva auditoria.
- O Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, que em 2016, para além da habitual campanha dirigida ao público em geral, a cargo da SUMA, S.A., no âmbito da sua prestação de serviços, contemplará as ações “A compostagem doméstica vai à escola”, “Vamos recolher os óleos alimentares usados”, “Respeitar os sinais, é sinal de civismo”, “Toneladas de Ajuda”, “Birdwatching para miúdos de palmo e meio”, “Como funciona uma ETAR?” e “Rolhas e florestas”, propostas para o Plano Educativo Municipal 2015-16 e, ainda, outras ações com as escolas que participam no Projeto Rios,

bem como a promoção/participação em atividades de defesa ambiental, tais como a “Hora do Planeta”, “Rotas e Florestas”, “Projeto Greencork”.

- Assegurar a publicitação trimestral dos dados da qualidade da água destinada ao consumo humano, nas juntas de freguesia e no município, através da publicação de editais.
- A Informação aos munícipes sobre questões técnicas relacionadas com o ambiente, tais como, limpeza de linhas de água, gestão de resíduos, qualidade do ar, ruído, etc.

Similarmente, em 2016, o Gabinete do Ambiente continuará responsável pela gestão:

- Do projeto de compostagem doméstica, que resulta de uma parceria entre os Municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia e a Suldouro, S.A. e tem como principais objetivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro e o aumento da consciencialização ambiental da população, alargado desde 2013 a todo o concelho, com resultados bastante positivos, tanto ao nível da adesão da população, como da metodologia utilizada;
- Do Parque das ribeiras do rio Uíma, que surge da operação de Reabilitação e Gestão Ativa do Corredor Ecológico do Rio Uíma e engloba as várias vertentes da sustentabilidade, nomeadamente a reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos, a melhoria da qualidade da água, a promoção da mobilidade urbana e do património cultural, contribuindo para uma melhor qualidade de vida das populações;
- Da Praia Fluvial da Mamoá, designada como zona balnear desde o Verão de 2013 e com uma área de, aproximadamente, 2 hectares está localizada na bacia hidrográfica do Rio UI, na freguesia de Milheirós de Poiares, incluindo todo o processo de abertura da época balnear, definida no período de 1 de Julho a 30 de Agosto, durante a qual são realizadas, pela ARH Centro, de 15 em 15 dias, análises à água, cujos resultados são depois divulgados aos banhistas através da afixação, nos painéis informativos, dos respetivos boletins de análise, de modo a dar cumprimento a todas as regras e legislação em vigor, relativamente à segurança dos banhistas e à qualidade da água.

Por último, importa considerar, também em 2016, a permanência no CRE_PORTO, Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto, enquanto rede de trabalho que integra dezenas de entidades públicas e privadas, através da participação na comissão de acompanhamento e nos grupos de trabalho, com o objetivo de fazer as pontes entre todos os parceiros e os equipamentos/unidades orgânicas do município que trabalham a educação para a sustentabilidade, promovendo o seu envolvimento.

Proteção Civil Municipal

Ao Serviço Municipal de Proteção Civil, cabe-lhe planear e organizar os recursos disponíveis localmente e diagnosticar situações de risco preparando medidas de prevenção e de atuação que permitam respostas rápidas e eficazes. No âmbito destas medidas serão efetuadas ações de prevenção e de vigilância florestal, através do corte de árvores, limpeza de terrenos e de beneficiação de caminhos

florestais. A atividade da proteção civil conta com o apoio de unidades locais (em algumas freguesias), com a colaboração da G.N.R., da P.S.P., instituições privadas e públicas do Concelho e ainda com o apoio imprescindível das corporações de Bombeiros Voluntários existentes no nosso território que prestam um serviço relevante na prossecução dos fins de proteção civil.

Se é certo que a prioridade é a prevenção, a verdade é que dado haver fenómenos imprevisíveis tanto a nível natural como tecnológico, é necessário dispor-se de proteção civil eficiente para que numa dada situação de emergência a salvaguarda e segurança das populações, bens e património dos munícipes sejam assegurados.

Torna-se assim indispensável planear e organizar os recursos disponíveis localmente e diagnosticar situações de risco preparando respostas eficazes.

Sendo a atividade de proteção civil desenvolvida também, através da participação dos cidadãos, aos quais assiste o direito de serem informados e o dever de colaborarem na prossecução dos fins da proteção civil, desenvolveremos ações de formação e esclarecimento, sobre medidas de auto proteção em caso de emergência.

A proteção civil pretende através de exercícios práticos, ou seja, os simulacros fortalecer laços entre os parceiros da proteção e socorro, para que se garanta eficácia das operações. A experiência tem mostrado que só com treinos e exercícios é possível diminuir os tempos de reação dos organismos e entidades intervenientes, com nítida melhoria na execução e na coordenação das operações.

Dos diferentes agentes de proteção civil, os bombeiros são aqueles que as populações mais procuram e mais confiam para a resolução dos seus problemas. Conscientes do inestimável valor de todos os bombeiros, da importância da qualidade do seu trabalho, e da necessidade de manter a motivação de quem o faz, no ano de 2016, continuaremos a apoiar financeiramente e materialmente os nossos bombeiros, cruz vermelha e ainda as forças de segurança deste município.

Zona de Caça Municipal

Com a criação da nova zona de caça municipal (ZCM) de Santa Maria da Feira (5000 - DGF), aprovada em Agosto de 2008, foi transferida para esta Câmara por um período de 6 anos, a gestão dos terrenos cinegéticos antes pertencentes à zona de caça de Milheirós de Poiares já extinta. Este período de concessão terminou em 2013. No início de 2014 foi entregue no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) o pedido de renovação da zona de caça municipal por um período de mais seis anos. Este processo de renovação levou à redefinição dos limites desta ZCM e à elaboração do respetivo Plano de Gestão. A versão final destes documentos foi entregue no ICNF em Fevereiro de 2015 cumprindo todas as exigências técnicas para aprovação impostas por esse instituto.

Passado este tempo, contra todas as indicações antes recebidas tendentes à aprovação do processo de renovação, recebemos do ICNF em Agosto de 2015 um ofício extinguindo a nossa zona de caça municipal considerando que o prazo de 6 meses para a renovação da ZCM de Santa Maria da Feira havia sido ultrapassado, dando como alternativa a possibilidade de constituição de uma nova zona de caça que até pode ter os mesmos limites.

Nessa perspetiva, afigura-se a necessidade de efetuar novo pedido ao ICNF, desta vez para a constituição de uma nova zona de caça o mais depressa possível, de forma a poder existir já em 2016 uma nova zona de caça municipal de Santa Maria da Feira. Para isso, será obrigatório efetuar alguns investimentos consideráveis, nomeadamente, na elaboração do processo de criação da ZCM (e não de renovação como antes), a nível da sinalização dos limites dessa zona de caça, e outros relacionados com a atividade normal de gestão da ZCM como a divulgação das condições de candidatura.

SERVIÇO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

O Médico Veterinário Municipal, é a autoridade sanitária veterinária concelhia e que têm o dever, nos termos da legislação vigente, colaborar em todas as ações levadas a efeito nos domínios da saúde e do bem-estar animal, da saúde pública veterinária, da segurança da cadeia alimentar de origem animal, da inspeção higieno-sanitária, do controlo de higiene da produção, da transformação e da alimentação animal e dos controlos veterinários de animais e produtos provenientes das trocas intracomunitárias e importados de países terceiros, programadas e desencadeadas pelos serviços competentes.

O presente plano e orçamento para 2016 refere-se apenas ao conjunto de obras, projetos e campanhas que o Médico Veterinário Municipal de Santa Maria da Feira pretende implementar e/ou adquirir, que envolve despesas orçamentais, não contemplando as atividades que lhe estão atribuídas por lei, no âmbito da sanidade e bem-estar animal e na defesa da Saúde Pública, consagradas no Decreto-lei n.º 116/98, de 5 de maio, entre outras:

- Reclamações relacionadas com animais (Processos que envolvem problemas de sanidade animal e/ou saúde pública);
- Visitas de verificação técnica a talhos e peixarias;
- Exames periciais (Perícias solicitadas pelas autoridades veterinárias);
- Circos e outras exposições itinerantes com animais (Vistoria às instalações animais)
- Viagem Medieval (Formação e supervisão da segurança alimentar e bem estar animal)
- Campanha oficial de vacinação antirrábica e identificação eletrónica de animais de companhia

Controlo da reprodução de animais de companhia

Através da legislação atual, as Câmaras Municipais devem promover o controlo da reprodução dos animais de companhia, evitando ninhadas indesejáveis, sendo necessário recorrer faseadamente à aquisição de anticoncecionais e abortivos injetáveis, para aplicação no canil, a preços mínimos de custo aos detentores de animais, que assim o desejem.

De referir que as taxas atuais contempladas na tabela de taxas e outras receitas municipais não urbanísticas, referentes ao canil municipal, estão em vias de serem atualizadas em baixa, o que tornará estes serviços mais apelativos aos munícipes que recorrerão a eles mais frequentemente.

Adoção de animais no canil municipal

Propõe-se para 2016 a quem adotar um animal no canil municipal, continuar a oferecer a vacinação antirrábica obrigatória, a desparasitação interna oral e o microchip, mantendo uniformes os procedimentos existentes no CIAMTSM e servindo desta forma como incentivo à referida adoção, salvaguardando também a saúde pública e permitindo identificar estes animais, caso venham a ser recolhidos novamente na via pública ao canil municipal, por abandono ou perda dos adotantes.

Campanhas de adoção

É intenção do canil municipal, através do CIAMTSM, realizar campanhas de adoção de animais nos jardins municipais ou noutros locais para os quais venhamos a ser convidados. Estas campanhas, para além da adoção, permitem fornecer através da distribuição de panfletos e/ou projeção audiovisual, informações úteis acerca das obrigações legais e da posse responsável de animais de companhia.

Prevemos realizar 3 campanhas de adoção, eventualmente nas seguintes datas:

Aniversário do Canil Intermunicipal - CIAMTSM (27 de março de 2016);

Semana da Criança em Oliveira de Azeméis (junho de 2016)

Cidade no Jardim em São João da Madeira (junho de 2016)

Campanha de recolha de medicamentos, produtos de higiene e alimentação

Pretende-se publicitar em 2016, pelos meios habituais, a disponibilidade do canil municipal e dos seus animais recolhidos poderem usufruir de medicamentos, produtos de higiene animal usados ou fora de prazo e ainda ração animal que pretendam doar ao canil.

Estes materiais serão sujeitos a triagem, de acordo com as necessidades. Desta forma, estaremos a conter despesas extras na aquisição destes materiais, bem como a reutilizar estes recursos que iriam para o lixo, em animais que assim poderão ter mais hipótese de serem adotados, pois estarão melhor cuidados e visualmente mais atrativos.

Brochuras e informações úteis



Dando seguimento à boa receptividade das pessoas a esta iniciativa do Canil Municipal, com o apoio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que o manual “*Cuidados a ter com o seu animal de estimação*”, e o panfleto “*Animais de companhia: ter ou não ter, eis a questão*” tiveram, pretende-se levar a cabo em 2016 a distribuição de um pequeno manual com as informações úteis e legislação atualizadas, eventualmente denominado: “**Animais de companhia: manual de instruções**”, mantendo como sempre o apelo e a consciencialização das pessoas para o não abandono dos animais e à posse responsável de animais de companhia.

Página na Internet e blogue do canil municipal

O blogue do canil municipal (<http://canilmunicipaldafeira.blogspot.com>) foi criado em meados de junho de 2006. Progressivamente, este espaço tornou-se uma referência para a promoção da adoção de cães recolhidos ao canil municipal. Até meados de julho de 2014, obteve mais de 103000 visitas, demonstrativo do seu interesse crescente.

Este espaço serve também para divulgação de notícias e demais avisos e legislação relacionadas com animais de companhia.

O blogue continua a ser um complemento às informações existentes no sítio oficial na Internet, em www.cm-feira.pt, uma vez que possui mais flexibilidade e facilidade em acrescentar conteúdos.

Manual “talhos e peixarias – higiene e segurança alimentar”

No seguimento do PACE, propõe este serviço médico veterinário municipal, realizar simultaneamente um papel pedagógico junto destes empresários do setor, elaborando um manual denominado: “Talhos e Peixarias – Higiene e Segurança Alimentar”.

Pretende-se de uma forma simples e acessível informar acerca da temática da higiene e segurança alimentar, procurando enunciar, alertar e sensibilizar os comerciantes, de uma forma simples e prática, para as regras básicas de higiene e segurança alimentar, nomeadamente ao nível da higiene do pessoal, das instalações, do equipamento e das secções de exposição e venda nestes estabelecimentos.

Para além da distribuição do manual na altura das visitas de inspeção, elas estarão disponíveis, no gabinete do médico veterinário municipal, na secção de Taxas e Licenças e no Gabinete de Atendimento ao Urbanismo do Pelouro do Planeamento e Urbanismo. Além disso, estarão disponíveis igualmente para *descarregar* na Internet, na página oficial do município, em www.cm-feira.pt.

pelouro
**educação, desporto e
juventude**

Educação

O concelho de Santa Maria da Feira é um município, por excelência, educador, fazendo parte da rede internacional das cidades educadoras. Tem como princípio que a educação/formação é fundamental para o desenvolvimento económico, social e sustentado da sua comunidade. Nesta caminhada é importante a participação e empenhamento de todos: escolas, pais, comunidade, autarquia, empresas, associações instituições públicas, privadas, etc.

Num momento em que a conjuntura do país e do concelho exige que as políticas sejam mais assertivas, mais do que nunca temos de continuar a apostar numa educação e formação de excelência, num projeto de desenvolvimento e promoção de valores de forma a termos cidadãos mais críticos, solidários, justos, empreendedores e por conseguinte uma comunidade mais inclusiva. Tendo como pano de fundo a estratégia Portugal 2020, são vários os desígnios que queremos vencer:

- » Aumentar o nível de qualificação dos portugueses
- » Diminuir o abandono/insucesso escolar
- » Melhorar a qualidade das aprendizagens
- » Ter como referencial o 12º ano de escolaridade obrigatória
- » Modernizar e qualificar o parque escolar

Assim, os objetivos estratégicos da política educativa concelhia são os seguintes: contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho de Santa Maria da Feira através da excelência na educação, ensino, formação, património, ambiente e cultura; promover o aumento da qualidade das aprendizagens e assegurar a continuidade das mesmas ao longo da vida; tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão; adequar a oferta educativa do município às necessidades reais, de modo a contribuir para o desenvolvimento da qualidade e diversidade da oferta educativa concelhia, assegurando o desenvolvimento social do concelho; orientar a expansão do sistema educativo em função do desenvolvimento económico, social e cultural, de forma a promover e garantir a igualdade do acesso ao ensino; combater o insucesso e abandono escolar; orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia; contribuir para que Santa Maria da Feira continue a afirmar-se como concelho educador capaz de responder aos novos desafios da sociedade atual, sociedade da informação e do conhecimento, sociedade em constante mudança, através da sua política educativa assente no conhecimento, empreendedorismo e inovação.

Todo o trabalho educativo a desenvolver está assente no projeto educativo municipal para o sexénio 2014-2020. Este documento, que foi construído e discutido com as entidades parceiras, pretende ser uma ferramenta de trabalho orientadora, que com a colaboração de todos os agentes educativos, culturais, desportivos e sociais, facilitará o desenvolvimento de projetos e atividades nas áreas da

educação, desporto e juventude. O Projeto Educativo Municipal assenta em estratégias de intervenção ao nível da cidadania, cultura, património, educação, saúde e ambiente, delineando um fio condutor comum para todas as entidades locais que intervêm no desenvolvimento educativo e formativo do concelho.

Todas as iniciativas promovidas no âmbito da educação assentam em quatro eixos: 1º eixo - criação de um concelho educador, inovador, empreendedor, criativo e “cidadão”; 2º eixo - qualificação dos munícipes e elevação das suas competências básicas e dos níveis de formação; 3º eixo - reabilitação e requalificação e/ou construção de novos espaços nos edifícios escolares; 4º eixo - promoção do trabalho em rede em todo o município:

LINHA ORIENTADORA 1: CRIAÇÃO DE UM CONCELHO EDUCADOR, INOVADOR, EMPREENDEDOR, CRIATIVO E "CIDADÃO"	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
1.1. Garantir educação para o desenvolvimento pessoal e social de qualidade com base nas competências e conhecimentos necessários para o crescimento sustentável, para o emprego e competitividade.	1.1.1. Garantir um equilíbrio eficaz entre as qualificações das pessoas que entram no mercado de trabalho e as necessidades dos empregadores 1.1.2. Centrar sobre as oportunidades da globalização na construção de um novo modelo de cidadania 1.1.3. Incrementar a participação dos jovens em reflexões sobre questões de cidadania e do território
1.2. Adequar a oferta educativa do município às necessidades reais, de modo a contribuir para o desenvolvimento da qualidade e diversidade da oferta educativa concelhia, assegurando o desenvolvimento social do concelho	1.2.1. Orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia

LINHA ORIENTADORA 2: QUALIFICAÇÃO DOS MUNÍCIPES E ELEVAÇÃO DAS SUAS COMPETÊNCIAS BÁSICAS E DOS NÍVEIS DE FORMAÇÃO	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
2.1. Concretizar a universalização da frequência da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário para todos	2.1.1. Alargar progressivamente a educação pré-escolar a todas as crianças
	2.1.2. Reduzir o abandono escolar
	2.1.3. Aumentar a % de alunos que transitam do ensino básico para o ensino secundário
	2.1.4. Aumentar as taxas de escolarização ao nível do secundário
2.2. Combater o analfabetismo	2.2.1. Reduzir a taxa de analfabetismo
2.3. Promover o aumento da qualidade das aprendizagens	2.3.1. Aumentar e diversificar as ofertas de formação e aprendizagem
2.4. Alargar as oportunidades de qualificação certificada para jovens e adultos	2.4.1. Reforçar a articulação dos sistemas de educação e formação com o mercado de trabalho
	2.4.2. Aumentar a participação dos adultos, em particular dos adultos pouco qualificados, na aprendizagem ao longo da vida



LINHA ORIENTADORA 3: REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS NOS EDIFÍCIOS ESCOLARES	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
3.1. Criar estratégias que primem pelo aproveitamento e rentabilização das sinergias locais e pela promoção e dinamização das potencialidades existentes, para que os nossos alunos possam delas usufruir tornando-as sustentáveis e promotoras de desenvolvimento	3.1.1. Dotar as escolas de infraestruturas e equipamento tecnológico para a promoção da utilização generalizada das tecnologias da informação e da comunicação 3.1.2. Permitir a polivalência de edifícios de forma a dar resposta às necessidades dos alunos, e desta forma fixá-los no concelho

LINHA ORIENTADORA 4: PROMOÇÃO DO TRABALHO EM REDE EM TODO O MUNICÍPIO	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
4.1. Promover a articulação entre os diferentes equipamentos com serviços educativos	4.1.1. Facilitar a articulação com entidades relevantes no sector da educação, através de uma lógica de cooperação 4.1.2. Aumentar a interação entre as escolas e destas com as instituições do território 4.1.3. Construir, divulgar e concretizar parcerias para implementar propostas de clara valorização das atividades âncora do concelho
4.2. Promover a participação como metodologia principal na construção do projeto educativo municipal	4.2.1. Apoiar as organizações educativas nas suas atividades de educação e formação 4.2.2. Concertar sinergias de forma a otimizar recursos

É nesta perspetiva que se pretende continuar a dinamizar um conjunto de projetos já existentes e implementar novas iniciativas de modo a atingir-se os objetivos delineados e, assim, dar um importante passo na elevação da qualidade da educação e formação.

1.º Eixo – Criação de um Concelho Educador, Inovador, Empreendedor, Criativo e “Cidadão”

Centro de Recursos Educativos Municipais

O Centro de Recursos Educativos Municipal (CREM) tem como objetivo desenvolver atividades do Plano Educativo Municipal. Pretende-se que a comunidade escolar tenha acesso e conhecimento de novas áreas disciplinares que de outro modo não seria possível.

Concurso Reinventar o traje das fogaceiras

Este concurso consiste na recriação artística do traje das fogaceiras, onde os participantes podem intervir num traje branco com diversas matérias. Os trajes são apresentados numa exposição coletiva a decorrer nos festejos da Festa das Fogaceiras e, posteriormente noutros locais de interesse. Em 2016 decorrerá um programa especial no âmbito da comemoração do 10º Aniversário do Reinventar Traje das Fogaceiras.

Objetivos: O concurso pretende a recriação do traje das fogaceiras e, desta forma, permitir que os participantes vivam a tradição da Festa das fogaceiras numa vertente lúdica e de intervenção.

Hortas Pedagógicas

Este projeto contempla a criação de uma Horta Coletiva, numa zona rural mesmo no coração de Santa Maria da Feira. Este será um espaço de partilha, de experiência e aprendizagem que visa dotar os participantes de conhecimentos teóricos e práticos sobre as diferentes hortícolas. Nas suas várias fases, o projeto contempla a formação para Auxiliares de Ação Educativa, a preparação, o cultivo e a manutenção do terreno, bem como a colheita e a organização de mercados sazonais.

Objetivos: Proporcionar momentos de lazer e aprendizagem reconhecendo o cultivo como bem sustentável de uma comunidade

Público-alvo: AAAF» JI| Auxiliares de Ação Educativa e Crianças

Entidades Parceiras: Casa dos Choupos| Cerci Feira e Lamas| Cursos Vocacionas de hortofloricultura

Assembleia de Crianças

A Assembleia de Crianças (AC) pretende estimular o desenvolvimento global da criança; Incutir comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas no âmbito da cidadania; Incentivar a participação ativa do indivíduo na construção e desenvolvimento do seu “eu” individual e social; Promover uma consciência crítica nos mais jovens em relação ao seu concelho; Intervir para sensibilizar, onde se promove a reflexão e sentido de responsabilidade nas suas múltiplas implicações: artísticas, urbanísticas, sociais e políticas. Desenvolvido desde 2006, a AC trabalha em parceria com diversas entidades, desde a cidade geminada de Joué-lès-Tours, Assembleia da República, Câmara Municipal e seus Vereadores, Juntas de Freguesia, instituições de solidariedade social, associações locais, entre muitos outros.

Intercâmbio Assembleia de Crianças/Conseil des Enfants

O Intercâmbio celebrado entre a cidade geminada de Joué les Tour e Santa Maria da Feira nasce em 2006 com dois projetos em comum, Assembleia de Crianças e Conseil des enfants, com linhas orientadoras semelhantes. Uma vez por ano promove-se um encontro entre os participantes dos dois projetos, para darem a conhecer as ações realizadas, partilharem experiências e saberes, assim como darem a conhecer a sua terra, costumes e tradições.

Objetivos: Desenvolver a auto estima; Reconhecer a importância das suas ações; Estimular o contacto com novas culturas; Partilhar experiências.

Comemorações dos 10 anos da Assembleia de Crianças

Em 2016 a Assembleia de crianças completa uma década de atividades, de vivências e experiências enriquecedoras. Durante o ano serão proporcionados vários momentos desde encontros, formações, tertúlias, visitas de conhecimento, festas temáticas, atividades desportivas e culturais de modo a que os envolvidos no projeto se reencontrem e possam dar a conhecer os seus percursos.

Objetivos: Incentivar a partilha; Estimular o diálogo; Proporcionar momentos de felicidade; Desenvolver o enriquecimento pessoal; Reforçar os elos de ligação.

Concurso “Escola a Mexer”

Este concurso consiste na intervenção artística e lúdica na escola e espaços públicos da freguesia, dando cor aos diversos equipamentos urbanos e recuperação de materiais já existentes.

Objetivos: Adquirir responsabilidade, respeito e sentimento de pertença pela sua freguesia; Estimular o envolvimento da comunidade escolar no espaço público; Recuperar e animar espaços e equipamentos locais; Prevenção de vandalismo.

Crianças com Direitos - Educar para a proteção e defesa universal do direito da criança

O projeto “Crianças com Direitos” orienta a sua intervenção na utilização de metodologias participativas de reflexão-ação, baseadas em histórias de vida, dando voz aos atores do Sul (África) e do Norte (Europa), às suas dificuldades e sucessos no âmbito da defesa e proteção universal do direito da criança, no espaço da opinião pública portuguesa e em contexto de ações de educação de crianças e jovens.

Objetivos: contribuir para uma maior consciencialização, reflexão crítica e ação na defesa e proteção universal dos direitos da criança, numa lógica de intervenção baseada na solidariedade internacional e na adoção de exigências comuns de equilíbrio e coesão social e apoiada nos processos educativos como fatores primordiais de transformação social.

Se queres saber o que é o Paluí... pões o teu dedo aqui!

Viagem por viagens sonoras que a língua portuguesa conta.

Objetivo: Criar e implementar ideias, estratégias e recursos didáticos que fomentem, através da música e das artes, o desenvolvimento da língua Portuguesa em domínios relacionados com as expressões.

Serviços Multimédia

Pretende-se conceder apoio no desenvolvimento de produtos multimédia. Este apoio traduz-se na elaboração de cartazes, folhetos, páginas de internet, apresentações multimédia, CD interativos, produção e edição áudio e vídeo e demais valências nesta área.

Pequenos & Negócios

Um concurso empreendedor onde as crianças desenvolvem ideias a partir das suas necessidades, através da reutilização de materiais.

Objetivo: Sensibilizar para uma consciência ambiental; Estimular a aprendizagem individual e coletiva; Adquirir conhecimentos empreendedores.

Feira Empreende

Levando em consideração que apenas cerca de 7% da população de Santa Maria da Feira prossegue os seus estudos até ao ensino superior e que o mercado empresarial valoriza muito as competências

transversais dos alunos, torna-se essencial promover uma cultura empreendedora no ensino secundário e profissional.

Objetivos: Formar professores e alunos em Empreendedorismo; Aplicar na realidade os conceitos abordados; Identificar as características e o perfil do Empreendedor; Promover o empreendedorismo.

Programa ABC do concelho

Santa Maria da Feira é um dos concelhos mais ricos do nosso país ao nível histórico-cultural. O programa “ABC do Concelho”, durante o ano letivo de 2015/2016, vai proporcionar aos alunos uma visita pelo nosso concelho através de um roteiro virtual, e um melhor conhecimento dos equipamentos e do que de melhor e belo existe e os identifica como sendo “feirenses”, com uma vertente pedagógica e ao mesmo tempo com uma vertente lúdica muito vincada. Neste projeto com 3 fases distintas no espaço e no tempo, vamos tentar numa primeira fase levar a cultura do nosso concelho até ao alunos e posteriormente trazer os alunos até nós para, e numa vertente mais lúdico-pedagógica, cativar os feirenses mais novos para os identificar cada vez mais com as suas origens.

Projeto de literacia financeira da Fundação Dr António Cupertino de Miranda

O projeto de educação financeira é um projeto de continuidade, que tem início em setembro e termina no final do ano letivo. O sucesso deste projeto consiste precisamente na monitorização e no acompanhamento que é dado desde a primeira hora aos professores. Além da formação inicial, os professores recebem planos de aulas, fichas de exercícios, propostas para realizarem trabalhos e atividades praticas com os alunos, propostas de dinamização relacionadas com determinados eventos, como a comemoração do dia da poupança, apoio para esclarecerem dúvidas, trocar impressões quanto os trabalhos realizados.

Escola de Educação Rodoviária (EER)

Tem por objetivos: promover a educação das crianças e jovens do Concelho como utentes da via pública; consciencializar os docentes, famílias e comunidade em geral, para a importância da prevenção rodoviária; desenvolver projetos educativos em parceria com os agentes de segurança.

“pé na estrada”| pequenos

É um projeto educativo dirigido aos alunos do Jardim-de-infância (4 e 5 anos) que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas.

“pé na estrada”| médios

É um projeto educativo dirigido aos alunos do 4º ano de escolaridade que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas.

“visitas à EER”

Dirige-se a todo o público que não está abrangido pelos nossos projetos (escolas, associações de pais, IPSS). Visa apresentar a escola rodoviária e o seu funcionamento, a realização de uma atividade que se divide em duas fases: numa primeira fase, um jogo educativo, e numa segunda fase, circulação na pista da EER.

“sábados em prevenção”

São visitas à EER mas ao sábado.

“visita livre à EER”

Dirige-se a todo o público que pretende utilizar livremente a pista e os nossos veículos.

Fogaceiras | Difusão da Tradição

Sendo a Festa das Fogaceiras uma festividade secular e o dia de feriado municipal, o que por si só demonstra a importância da data, o município envolve-se de uma forma particular na comemoração do dia 20 de janeiro. Pretende envolver toda a comunidade escolar na Festa das Fogaceiras. Numa abordagem direta, através da deslocação de técnicos da autarquia às escolas, é apresentada a tradição às crianças quer em registos de vídeo, quer em registos fotográficos. Esta informação resulta numa conversa informal, onde todos podem partilhar as experiências vividas em anos anteriores e esclarecer curiosidades. Será ainda proposto um jogo de tabuleiro (“Jogo da glória”), inspirado na festividade. As meninas interessadas podem inscrever-se para ocupar o lugar de destaque desta festa: a procissão.

ColorADD - sistema de identificação de cores para daltónicos

O projeto ColorAdd foi desenvolvido para ajudar a minorar o problema de um universo significativo da população mundial numa área em que todas as sociedades são e estão cada vez mais envolvidas e preocupadas – A inclusão. O código ColorADD é um Sistema de Identificação de Cores para Daltónicos. É uma ferramenta que procura garantir a plena integração de um público daltónico sempre que a Cor é fator determinante na comunicação e na aprendizagem.

Objetivos: realizar ações de sensibilização, divulgação e rastreio nas turmas do 4º ano de escolaridade, permitindo a implementação do código sempre que a cor é um fator importante à identificação, orientação ou escolha, com vista à diluição de barreiras.

Orquestra Criativa

A Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira é o local da improvisação e criação musical que permite o desenvolvimento de um processo socioeducativo e artístico com grande impacto social, cultural e educacional, cuja intenção é tornar a música acessível a todos.

Objetivo: O objetivo deste projeto é proporcionar experiências musicais enriquecedoras que abram caminhos à criatividade e que venham a culminar em concertos, também estes, verdadeiros momentos

de fruição e realização artística. Além do seu valor artístico oferece a oportunidade de todos os participantes mostrarem com dignidade o seu valor individual e coletivo.

Míni Olimpíadas

Objetivos - Empenhada em inculcar nas crianças e jovens do concelho o gosto pela prática desportiva, bem como valores fundamentais associados ao espírito olímpico, o Município de Santa Maria da Feira desde sempre apoiou a realização das Mini-Olimpíadas Concelhias.

2.º Eixo – Qualificação dos Munícipes e Elevação das suas Competências Básicas e dos Níveis de Formação

Ação Social Escolar Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação socioeconómica determina a necessidade de participações para fazer face aos encargos relacionados com o prosseguimento da escolaridade. Desta forma, tenta-se garantir a todas as crianças o acesso à escola e a obtenção de qualificações mínimas, contribuindo também para uma maior justiça na atribuição dos auxílios económicos.

Bolsa de Estudo – Ensinos Secundário e Superior

No seguimento dos anos transatos, a autarquia irá conceder bolsas de estudo que têm como objetivo possibilitar a prossecução dos estudos aos jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira, promovendo uma efetiva igualdade de oportunidades. As bolsas de estudo serão concedidas em reunião de Câmara, depois do parecer técnico e do parecer do Conselho Municipal de Educação, considerando-se a carência socioeconómica e a ponderação global da situação concreta de cada candidato.

Fornecimento de Refeições Escolares

O fornecimento de refeições escolares é uma medida que promove positivamente as condições de aprendizagem, uma vez que contribui para a adoção de uma alimentação mais equilibrada e adequada às necessidades da população escolar. Ao nível do 1.º ciclo, o Programa de Generalização do Fornecimento das Refeições Escolares promove o fornecimento de refeições a todos os alunos interessados, dando prioridade aos alunos carenciados. Diariamente são fornecidas uma média de 4891 refeições escolares a alunos da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Estas refeições são confeccionadas nas cantinas escolares da autarquia, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e em Escolas EB 2/3 protocoladas.

Salas de refeição

Com vista a garantir o apoio às salas de refeição fornecidas por IPSS e Escolas EB 2,3, a Câmara Municipal possui Assistentes Operacionais que acompanham os alunos nos refeitórios das EB do 1º Ciclo e Jardins de Infância. Sendo assim, torna-se fundamental promover a distribuição, junto das funcionárias da autarquia, de todo o fardamento adequado para o desenvolvimento das suas funções, nomeadamente ao nível das salas de refeição (batas, toucas, aventais e calçado).

Ao nível das IPSS, a Câmara Municipal disponibiliza apoio para a elaboração das ementas a implementar, bem como o apoio ao nível de ações de formação para as funcionárias ao serviço nas cozinhas. São também planificadas visitas aos locais, havendo no final de cada visita a elaboração de um relatório, mencionando os pontos críticos e as medidas corretivas a implementar.

Ao nível das escolas servidas pela empresa de restauração coletiva, são planificadas visitas a fim de verificar o cumprimento de todas as alíneas do caderno de encargos.

Materiais - Higienização das mãos /materiais e equipamentos / materiais e equipamentos de limpeza

Antes das refeições escolares, bem como aquando da utilização das casas de banho é necessário salvaguardar que, os alunos procedam à correta lavagem das mãos, pelo que é essencial disponibilizar sabonete líquido e toalhetes de papel. É necessário ainda assegurar a distribuição de louça, escorredores da louça, toalhetes de papel e guardanapos nas salas de refeição, bem como equipar as salas com caixotes do lixo, armários para os produtos de limpeza e máquinas de lavar louça, bem como todos os materiais e equipamentos essenciais à limpeza e desinfeção das salas de refeição não concessionadas.

Regime de Fruta Escolar (RFE)

Com o intuito de promover hábitos alimentares adequados para a saúde das populações mais jovens, visando contribuir para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis, o gabinete de planeamento e políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da portaria n.º 1242/ 2009, de 12 de Outubro de 2009, propõe o desenvolvimento do Regime de Fruta Escolar. Segundo a Estratégia Nacional (altera em Março 2014), propõe-se a disponibilização dos produtos, duas vezes por semana à população escolar do 1.º CEB. Sendo assim, os produtos elegíveis para este período são: maçã, pêra, clementina, tangerina, laranja, banana, cereja, uvas, ameixa, pêsego, cenoura e tomate, devendo estes obedecer aos regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de modo de produção biológico, de denominação de origem protegida, de indicação geográfica protegida ou de produção integrada. Para além da distribuição gratuita por todos os alunos das EB1, este regulamento prevê ainda apoio para a dinamização de medidas de acompanhamento, com vista a promover o consumo dos produtos elegíveis.

Projeto “Educar em Alimentação”

A alimentação é sem dúvida um fator ambiental essencial à promoção da saúde, estando relacionada com a prevenção ou desenvolvimento de determinadas doenças, nomeadamente a obesidade, a diabetes, doenças cardiovasculares e certos tipos de cancro. A autarquia tem assim como objetivo reforçar a sua atuação no âmbito da Educação Alimentar e, com isso, melhorar a saúde dos seus munícipes, propondo a dinamização de palestras pelos diferentes locais do concelho, nas seguintes áreas:

Ao nível da Saúde Escolar:

- Educação alimentar com alunos, pais e encarregados de educação;
- Aconselhamento alimentar e nutricional, individual de crianças com excesso de peso, ou outras patologias, como por exemplo doença celíaca, diabetes, hipercolesterolemia, entre outras;
- Ações de formação com educadores e outros funcionários do estabelecimento de educação sobre Alimentação saudável.

Ao nível da Saúde do Idoso:

- Educação alimentar com idosos sobre a prática de uma correta alimentação na idade sénior.

Ao nível da Saúde do Adulto:

- Educação alimentar dirigida à população.

Workshops “Culinária Saudável” (em parceria com a Empresa Fornecedora de Refeições)

Sabendo-se que a adoção de uma alimentação saudável não é sinónimo de pratos sem sabor ou de refeições rotineiras e que a variedade é uma regra a seguir quando se pretende a aquisição de hábitos alimentares saudáveis, iremos promover a dinamização de um Workshop de Culinária Saudável, por uma nutricionista e um Chef. A culinária saudável não são só cozidos e grelhados, existindo outros métodos de confeção, como estufados, caldeiradas, jardineiras ou assados no forno, que também podem ser ótimas alternativas, desde que seja utilizada gordura de boa qualidade e em pequena quantidade, pouco sal, muitas ervas aromáticas, especiarias e marinadas.

É fundamental usar a imaginação e a criatividade, misturar ingredientes e atrever-se a consumir refeições com muita cor, ricas em aromas e sabores e muito saudáveis. É este o desafio a que nos propomos com a dinamização destes workshops.

Objetivo principal: Realização de uma sessão de sensibilização sobre “Alimentação Saudável”, dirigida aos encarregados de educação (agendar ao longo do 1º e 2º período). Após a exposição teórica serão confeccionados pelo Chef, alguns exemplos de pratos saudáveis, a serem degustados no final da atividade.

Comemorações “Dia Mundial da Alimentação”

A obesidade infantil é um dos maiores problemas do dia de hoje. Segundo dados atuais, o número de crianças com excesso de peso continua a aumentar, o que traz transtornos a vários níveis: na saúde,

na auto-estima, no desenvolvimento físico e intelectual. Assim, e no sentido de colaborar na luta contra a obesidade em crianças e jovens, realiza-se ao longo do mês de Outubro, no âmbito das comemorações do dia Mundial da Alimentação, sessões de sensibilização, por agrupamento de escolas, junto dos encarregados de educação, com o objetivo de os sensibilizar para a mudança de atitudes e comportamentos, face à alimentação, alertando para a importância da alimentação na saúde.

Projeto “Práticas Seguras em Salas de Refeição”

Elaboração de um Manual de Procedimentos para as Salas de Refeição, onde se encontrem definidas as operações de higienização das instalações, equipamentos e utensílios assim como o plano de higiene para cada uma das zonas e equipamentos, no qual ficará reunida toda a informação relativa à forma como devem ser realizadas as operações de limpeza e desinfeção, definindo dosagens, bem como os responsáveis pela higienização. No entanto e para salvaguardar a conformidade das ações de limpeza e desinfeção efetuadas, de acordo com o que está previsto no plano de higienização, serão planificadas e agendadas visitas às escolas, de modo a verificar o cumprimento do plano estipulado. Objetivo geral: Sensibilizar as funcionárias ao serviço nas salas de refeição para a necessidade de proceder a uma correta higienização de instalações, utensílios e equipamentos, utilizando os produtos adequados e de forma correta.

Atividades a desenvolver:

- Atualização do Dossier de Limpeza e Desinfeção nas Salas de Refeição, Plano de Higienização e Registos da Higienização, os quais serão distribuídos no final da sessão, um por cada escola;
- Realização de uma Ação de Formação sobre “Limpeza e Desinfeção em Salas de Refeição”, as quais serão dirigidas a todo o pessoal não docente responsável pelas diversas tarefas de limpeza e desinfeção, nas salas de refeição. No final da sessão serão distribuídos os planos de higienização definidos, as respetivas folhas de registo, bem como as fichas técnicas e de segurança de cada produto a utilizar, tendo em conta a área a higienizar (a realizar nas diferentes pausas escolares).

Programa de Saúde Oral

O Programa de Promoção de Saúde Oral é desenvolvido por uma equipa de profissionais do Centro de Saúde de Santa Maria da Feira desde o ano letivo 2000/2011 nos Jardins-de-Infância e Escolas Básicas de 1º Ciclo.

Objetivos:

- Melhorar conhecimentos e comportamentos sobre alimentação e higiene oral;
- Diminuir a incidência da cárie dentária;
- Reduzir a prevalência da cárie dentária;
- Aumentar a percentagem de crianças livres de cárie dentária.

Programa de Rastreio de Fatores Ambliogénicos

Idealmente, todas as crianças devem fazer um exame visual aos 3-4 anos e aos 5-6 anos, pois a visão é um sentido essencial para o adequado desenvolvimento da criança, uma vez que é através deste

sentido que a criança interage com os outros e com o mundo que a rodeia. O Programa de Rastreio de Fatores Ambliogénicos é desenvolvido por uma equipa de profissionais do Hospital S. Sebastião, desde o ano letivo 2000/2001, nos Jardins-de-Infância do concelho.

Objetivos: Detetar os fatores ambliogénicos em crianças até aos 6 anos; Procurar relacionar fatores ambientais e genéticos com os fatores ambliogénicos.

HIPPO – Hábitos Inteligentes para a Prevenção da Obesidade

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a obesidade como a principal ameaça à saúde para os europeus no século XXI. O crescente aumento da obesidade levou a OMS a organizar, em novembro 2006, uma Conferência Ministerial Europeia de combate à obesidade e dela resultou a adoção da Carta Europeia de Combate à Obesidade (European Charter on Counteracting Obesity), por todos os Estados membros. Esta carta especifica as medidas a concretizar pelos membros da região europeia no combate à obesidade, das quais se destacam a redução do teor de açúcar (em especial adicionado), gordura e sal nos alimentos processados; a rotulagem nutricional adequada; e a promoção da atividade física (andar a pé e de bicicleta). O objetivo principal da carta é o de atingir um progresso visível, sobretudo no que respeita a crianças e adolescentes, na maioria dos países, nos 4-5 anos subsequentes, devendo ser possível reverter a tendência. Contudo, ao contrário do objetivo traçado na Carta Europeia de Combate à Obesidade, continua a existir a nível mundial uma epidemia de obesidade infantil que afeta mais de 150 milhões de crianças, prevendo-se que este número duplique, nos próximos anos. Portugal não escapa a este problema. No nosso país, a obesidade tem uma grande prevalência, sendo um dos países da Europa onde o predomínio da obesidade entre as crianças é mais elevado: 1 em cada 3 crianças tem excesso de peso. Preocupada com este problema, uma equipa de alunas e professores do Agrupamento de Escolas de Argoncilhe, em Santa Maria da Feira, criou o projeto HIPPO – Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade®. O objetivo deste projeto é dar um contributo para o combate à obesidade infantil, através da utilização de uma linguagem simples e lúdica na informação nutricional dos rótulos das embalagens dos produtos, associando essa informação à atividade física. A palavra HIPPO, para além de ser formada a partir da primeira letra de Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade, inicia o nome, em várias línguas, de um animal pesado muito apreciado pelas crianças e que é o símbolo do projeto: o hipopótamo. O projeto HIPPO – Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade® venceu, em 2014, o concurso de ideias INOVA! – Jovens Criativos, Empreendedores para o Século XXI, na categoria Social 1.º e 2.º ciclos.

É neste seguimento que a Divisão de Educação assume a implementação deste projeto a nível municipal, através da aquisição da pasta HIPPOFÓLIO, juntamente com atividades lúdico-pedagógicas, para aplicação do projeto HIPPO – Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade® nos jardins-de-infância, nas escolas de 1.º ciclo ou em família. A pasta HIPPOFÓLIO é composta por: Informação para os adultos; Informação para as crianças; Explicação da Etiqueta Calórica; Explicação da Tabela Calórica; Atividades lúdico-pedagógicas; Etiquetas autocolantes; Imagens autocolantes; Marcador de livros.

Com este projeto vamos ajudar as crianças a serem consumidoras informadas e ativas: ajudando-as a colar etiquetas nas embalagens dos alimentos, de acordo com a informação do rótulo, lembrando-lhes da necessidade de fazerem exercício físico.

Atividades de Animação e Apoio à Família – Educação Pré-Escolar

Com o intuito de universalizar a educação pré-escolar, generalizando a oferta deste serviço a todas as crianças, foi criado um serviço de apoio à família com vista a dar resposta às necessidades das famílias para além do tempo letivo semanal. O programa de apoio à família visa assegurar a ocupação das crianças em idade pré-escolar com atividades lúdicas, animando os tempos livres, promovendo a satisfação e bem-estar das crianças, valorizando o prazer de brincar, promovendo a socialização, estimulando a aprendizagem nas áreas e domínios de desenvolvimento físico, social, emocional e intelectual, transmitindo conceitos importantes de desenvolvimento sustentável em princípios de uma vida saudável e ecológica, despertando na imaginação das crianças o gosto pela reciclagem, complementando as atividades letivas dos jardins-de-infância. Os pais e/ ou encarregados de educação participam no custo dos serviços de apoio à família que integram a componente sócio educativa dos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as respetivas condições sócio económicas.

Componente de Expressão Física Motora

Pretende-se desenvolver com as crianças dos jardins-de-infância um trabalho de expressão corporal, e no desenvolvimento da motricidade fina utilizando diferentes exercícios. As aulas de expressão físico motor compreendem um trabalho individual e coletivo das crianças. Ao nível individual, os objetivos envolvem o desenvolvimento da criatividade corporal e utilizando as possibilidades que o corpo possui de forma a descobri-las e a desenvolvê-las através dos diferentes exercícios. Essa prática tem como finalidade desenvolver a criatividade, espontaneidade e autonomia de cada criança, bem como desenvolver um trabalho físico de coordenação motora. Ao nível coletivo, os exercícios envolvem atividades simples, que vão desde a prática de alongamentos, expressão dramática, mímica, jogos e simulações ou a exploração espontânea de movimentos corporais. Os objetivos pedagógicos consistem nas atividades de ginástica, psicomotricidade e jogos lúdicos/didáticos, dinâmica de grupos e trabalhos de equipa, o jogo (individual ou em grupo), saber estar, saber ser a sociabilidade (ser bom cidadão). Os jardins-de-infância aderentes ao programa de expressão físico-motora são todos aqueles que têm as atividades de animação e apoio à família.

Oficina musical

A música e os instrumentos musicais podem ser vistos como um método pedagógico e lúdico de incentivar e motivar crianças a exteriorizarem todas as suas pulsões interiores e a serem ativas e participativas. Os jogos musicais, devido ao seu carácter lúdico e às suas características apelativas e estimulantes, levam as crianças a empenhar-se, divertir-se e a aprenderem. A criança ao envolver-se

em jogos de expressão musical adquire confiança nas suas aptidões, desenvolvendo o sentido rítmico, a audição, a atenção, a criatividade, o sentido estético e muitas outras competências. Assim, a prática de jogos musicais com grupos, embora contribua para uma experiência musical, não pretende ser uma “lição de música”, mas antes, um instrumento de desenvolvimento individual e social.

Objetivos: Proporcionar a proximidade com a música e incentivar a confiança e desenvolvimento de aptidões individuais e sociais.

Oficina experimental

A familiaridade com a ciência deve começar desde as idades mais baixas. Para as crianças do ensino pré-escolar e básico, não se deve tratar de ensinar ciência, no sentido convencional, mas sim de despertar a curiosidade, o gosto e o sentido de observação das pequenas coisas do mundo à nossa volta, e a brincar, relacionar os fenómenos da natureza e a “técnica” das ciências. Através do contacto com materiais e utensílios simples e do quotidiano, e da experimentação em conjunto, as crianças são incentivadas a formular hipóteses sobre aquilo que observam.

Objetivo principal: Despertar a curiosidade e o sentido de observação de objetos e o mundo à nossa volta. Proporcionar a experimentação e desenvolvimento das capacidades criativas.

Tertúlia Poética Infantil

Esta atividade consiste numa dramatização/encenação/recitação, de excertos/partes de uma obra infantil com destaque para uma obra nacional e outra concelhia.

Objetivos:

Desenvolver a curiosidade intelectual, o gosto pelo saber e pela leitura;

Promover o convívio inter-geracional, entre crianças, família, educadores e assistentes operacionais.

Data: 11 de março de 2016.

Barro e Azulejo

A atividade do barro desenvolver-se-á ao longo de uma sessão com a duração de 1h30. Consiste na explicação da técnica que vão utilizar para criar a peça de barro e a liberdade para decorar a seu gosto.

Objetivo principal: Incentivar a descoberta do barro e o azulejo através da criação de peças únicas e personalizadas.

Componente de Apoio à Família 1º CEB

O programa de apoio à família, desenvolvido pelo Grande Sábio, tem a seu cargo assegurar o acolhimento e o prolongamento das crianças na escola antes e após o término das aulas, nas EB1 do concelho de Santa Maria da Feira. Durante este período de tempo, os profissionais responsáveis procuram proporcionar às crianças um pleno desenvolvimento das suas capacidades, sendo evidenciada uma clara relação entre as atividades lúdicas e as atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, da educação, da saúde e vida cultural.

Objetivos:

- Ocupar de forma sadia e criativa as crianças do 1.º ciclo do ensino básico, durante os dias úteis e o período de interrupções letivas (Natal, Carnaval, Páscoa e durante os meses de Julho e Agosto);
- Promover e desenvolver atividades que permitam uma maior integração e interação das famílias no processo de desenvolvimento dos filhos;
- Fomentar o respeito pelos conhecimentos e valores que as famílias possuem, evitando qualquer tipo de preconceito;
- Favorecer a participação dos componentes da instituição familiar em diferentes oportunidades, estimulando o diálogo com os pais.

Projeto Em...preender felicidade no meu Concelho

A criança deve saber que nada acontece de graça, por acaso, e que existe um caminho a ser percorrido com perseverança. Esse caminho tem que ser divertido. Por isso, nas escolas, há que ajudar as crianças a despertar o pequeno empreendedor que há em cada um. Para a concretização do projeto iremos ter em conta as seguintes etapas: Autoconhecimento; Rede de relações; Liderança; Visão global; Liberdade; Perseverança; Escola certa; Lidar com o dinheiro; Ética Correr riscos Independência; Responsabilidade.

Objetivo principal: Educar crianças felizes e bem-sucedidas, capazes de realizar os próprios sonhos.

Apresentação dos Em...preender: 29 de Maio de 2016

Atividades de Animação e Apoio à Família nas Férias Escolares

Todas as vendas dos produtos associados ao projeto Em...preender felicidade serão aplicados para as férias escolares das crianças e alunos que frequentam as AAAF e CAF.

Correio da Amizade

Cada Jardim de Infância / EB 1 troca correspondência, uma carta, um trabalho escrito, artístico, fotográfico...havendo uma partilha e troca de experiências entre os intervenientes.

Objetivo: Demonstração e troca de experiências dos vários JI e EB 1.

Coro Infantil

Ferramenta de educação musical que, com poucos recursos materiais, motiva as crianças na aprendizagem da música e desenvolve a criatividade, concentração, disciplina, trabalho em grupo e socialização. Considerando que cantar é um meio de expressão e uma atividade espontânea e ainda que eles trazem consigo os seus próprios instrumentos – corpo, ouvido e voz – foi proposto pela Divisão da Educação aos alunos que frequentam as atividades de animação e apoio à família, um trabalho de educação musical através do coro infantil.

Festa de Halloween

Festa de Halloween para as crianças e alunos dos diferentes níveis de ensino.

Objetivo: Assinalar a abertura do ano escolar com uma festa do Halloween, com base na pesquisa das diversas origens e tradições em torno desta mítica festa.

Data de realização: 31 de Outubro.

Desfile de carnaval

À semelhança de anos anteriores, o Desfile de Carnaval irá envolver toda a comunidade escolar. Podem participar quaisquer entidades do Concelho, desde associações, IPSS, escolas de ensino público e privado. As entidades terão que efetuar previamente a sua inscrição e no dia deverão estar identificados, quer seja nos carros alegóricos quer seja nos disfarces. O Desfile de Carnaval será alvo de um concurso, e como tal a avaliação será levada a cabo por um júri que terá em consideração as seguintes categorias: imaginação, criatividade e originalidade do tema, elaboração e construção dos carros e dos disfarces e ainda a animação proporcionada pelos grupos. Os prémios serão atribuídos aos três primeiros classificados.

Objetivo: Promover e dinamizar as tradições carnavalescas, apelando à criatividade, imaginação, animação e espírito de associativismo entre a comunidade escolar do Concelho.

Data de realização: 6 de fevereiro de 2016.

Dia da família

Neste dia toda a comunidade está convidada a partilhar um piquenique e a participar em vários ateliers. Impressão de fotos, construção do meu retrato, meu brinquedo com os filhos, a flor para a minha mãe, entre outros.

Objetivo: Fortalecer os laços familiares e desenvolver a capacidade recreativa.

Data de realização: 22 de abril de 2016.

S. João

Neste dia toda a comunidade educativa está convidada a desfilar nas marchas de S. João.

Objetivo principal: Fortalecer os laços familiares e desenvolver a capacidade recreativa;

Data: 23 de Junho de 2016

Imaginarium Infantil

Imaginarium Infantil é a consolidação de um processo de envolvimento do público de tenra idade nas temáticas Imaginarium. Na continuação do trabalho desenvolvido no Imaginários 2014, encontraremos um momento específico na programação do festival com temáticas, horários e infraestruturas adequadas à faixa etária compreendida entre a 1ª infância e a pré-adolescência.

Objetivos: Traçar uma linha de ação que nos permita manter a identidade do festival desencadeando desde cedo uma vontade de fruir, pensar e intervir no momento artístico presente. Com esta missão em mente, o Imaginarium Infantil oferecerá propostas, quer de espetáculos quer de workshops, que

permitam aos participantes descobrir por eles próprios outras maneiras de sentir a realidade constituindo, assim, experiências enriquecedoras, estruturantes e inesquecíveis!

Campos de Férias Vive o Verão 2016

O Programa de Campos de Férias é um programa para a aquisição de uma imagem positiva da escola e reforço de competências individuais, de criatividade e de sociabilidade, a promoção de uma melhor integração num novo ciclo de escolaridade e a prevenção do abandono escolar e o ingresso precoce no mundo do trabalho, através da ocupação saudável e construtiva do tempo de férias de verão, que proporcionem aos jovens a participação em atividades desportivas, culturais, lúdicas e criativas. Este programa decorre nas sete semanas seguintes ao final do ano letivo, nos nove Agrupamentos de Escolas do concelho, acolhendo cerca de 500 alunos oriundos de todas as freguesias.

Objetivo principal: Promoção do desenvolvimento integral das crianças e jovens, prevenindo situações de risco e exclusão social, pela ocupação saudável e construtiva do tempo de férias.

Data: De 13 de Junho a 29 de Julho/2016

Projeto Viagem Medieval

Ciente de que a Viagem Medieval é o maior evento de recriação histórica medieval do país e que as suas matrizes são, por um lado, a dimensão, e por outro, o envolvimento da população, o Pelouro da Educação tem vindo, ao longo dos últimos anos, a assumir um papel de promotor do envolvimento da comunidade escolar neste grande evento.

Objetivo: Pretende-se que este envolvimento, entendido como matéria de educação não formal, seja potenciador de aprendizagens e experiências pertinentes para as crianças e alunos do concelho e que, simultaneamente, confira um sentimento de pertença a um território que se tem vindo a destacar no panorama nacional e que todos pretendemos seja um território de desenvolvimento global.

- Banda Desenhada
- Pulseira Criança Segura
- Pequenos Guerreiros
 1. Palco (Dança; Flautas)
 2. Jogos
 3. Atelier de Artes Plásticas

Feira de Artes Performativas

Aberto à participação de jovens estudantes a frequentar os estabelecimentos de ensino no Concelho de Santa Maria da Feira, do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário Objetivo: Este concurso, de âmbito concelhio, visa incentivar diferentes talentos e promover o espírito competitivo dos jovens em diversas áreas de estudo, designadamente nas artes performativas (teatro, dança, música, circo, performance, etc).

Programa Eco-Escolas

O Eco-Escolas é um programa internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental/EDS. Fornece fundamentalmente metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola. Os objetivos deste programa são os seguintes:

Encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gerir o espaço escolar e sensibilizar a comunidade;

Estimular o hábito de participação envolvendo ativamente as crianças e os jovens na tomada de decisões e implementação das ações;

Motivar para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário;

Fornecer formação, enquadramento e apoio a muitas das atividades que as escolas desenvolvem;

Divulgar boas práticas e fortalecer o trabalho em rede a nível nacional e internacional;

Contribuir para a criação de parcerias e sinergias locais na perspetiva de implementação da Agenda 21 Local.

Rede/Feira de Oferta Formativa

Com vista à gestão da rede de oferta formativa, um grupo de trabalho do Município, juntamente com as várias entidades educativas e formativas do concelho, pretende estar atento à crescente mutação da nossa sociedade global, implicando uma mobilização constante e continuada ao nível do desenvolvimento tecnológico, profissional, económico, social, cultural e educacional, entre outras transformações significativas. Para acompanhar e imprimir esta evolução, urge apostar na valorização das competências pessoais e sociais, capazes de corresponder às exigências da “nova sociedade” onde nos encontramos. Este cenário só é possível através do esforço de cada um dos atores implicados e a implicar nesta dinâmica, na medida em que é fundamental a interação entre municípios, entidades educativas/formativas, entidades patronais e a população em geral. É neste sentido que se torna urgente a formação e a qualificação profissional ao longo da vida, assente numa perspetiva de uma educação permanente.

Os objetivos deste programa são os seguintes:

Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos;

Reforçar o papel das escolas;

Elevar as competências básicas dos alunos portugueses;

Aumentar o número de jovens em cursos tecnológicos e profissionais;

Qualificar ativos/desempregados;

Combater o insucesso/abandono escolar.

As medidas a desenvolver são as seguintes:

Caracterização da população (ao nível formativo/profissional);

Diagnóstico das necessidades formativas locais que fomentem o desenvolvimento;

Renegociação das ofertas formativas existentes e a criar;

Estimulação de parcerias entre os municípios, as entidades patronais e as entidades educativas/formativas;

Definição de planos estratégicos entre sistemas de educação/formação, autarquias e associações empresariais;

Conceção de um guia ou de uma base de dados da oferta formativa da AMP;

Estimulação da cooperação entre os sistemas de educação/formação e a sociedade em geral;

Facilitação da aquisição das competências necessárias para criar e gerir uma empresa;

Estimulação das instituições de educação e de formação a proporcionar aconselhamento e orientação para a criação de empresas;

Desenvolvimento de meios de validação oficial de experiências de aprendizagem não formal;

Estimulação do aumento da educação e formação fora dos contextos formais.

Feira das Profissões

Consciente da necessidade de investir na valorização das competências pessoais e sociais dos jovens, para que estes sejam capazes de corresponder às exigências da nossa sociedade, a Câmara Municipal pretende promover uma Feira das Profissões, pois entende que a qualificação só se tornará possível com o esforço de cada um dos atores implicados. Neste contexto, é fundamental a interação entre municípios, entidades educativas/formativas, empresas e população.

Objetivos: Combater o insucesso e abandono escolar, divulgar e/ou difundir a oferta formativa existente, criar uma rede de oferta formativa, promover a qualificação escolar e profissional, adequar a oferta formativa às necessidades do mundo do trabalho, aproximar o perfil da oferta qualificante às necessidades das empresas.

GIP – Gabinete de Intervenção Psicopedagógica

Pretende promover o sucesso escolar e aumentar a motivação para o processo de aprendizagem, disponibilizando o serviço de avaliação e intervenção psicopedagógica aos alunos sinalizados pelos agrupamentos de escolas do município. Para isso, o gabinete de educação conta com uma equipa multidisciplinar (terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psicopedagogos e pediatras do desenvolvimento) através de protocolos efetuados com diversas entidades clínicas. Os agrupamentos de escolas devem sinalizar os alunos que manifestem problemas cognitivos, emocionais ou comportamentais para que sejam avaliados por uma psicóloga. Após o processo de avaliação, a técnica é responsável por traçar um plano de intervenção adequado e reencaminhar para apoios nas valências que sejam fundamentais para o progresso no desenvolvimento de cada criança.

O gabinete de educação pretende também atuar junto das famílias de forma a ajudar os pais na resolução de conflitos que interferem no desenvolvimento da criança. Assim, este gabinete disponibiliza um espaço de atendimento a pais, onde estes poderão recorrer sempre que necessitem de esclarecimentos, através de marcação prévia.

Os professores também terão apoio Psicopedagógico, se o solicitarem, para lidar com as diversas problemáticas com que se deparam na sala de aula.



Da responsabilidade dos agrupamentos de escolas:

Sinalização de alunos com dificuldades de aprendizagem;

Divulgação do projeto junto dos docentes e encarregados de educação.

Da responsabilidade da autarquia:

Avaliação psicopedagógica individual dos alunos sinalizados e elaboração do plano de intervenção;

Apoio aos professores na sala de aula, quando solicitada, para estabelecimento de estratégias para alunos com baixo rendimento escolar;

Intervenção familiar para resolução de conflitos que influenciem o insucesso escolar das crianças.

Depois do pedido de avaliação por parte do professor/agrupamento:

- o técnico da autarquia é responsável por fazer a avaliação e elaborar o respetivo relatório com o plano de intervenção adequado ao caso específico;
- se o resultado da avaliação propõe o apoio de determinada valência terapêutica, o técnico da autarquia é responsável pelo reencaminhamento;
- se a solicitação da escola sugere diretamente a avaliação em Terapia da Fala, o processo é automaticamente reencaminhado para uma entidade com protocolo, dando-se preferência à zona da escola/gabinete;
- as avaliações são totalmente gratuitas;
- a implementação do plano de intervenção deve respeitar as necessidades económicas do agregado familiar da respetiva criança; crianças com escalão A e B devem usufruir do plano de intervenção sem que este implique custos para os pais.

Sorrisos Felizes

Este projeto consiste num rastreio psicopedagógico que visa a identificação de dificuldades de aprendizagem das crianças em idade pré-escolar, de modo a intervir precocemente e corrigi-las, antes da entrada no 1.º Ciclo do ensino básico. Para este efeito, contamos com vários protocolos com entidades clínicas que nos permitem reencaminhar as crianças que acusam algum défice no seu desenvolvimento para devido acompanhamento especializado. Este ano propõe-se que o projeto passe a realizar-se nos seguintes jardins-de-infância: Cruz, Montinho, Espargo, Milheirós, Souto, Tarei e Cavaco.

“Entre Sarilhos”

Este projeto destina-se a pais, encarregados de educação, Auxiliares da ação Educativa e professores e pretende abordar diversos temas da infância e adolescência através de palestras realizadas nas diversas escolas que aderem a este projeto. Há um mundo a ser descoberto dentro de cada criança e de cada jovem e só não consegue descobri-lo quem está encarcerado dentro do seu próprio mundo. Para que cada pai conheça o seu filho é necessário descobrir e descodificar os simbolismos do seu mundo, que não é igual ao mundo dos adultos. Apesar de todos sabermos que a nossa geração quis dar o melhor às crianças e aos jovens, temos que reconhecer que o melhor não é sinónimo de

realização de desejos supérfluos, ou seja, materialismo. Eles têm os melhores brinquedos, as melhores roupas e o melhor material escolar. Têm televisão e computador no quarto e têm também pouquíssimo tempo em família, poucas oportunidades de diálogo e uma afetividade deficitária. Há que parar, redefinir prioridades familiares e refletir em estratégias para alterar o que está mal. Tem que haver coragem e vontade para refletir em conjunto.

Temas:

O comportamento na infância;

Agressividade na infância;

Estratégias de controlo de comportamento dos 3 aos 6 anos;

Hiperatividade;

Relação familiar: impacto no desenvolvimento da criança;

Saúde Infantil: Medicamentos de venda livre (enfermeiro);

Importância da autonomia na criança;

Autoestima: Importância e consequências;

Motivação: Como motivar os filhos para a escola;

Como lidar com a indisciplina dos filhos;

Educar hoje para o futuro;

Educação tradicional e Educação Moderna;

Segurança na escola (Agentes da GNR);

Stress no adulto: Consequências no desenvolvimento da criança;

Distúrbios de Eliminação: Enurese e encoprese;

Perturbações da Infância: (hiperatividade, depressão infantil, comportamento desviante);

Problemas familiares;

Importância do “Brincar” para o desenvolvimento da criança;

Doenças infecto-contagiosas (pediatra);

Sexualidade: Como e quando abordar junto dos filhos?

Relação familiar e Insucesso escolar;

Distúrbios de Alimentação: Anorexia e Bulimia (Uma Psicóloga e uma Nutricionista).

Bolsa de manuais escolares usados

Grande parte das nossas famílias vive com grandes dificuldades económicas, dificultando o acesso dos seus educandos ao mínimo de condições de educação e, conseqüentemente, potencia o aumento do abandono escolar. Neste âmbito, todos os anos, o Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com o Centro Coordenador da FapFeira, realiza uma campanha de recolha de livros escolares usados de todos os níveis de ensino e de material didático (blocos de desenho, tintas guache, lápis de cor, régua, etc.), potenciando a sua reutilização e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Objetivos: Com esta iniciativa, pretende-se minimizar os efeitos da atual conjuntura socioeconómica, tentando garantir que os nossos alunos tenham o mínimo de condições no acesso à educação, combatendo assim o abandono e absentismo escolar.

“Perlim – uma quinta de sonhos”

Com o Natal chega a magia às ruas da cidade de Santa Maria da Feira. Como vem sendo hábito, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira marca a época natalícia oferecendo um presente a todas as crianças que frequentam os Jardins de Infância e escolas básicas de 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, materializado num bilhete de entrada em Perlim – uma quinta de sonhos.

Concurso “Um Lugar Chamado Perlim”

Concurso que integra as modalidades de Escrita, Desenho, Fotografia e Vídeo.

Objetivo: envolver pedagogicamente as crianças e alunos no evento Perlim, integrando saberes e experiências e promovendo o espírito criativo da faixa etária 3-10 anos.

Menu Gastronómico de Perlim

Objetivo: Proporcionar às crianças dos Jardins de Infância e aos alunos do 1º CEB um menu inspirado em Perlim - Uma Quinta de Sonhos.

“A Viagem de Perlim ou o Lugar de Todas as Histórias” envolvimento da comunidade escolar

Objetivo: Envolver a comunidade escolar dos Jardim de Infância e 1º CEB numa “viagem” pela escrita e ilustração por lugares imaginários, que apelam à criatividade das crianças e alunos, materializando-se na escrita / ilustração de um diário de viagem.

Passaporte Escolar

O Passaporte Escolar apresenta-se sob a forma de um suporte documental, distribuído pela autarquia a todas as crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico. O passaporte é pessoal e acompanha todo o percurso escolar do aluno durante o 1º ciclo. O aluno deve levar o passaporte escolar, sempre que participe numa atividade em contexto escolar. Este será carimbado ou assinado, quando apresentado pelo aluno ao frequentar atividades realizadas nos diversos equipamentos.

Objetivos: Promover a educação não formal; Contribuir para a formação de cidadãos conscientes e informados, através de uma oferta educativa alargada e diversificada; Registrar as visitas, oficinas, atividades e viagens realizadas durante o percurso escolar no 1º ciclo.

Prémio Rotary Melhores Alunos

Esta é uma iniciativa organizada pelo Rotary Club da Feira, com o apoio da Câmara Municipal e da comunidade escolar local, visando incentivar a qualidade, promovendo as boas práticas e os seus

protagonistas, de forma a evitar o abandono escolar. Procurando distinguir os alunos que se destacam da mediana e são modelos a seguir, o Rotary Club da Feira pretende dar sinais à sociedade, e neste caso específico à comunidade escolar, de que vale a pena o esforço de lutar por aquilo que é gratificante, assumindo uma cultura de mérito, qualidade e de empenhamento, em detrimento da mediocridade e do facilitismo.

Universidade Júnior

A Universidade Júnior é o maior programa nacional de iniciação ao ambiente universitário. Durante uma semana, vários alunos têm oportunidade de sentir a vida académica e de conviver com outros jovens vindos de todos os pontos do país, dando-lhes a oportunidade de promover o gosto pelo conhecimento em áreas tão diversificadas como as Ciências, as Engenharias, as Letras, o Desporto e as Belas Artes. No âmbito do protocolo que é celebrado entre a Universidade Júnior e o Município, proporciona-se aos alunos do concelho que frequentam os vários estabelecimentos de ensino do concelho, apoio ao nível do transporte e ao nível da inscrição, que inclui as despesas relacionadas com o seguro, alimentação e a frequência nos programas durante essa semana.

Através desta iniciativa pretende-se:

- Realizar pequenos projetos sobre vários temas;
- Descobrir como é a universidade;
- Explorar e conhecer as várias faculdades;
- Trocar ideias e conhecer novos projetos;
- Conhecer e conviver com alunos oriundos de diversos pontos do país.

Estágios Curriculares

O Município de Santa Maria da Feira acolhe estágios curriculares de qualquer nível de ensino, todos os anos letivos. Para isso, deve ser remetido para o Município um pedido de estágio até ao final de fevereiro, onde deverá ser mencionada a identificação dos alunos, as suas áreas de formação, bem como a duração e os planos de estágio. Posteriormente, os pedidos serão analisados e será dada uma resposta aos Estabelecimentos de Ensino.

Objetivos: Dar oportunidade dos nossos jovens colocarem em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do seu percurso académico.

Conselho Municipal de Educação

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, oficializou a criação dos Conselhos Municipais de Educação em cada um dos concelhos do país. Em consequência, a Assembleia Municipal aprovou, a 24 de Abril de 2003, sob proposta da Câmara, o regulamento e a composição deste órgão consultivo. Entretanto, o regulamento foi aprovado em Diário da República, no dia 25 de Agosto de 2003. Este Conselho reúne de acordo com o previsto na lei.

Representação da Autarquia nos Conselhos Gerais

O Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que procede à 2ª alteração ao Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº224/2009, de 11 de setembro, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa. Deste modo, a autarquia tem assento nos Conselhos Gerais dos 9 agrupamentos de escolas existentes no concelho.

5ª Edição do Concurso Escola+Humana

Ao longo dos últimos anos, os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Santa Maria da Feira têm vindo a desenvolver diversos projetos no âmbito da sensibilização para a Deficiência, em resposta ao apelo inerente ao próprio desenvolvimento das sociedades atuais e ao repto lançado pelo Instituto Nacional de Reabilitação, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS). Com o intuito de dar continuidade ao trabalho realizado no ano anterior no sentido de impulsionar sinergias e de estimular a cidadania ativa sobre a deficiência nas suas diversas vertentes, a Divisão da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com a Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência (PMCD), pretende levar a cabo a 2ª edição do concurso Escola+Humana, alargando agora a outros níveis de ensino: 2º e 3º ciclo do ensino básico e alunos do ensino secundário.

Público-alvo

Alunos dos Jardins-de-Infância e escolas do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário que integrem escolas públicas e privadas do Concelho de Santa Maria da Feira.

Objetivos

Os objetivos fundamentais do concurso escolar “Escola + Humana” incluem o fomento de uma educação inclusiva; a alteração de atitudes e comportamentos; a eliminação de barreiras sociais, comunicacionais, urbanísticas e arquitetónicas. Deseja-se a inclusão da pessoa especial na vida da comunidade escolar e local, realçando o enriquecimento individual, educacional e cultural pelo convívio com a diversidade, ao mesmo tempo que se promove a igualdade na cidadania, ambicionando uma comunidade que se orgulhe de ser acolhedora e diversa.

“Igualdade na Diferença”

Com a finalidade de favorecer a troca e a partilha de experiências que materializem a ideia, tanta vezes julgada como ilusória, de que as limitações físicas e /ou cognitivas não são sinónimo de barreiras a uma vida repleta de múltiplas experiências, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira lança as sessões “Igualdade na Diferença”.

Objetivo principal: As sessões destinam-se a alunos dos 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico e consiste na ida à escola de individualidades que adaptaram a sua vida a novos desafios e circunstâncias.

3.º Eixo – Reabilitação e Requalificação e/ou Construção de Novos Espaços nos Edifícios Escolares

Carta Educativa do concelho de Santa Maria da Feira

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003).

Construção de novas escolas de 1º ciclo – Centros Escolares

A construção de novas escolas tem como finalidade substituir edifícios degradados ou prover a fusão de pequenas escolas sem condições ou permitir que todas as turmas funcionem em regime normal. Pretende-se efetuar candidaturas para novos centros escolares ao novo quadro comunitário.

Requalificação/ ampliação de escolas do 1º ciclo e jardim-de-infância

A qualificação e modernização do primeiro ciclo de ensino básico é uma das grandes prioridades da política educativa, quer governamental, quer concelhia. O aumento do tempo de permanência nas escolas, por parte dos alunos, e a diversidade de atividades complementares implica que as escolas continuem a ser dotadas de estruturas de apoio, nomeadamente refeitórios, polivalente, recreios qualificados, etc. Assim, no âmbito da requalificação e modernização do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico, e com vista a melhorar a qualidade das aprendizagens e as condições de socialização, com a conseqüente aposta no sucesso educativo e dignificação das nossas escolas, continuam a decorrer algumas remodelações e ampliações em diversos estabelecimentos de ensino, estando previstas algumas intervenções para o ano de 2016. Todas as intervenções visam criar condições para que as escolas possam funcionar com um mínimo de quatro turmas e em regime normal, dotar as escolas de equipamentos socioeducativos e reduzir o número de salas modulares.

Projeto Parques Escolares

Este projeto pretende rentabilizar os espaços exteriores das escolas e respetivos recreios para as aulas de Atividade Física e Desportiva, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, assim como embelezar a própria escola. Deste modo, pretende-se realizar a marcação de campos, pistas de atletismo, jogos tradicionais e de coordenação, para apoio ao professor de Atividade Física e Desportiva e para substituir o pavilhão para as aulas desta disciplina. Este projeto dirige-se a todas as crianças do 1.º ciclo que frequentam as escolas de intervenção, sendo necessário recrutar professores do projeto de Artes Plásticas e Atividade Física e Desportiva para que o serviço seja feito de acordo com as necessidades específicas do projeto.

Manutenção de Parques Infantis / Espaços de Jogo e Recreio

No âmbito de uma maior segurança e salubridade nos espaços de jogo e recreio dos jardins-de-infância do concelho, serão realizadas vistorias periódicas a todos estes espaços.

Plano de Segurança nas Escolas

O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em colaboração com o Pelouro do Ambiente, Obras Municipais e Proteção Civil continua a levar a cabo um esforço redobrado para dotar os edifícios escolares com sistemas de segurança eficazes.

Reforçar as novas tecnologias – Programa SALA +

A escola de hoje é uma escola cada vez mais exigente, necessitando de ser apetrechada de acordo com as novas tecnologias. Deste modo, ao ser mais exigente e participativa, a escola deve ser, também, mais aberta à evolução tecnológica. Com o intuito de responder às novas necessidades e no sentido de tornar a escola mais apelativa, a autarquia pretende continuar a desenvolver um projeto de apetrechamento das escolas e jardins-de-infância, através da aquisição de mais material e novos recursos, a saber: dotar todas as escolas do 1º ciclo de quadros interativos e internet *wireless*, a renovação e apetrechamento de equipamento tecnológico e software pedagógico interativo e a colocação de computadores em todas as salas de aula.

Plataforma educação_helpdesk

Tendo em vista a melhoria contínua dos serviços prestados pela Divisão de Educação, designadamente no que concerne às intervenções de reparação e manutenção de edifícios do 1º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar da rede pública concelhia, foi criada uma plataforma de serviços on-line, que se destina a determinar métodos e critérios para assegurar a eficácia e controlo assim como assegurar a informação necessária à sua operação e monitorização necessários à otimização da prestação dos serviços em tempo, recursos e capacidade de colaboração.

Objetivo: A plataforma visa, acima de tudo, potenciar, facilitar e dinamizar a colaboração entre os utilizadores externos e os serviços da Divisão da Educação/Município.

Não obstante, é também ferramenta privilegiada para dinamizar a disseminação de boas práticas, a partilha de ideias e projetos, a construção de projetos conjuntos.

Link de acesso: http://194.65.130.91/educacao_helpdesk

4.º Eixo – Promoção do Trabalho em Rede em Todo o Município

Juntos pela Educação

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a Associação Empresarial de Santa Maria da Feira, os Agrupamentos de Escolas, Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, ISVOUGA e ISPAB, entre outras entidades, em conjunto, pretendem desenvolver um plano de atividades, com o qual se perspetiva potenciar uma atitude de inovação e empreendedorismo na comunidade escolar e no tecido empresarial do Concelho de Santa Maria da Feira.

Tendo como objetivos:

Colaborar na aplicação de programas na escola, em parceria com as empresas, rumo à criação de uma cultura de inovação, criatividade, combate ao abandono escolar e desenvolvimento do empreendedorismo;

Dotar os jovens munícipes de uma educação empreendedora e, nessa medida, apoiar e colaborar com outras entidades na implementação dos programas.

Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

O projeto de Rede de Bibliotecas Escolares conta atualmente com cerca de 20 escolas do 1.º ciclo, sendo este um número sempre em evolução. É reconhecido o investimento que tem suportado esse crescimento – investimento a nível central, da autarquia e das próprias escolas – e é necessário assegurar que esse investimento continue a ser feito, sobretudo através da consolidação de um conceito central: o de que a biblioteca escolar constitui um contributo essencial para o sucesso educativo, sendo um recurso fundamental para o ensino e para a aprendizagem. A promoção da leitura é o principal objetivo.

Cooperação entre as bibliotecas escolares do Agrupamento e a Biblioteca Municipal:

Esta cooperação já existe em termos de projetos concelhio, na medida em que as itinerâncias são garantidas pela BE e escolas dos agrupamentos;

Continuará a realizar-se a formação informal e formal com a BE e seu apoio técnico; perspetiva-se a construção do manual de procedimentos concelhio; o catálogo concelhio; a preparação da agenda cultural concelhia;

Dar-se-á continuidade às reuniões concelhias de SABE, bem como às interconcelhias para que se possa partilhar com os diferentes parceiros uma multiplicidade de saberes.

Dinamização da plataforma Winlib que permite ter um catálogo online comum a todas as BE e BM;

A BM em parceria com a rede de BE do Concelho de Santa Maria da Feira tem já no terreno um projeto de itinerâncias para as escolas que não fazem parte da rede, pois existe no concelho uma filosofia de biblioteca incutida nas escolas e nos órgãos autárquicos responsáveis por este concelho;

Existência de um SABE dinâmico a funcionar na BM.

Associação Internacional das Cidades Educadoras/ Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)

A RTPCE da AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras) é uma instância de reflexão e debate sobre os princípios da carta das Cidades Educadoras e de coordenação e fomento de atividades promotoras destes princípios a nível municipal/nacional. Procura que os municípios portugueses incorporem os princípios da carta das Cidades Educadoras e articulem as suas intervenções, transversalmente a nível municipal e, mais amplamente ainda, a nível nacional e internacional, participando também em Congressos e em trabalhos de Redes Temáticas, nacionais e internacionais. Depois da aprovação pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal, a proposta de adesão de Santa Maria da Feira à Rede Internacional de Cidades Educadoras foi aprovada pela Assembleia-geral desta Associação, reunida em Tampere, na Finlândia em 2002. A "Carta das Cidades Educadoras" – **Declaração de Barcelona de 1990 e Declaração de Génova de 2004**, manifesta a preocupação em refletir e aplicar na sua vivência os seus Princípios, assumindo que **para além de educativa a cidade deve ser educadora**, o que implica uma intencionalidade, uma consciencialização e um trabalho transversal, coordenado ao nível dos vários agentes educadores da cidade, espaço apropriado, recriado por todos os seus cidadãos, sendo por isso um espaço de cidadania e formação ao longo da vida. Periodicamente, os municípios portugueses que integram esta rede reúnem-se, tendo como objetivos:

Promover o intercâmbio de ideias e de boas práticas de trabalho entre as cidades da Rede Portuguesa de Cidades Educadoras em torno de temáticas pertinentes e atuais;
Difundir e aprofundar a construção do discurso das cidades educadoras;
Aprender, trocar, partilhar e enriquecer a vida dos munícipes.

No âmbito desta rede são desenvolvidos:

Encontros nacionais em rede, trimestrais, nos quais são debatidos problemas comuns aos vários municípios e onde se analisam e debatem assuntos de interesse, bem como temas específicos, definidos na reunião plenária;

Congressos nacionais, de 2 em 2 anos, promovendo o intercâmbio de ideias e boas práticas de trabalho entre as Cidades da Rede Territorial Portuguesa, com a participação de vários especialistas nas temáticas em debate;

Participação em congressos internacionais, através de stand modular, com posters, vídeos e publicações alusivas às experiências educadoras dos vários municípios da rede;

Boletim da rede territorial portuguesa, veículo de divulgação que pretende reforçar a troca e partilha de experiências, notícias e eventos, entre as cidades membros da rede;

Portal da rede portuguesa, com o endereço www.edcities.org – link "Portugal", permite ter online e em permanente atualização, várias práticas educadoras dos municípios da rede;

Redes temáticas são trabalhadas temas de acordo com as propostas apresentadas no plenário. Podem ser feitos estudos específicos e trabalhos empíricos;

Divulgação e apoio a novas adesões, através do envio para os vários municípios do país, serviços e entidades, de documentação e informações diversas, sobre a AICE, processos de adesão e eventos nacionais e internacionais.

Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação da Área Metropolitana do Porto

Pretende-se continuar a trabalhar em rede, numa perspetiva metropolitana com todos os Vereadores da educação da área metropolitana do Porto.

PAPSE – Prevenção do Abandono Precoce e Promoção do Sucesso Escolar

O aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos veio exigir esforços acrescidos às políticas educativas, às escolas, aos professores e aos educadores em geral. O abandono escolar precoce é um grande problema com impactos negativos a nível político, económico, social, pessoal profissional e tem mobilizado as autoridades públicas na sua prevenção e combate, constituindo-se como uma linha prioritária de ação. Os dados nacionais e europeus são incontornáveis quanto à necessidade de investir fortemente em programas diversificados, abrangentes e consistentes de prevenção e combate ao abandono escolar precoce. Portugal surge em 4º lugar no conjunto dos países da EU com mais elevada taxa de abandono precoce em 2014 (17,4), segundo dados do Eurostat. Na Região Norte, em 2013, a taxa de abandono escolar precoce era de 19,8%, sendo que a meta definida na Estratégia Europa 2020 é de 10%. Na área territorial da AMP a taxa real de escolarização do ensino secundário era, em 2013, de 80,5% (DGEEC/MEC), sendo a taxa de retenção e desistência de 20,6% e a taxa de conclusão, também no ensino secundário, de 70,4% (DGEEC/MEC).

Os dados de contexto apresentados tornam evidente o problema e a necessidade de intervenção no campo da prevenção e do combate ao abandono escolar precoce e na promoção de mais e melhores aprendizagens sustentadas. O conjunto das assimetrias assinaladas justificam a integração desta Prioridade de Investimento num Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, na medida em que o projeto que se apresenta ancora-se em 4 ações direcionadas para essa prioridade:

- A. Comunidades educativas, inserção territorial e aprendizagem
- B. Condições para o sucesso – diagnóstico e intervenção precoce
- C. Desenvolvimento pessoal, empreendedorismo e inteligência emocional
- D. Diferenciar e Inovar para Aprender

As quatro ações que constituem este programa de intervenção têm presente as tipologias recomendadas para a escala nacional, consideram os programas de promoção do sucesso escolar que têm sido desenvolvidos em cerca de duas centenas de escolas portuguesas, inspiram-se nas estratégias de prevenção do abandono identificadas através da investigação de âmbito internacional, no Plano Nacional de Prevenção do Abandono, e na investigação portuguesa realizada por diversos centros de investigação. O que todas estas fontes referem é a necessidade de uma abordagem compósita, multidimensional e articulada com um enfoque específico nos primeiros anos de

escolarização, no envolvimento e colaboração entre a escola e a comunidade, na construção de ambientes educativos securizantes e favorecedores da aprendizagem, no envolvimento das famílias no reconhecimento e na valorização da escola, na constituição de equipas multidisciplinares, na aposta em lideranças transformacionais focadas na promoção das aprendizagens, na construção de oportunidades de desenvolvimento profissional de educadores e professores contínuas, colaborativas e centradas na melhoria dos modos de fazer aprender todos os alunos e no uso da tecnologia que aproveite o potencial inerente aos nativos digitais.

Objetivos:

- Compreender as causas geradoras do abandono escolar precoce na AMP, tendo em vista uma ação de prevenção mais eficaz e concertada;
- Compreender as causas da prevalência de uma “certa cultura de retenção” (CNE), procurando formas alternativas de lidar com a problemática do insucesso;
- Contribuir para o desenvolvimento de um Projeto Educativo Metropolitano mais coeso e articulado e promotor de desenvolvimento;
- Aumentar as taxas de conclusão da escolarização de nível secundário nos diferentes municípios da AMP;
- Dinamizar redes de cooperação intra e intermunicipal que permitam a otimização da AMP;
- Melhorar os modos de organização escolar e de ensino, elevando os níveis de aproveitamento e frequência escolar;
- Aumentar as taxas de escolarização real nos diferentes municípios da AMP;
- Reduzir as taxas de abandono escolar precoce.

Ação 1

- A. Comunidades educativas, inserção territorial e aprendizagem

A ação encontra-se organizada em dois projetos:

Projeto 1. RAA – Redes de Aprendizagem em Ação

Criação de uma plataforma digital por município que potencie as aprendizagens interativas em rede, mobilizando os vários atores educativos locais.

Projeto 2: Líderes educativos AMP

Programa de formação de 1020 líderes inovadores na AMP (60x17), envolvendo diretores e/ou coordenadores escolares e líderes de outras instituições formais e não formais de educação. O foco do programa é a inovação e estratégias de coaching para a prevenção do abandono escolar e a promoção do sucesso nas aprendizagens. Este programa tem uma duração prevista de 4 anos, prevendo-se a realização de 4 ciclos de formação de um ano, a nível metropolitano.

Ação 2

B. Condições para o sucesso: diagnóstico e intervenção precoce

A ação encontra-se organizada em dois projetos:

Projeto 3: CAP – Compreender, acompanhar e progredir

Criação de dispositivos a nível municipal / metropolitano que auxiliem as escolas na identificação e intervenção precoces ao nível do potencial insucesso / abandono e no reforço de condições para a promoção do sucesso desde os primeiros níveis de escolarização.

Projeto 4. AMP – Aprender, Melhorar e Partilhar

Criação de momentos formais de divulgação e partilha de boas práticas no âmbito da AMP ao nível da prevenção do abandono e da promoção do sucesso e dinamização de momentos de reflexão sobre estas problemáticas com recurso aos contributos de especialistas nacionais e internacionais.

Ação 3

C. Desenvolvimento pessoal, inteligência emocional e empreendedorismo

A ação encontra-se organizada em dois projetos:

Projeto 5: Campos de aprendizagem

Conceção e dinamização de campos de aprendizagem para realização de atividades educativas, lúdicas e desportivas nas interrupções letivas e no período de verão, potenciando efeitos das cidades (e municípios) educadoras.

Projeto 6: Inteligência emocional, estratégias de coping e empreendedorismo

Conceção e implementação de um programa integrado que permita aos diferentes elementos da comunidade escolar desenvolver competências diversas que lhes permitam uma gestão mais eficaz do dia-a-dia escolar.

Ação 4

D. Diferenciar e Inovar para Aprender

A ação encontra-se organizada em dois projetos:

Projeto 7: LAME's – Laboratórios de Autoavaliação e Melhoria Escolar

Criação de dispositivos de apoio às dinâmicas, métodos, instrumentos de autoavaliação e melhoria escolar, tendo em vista a otimização dos processos já existentes nas escolas / agrupamentos. Os Laboratórios funcionam numa lógica de identificação de problemas, enunciação de hipóteses de superação, experimentação, monitorização /avaliação em ciclos sucessivos de melhoria.

Projeto 8. Dispositivos de promoção da qualidade do ensino e das aprendizagens

Conjunto integrado de iniciativas que visa promover a qualidade do ensino e das aprendizagens, criar oportunidades de sucesso escolar para jovens que abandonaram precocemente o sistema formativo, valorizar e reconhecer a ação docente e apoiar a adoção de tecnologias digitais e de formas mais eficazes de organizar o ensino e as aprendizagens.

Erasmus +

O Erasmus+ é o novo programa da UE para a educação, formação, juventude e desporto. Este Programa consolida sob um único quadro de apoio as áreas da educação, formação, juventude e desporto e outros programas internacionais, incluindo o Jean Monnet e o Erasmus Mundus. O programa

Erasmus+ é destinado a apoiar as atividades de educação, formação, juventude e desporto em todos os setores da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o Ensino Superior, Formação Profissional, Educação de Adultos, Ensino Escolar, Atividades para jovens e formação no âmbito do Desporto amador. Dado que organizações de todos os setores de educação, formação, juventude e desporto podem candidatar-se a financiamento ao abrigo das ações 1, 2 e 3, pretende-se apresentar projetos nas várias ações.

Erasmus + “Youth in Europe (YiE): Evidence based primary prevention” – agreement number 2015-1-IS02-KA205-001569

As Parcerias Estratégicas visam projetos de colaboração que permitirão às organizações melhorar a sua oferta educativa/formativa, refletir sobre questões comuns e partilhar práticas inovadoras. Neste seguimento foi proposto o projeto Youth in Europe (YiE): Evidence based primary prevention, através de um consórcio coordenado pela Islândia que tem como objetivo a prevenção primária das toxicodependências. O consumo de álcool e outras substâncias por crianças e adolescentes é uma preocupação urgente em toda a Europa, não somente porque o uso de tais substâncias é ilegal para adolescentes, na maioria dos países, mas principalmente porque os estudos têm mostrado que o início precoce de álcool e uso de drogas aumenta a probabilidade de mais problemas e comportamentos desviantes no futuro.

O projeto tem duração de 2 anos e é constituído pelos seguintes municípios da Europa: Victoria (Malta), Istambul (Turquia), Vaison la Romaine (França), Santa Maria da Feira (Portugal), Tarragona (Espanha), Doble (Letónia), Santa Severina (Itália) e Salónica (Grécia). Além disso, o Centro de Pesquisas Sociais e Análise da Islândia e da Universidade de Reykjavik (Islândia) integram a parte profissional / metodológica do projeto com base na experiência do modelo aplicado na Islândia.

O projeto consiste em duas partes:

- a) Status municipal relativamente aos fatores de risco e proteção para o álcool e uso de substâncias dos adolescentes;
- b) Trabalhar ao nível local, com os fatores influentes com o objetivo de diminuir o uso de álcool e substâncias entre os adolescentes. Isto é, serão aplicados inquéritos por questionário nas escolas para obter uma amostra representativa de adolescentes entre os 15-16 anos de idade. Os resultados serão apresentados em reuniões de divulgação locais com todas as partes interessadas relevantes, incluindo trabalhadores de campo, os decisores políticos, governos locais e outros. As reuniões de divulgação têm por objetivo informar o pessoal local sobre o estado de consumo de álcool e uso de drogas pelos adolescentes dentro de seu município e fornecer informações sobre como trabalhar com fatores de influência, a fim de diminuir o uso.

Erasmus + Formar para INFormar - Contrato Financeiro n.º 2015-1-PT01-KA104-012838

Através da Ação Chave 1, o município candidatou-se a uma subvenção, que foi aprovada e que permite a mobilidade individual para fins de aprendizagem e que oferece oportunidades aos indivíduos para

que possam melhorar as suas competências, melhorar a sua empregabilidade e ganhar consciência cultural. Com este projeto pretende-se contribuir para o desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, permitindo a aprendizagem de novas competências na área da educação, o que permitirá não só a aquisição de novos saberes mas também o reforço da realização pessoal, aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida; promover o conhecimento e a diversidade das línguas; explorar resultados, produtos e processos inovadores quer no âmbito da educação e políticas educativas, gestão e administração escolar, assim como no âmbito dos projetos e apoios educativos. De forma a capacitar as equipas de trabalho, considera-se pertinente pela sua experiência, formar técnicos das seguintes áreas:

Equipa educativa – capacitar técnicos em liderança na educação de forma a estes serem capazes de abraçar novas competências, para um eficaz plano estratégico educativo municipal ou intermunicipal, da rede escolar e da oferta educativa e formativa, melhoria na gestão do calendário escolar e dos processos de ação social escolar e no âmbito da gestão curricular e pedagógica; gestão de recursos humanos não docentes.

Equipa gestão e administração escolar: capacitar técnicos para as novas competências na gestão orçamental e de recursos financeiros, gestão de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e secundário, seleção, aquisição e gestão de equipamentos escolares, mobiliário, economato e material de pedagógico.

Equipa de projetos educativos: capacitar técnicos em novas técnicas de criatividade e ensino, através das artes e das novas tecnologias de informação e comunicação, permitindo uma evolução das suas competências na gestão curricular e pedagógica, definição das ofertas educativas e formativas e definição de componentes curriculares de base locais.

Programa de Apoio a Projetos Educativos

Neste programa é proporcionado apoio logístico a todos os pedidos de apoio dos jardins-de-infância, escolas do 1.º ciclo, escolas EB 2/3 e Secundárias, em atividades que promovam o trabalho com a comunidade, práticas pedagógicas, produção e utilização de materiais didáticos, bem como a partilha e utilização de experiências pedagógicas.

Programa de Transportes Escolares

De acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro, compete aos municípios assegurar o transporte dos alunos entre a sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino, aos alunos dos ensinos básico e secundário, desde que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente com ou sem refeitório. O referido transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico oficial e participado em 50% para os alunos do ensino secundário. No entanto, quando os alunos frequentam estabelecimentos de ensino fora das áreas de influência pedagógica, é apenas concedido passe escolar aos alunos: que não tenham vaga ou quando o curso pretendido não existe na área de influência pedagógica e desde que frequentem a escola mais próxima. Este programa também abrange os alunos com necessidades educativas especiais (exceto aqueles que residem a

uma distância inferior à referida anteriormente, ou os que frequentem as escolas de referência, pois nestas duas situações compete ao Ministério da Educação assegurar o transporte). No ensino secundário e de acordo com o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de Agosto, estes alunos têm o transporte totalmente gratuito. Através das carrinhas de apoio às escolas e da adjudicação de táxis, também apoiamos o transporte destas crianças, tendo sempre especial atenção às necessidades específicas de cada aluno. Os alunos que frequentam a via do ensino profissionalizante serão abrangidos por transporte escolar, desde que seja comprovada a inexistência de subsídio de transporte por parte do estabelecimento de ensino que frequenta.

O Município é responsável pela organização e pagamento do transporte a mais de 5000 alunos, incluindo também as crianças com necessidades educativas especiais. O planeamento do serviço de transportes escolares é enriquecido pelos contactos permanentes entre os diversos intervenientes/parceiros, de forma a fazer um balanço do serviço que está a ser prestado, verificando se existem anomalias e de que forma poderão ser colmatadas, a fim de prestarmos o melhor serviço aos alunos do nosso Concelho. Anualmente é elaborado um Plano de Transportes Escolares com a previsão do número de alunos a transportar no ano letivo seguinte, por escola, localidade e empresa de transporte.

IX Jornadas de Educação – da escola que temos à escola que queremos

Pretende-se que os aspetos metodológicos e resultados conceptuais da atividade interna do Pelouro sejam divulgados e partilhados, mas também enriquecidos e contrastados com perspetivas oriundas de outras instâncias, com outros ângulos de abordagem, conhecimentos e experiências. Com estas jornadas visa-se, também, alargar ainda mais os espaços de reflexão e apreciação, plurais e interativos, para que se identifiquem novos problemas, que se conheçam melhor outras propostas e suas consequências, e se assinalem, para além das diferenças, as linhas de convergência existentes no terreno social e educativo, que abordem e retratem medidas relacionadas com a família, a escola, a comunidade local, a vida nacional e as pertenças europeia e global.

Objetivos: Debater, refletir e partilhar experiências e saberes que, por certo, contribuiram para a qualidade educativa e para as práticas profissionais.

Desporto

O desporto é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento harmonioso do ser humano. São sobejamente conhecidas as suas vantagens para uma vida saudável e conseqüentemente para termos sociedades saudáveis e com qualidade de vida. Acresce o fato que é, também, reconhecido o papel determinante que o Desporto tem no desenvolvimento económico e social do território.

Apesar de todo este conhecimento, continuamos a assistir a um aumento de doenças e mortes associadas à falta de exercício físico, alimentação desequilibrada e outros comportamentos de risco (tabaco e álcool). A obesidade, em particular nas crianças, continua a disparar e Portugal já ocupa os lugares cimeiros. É o 5º no ranking dos países com maior incidência de excesso de Peso e obesidade (dados do IPDJ).

Urge, assim, estimular todas as iniciativas e projetos que visam aumentar a prática desportiva em todas as faixas etárias, géneros e cidadãos.

É função do município de Santa Maria da Feira desenvolver uma política que, através da atividade física e do desporto, contribua para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem como missão, na área do Desporto, desenvolver e apoiar iniciativas de natureza desportiva dirigidas a todos os segmentos da população, bem como criar as condições materiais e fomentar o estabelecimento de parcerias com o movimento associativo, privado, público e academias, que contribuam para a generalização do acesso à prática desportiva.

Santa Maria da Feira pretende ser um modelo de excelência na utilização do Desporto como meio de saúde, educação, socialização e criação de valor para os seus cidadãos e comunidades desportivas. Recursos humanos qualificados e motivados desejam exceder as expectativas da população, promovendo a qualidade de vida no concelho.

Tendo em consideração o exposto anteriormente, são do âmbito deste Pelouro o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de atividade desportiva, bem como a reparação, remodelação e a construção de novas infraestruturas desportivas municipais, e ainda o apoio a diversos níveis, nomeadamente a nível associativo. Todas estas áreas de intervenção têm como principal objetivo possibilitar a prática desportiva a todos os cidadãos, de uma forma contínua e com qualidade, segundo três eixos fundamentais:

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Eixo II – Manter, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo



Objetivos Estratégicos

- Aumentar a prática e a cultura desportiva;
- Incentivar o desenvolvimento de uma cultura desportiva;
- Realizar a manutenção e remodelação de espaços desportivos;
- Construir espaços desportivos;
- Aumentar os recursos humanos existentes e melhorar a eficiência dos processos;
- Melhorar a resposta às solicitações dos cidadãos e comunidades;
- Promover a inovação nos serviços aos cidadãos e comunidades;
- Promover uma utilização ambientalmente correta dos recursos utilizados;
- Aumentar a qualificação dos recursos humanos em áreas estratégicas;
- Disponibilizar conhecimento a vários segmentos da população;
- Dispor de instrumentos ao nível de tecnologias de informação e comunicação de suporte estratégico;
- Divulgar a ação do Município no âmbito desportivo;
- Envolver diferentes interessados em projetos com finalidades comuns;
- Identificar formas inovadoras com grupos de interessados;
- Rentabilizar os recursos existentes;
- Desenvolver novas fontes de receita;
- Aumentar o valor para os cidadãos e comunidades.

Eixo I - Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Consideramos neste eixo o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de atividade física e desportiva, dirigidas à população em geral com vista a aumentar a prática desportiva.

“Desporto, Fazemos Bem” Programa

Este programa tem como público-alvo preferencial toda a população que habitualmente não pratica desporto. No âmbito deste programa serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Andar a Pé – Run For Feira

As caminhadas cada vez têm mais implementação e uma forte presença no concelho, com vários clubes e associações a dinamizarem várias iniciativas. Estas ações são organizadas pelos clubes e ou associações, em parceria com a autarquia, no âmbito do projeto de promoção da prática desportiva. Pretende-se dar continuidade aos projetos de desporto e bem-estar, assegurando atividades acessíveis a todos, fomentando estilos de vida saudável. Pretende-se, ainda, dirigir estas iniciativas para as famílias e, assim, incentivar o desenvolvimento de uma cultura desportiva e disponibilizar conhecimento sobre os benefícios da atividade



físico-desportiva. Como forma de prevenção e controlo da saúde são promovidas ações complementares como: rastreios, nutrição, cargas de treino, etc.

Esta atividade deverá funcionar durante todo o ano, de acordo com as condições climatéricas e a disponibilidade das parcerias, intensificando-se nos meses mais quentes e secos. Contará com percursos de baixa/média intensidade, até 5 Km, abrangendo todas as freguesias do concelho.

- Night Runners – Run For Feira

Todas as quartas feiras entre Maio e Setembro, a caminhar ou a correr, os participantes do evento tem a possibilidade de fazer o seu treino acompanhado por diversos aficionados das modalidades de Atletismo e orientados por profissionais da modalidade.

- Grandes Prémios de Atletismo do Concelho – Run For Feira

A autarquia, em parceria com os clubes e as secções de atletismo do concelho, pretende continuar a organizar provas de atletismo. Esta parceria visa promover e sensibilizar a população para a importância de prática de atividade física. Como exemplo do projeto são os eventos, Campeonato Distrital de Marcha Atlética, Uma Aventura em Santa Maria da Feira, Trilhos Termais, 16.º Grande Prémio de Mozelos, 27.º Grande Prémio de S. Paio de Oleiros, Corrida Urbana Terras de Santa Maria, 1.ª Corrida de São Tiago, 3.ª Milha Noturna de Mosteirô F.C., 1.º Grande Prémio Atletismo Santa Maria de Lamas, Grande Prémio Atletismo Caldas de S. Jorge e 16ª Corrida do Castelo.

- Cicloturismo

Será dada continuidade ao projeto realizado em anos anteriores, mas com uma maior autonomia dos clubes, percorrendo-se as diversas freguesias do concelho e em especial as que dinamizam ciclismo e/ou cicloturismo. Tentaremos estabelecer, ainda, uma parceria com as associações de cicloturismo do norte e do centro para o passeio de abertura, como forma de divulgação do respetivo programa. Esta atividade será realizada nos meses mais quentes, essencialmente aos sábados à tarde, e contará com percursos de baixa/média intensidade, até 20 Km.

- Desporto para Todos

Atividades desportivas/recreativas, dirigidas a todas as pessoas com deficiência e que se encontram numa instituição do concelho, com o intuito de proporcionar novas experiências.

- Dias Temáticos

Serão realizadas atividades físico – desportivas diversificadas, de baixa/média intensidade, abertas à população em geral, para todas as idades e géneros no âmbito de uma comemoração.



- Feira Move

O município de Santa Maria da Feira, Feira Viva, os Ginásios do Concelho, Associações e Clubes desportivos em conjunto, num fim-de-semana, pretendem proporcionar a todos os feirenses a oportunidade de experienciar e praticar diferentes modalidades desportivas. O objetivo é divulgar as atividades de ginásio e por a mexer todos os Feirenses.

- Manhãs Vivas /ROAD SHOW

Esta atividade será realizada preferencialmente aos domingos de manhã, em algumas freguesias e na primavera-verão, constituindo-se como uma dinâmica de animação e desporto, contemplando a prática de diversos desportos (aeróbica, futebol, basquetebol, jogos tradicionais, radicais, dança) em espaços não formais, como praças, avenidas ou jardins, tendo, no entanto, como modalidade rainha as atividades de academia (aeróbica, step, spinbike, yoga...).

O ROAD SHOW projeto visa alargar o evento “Manhãs Vivas” a outras freguesias do concelho, através da motivação da participação da população, dinamizando as políticas de promoção da prática desportiva, em consonância com as juntas de Freguesia e Associações recreativas e Desportivas.

- Marcação de Percursos Pedestres

Com este projeto pretende-se criar uma rede de percursos pedestres bem marcados para todos os amantes das caminhadas. Esses trilhos serão marcados no terreno e colocados em mapas e/ou roadbook, bem como no site da câmara.

- Programa Eventos de BTT

Pretende-se promover, em parceria com as associações de BTT do concelho, diferentes tipos de eventos competitivos e/ou de lazer, como forma de proporcionar aos intervenientes a oportunidade de participarem em eventos desta modalidade de uma forma organizada. Deste modo, iremos criar novamente um calendário anual dos eventos concelhios, apoiar as associações para que estas consigam realizar os seus eventos e reduzir custos e criar estratégias com as associações para que estas consigam realizar os seus eventos de forma menos dispendiosa;

- Saídas de Aventura

Com esta atividade pretende-se oferecer aos participantes outro tipo de atividades desportivas e outras sensações, pelo que serão escolhidas atividades desportivas de carácter radical e de exploração da natureza. Deste modo, serão agendadas três saídas de aventura.

Eixo II – Manter, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Depois de realizada a Carta das Instalações Desportivas, pôde-se constatar que existem espaços da responsabilidade da autarquia em bom, razoável e mau estado de conservação, havendo a falta de outros equipamentos importantes. Através do estudo da procura desportiva, pôde-se constatar que existe uma forte procura para modalidades de interior e/ou de ar livre. Perante isto, iremos manter os espaços desportivos que se encontrem em bom/razoável estado de conservação, remodelando e/ou substituindo os que se encontrem em mau estado de conservação.

Manutenção

Pretende-se assegurar a manutenção dos pavilhões municipais, no que toca a pisos, pintura exterior e interior, canalizações, iluminação, balizas, tabelas de basquetebol, entre outras, procurando dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de Abril.

Remodelação / Apetrechamento

Consideramos fundamental a remodelação de alguns polidesportivos, devido à sua pouca utilização, ao seu desgaste e à sua localização. É recomendado o apetrechamento de alguns equipamentos, nomeadamente no que diz respeito aos balneários e iluminação.

Construção

É necessário construir novas pistas de atletismo, bem como espaços ao ar livre, circuitos de manutenção, ciclovias, zonas pedonais, alguns espaços cobertos (pavilhões ou salas de desporto) para prática de modalidades de interior.

Dinamização do Parque das Pedreiras de Lourosa.

- Construção de um Skate Parque

Com o projeto “Construção de um Skate Parque” pretende-se que os jovens do concelho tenham um espaço onde possam praticar skate, bmx e inline (patins em linha), sem terem de se deslocar a concelhos vizinhos. Pretende-se dar continuidade ao trabalho com os jovens praticantes destas atividades a fim de os envolver na construção deste espaço.

- Construção do Pavilhão de S. João de Ver e de Mozelos

É sobejamente reconhecido o valor social do associativismo desportivo, o que justifica a disponibilização de meios e formas de apoio que viabilizem o seu trabalho e premeiem o seu esforço.

Os clubes e associações desportivas são parceiros sociais de indiscutível interesse público, que contribuirão para o objetivo de possibilitar a prática desportiva a todos os cidadãos, de uma forma contínua e com qualidade.

Eixo III - Associativismo Desportivo

Plano de apoio ao Desporto – PAD

O PAD – Desporto, programa de apoio ao movimento associativo desportivo, será mantido, pois representa um apoio municipal importante para o desenvolvimento das atividades dos clubes.

O apoio ao associativismo desportivo concelhio será assente na comparticipação das camadas jovens no que se refere a inscrições e seguros dos atletas nas federações ou associações de modalidade, apoio logístico, cedência de instalações, utilização de equipamentos desportivos, apoio na comunicação e recursos humanos, formação/ capacitação dos agentes desportivos, de acordo com regulamento a definir após auscultação das associações e clubes desportivos.

- Formação dos agentes ligados ao associativismo desportivo

Estas formações são dirigidas a encarregados de educação, atletas, dirigentes, agentes desportistas, etc, com vista a um maior desenvolvimento das diferentes modalidades através do aumento da competitividade

- Plano de apoio ao Desporto Feminino

Considerando os baixos índices de prática desportiva feminina, quer a nível nacional quer a nível concelhio, propõe-se um plano que incentive não só os elementos do sexo feminino a praticarem desporto (modalidades mais atrativas: natação, caminhadas, aeróbicas, fitness, dança), mas também os clubes e as coletividades a abraçarem atividades/modalidades dirigidas ao género feminino.

- Protocolos de desenvolvimento de modalidades em espaços desportivos

De forma a suprir as necessidades de espaços desportivos para treinos para os escalões de formação de diversas modalidades desportivas, que anualmente são solicitadas por associações do concelho, e de forma a dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, com bastante sucesso, pelas associações na captação, divulgação e prática da atividade física de forma continuada, é-lhes concedida a possibilidade de utilização de espaços desportivos existentes no concelho, mais precisamente nas instalações dos espaços desportivos das escolas: Agrupamento Escolas Coelho e Castro, Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa, Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão, Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira, bem como, do Complexo Desportivo de Sanfins, através da celebração de protocolos com estas entidades de um determinado número de horas anuais.

- Protocolos de desenvolvimento desportivo – Contratos Programa de desenvolvimento Desportivo

Procurando a diversidade na oferta desportiva, nomeadamente nos escalões de formação, e considerando a dificuldade que algumas modalidades têm em afirmar-se, apesar dos esforços consideráveis dos seus dirigentes, propõe-se, através dos protocolos de desenvolvimento de modalidades desportivas, disponibilizar meios e formas de apoio que viabilizem o seu trabalho e premeiem o seu esforço, mediante a celebração de contratos-programa que têm em vista os seguintes objetivos:

- Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução de planos concretos de promoção do desporto;
- Permitir que os apoios financeiros sejam, em cada circunstância, os mais adequados ao programa de desenvolvimento desportivo em que se integram;
- Fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada plano ou projeto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- Reforçar o sentido dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros são concedidos;
- Permitir a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos desportivos inscritos nos contratos-programa.

Prevê-se a celebração de contrato-programa com as seguintes coletividades: GRIB - Basquetebol; CAF – Hóquei em Patins; S. C. S. João de Ver - Ciclismo; C. D. C. S. Paio de Oleiros – Andebol; C. T. Paços de Brandão – Ténis; C. D. F – Natação; C. D. Fiães – Voleibol.

O trabalho desenvolvido pelas associações, referidas supra, tem sido meritório ao longo da vigência dos contratos programas pelo que é de todo pertinente dar continuidade ao tipo de apoio que tem vindo a ser concedido,



- Gestão de Instalações e Equipamentos Desportivos Municipais

A autarquia pretende manter o protocolo estabelecido com a Empresa Municipal Feira Viva relativo à gestão dos pavilhões Municipais da Lavandeira e Arrifana. Será dada prioridade à contínua melhoria do serviço prestado aos utentes e à modernização e segurança dos seus equipamentos.

- Protocolos de Utilização de Espaços Desportivos

Pretende-se disponibilizar horas para treino às associações desportivas sem espaço desportivo próprio ou com manifesta falta de espaço face ao elevado número de atletas que dinamizam. Estas horas serão atribuídas em espaços desportivos próprios da autarquia e outras em espaços escolares protocolados para o efeito.

- Pavilhão Municipal de Gião/Iobão, Pavilhão Municipal de Lourosa, Pavilhão Municipal de Fiães, Pavilhão Casa do Povo e Polidesportivos Municipais

Pretende-se assegurar a gestão da cedência de espaços e a manutenção das estruturas e dos equipamentos desportivos.

- Atividades Desportivas organizadas ou apoiadas pela Câmara Municipal em parceria com as Associações ou Clubes

Podemos enquadrar os apoios concedidos às organizações dos clubes e o acompanhamento técnico e logístico destas mesmas iniciativas pelo gabinete de desporto, bem como as atividades desenvolvidas pela Câmara que se destinam às associações desportivas.

Atividades Desportivas de Âmbito Concelhio / Regional

- Diversos eventos com o apoio da autarquia

Vários eventos que se realizam ao longo do ano com várias vertentes organizacionais e desportivas

- Mini olimpíadas

As Mini Olimpíadas Concelhias de Santa Maria da Feira são jogos desportivos juvenis, inspirados nos Jogos Olímpicos e que pretendem mobilizar para o desporto todos os jovens do concelho.

É o mais antigo e importante encontro desportivo do nosso país, na faixa etária dos 5 aos 14 anos.

O Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira, em parceria com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, tem realizado todos os esforços, de forma a proporcionar a todos os atletas as condições imprescindíveis para que possam evoluir de forma saudável, fortalecendo laços de amizade e respeito pela lealdade desportiva.

- Corta-Mato CLDE Entre Douro e Vouga

Uma prova local de Corta Mato do Desporto Escolar é para além de um momento de competição desportiva e de um encontro entre jovens de diversas escolas, uma grande festa com movimento e muita emoção. Além disso, devido à inexperiência de muitos dos participantes num evento com estas características e pelo facto de se realizar fora do ambiente escolar, este é um evento a apoiar.

- Torneios de Futebol

A autarquia, em parceria com os diversos clubes que fomentam a modalidade de futebol, dinamizam torneios de modalidade para diversos escalões. Têm carácter inclusivo e onde marcam presença de vários clubes nacionais e internacionais, desde os mais notáveis aos menos conhecidos.

São exemplo os torneios; Torneio de Futebol Infantil de S. João de Ver “Os Joãozinhos”; Torneio Forte Paixão-Lourosa; Torneio Internacional de Verão-Fiães; Torneio Terras de Santa Maria; Torneio Internacional de Paços de Brandão; Torneio Terras de Santa Maria - Arrifanense

Atividades Desportivas de Âmbito Nacional

Em parceria com as associações e clubes, pretende-se dinamizar eventos de escala nacional, em modalidades como o ciclismo, futebol, andebol, etc.

- Campeonato de Portugal Individual de Boccia

Organização do campeonato que é correspondente à final da taça de Portugal de boccia.

- Volta às Terras Santa Maria – Troféu Fernando Mendes

Santa Maria da Feira é um concelho de respeitáveis ciclistas que fizeram história no ciclismo nacional. Pretende-se que a Volta às Terras de Santa Maria continue a assumir-se como uma prova clássica do ciclismo português, no âmbito da parceria estabelecida com o Sport Ciclismo de S. J. de Ver.

Atividades Desportivas de Âmbito Internacional

Pretende-se continuar a promover eventos de índole internacional em diferentes modalidades: hóquei em campo, ténis de mesa, hóquei em patins, etc.

Atividades Desportivas Organizadas pelas Associações e pela Câmara Municipal

Podemos enquadrar os apoios concedidos às organizações dos clubes e o acompanhamento técnico e logístico destas mesmas iniciativas pela Divisão do desporto, bem como as atividades desenvolvidas pela Câmara que se destinam às associações desportivas.



Atividades de apoio a grandes eventos municipais

O Município pretende, à semelhança de anos anteriores, colaborar na organização de atividades da responsabilidade de vários sectores da Câmara Municipal e da Empresa Municipal Feira Viva: Viagem Medieval (Sentir do Guerreiro, Subida as Ameias), Perlim, Imaginarius.

Juventude

Santa Maria da Feira tem a pretensão de ser um Concelho com políticas de Juventude assentes na valorização dos jovens e nas iniciativas dos jovens, e com excelentes respostas na área da educação, desenvolvimento e emprego, ciência e tecnologia, empreendedorismo, cidadania criatividade e inovação, e cultura.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira está consciente da relevância que terá para o desenvolvimento integrado do Concelho a implementação de políticas de juventude transversais e envolventes de todas as áreas de atuação municipal. Estas políticas, sendo eficazes, podem funcionar como centro de atração e fixação dos jovens no nosso território, a partir do qual poderão desenvolver, no futuro, atividades profissionais que tragam valor económico acrescentado e qualificação dos meios e modos de vida da população.

A aposta da autarquia em projetos ligados às indústrias criativas e culturais, como a Caixa das Artes e os grandes eventos culturais, é, aliás, sinal evidente da sua importância. Hoje, a criatividade e a cultura são fatores importantes e galvanizadores do desenvolvimento económico, integrado e sustentável das populações. Ao potenciar a capacidade criativa da juventude, estamos a valorizar o seu empreendedorismo e a sua relação direta com o território, aglutinando uma série de variantes que podem, num futuro próximo, gerar externalidades económicas positivas na melhoria da qualidade de vida no município de Santa Maria da Feira. Outras apostas estratégicas e complementares são a formação profissional, a harmonização entre a oferta formativa e as necessidades das empresas e outras entidades, cowork e criatividade e inovação.

Para o ano de 2016 é pretensão da autarquia reforçar a sua intervenção junto da juventude, pelo que: continuará a desenvolver eventos de referência direcionados para os jovens e que possam valorizar o seu *empowerment* artístico e profissional; estimulará e qualificará a oferta educativa e formativa para a juventude; fomentará condições para a utilização da criatividade e do empreendedorismo como ferramentas de apoio à criação de empregos no território; criará mecanismos para incentivar o associativismo juvenil, a cidadania e a participação da juventude na discussão das questões, temáticas ou problemas que lhes digam respeito diretamente e continuará a colaborar com a Fundação da Juventude.

Conselho Municipal da Juventude

Durante o ano de 2016 a juventude de Santa Maria da Feira será chamada a dar o seu contributo no âmbito das políticas da Juventude, por via do Conselho Municipal da Juventude, que foi implementado

na sequência da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, com as respetivas alterações, impostas pela Lei n.º 6/2012, de 10 de Fevereiro. Com a criação do Conselho Municipal da Juventude, órgão de carácter consultivo, a Câmara Municipal pretende proporcionar à juventude um espaço aberto de debate e partilha de opiniões, incentivando o seu direito à participação cívica. Com o objetivo de ser um órgão gerador de dinâmicas no movimento associativo juvenil, o Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira pretende assumir-se como parceiro privilegiado junto da Câmara Municipal na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando, assim, a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação, ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social.

Gabinete da Juventude

Dando cumprimento às linhas orientadoras que integram o âmbito das políticas da Juventude, pretende-se dinamizar o gabinete da juventude, com o intuito de:

- Promover a realização de estudo diagnóstico sobre a população juvenil do concelho, com o intuito de contribuir para a implementação do Plano Municipal da Juventude.
- Promover articulação com os diferentes serviços da Câmara, assegurando a transversalidade das questões ligadas à Juventude.
- Promover encontros de discussão e partilha com diferentes agentes da sociedade civil que tenham uma participação ativa, nomeadamente com o Centro de Emprego e Formação Profissional, Agrupamentos de Escolas, Escolas Profissionais e do Institutos dos Ensino Superior, Associação Empresarial da Feira, entre outros que se considerem pertinentes para responder ao desafio do combate ao desemprego, ajustando a procura às reais necessidades do mercado de trabalho.
- Promover uma oferta formativa adequada ao tecido empresarial do concelho e aos desafios da globalização.
- Apoiar e incentivar o associativismo juvenil.
- Apoiar no desenvolvimento de projetos, coletivos ou individuais.
- Promover projetos, envolvendo associações juvenis e/ou agentes da sociedade civil que desempenham funções na área da juventude.
- Espaço de concentração de informação diversa no âmbito da juventude, nomeadamente no que respeita aos tópicos de emprego, educação e formação profissional.
- Promover igualdade de oportunidades a todos os jovens do concelho, fomentando a inclusão social.
- Promover cartão de serviços municipais (p.e., fazer a fusão entre cartão da biblioteca, das piscinas, com o cartão jovem municipal).
- Fomentar a articulação com diversas entidades que desenvolvem a sua atividade no âmbito dos projetos dirigidos à Juventude, nomeadamente o IPDJ, Fundação da Juventude, Fundação Bracara Augusta, Agência Nacional para a Gestão do Programa Juventude em Ação, bem como instituições do ensino superior, entre outras.
- Estimular o acolhimento de estagiários em diferentes entidades;

Pretende-se, ainda dinamizar as seguintes iniciativas neste gabinete:

Bolsas para o ensino da música, Programas de educação para o empreendedorismo – ensino secundário, Plano anual de *Workshops* em diversas áreas – teatro, dança, música, artes circenses, artes plásticas, etc, Concurso de inovação e criatividade (ensino secundário) para estimular projetos inovadores – artes, novas tecnologias, robótica, ambiente, energias alternativas, COWORK – promover o espírito de iniciativa e a capacidade empreendedora dos jovens, através da criação de escritórios físicos e virtuais, Apoio aos projetos de Empreendedorismo e na constituição de empresas, Criação de uma sala de ensaios para bandas, Festival de artes performativas (ensino secundário).

Jovem Autarca

“Jovem Autarca” é um projeto que pretende potenciar comportamentos de cidadania, valorizar as opiniões dos jovens, suas ideias e perspetivas para o futuro. Ao assumir uma participação ativa nas decisões políticas do seu concelho, o jovem desempenha o papel de porta-voz dos seus pares, sendo responsável pela gestão de um orçamento que lhe é atribuído, e procurando concretizar os projetos que idealizou, numa lógica de diálogo e sustentabilidade.

Objetivo principal: Promoção de comportamentos de cidadania ativa

Jovem Ativo

O programa “Jovem Ativo” visa articular o ensino e o mundo do trabalho, através da dinamização de espaços comuns que permitam o contacto entre os jovens do concelho de Santa Maria da Feira e diferentes empresas do mesmo. Este programa divide-se em dois grandes projetos, pretendendo envolver jovens entre os 15 e os 25 anos, que se encontrem a estudar ou, tendo terminado a escolaridade obrigatória, se encontrem em processo de orientação vocacional e/ou profissional. Neste sentido, foram desenhados dois projetos: “Põe-te à Prova” e “Conta-me Negócios”.

O projeto “Põe-te à Prova” consiste na possibilidade de realização de estágios de diferentes naturezas numa das empresas que aderiram a este programa.

Os estágios assumem três modalidades:

1. Visita guiada à empresa;
2. Estágio de dois dias (com oscilação entre um ou dois dias);
3. Estágio de duas semanas (com oscilação entre uma ou duas semanas).

A concretização de cada uma das três opções depende dos requisitos da empresa de acolhimento, bem como da escolha e características do candidato, sendo que este é sujeito a um processo de seleção simples, com o intuito de acautelar expectativas e necessidades de cada uma das partes – empresa e candidato.

O projeto “Conta-me Negócios” consiste na proposta de realização de sessões de informação e sensibilização junto dos alunos das escolas do Concelho de Santa Maria da Feira. Estas sessões são protagonizadas por representantes das empresas que aderiram ao programa e realizam-se em função da manifestação de interesse da parte dos agentes da comunidade educativa, sejam eles professores, alunos ou representantes das associações de pais.

Objetivo principal: Articulação entre o ensino e o mercado de trabalho, procurando reduzir a taxa de desemprego jovem e responder às necessidades do tecido empresarial do concelho de Santa Maria da Feira.

Desafia-TE!

Não pares! O que não te desafia, não te faz mudar!

A missão deste projeto é simples mas ousada: a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, tornando os jovens mais confiantes e capazes na construção do seu projeto de vida.

Objetivo principal: Como principais objetivos estratégicos do projeto traçamos: promover a aquisição de diferentes competências através de experiências de educação não formal; proporcionar aos jovens um ambiente informal de partilha de experiências; promover o contacto com diferentes realidades do mundo do trabalho; estabelecer redes de contacto com vários agentes com competência em matéria de emprego e formação profissional; fomentar os valores de cidadania ativa bem como reforçar a participação dos jovens nas mais variadas ações que permitam a sua inclusão social. Importa sublinhar que o valor a ser considerado no âmbito deste projeto é de cariz social uma vez que se relaciona com a aquisição de competências.

Imaginarium Participa

O Voluntário Imaginarium assumirá funções de contacto com público, companhias e artistas, nomeadamente cedência de informações e encaminhamento para espetáculos, gestão de público, participação em espetáculos e acompanhamento das companhias, entre outros. Respeitando a natureza do conceito de voluntariado e dando cumprimento aos seus requisitos legais, o voluntário recebe como recompensa a oportunidade de viver o Imaginarium na sua essência e estabelecer redes de contactos com o mundo artístico. A somar à oportunidade de enriquecimento individual e profissional que advém da participação ativa no Festival, os voluntários terão acesso livre a um conjunto de outros eventos e equipamentos da área da cultura e do desporto.

Objetivo principal: Promoção de comportamentos de cidadania ativa

Curso de Monitores de Atividades de Tempos Livres

Com uma componente de formação em contexto de trabalho, o curso de Monitor de Atividade de Tempo Livres contempla 125 horas de formação em sala e 160 horas de formação em contexto de trabalho. O curso prevê ainda a atribuição de subsídio de transporte e de alimentação. Baseado na formação dos

jovens durante os seus tempos livres, o projeto Tresca Europe, da Fundação da Juventude, é um programa de inclusão sócio laboral, que envolve jovens e entidades sociais de Portugal, Espanha e Itália. Promover o desenvolvimento pessoal, a integração social e a empregabilidade dos participantes, através do desenvolvimento das suas competências sociais e da promoção da primeira experiência no mercado de trabalho, bem como formar monitores para acompanhamento de ocupações de tempo livre (colónias de férias, viagem medieval) e adquirir competências técnicas e pedagógicas necessárias ao desenvolvimento de ações de tempo livre são os objetivos específicos do projeto Tresca Europe.

Objetivo principal: Promover o desenvolvimento pessoal, a integração social e a empregabilidade dos participantes, através do desenvolvimento das suas competências sociais e da promoção da primeira experiência no mercado de trabalho, bem como formar monitores para acompanhamento de ocupações de tempo livre e adquirir competências técnicas e pedagógicas necessárias ao desenvolvimento de ações de tempo livre são os objetivos específicos do projeto Tresca Europe.

Aprendizagem e Mobilidade - Serviço Voluntário Europeu (SVE)

O SVE permite, sem custos, aos jovens dos 17 aos 30 anos, num período que pode ir até doze meses, desenvolverem uma ação de voluntariado num país diferente do seu país de residência. Pretende-se com o SVE a criação de uma visão de serviço cívico, de apoio comunitário, de defesa dos mais desfavorecidos, de partilha constante, de dádiva sem nada esperar em recompensa. As entidades que recebem os voluntários garantem as viagens, o alojamento, a alimentação, as despesas correntes, a formação e os cursos linguísticos.

O objetivo é divulgar e promover, aos jovens de Santa Maria da Feira, a oportunidade que constitui a possibilidade de fazerem SVE. Apoiar os jovens interessados na pesquisa de projetos, elaboração de candidatura e candidatura a projetos de SVE.

Programa Jovens Cri@tivos

Pretende-se criar *ateliers*, workshops e formação nos períodos das interrupções letivas, aberto a jovens e menos jovens do concelho, região, país e Europa, com vista a desenvolver e potenciar a criatividade nas diferentes artes (música, dança, design, teatro, etc.).

O Ciclo de *workshops* Jovens Cri@tivos destina-se a jovens das mais diferentes faixas etárias, procurando responder a diferentes desejos e expectativas de ocupação de tempos livres. As atividades são diversas e pretendem resultar em momentos de socialização, com uma pitada de aprendizagem e muita diversão. O ciclo de Workshops tem lugar nas interrupções letivas para que, desta forma consigamos abranger um maior número de jovens. Os *workshops* são dos mais variadíssimos temas, tais como: Lindy hop, pastelaria, enologia, ilustração, vídeo, fotografia, DJ, defesa pessoal, entre outros.

Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira

A Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, ao longo da sua existência tem vindo a assumir-se como um dos projetos culturais mais relevantes e representativos do nosso território e da sua aptidão para a atividade musical. Este projeto é constituído por jovens músicos do concelho e conta, na sua organização e administração, com a parceria das Academias de Música de Santa Maria da Feira e Paços de Brandão, bem como do Conservatório de Música de Fornos. Como principais objetivos deste projeto assinala-se a promoção da cultura musical de Santa Maria da Feira, a dignificação do trabalho dos agentes culturais e associativos e, ainda, a promoção das atividades culturais de base associativa. Reconhecendo o potencial artístico deste projeto cultural de promoção da música, clássica e erudita, em 2016, será dado um especial enfoque à prossecução dos seguintes objetivos: manutenção das formações Orquestra Sinfónica e Banda Sinfónica de Jovens do Concelho de Santa Maria da Feira e da sua estrutura associativa e parceria com eventos culturais do concelho.

Ponto Já/Espaço.Net

As Lojas Ponto Já/Espaço.Net são equipamentos públicos destinados aos jovens, que disponibilizam diversas informações de interesse para a juventude e comunidade em geral. Na loja Ponto Já/Espaço.Net, é possível consultar a Internet, utilizar o equipamento informático, imprimir documentos, gravar documentos em CD e DVD, solicitar diverso tipo de informações. Este equipamento e as suas valências são importantes para dinamizar a juventude e funcionam como incentivo ao desenvolvimento de projetos e iniciativas juvenis, no entanto podem ser alavancados. Assim, é pretensão repensar este serviço e em conjunto com a Junta de Freguesia alargar os seus serviços, nomeadamente desenvolver *coworking*, passando pela mudança de instalações.

É necessário dar “uma nova vida a estas lojas”, espaços que precisam urgentemente de rejuvenescer. Para tal, propõe-se que integrem novos serviços, nomeadamente: gabinete da juventude, plataforma das associações juvenis de SMF e dinamização do programa jovens cri@tivos.

Associativismo Juvenil

Reconhecendo a importância do associativismo e da participação cívica e democrática dos jovens na sociedade civil, pretende-se desenvolver ações e debates que estimulem essa participação juvenil, sobretudo junto das escolas, associações de estudantes, escuteiros e outras estruturas que trabalhem com a área da juventude. Com o intuito de fortalecer o trabalho desenvolvido entre o tecido associativo e a população jovem que integra o seu território de intervenção, pretende-se fomentar a discussão entre dirigentes juvenis e município, de forma a promover o desenvolvimento de projetos que apresentem a associação e as suas atividades a um maior número de jovens. O fortalecimento desta ponte entre jovens e associações deverá conduzir ao desenvolvimento de atividades e projetos que permitam a abertura de portas à comunidade juvenil, atendendo às especificidades dos jovens de cada território em particular. Para atingir estes objetivos iremos fortalecer um plano de colaboração com o Instituto Português de Desporto e Juventude e outras instituições e organismos ligados a esta área.

Cartão Jovem Municipal EYC

Adesão ao cartão Jovem Municipal com vista aos jovens de Santa Maria da Feira beneficiarem de um conjunto alargado de vantagens em diversas áreas como a cultura, desporto, turismo, educação, lazer, etc. Além disso, os jovens, ao adquirirem o cartão jovem municipal, também vão beneficiar de um conjunto de regalias nacionais e internacionais.

Semana da Juventude

Pretende-se realizar uma mostra dos diversos projetos, programas e iniciativas que o município, associações juvenis e outras entidades que desenvolvem projetos na área da juventude têm para oferecer a esta franja da população. Ao mesmo tempo pretende-se envolver ativamente os jovens, explorando as suas competências e aproximando-os dos organismos que trabalham estas matérias. Esta semana deverá promover a criação de uma rede de trabalho que envolva o Gabinete da Juventude, Gabinete do Desporto, Divisão de Ação Social, Pelouro da Cultura, Turismo e Património, bem como associações juvenis, entre outros agentes de relevo.

Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no âmbito da sua estratégia de política de juventude, tem procurado apoiar iniciativas que vão ao encontro das necessidades socioculturais, profissionais e formativas, dos jovens naturais e residentes neste Município. A parceria da autarquia com a Fundação da Juventude veio proporcionar um contacto mais direto e assertivo com projetos e iniciativas que visam a integração de jovens na vida ativa, nomeadamente, nas áreas da Formação Profissional, Emprego e Empreendedorismo, Cidadania e Voluntariado, Criatividade e Inovação e Ciência e Tecnologia. É nesta perspetiva que surge a sua intenção de apoio ao Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos, uma iniciativa lançada pela Fundação da Juventude, e que conta com os apoios institucionais da Ordem dos Arquitetos, Associação Nacional dos Municípios Portugueses e Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. O Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos visa incentivar os jovens licenciados para uma carreira profissional ligada à investigação, estimulando a sua curiosidade pelo Património Arquitetónico e Cultural, das cidades de grande e média dimensão, em estreita articulação com as autarquias dos territórios que foram selecionados, pela sua riqueza endógena ao nível do edificado. De forma a dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos na última edição, o arco temporal a analisar está simbolicamente balizado entre as datas da Implantação da República em 5 de Outubro de 1910 e da Revolução de 25 de Abril de 1974. Os Municípios que aderirem a este programa irão receber bolseiros da Fundação da Juventude, que participarão na elaboração das seguintes atividades:

- a) Apoio ao desenvolvimento de estudos técnicos e científicos inéditos que demonstrem a singularidade e a excelência do Património construído no Séc. XX;
- b) Contributo relevante para o enriquecimento da carta patrimonial dos Municípios;
- c) Apoio à inventariação do Património Arquitetónico do Séc. XX;
- d) Contributo no traçar de estratégias de salvaguardar do património;
- e) Participação na criação de novas e inovadoras rotas e circuitos turísticos e culturais;
- f) Facilitar a empregabilidade territorial dos jovens;

PROVE

O PROVE é um Programa de Workshops desenvolvido especialmente para o jovem e aplicado por jovens, gerando um efeito de identificação entre o facilitador e o participante que estabelece conexão, confiança e inspiração. A abordagem próxima da realidade do jovem, permite a criação de um espaço único de reflexão em que os medos e modelos mentais limitantes do estudante são questionados para que seu potencial de desenvolvimento seja explorado nos diversos setores da sua vida, desde a postura pessoal no quotidiano à capacidade de foco e realização. Para complementar e potenciar o trabalho de preparação para a escolha da área de formação futura, o PROVE desenhou uma metodologia inovadora, que desperta a consciência pessoal de cada aluno, a propósito do seu presente e futuro, de forma a que a motivação interna se desenvolva ao longo do ano letivo, até ao momento da escolha de área.

Sessões de informação – Information Planet

Dinamização de sessões de informação e esclarecimento com o intuito de apresentar diferentes propostas de educação, formação e emprego em diferentes países estrangeiros, bem como respetivo processo de encaminhamento e acompanhamento. Permitir que os jovens possam ter acesso a todas as possibilidades relativamente à definição do seu projeto de vida futuro, com o intuito de promover tomadas de decisão informadas e que respondem às suas necessidades e expectativas. Estas sessões destinam-se a jovens que frequentam o ensino secundário.

Sessões de Sensibilização - Livro Humano vai à escola

Uma biblioteca, três histórias de vida e uma turma do 9º ano de escolaridade são os pressupostos necessários para folhear o livro humano ao longo de 45 minutos. O Livro Humano é folheado a cada pergunta efetuada pelo(a) jovem tentando ultrapassar os estereótipos, as barreiras, o desconhecido. Livro Humano é uma pessoa, voluntária, que passou por momentos difíceis e que se coloca à disposição dos alunos, permitindo-lhes aprender um pouco com a sua experiência de vida, que reflete a experiência de um grupo frequentemente alvo de preconceito, estereótipo e vítima de discriminação

ou exclusão social. Este é um projeto apadrinhado pelo Conselho da Europa que tem por base o slogan “Não julgues o livro pela capa”. Pretende-se, com estas sessões promover junto dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico, a troca e partilha de experiências de vida diversificadas, permitindo assim o contacto com diferentes realidades e formas de ultrapassar desafios, comuns ao desenvolvimento humano. Com a dinamização destas sessões pretende-se transmitir a mensagem de que os limites não nos limitem e que, dentro de cada história de vida, o ser humano tem capacidade de se desafiar a si próprio, reinventando-se e descobrindo recursos internos que permitem ultrapassar qualquer barreira.

Calendarização

Entre os 2.º e 3.º períodos do ano letivo de 2015/2016, em função de ficha de inscrição a enviar para cada um dos agrupamentos de escolas.

normas de execução do orçamento municipal

NOTA INTRODUTÓRIA

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

CAPITULO I

Âmbito e Regras Gerais de Execução

Artigo 1.º- Definição e Objeto

1. O presente normativo estabelece um conjunto de regras e procedimentos específicos, indispensáveis à execução do Orçamento do Município para 2016, de modo a garantir o cumprimento integrado a nível dos documentos previsionais e dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como da Lei do Orçamento de Estado e da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho), com as respetivas alterações.
2. Sem prejuízo do disposto nas presentes normas de execução, foi aprovado em reunião de câmara de 21 de setembro de 2015, a norma de sistema de controlo interno do Município de Santa Maria da Feira, a qual é de aplicação obrigatória, por força dos normativos mencionados no artigo anterior.
3. As normas de controlo interno, estabelecem um conjunto de procedimentos de regulação em termos administrativos, financeiros, contabilísticos, execução do orçamento municipal, contratação pública, procedimentos de controlo, pagamentos, autorizações da despesa, celebração e formalização de contratos, disponibilidades, endividamento, existências, imobilizado, seguros, e recursos humanos.

Artigo 2.º- Âmbito de Aplicação

As presentes normas são obrigatoriamente aplicáveis a todos os serviços do Município.

Artigo 3.º - Execução Orçamental

1. Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo o princípio da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

2. As unidades orgânicas são responsáveis pela gestão do conjunto de meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesas e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, que visam a perspetiva da minimização de custos diretos e indiretos, de uma distribuição equilibrada de custos pelos sucessivos orçamentos e de uma não exposição a riscos excessivos.

3. Durante o ano económico de 2016, a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previsto ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

4. É extremamente importante adequar os fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, pelo que obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a. Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2015 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b. Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2015 sem fatura associada;
- c. Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2016 (empréstimos, empreitadas,...);
- d. Registo dos compromissos referentes a despesas de funcionamento, remunerações certas e permanentes, sendo que estes deverão ser efetuados pelo encargo estimado até ao final do ano, ou até ao fim do prazo do contrato (se inferior ao ano económico).

Artigo 4.º - Processos de despesa transitados

1. Os compromissos assumidos para anos anteriores a 2016 para os quais não foram apresentados faturas, serão objeto de reapreciação em 2016, não podendo esse montante ser utilizado por conta do orçamento do exercício de 2016, ficando esta verba disponível e à consideração da vereadora do Pelouro de Administração e Finanças (à exceção dos procedimentos alvo de contratos/protocolos).

2. Na transição do ano, as dotações nas rubricas do PAM e do PPI, que após o registo dos compromissos assumidos e não pagos, se revelem excessivas, serão objeto de uma alteração orçamental, sendo as novas rubricas reforçadas por indicação da vereadora do Pelouro de Administração e Finanças.

Artigo 5.º - Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e PAM)

1. O Município, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto nos números 8.3.1. e 8.3.2. do POCAL – Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais.
2. Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações.

Artigo 6.º - Orçamento Geral de Estado

3. As opções do presente orçamento municipal, no que concerne as receitas provenientes do Orçamento Geral de Estado (OGE), encontram-se condicionadas à aprovação do OGE para 2016, que até à presente data ainda não foi aprovado, pelo que, o montante previsto das transferências para o Município de Santa Maria da Feira, poderá ser alvo de orçamento rectificativo, quer pela aprovação, quer por revisões e alterações.

CAPITULO II

Execução da Receita

Artigo 7.º Execução Orçamental da Receita

1. Na execução do orçamento da receita devem ser respeitados os seguintes princípio e regras:
 - a) Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo no entanto ser cobrada para além dos valores inscritos no orçamento, conforme o disposto no ponto 2.3.4.2 – alínea a) e b) do DL n.º 54/99 de 2 de janeiro.
 - b) As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
 - c) Os serviços municipais são responsáveis pela correta arrecadação das receitas, bem como pela sua entrega atempada na tesouraria do Município.
 - d) A arrecadação de receitas será efetuada com base na Tabela de Taxas em vigor, e noutras que se encontrem integradas em regulamentos próprios e ainda nos demais casos em que a lei assim o preveja.



2. O Município de Santa Maria da Feira não tem novas virtualizações da receita.
3. As verbas virtualizadas que ainda subsistam à responsabilidade do tesoureiro, podem ainda ser recebidas ou anuladas.
4. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabelecem as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.

Artigo 8.º - Documentos de Receita

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate dos serviços externos, a receita referente a cobranças feitas por esses serviços municipais deverão ser realizados conforme o estabelecido nas normas de controlo interno.

Artigo 9.º - Pagamentos em prestações

1. Os pedidos de pagamento em prestações são formalizados através de requerimento e devem ser autorizados nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis.
2. Depois de devidamente autorizados, os planos e pagamentos em prestações devem ser remetidos para a Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial para serem objeto de registo na aplicação POCAL.
3. Excluem-se os pedidos de pagamento em prestações, no âmbito dos processos de execução fiscal, os quais têm natureza judicial.

Artigo 10.º - Isenções e reduções de taxas

1. No exercício económico de 2016, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de € 500.000,00 como estimativa da despesa fiscal consubstanciada na concessão de isenções ou reduções de taxas previstas nos regulamentos municipais em vigor.

CAPITULO III

Execução Orçamental da Despesa

Artigo 11.º - Princípios Gerais para a Realização da Despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os seguintes princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual (2.3.4. do POCAL),

e bem assim na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2008, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho), nomeadamente:

- a) As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e, se aplicável, nas Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Mais relevantes) e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respetivamente;
 - b) As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;
 - c) Não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis do respetivo período;
 - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas as seguintes condições:
 - i) Verificada a conformidade legal da despesa, nos termos da lei;
 - ii) Registado no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - iii) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente.
 - e) Os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
 - f) As ordens de pagamento de despesa caducam em 31 de dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processado por conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se proceda ao seu pagamento;
 - g) O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos no número anterior no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de dezembro do ano a que respeita o crédito;
 - h) Os serviços, no prazo improrrogável definido no número anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.
2. Para as adjudicações realizadas dentro dos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 22-º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, as declarações são emitidas pela Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial após confirmação de dotação nos

documentos previsionais do ano seguinte, sustentado pela rubrica, pela qual será onerada a despesa, após solicitação da Divisão de Contratação Pública

Artigo 12.º - Conferência e Registo da Despesa

1. A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis constantes das normas de controlo interno e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Artigo 13.º - Suspensão da aquisição de bens e serviços

1. Ficam suspensas quaisquer aquisições de bens e serviços a partir do dia 31 de outubro de 2016 até ao final do mesmo ano.
2. Se, a partir da data supra mencionada, existirem aquisições de bens e serviços consideradas imprevisíveis e indispensáveis ao bom funcionamento do Município, estas terão que ser justificadas pelo dirigente do serviço, validadas conjuntamente pelo respetivo vereador e do vereador do pelouro de administração e finanças.
3. Cabe a cada unidade orgânica assegurar a cobertura orçamental de todos os compromissos que transitam de 2016 para 2017.

Artigo 14.º - Competências para autorização da despesa e pagamentos

1. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:
 - a) Até 149.639,47 €, o Presidente de Câmara;
 - b) Sem limite, a Câmara Municipal,
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a realização de despesas orçamentadas, independentemente do valor, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4. Para efeitos do disposto no nº 2 do artigo 18º do DL 197/99, de 8 de junho, fica a Câmara Municipal autorizada a executar a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao montante de € 300.000,00, excluído o IVA incidente na aquisição dos bens nelas aplicadas.
5. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
 - a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
6. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria

Artigo 15.º - Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica, favorável, à assunção de compromissos plurianuais, nos casos e condições seguintes:
 - a) Resultem projetos ou ações constantes das Opções do Plano; ou
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
 - c) Resultem de reprogramações financeiras e alterações ao cronograma físico de investimentos;
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia prevista no número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
3. De acordo com o previsto no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, é concedida a devida autorização à Câmara Municipal para deliberar relativamente à abertura de procedimentos referentes a despesas que deem lugar a encargos em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, e não se encontrem abrangidos pelas disposições constantes das alíneas a) e b) do nº 1 da mesma disposição legal.



Artigo 16.º - Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento, na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas nos termos estabelecidos na NSCI, quando aplicável, ou por deliberação da Câmara Municipal ou Assembleia Municipal, quando se tratar de matérias da sua competência

.

Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal

R E S U M O D O O R Ç A M E N T O

ENTIDADE

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	52.570.828,00	Correntes	42.108.551,00
De capital	7.444.736,00	De capital	17.907.013,00
Total	60.015.564,00	Total	60.015.564,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	60.015.564,00	Total Geral	60.015.564,00

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de ____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de ____

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	52.570.828,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	24.570.865,00
01.02	OUTROS	24.570.865,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS	16.419.609,00
01.02.03	IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	3.052.559,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL S/AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS	2.707.062,00
01.02.05	DERRAMA	2.391.630,00
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	4,00
01.02.07.01	CONTRIBUICAO AUTARQUICA	1,00
01.02.07.02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	1,00
01.02.07.03	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEICULOS	1,00
01.02.07.09	Outros	1,00
01.02.99	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	1,00
01.02.99.09	Outros	1,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	144.628,00
02.02	OUTROS	144.628,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	144.628,00
02.02.06.01	MERCADOS E FEIRAS	1,00
02.02.06.02	LOTEAMENTO E OBRAS	1,00
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	2.740,00
02.02.06.05	PUBLICIDADE	62.639,00
02.02.06.06	SANEAMENTO- CONSERVACAO	15.232,00
02.02.06.99	OUTROS	64.015,00
02.02.06.99.01	TMDP - TAXA MUNICIPAL DIREITOS DE PASSAGEM	1,00
02.02.06.99.02	TDFTH- TAXA DE DEPOSITO DA FICHA TECNICA DE HABITAÇÃO	1,00
02.02.06.99.03	EMOLUMENTOS E TAXAS	1,00
02.02.06.99.05	TMU-TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO	1,00
02.02.06.99.99	OUTROS	64.011,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.252.463,00
04.01	TAXAS	1.004.680,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1.004.680,00
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS	1,00
04.01.23.02	LOTEAMENTO E OBRAS	68.364,00
04.01.23.03	OCUPACAO DA VIA PUBLICA	10.596,00
04.01.23.05	CACA,USO E PORTE DE ARMA	372,00
04.01.23.06	SANEAMENTO	357.429,00
04.01.23.99	OUTROS	567.918,00
04.01.23.99.01	TDFTH - TAXA DEPOSITO FICHA TECNICA DE HABITAÇÃO	1,00
04.01.23.99.02	TAXA PELA EMISSAO DO CERTIFICADO DE REGISTO	1,00
04.01.23.99.03	TMU-TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO	1,00
04.01.23.99.04	COMPENSAÇÃO POR NÃO CEDÊNCIA	1,00
04.01.23.99.99	OUTRAS	567.914,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	247.783,00
04.02.01	JUROS DE MORA	189.101,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	28.634,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	30.047,00
04.02.99	MULTAS E PEANLIDADES DIVERSAS	1,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.760.714,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	58.531,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	58.530,00
05.02.99	OUTROS	1,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	4,00
05.07.01	Empresas Públicas	1,00
05.07.02	Empresas públicas -municipais e intermunicipais	1,00
05.07.03	Empresas Privadas	1,00
05.07.99	Outras	1,00
05.09	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	1,00
05.09.99	Outros	1,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
05.10	RENDAS	2.702.177,00
05.10.01	TERRENOS	29.203,00
05.10.02	ACTIVOS NO SUBSOLO	1,00
05.10.03	HABITAÇÕES	1,00
05.10.04	EDIFÍCIOS	1,00
05.10.05	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1,00
05.10.99	OUTROS	2.672.970,00
05.10.99.01	RENDA DE CONCESSÃO DA EDP	2.568.703,00
05.10.99.02	RENDA DE CONCESSÃO DA INDAQUA	85.774,00
05.10.99.99	OUTROS	18.493,00
05.11	ACTIVOS INCORPÓREOS	1,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.931.026,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3,00
06.01.01	PÚBLICAS	2,00
06.01.01.01	Empresas Públicas	1,00
06.01.01.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1,00
06.01.02	Privadas	1,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	18.931.023,00
06.03.01	ESTADO	18.931.023,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	10.414.359,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	2.530.073,00
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	3.838.128,00
06.03.01.99	OUTROS	2.148.463,00
06.03.01.99.01	DREN- DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE	2.148.460,00
06.03.01.99.02	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	1,00
06.03.01.99.04	DGAL	1,00
06.03.01.99.99	OUTROS	1,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.309.587,00
07.01	VENDA DE BENS	2.474,00
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1,00
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1,00
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	1,00
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	1,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	1,00
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	2.468,00
07.01.10.01	SUCATA	1,00
07.01.10.99	OUTROS	2.467,00
07.01.99	OUTROS	1,00
07.02	SERVIÇOS	3.957.307,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	55.484,00
07.02.03	VISTORIAS E ENSAIOS	1,00
07.02.06	REPARAÇÕES	1,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	51.124,00
07.02.08.01	SERVICOS SOCIAIS	1,00
07.02.08.02	SERVICOS RECREATIVOS	16.294,00
07.02.08.02.01	TURISMO SENIOR	1,00
07.02.08.02.99	OUTROS	16.293,00
07.02.08.03	SERVICOS CULTURAIS	8.126,00
07.02.08.03.01	TURISMO SENIOR	1,00
07.02.08.03.99	OUTROS	8.125,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	26.703,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	3.850.697,00
07.02.09.01	SANEAMENTO	579.584,00
07.02.09.02	RESIDUOS SOLIDOS	2.353.296,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	123.870,00
07.02.09.03.02	TRANSPORTES ESCOLARES	99.739,00
07.02.09.03.03	TRANSPORTE DE PESSOAS E MERCADORIAS (TRANSFEIRA)	24.130,00
07.02.09.03.99	OUTROS	1,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA PARTICULARES	1.098,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
07.02.09.05	CEMITERIOS	56.367,00
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS	5.378,00
07.02.09.07	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	1,00
07.02.09.99	OUTROS	731.103,00
07.02.09.99.01	REFEIÇÕES ESCOLARES	590.421,00
07.02.09.99.99	OUTROS	140.682,00
07.03	RENDAS	349.806,00
07.03.01	HABITACOES	328.837,00
07.03.02	EDIFICIOS	20.968,00
07.03.99	OUTRAS	1,00
07.03.99.99	OUTRAS	1,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	601.545,00
08.01	OUTRAS	601.544,00
08.01.99	OUTRAS	601.544,00
08.01.99.01	INDEMNIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	1.000,00
08.01.99.02	INDEMNIZAÇÕES POR ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM VIATURAS OU EM QUAISQUER OUTROS EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AS AUTARQUIAS LOCAIS	734,00
08.01.99.03	IVA REEMBOLSADO	1,00
08.01.99.99	DIVERSAS	599.809,00
08.02	Subsidios	1,00
08.02.09	Segurança Social	1,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	7.444.236,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	506.073,00
09.01	TERRENOS	484.063,00
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	484.061,00
09.01.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS -BANCOS	1,00
09.01.10	FAMÍLIAS	1,00
09.02	HABITAÇÕES	2,00
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	1,00
09.02.10	FAMÍLIAS	1,00
09.03	EDIFÍCIOS	3,00
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1,00
09.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS	1,00
09.03.10	FAMÍLIAS	1,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	22.005,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	3,00
09.04.01.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1,00
09.04.01.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	1,00
09.04.01.03	OUTROS	1,00
09.04.10	FAMILIAS	22.002,00
09.04.10.01	Equipamento de Transporte	1,00
09.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	1,00
09.04.10.03	Outros	22.000,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.937.160,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3,00
10.01.01	PÚBLICAS	3,00
10.01.01.01	EMPRESAS PUBLICAS	1,00
10.01.01.02	EMPRESAS PUBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1,00
10.01.01.99	OUTRAS	1,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.937.157,00
10.03.01	ESTADO	1.157.156,00
10.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	1.157.151,00
10.03.01.04	COOPERAÇÃO TECNICA E FINANCEIRA	4,00
10.03.01.04.01	DGEST	1,00
10.03.01.04.02	ARS NORTE	1,00
10.03.01.04.03	DGAL	1,00
10.03.01.04.99	OUTROS	1,00
10.03.01.99	OUTROS	1,00
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	5.780.001,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 4

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
10.03.07.01	FUNDO DE COESAO	1.110.000,00
10.03.07.03	FEDER	4.670.000,00
10.03.07.99	OUTROS	1,00
11	ACTIVOS FINANCEIROS	1,00
11.09	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	1,00
11.09.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	1,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.002,00
13.01	OUTRAS	1.002,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	1,00
13.01.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	1,00
13.01.99	OUTRAS	1.000,00
	O U T R A S R E C E I T A S	500,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00
TOTAL DAS RECEITAS		60.015.564,00

Orgão Executivo
Em ___ de _____ de _____

Orgão Deliberativo
Em ___ de _____ de _____

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
---	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	42.108.551,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	16.325.003,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	12.505.543,00
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	229.000,00
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	8.385.660,00
01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	7.504.000,00
01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO	572.600,00
01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	309.060,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	494.800,00
01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	494.800,00
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	9.800,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	546.798,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	108.480,00
01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE	108.480,00
01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	1.000,00
01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO	1.000,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	1.012.055,00
01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS	814.150,00
01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	190.155,00
01.01.13.03	MEMBROS DOS ORGAOS AUTARQUICOS	7.750,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	1.480.950,00
01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS	1.331.650,00
01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	149.300,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	237.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	188.350,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	93.000,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	22.700,00
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	7.750,00
01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	10.000,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	54.700,00
01.02.13.01	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS	54.700,00
01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	200,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	3.631.110,00
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	1.002.000,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	65.600,00
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	850,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	2.398.560,00
01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS	2.398.410,00
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	1.552.000,00
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL	846.410,00
01.03.05.04	OUTROS	150,00
01.03.08	OUTRAS PENSÕES	1.600,00
01.03.09	SEGUROS	96.000,00
01.03.09.01	ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	96.000,00
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	66.500,00
01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	66.500,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	19.609.802,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	3.468.696,00
02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	21.050,00
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	482.732,00
02.01.02.01	GASOLINA	51.150,00
02.01.02.02	GASOLEO	306.500,00
02.01.02.99	OUTROS	125.082,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	67.150,00
02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	2.143.761,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	14.150,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	122.499,00
02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	4.500,00

020111		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	500,00
02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	66.500,00
02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	4.500,00
02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS	5.200,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	78.318,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	18.428,00
02.01.16.03	Outros	18.428,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	33.550,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	6.750,00
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	1.300,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	76.669,00
02.01.21	OUTROS BENS	321.139,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	16.141.106,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	2.975.500,00
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	217.360,00
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	173.828,00
02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	175.600,00
02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	496.357,00
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	150.749,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES	284.500,00
02.02.10	TRANSPORTES	1.455.850,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	17.801,00
02.02.12	SEGUROS	110.792,00
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	75.724,00
02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	180.154,00
02.02.15	FORMAÇÃO	46.850,00
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	10.550,00
02.02.17	PUBLICIDADE	112.084,00
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	329.189,00
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	342.044,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	339.990,00
02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE	30.550,00
02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	640.000,00
02.02.25	OUTROS SERVICOS	7.975.634,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	725.283,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	550.283,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	267.783,00
03.01.03.01	EMPRESTIMO DE CURTO PRAZO	1,00
03.01.03.02	EMPRESTIMOS DE MEDIO E LONGO PRAZOS	267.782,00
03.01.03.02.01	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	37.324,00
03.01.03.02.02	BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	131.810,00
03.01.03.02.04	NOVO BANCO	6.865,00
03.01.03.02.05	MILLENNIUM BCP	4.820,00
03.01.03.02.06	BANCO SANTANDER TOTTA	52.300,00
03.01.03.02.08	BEI	34.658,00
03.01.03.02.99	Outros	5,00
03.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	282.500,00
03.01.05.02	Empréstimos de médio e longo prazo	282.500,00
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	70.000,00
03.02.01	DESPEAS DIVERSAS	70.000,00
03.05	OUTROS JUROS	105.000,00
03.05.02	OUTROS	105.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.005.016,00
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	271.781,00
04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	271.781,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.176.728,00
04.05.01	CONTINENTE	1.176.728,00
04.05.01.02	FREGUESIAS	864.839,00
04.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA	221.370,00
04.05.01.08	OUTROS	90.519,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1.343.006,00
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1.328.606,00

040702		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
04.07.02	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS- SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA- REGIME DE SOLIDARIEDADE	14.400,00
04.08	FAMÍLIAS	213.501,00
04.08.02	OUTRAS	213.501,00
05	SUBSÍDIOS	1.711.897,00
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.711.897,00
05.01.01	PÚBLICAS	1.711.897,00
05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.711.897,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	731.550,00
06.02	DIVERSAS	731.550,00
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	55.000,00
06.02.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	50,00
06.02.03	OUTRAS	676.500,00
06.02.03.01	RESTITUICOES	550.000,00
06.02.03.02	IVA PAGO	45.000,00
06.02.03.05	OUTRAS	81.500,00
	DESPESAS DE CAPITAL	17.907.013,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.455.658,00
07.01	INVESTIMENTOS	4.379.650,00
07.01.01	TERRENOS	449.705,00
07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE	449.705,00
07.01.02	HABITAÇÕES	50.000,00
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	50.000,00
07.01.02.03.01	REPARACAO E BENEFICIACAO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	50.000,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	1.428.346,00
07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	105.500,00
07.01.03.01.01	INSTALACOES DE SERVICOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	105.500,00
07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	662.313,00
07.01.03.02.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	662.313,00
07.01.03.05	ESCOLAS	585.838,00
07.01.03.05.01	ESCOLAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	585.838,00
07.01.03.07	OUTROS	74.695,00
07.01.03.07.01	OUTROS	74.695,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1.290.669,00
07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	66.868,00
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	66.868,00
07.01.04.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS	397.555,00
07.01.04.02.01	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	397.555,00
07.01.04.03	ESTACOES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS	141.900,00
07.01.04.03.01	ESTACOES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	141.900,00
07.01.04.04	ILUMINACAO PUBLICA	5.000,00
07.01.04.04.01	ILUMINACAO PUBLICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5.000,00
07.01.04.05	PARQUES E JARDINS	50.000,00
07.01.04.05.01	PARQUES E JARDINS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	50.000,00
07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	56.019,00
07.01.04.06.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	56.019,00
07.01.04.07	Captação e distribuição de água	117.302,00
07.01.04.07.01	CAPTACAO E DISTRIBUICAO DE AGUA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	117.302,00
07.01.04.08	Viação rural	5.500,00
07.01.04.08.01	VIACAO RURAL-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5.500,00
07.01.04.09	Sinalização e trânsito	198.830,00
07.01.04.09.01	SINALIZACAO E TRANSITO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	198.830,00
07.01.04.13	OUTROS	251.695,00
07.01.04.13.01	OUTROS	251.695,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	37.615,00
07.01.06.02	OUTROS	12.615,00
07.01.06.02.01	OUTROS	12.615,00
07.01.06.99	OUTROS	25.000,00
07.01.06.99.01	OUTROS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	25.000,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	105.947,00
07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	105.947,00
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	266.505,00
07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	266.505,00

070109		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	197.928,00
07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	197.928,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	165.315,00
07.01.10.02	OUTRO	165.315,00
07.01.10.02.01	OUTRO	165.315,00
07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	24.949,00
07.01.11.01	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	24.949,00
07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	5,00
07.01.12.01	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5,00
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	362.666,00
07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE	362.666,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.076.008,00
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	6.076.008,00
07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	5.649.000,00
07.03.03.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	300.100,00
07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	408,00
07.03.03.13	OUTROS	126.500,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.264.769,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.278.410,00
08.05.01	CONTINENTE	1.278.410,00
08.05.01.02	FREGUESIAS	1.238.410,00
08.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA	40.000,00
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	986.359,00
08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	986.359,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	411.739,00
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	411.739,00
09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	411.739,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	4.774.842,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.774.842,00
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.740.842,00
10.06.03.01	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	1.442.950,00
10.06.03.02	BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	456.700,00
10.06.03.04	NOVO BANCO	94.152,00
10.06.03.05	MILLENNIUM BCP	31.460,00
10.06.03.06	BANCO SANTANDER TOTTA	625.210,00
10.06.03.08	BEI	90.370,00
10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	2.034.000,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5,00
11.02	DIVERSAS	5,00
11.02.99	Outras	5,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		60.015.564,00

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de _____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de _____

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
---	---	----------------------------------

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRACAO MUNICIPAL	19.156.985,00	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	44.900,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		44.900,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		41.400,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		41.400,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.700,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		39.700,00
	01.02.13.01	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIO		39.700,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		3.500,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		500,00
	02.01.21	OUTROS BENS		500,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.500,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		2.500,00
01.02		CAMARA MUNICIPAL	13.200.221,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		11.558.906,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		2.645.800,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1.524.550,00
	01.01.01	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		229.000,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		827.300,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		690.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		53.000,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		84.300,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		8.000,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		8.000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		119.050,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		54.000,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		54.000,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		73.400,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		55.150,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		10.500,00
	01.01.13.03	MEMBROS DOS ORGAOS AUTARQUICOS		7.750,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		188.600,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		167.000,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		21.600,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		25.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		27.150,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		6.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		3.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		2.100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		15.000,00
	01.02.13.01	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIO		15.000,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		50,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		1.094.100,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		780.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		2.500,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		50,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		300.050,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		300.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	200.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL	100.000,00
	01.03.05.04	OUTROS	50,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES	1.500,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	10.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	10.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.056.800,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	82.150,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1.100,00
	02.01.02.01	GASOLINA	100,00
	02.01.02.02	GASOLEO	1.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	50,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	10.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	33.500,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	250,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	200,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	500,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	3.000,00
	02.01.21	OUTROS BENS	33.350,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	4.974.650,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	2.458.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	126.290,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	6.500,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	99.500,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	110.346,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	13.035,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	55.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES	1.500,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	8.801,00
	02.02.12	SEGUROS	16.242,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	26.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	47.547,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	500,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	6.550,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	30.550,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	304.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	161.823,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	187.017,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	640.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS	675.449,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.421.359,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	70.831,00
	04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	70.831,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.130.728,00
	04.05.01	CONTINENTE	1.130.728,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS	818.839,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA	221.370,00
	04.05.01.08	OUTROS	90.519,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	219.800,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	205.400,00
	04.07.02	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS- SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA- REGIME DE SOLIDARIEDADE	14.400,00
	05	SUBSÍDIOS	1.711.897,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.711.897,00
	05.01.01	PÚBLICAS	1.711.897,00
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.711.897,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	723.050,00
	06.02	DIVERSAS	723.050,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	55.000,00
	06.02.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	50,00
	06.02.03	OUTRAS	668.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	06.02.03.01	RESTITUIÇOES		550.000,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		45.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS		73.000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		1.641.315,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		312.400,00
	07.01	INVESTIMENTOS		312.400,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		75.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		75.000,00
	07.01.04.13.01	OUTROS		75.000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		10.000,00
	07.01.06.02	OUTROS		10.000,00
	07.01.06.02.01	OUTROS		10.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		1.200,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		1.200,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		86.200,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		86.200,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		30.000,00
	07.01.10.02	OUTRO		30.000,00
	07.01.10.02.01	OUTRO		30.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		110.000,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		110.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.328.910,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1.277.910,00
	08.05.01	CONTINENTE		1.277.910,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		1.237.910,00
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA		40.000,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		51.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		51.000,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		5,00
	11.02	DIVERSAS		5,00
	11.02.99	Outras		5,00
01.03		OPERACOES FINANCEIRAS	5.911.864,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		725.283,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		725.283,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		550.283,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS		267.783,00
		INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	03.01.03.01	EMPRESTIMO DE CURTO PRAZO		1,00
	03.01.03.02	EMPRESTIMOS DE MEDIO E LONGO PRAZOS		267.782,00
	03.01.03.02.01	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS		37.324,00
	03.01.03.02.02	BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO		131.810,00
	03.01.03.02.04	NOVO BANCO		6.865,00
	03.01.03.02.05	MILLENNIUM BCP		4.820,00
	03.01.03.02.06	BANCO SANTANDER TOTTA		52.300,00
	03.01.03.02.08	BEI		34.658,00
	03.01.03.02.99	Outros		5,00
	03.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		282.500,00
	03.01.05.02	Empréstimos de médio e longo prazo		282.500,00
	03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		70.000,00
	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS		70.000,00
	03.05	OUTROS JUROS		105.000,00
	03.05.02	OUTROS		105.000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		5.186.581,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		411.739,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		411.739,00
	09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		411.739,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		4.774.842,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		4.774.842,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS		2.740.842,00
		INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	10.06.03.01	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS		1.442.950,00
	10.06.03.02	BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO		456.700,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E		
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA	
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
02	10.06.03.04	NOVO BANCO		94.152,00	
	10.06.03.05	MILLENNIUM BCP		31.460,00	
	10.06.03.06	BANCO SANTANDER TOTTA		625.210,00	
	10.06.03.08	BEI		90.370,00	
	10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	3.082.651,00	2.034.000,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		2.863.346,00	
		01	DESPESAS COM O PESSOAL		1.986.445,00
		01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1.553.245,00
		01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		1.198.100,00
		01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1.085.000,00
		01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		89.500,00
		01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		23.600,00
		01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
		01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
		01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2.900,00
		01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		15.400,00
		01.01.11	REPRESENTAÇÃO		13.200,00
		01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		13.200,00
		01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
		01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
		01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		109.045,00
		01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		105.000,00
		01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		4.045,00
		01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		184.400,00
		01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		184.300,00
		01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		100,00
		01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		30.000,00
		01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		21.000,00
		01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		10.000,00
		01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		5.000,00
		01.02.05	ABONO PARA FALHAS		5.000,00
		01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1.000,00
		01.03	SEGURANÇA SOCIAL		412.200,00
		01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		30.000,00
		01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		12.000,00
		01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
		01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		360.100,00
		01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		360.100,00
		01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		230.000,00
		01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		130.100,00
		01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		10.000,00
		01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		10.000,00
		02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		853.044,00
		02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		116.500,00
		02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		500,00
		02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1.000,00
		02.01.02.99	OUTROS		1.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		38.000,00	
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		1.000,00	
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		50.000,00	
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		5.000,00	
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00	
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		2.500,00	
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1.000,00	
	02.01.21	OUTROS BENS		17.000,00	
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		736.544,00	
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		10.000,00	
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		4.000,00	

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		4.000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		21.500,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		1.000,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		500,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		140.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		5.000,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		8.000,00
	02.02.12	SEGUROS		1.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		10.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		25.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		34.100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		350,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		19.000,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		43.714,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		89.200,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		30.550,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		288.630,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		18.857,00
	04.08	FAMÍLIAS		18.857,00
	04.08.02	OUTRAS		18.857,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000,00
	06.02	DIVERSAS		5.000,00
	06.02.03	OUTRAS		5.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS		5.000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		219.305,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		219.305,00
	07.01	INVESTIMENTOS		219.305,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		61.100,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		61.100,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		116.100,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		116.100,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		21.000,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		21.000,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		5,00
	07.01.12.01	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR-ADM.LOCAL-CONTINENTE		5,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		21.100,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		21.100,00
03		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE APOIO AO URBANISMO	702.350,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		702.350,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		668.800,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		513.100,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		384.800,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		360.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		24.800,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		10.200,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		3.800,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		3.800,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		38.900,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		36.000,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		2.900,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		60.100,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		60.000,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		100,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		15.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		5.100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		3.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		150.600,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		16.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		5.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		124.500,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		124.500,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		90.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		34.500,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		33.050,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		15.050,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		10.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1.000,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		50,00
	02.01.21	OUTROS BENS		4.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		18.000,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		5.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		2.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		500,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		4.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		500,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		6.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
04		DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E URBANISMO	2.336.087,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		1.987.230,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1.460.508,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1.187.808,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		876.800,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		806.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		52.500,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		18.300,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		59.298,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		8.500,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		8.500,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		67.210,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		60.700,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		6.510,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		145.700,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		137.500,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		8.200,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		30.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		6.100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		4.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		266.600,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		20.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		4.500,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		232.000,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		232.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		160.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		72.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		10.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		10.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		488.509,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		14.350,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		2.000,00
	02.01.02.01	GASOLINA		500,00
	02.01.02.02	GASOLEO		1.000,00
	02.01.02.99	OUTROS		500,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		2.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		4.000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		50,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		200,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		50,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		50,00
	02.01.21	OUTROS BENS		6.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		474.159,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		10.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		10.000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		15.800,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		25.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		5.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		75.050,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		3.050,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		3.050,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		500,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		48.688,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		15.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		263.021,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		37.713,00
	04.08	FAMÍLIAS		37.713,00
	04.08.02	OUTRAS		37.713,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		348.857,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		348.857,00
	07.01	INVESTIMENTOS		348.857,00
	07.01.01	TERRENOS		80.000,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE		80.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		9.560,00
	07.01.03.07	OUTROS		9.560,00
	07.01.03.07.01	OUTROS		9.560,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		94.007,00
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares		50.000,00
	07.01.04.01.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares		50.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		44.007,00
	07.01.04.13.01	OUTROS		44.007,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		27.085,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		27.085,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		138.205,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		138.205,00
06		DEPARTAMENTO DO AMBIENTE,SERV.URBANO, OBRAS MUNICI	19.969.799,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		11.348.505,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.639.600,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2.860.700,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	2.143.100,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	1.895.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO	168.900,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	79.200,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	3.000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	91.700,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO	14.500,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE	14.500,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO	100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	236.900,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS	221.200,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	15.700,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	336.300,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS	329.500,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	6.800,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	35.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	29.600,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	25.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	3.500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS	50,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	1.000,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	50,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	749.300,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	41.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	17.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	590.100,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS	590.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	405.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL	185.000,00
	01.03.05.04	OUTROS	100,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES	100,00
	01.03.09	SEGUROS	96.000,00
	01.03.09.01	ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	96.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.692.976,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	602.968,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	7.000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	372.044,00
	02.01.02.01	GASOLINA	50.000,00
	02.01.02.02	GASOLEO	300.000,00
	02.01.02.99	OUTROS	22.044,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	10.100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	10.500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	15.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	3.000,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	500,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	66.500,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS	5.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	250,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	30.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	100,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	50,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	500,00
	02.01.21	OUTROS BENS	82.424,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	7.090.008,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	300.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	12.500,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	102.078,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	362.951,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	22.423,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	16.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES	21.800,00
	02.02.12	SEGUROS	92.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	10.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	22.007,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	500,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	50,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	1.800,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	100,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	25.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	21.962,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS	6.078.837,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.429,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	6.000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	6.000,00
	04.08	FAMÍLIAS	9.429,00
	04.08.02	OUTRAS	9.429,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
	06.02	DIVERSAS	500,00
	06.02.03	OUTRAS	500,00
	06.02.03.05	OUTRAS	500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	8.621.294,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	8.621.294,00
	07.01	INVESTIMENTOS	2.615.286,00
	07.01.01	TERRENOS	366.655,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE	366.655,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS	864.049,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	105.500,00
	07.01.03.01.01	INSTALACOES DE SERVICOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	105.500,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	657.603,00
	07.01.03.02.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	657.603,00
	07.01.03.05	ESCOLAS	45.946,00
	07.01.03.05.01	ESCOLAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	45.946,00
	07.01.03.07	OUTROS	55.000,00
	07.01.03.07.01	OUTROS	55.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1.065.643,00
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	16.868,00
	07.01.04.01.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	16.868,00
	07.01.04.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS	397.555,00
	07.01.04.02.01	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	397.555,00
	07.01.04.03	ESTACOES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS	141.900,00
	07.01.04.03.01	ESTACOES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	141.900,00
	07.01.04.04	ILUMINACAO PUBLICA	5.000,00
	07.01.04.04.01	ILUMINACAO PUBLICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5.000,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS	50.000,00
	07.01.04.05.01	PARQUES E JARDINS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	50.000,00
	07.01.04.07	Captação e distribuição de água	117.302,00
	07.01.04.07.01	CAPTACAO E DISTRIBUICAO DE AGUA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	117.302,00
	07.01.04.08	Viação rural	5.500,00
	07.01.04.08.01	VIACAO RURAL-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5.500,00
	07.01.04.09	Sinalização e trânsito	198.830,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.01.04.09.01	SINALIZACAO E TRANSITO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	198.830,00
	07.01.04.13	OUTROS	132.688,00
	07.01.04.13.01	OUTROS	132.688,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	26.115,00
	07.01.06.02	OUTROS	1.115,00
	07.01.06.02.01	OUTROS	1.115,00
	07.01.06.99	OUTROS	25.000,00
	07.01.06.99.01	OUTROS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	25.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5.412,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5.412,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	120.315,00
	07.01.10.02	OUTRO	120.315,00
	07.01.10.02.01	OUTRO	120.315,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	16.680,00
	07.01.11.01	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	16.680,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	150.417,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE	150.417,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.006.008,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	6.006.008,00
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	5.649.000,00
	07.03.03.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	300.100,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	408,00
	07.03.03.13	OUTROS	56.500,00
08		DIVISAO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO	785.364,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	769.764,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	565.900,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	538.100,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	423.600,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	385.500,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO	23.600,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	14.500,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	5.300,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO	2.500,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE	2.500,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO	100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	34.300,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS	32.500,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	1.800,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	67.100,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS	67.000,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	100,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	5.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	12.600,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	10.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	1.500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS	100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	1.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	15.200,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	10.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	100,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	100,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	200.964,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	73.132,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		1.500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		5.799,00
	02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO		500,00
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		500,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		8.500,00
	02.01.16.03	Outros		8.500,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		500,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		500,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		34.569,00
	02.01.21	OUTROS BENS		20.764,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		127.832,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		10.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		30.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		16.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		500,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		14.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		500,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		2.500,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		50,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		50,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		50,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		5.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		20.837,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		1.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		27.345,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.400,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		2.400,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		2.400,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		15.600,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		15.600,00
	07.01	INVESTIMENTOS		15.600,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		1.500,00
	07.01.06.02	OUTROS		1.500,00
	07.01.06.02.01	OUTROS		1.500,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		8.100,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		8.100,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		1.000,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		1.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2.500,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		2.500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		2.500,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		2.500,00
09		DIVISAO DE PATRIMONIO CULTURAL	1.545.875,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		1.448.324,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		532.900,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		442.400,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		289.500,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		270.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		19.500,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		58.800,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2.400,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		2.400,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	30.200,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS	24.600,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	5.600,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	53.200,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS	45.000,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	8.200,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	8.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.600,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	2.500,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS	100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	1.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	85.900,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	6.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	5.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	69.800,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL-FUNCCIONARIOS PUBLICOS	69.800,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	50.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL	19.800,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	745.903,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	86.379,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	550,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	2.050,00
	02.01.02.01	GASOLINA	50,00
	02.01.02.02	GASOLEO	1.000,00
	02.01.02.99	OUTROS	1.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	1.500,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	1.000,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	350,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	7.500,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	1.500,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS	50,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	3.585,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	9.928,00
	02.01.16.03	Outros	9.928,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2.750,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1.000,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	150,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	8.800,00
	02.01.21	OUTROS BENS	45.666,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	659.524,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	31.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	25.070,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	16.000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	12.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	550,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	38.728,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	12.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES	550,00
	02.02.12	SEGUROS	1.550,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.200,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	7.500,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	7.550,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	300,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	39.384,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	19.089,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	19.330,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	23.811,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS	403.912,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		169.021,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		167.021,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		167.021,00
	04.08	FAMÍLIAS		2.000,00
	04.08.02	OUTRAS		2.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		97.551,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		97.551,00
	07.01	INVESTIMENTOS		27.551,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		5.500,00
	07.01.03.07	OUTROS		5.500,00
	07.01.03.07.01	OUTROS		5.500,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		6.051,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		6.051,00
	07.01.04.06.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		6.051,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		3.500,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		3.500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		12.500,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		12.500,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		70.000,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		70.000,00
	07.03.03.13	OUTROS		70.000,00
10		DIVISÃO DO DESPORTO, ASSOCIATIVISMO E AÇÃO CULTURA	1.668.985,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		775.998,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		123.100,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		109.000,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		67.900,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		35.500,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		1.000,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		31.400,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		10.100,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2.500,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		2.500,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PRÉMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		12.900,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		4.400,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		8.500,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		11.300,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		11.200,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		100,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		4.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		4.600,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		2.500,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		9.500,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		6.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		500,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		3.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		3.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		168.991,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		71.997,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1.000,00
	02.01.02.02	GASOLEO		1.000,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		1.738,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		29.605,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1.000,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		8.350,00
	02.01.21	OUTROS BENS		29.304,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		96.994,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		5.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		1.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		2.750,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		50,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		13.522,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		1.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1.500,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		500,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		3.100,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1.500,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		500,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		66.572,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		483.907,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		434.217,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		434.217,00
	04.08	FAMÍLIAS		49.690,00
	04.08.02	OUTRAS		49.690,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		892.987,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		124.663,00
	07.01	INVESTIMENTOS		124.663,00
	07.01.01	TERRENOS		3.000,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE		3.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		4.710,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		4.710,00
	07.01.03.02.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		4.710,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		49.968,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		49.968,00
	07.01.04.06.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		49.968,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		2.000,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		2.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		25.716,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		25.716,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		3.269,00
	07.01.11.01	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		3.269,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		36.000,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		36.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		768.324,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		768.324,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		768.324,00
11		DIVISAO DE EDUCACAO	9.083.753,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		8.432.900,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		3.741.840,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.061.140,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		1.640.360,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1.484.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		113.100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		43.260,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	486.000,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	486.000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	146.650,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO	4.680,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE	4.680,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO	100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	363.700,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS	236.500,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	127.200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	349.550,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS	245.550,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	104.000,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	70.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	29.100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	25.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	3.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS	50,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	1.000,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	50,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	651.600,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	75.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	14.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	555.000,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL-FUNCCIONARIOS PUBLICOS	555.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	315.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL	240.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	7.500,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	7.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.235.527,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	2.371.882,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	102.500,00
	02.01.02.01	GASOLINA	500,00
	02.01.02.02	GASOLEO	2.000,00
	02.01.02.99	OUTROS	100.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	14.000,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	2.141.023,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	2.100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	15.700,00
	02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	4.000,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS	150,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	4.828,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	19.300,00
	02.01.21	OUTROS BENS	68.281,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.863.645,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	150.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	8.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	16.000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	20.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	20.960,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	62.541,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	12.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES	1.426.000,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	1.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	14.024,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	3.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	50,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	8.200,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	19.152,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		101.718,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		455.033,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		200.950,00
	04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		200.950,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		186.318,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		186.318,00
	04.08	FAMÍLIAS		67.765,00
	04.08.02	OUTRAS		67.765,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		 D E S P E S A S D E C A P I T A L		650.853,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		650.353,00
	07.01	INVESTIMENTOS		650.353,00
	07.01.01	TERRENOS		50,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE		50,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		539.892,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		539.892,00
	07.01.03.05.01	ESCOLAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		539.892,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		7.662,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		7.662,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		10.000,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMÁTICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		10.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		47.600,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		47.600,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		15.000,00
	07.01.10.02	OUTRO		15.000,00
	07.01.10.02.01	OUTRO		15.000,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		5.000,00
	07.01.11.01	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		5.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		25.149,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		25.149,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		500,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		500,00
	08.05.01	CONTINENTE		500,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		500,00
12		DIVISAO DE ACCAO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	1.683.715,00	
		 D E S P E S A S C O R R E N T E S		1.451.045,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		918.710,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		715.500,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		534.200,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		493.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		26.700,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		14.500,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		3.200,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		30.300,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2.400,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		2.400,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		45.500,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		38.100,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		7.400,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		84.700,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		84.600,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		100,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		15.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		7.100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		5.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		50,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		1.000,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		50,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		196.110,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		18.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		5.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		167.010,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		167.010,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		102.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		65.010,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		6.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		6.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		130.538,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		33.288,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		13.000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1.038,00
	02.01.02.02	GASOLEO		500,00
	02.01.02.99	OUTROS		538,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		3.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		1.050,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		250,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1.100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		13.850,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		97.250,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1.500,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		500,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		10.500,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		6.800,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		4.500,00
	02.02.10	TRANSPORTES		500,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		3.500,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		50,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		50,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		200,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		5.500,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1.500,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		500,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		61.650,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		401.297,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		46.000,00
	04.05.01	CONTINENTE		46.000,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS		46.000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		327.250,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		327.250,00
	04.08	FAMÍLIAS		28.047,00
	04.08.02	OUTRAS		28.047,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		232.670,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		65.635,00
	07.01	INVESTIMENTOS		65.635,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		50.000,00
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		50.000,00
	07.01.02.03.01	REPARACAO E BENEFICIACAO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		50.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		4.635,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	07.01.03.07	OUTROS		4.635,00
	07.01.03.07.01	OUTROS		4.635,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		6.000,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		6.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		5.000,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		5.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		167.035,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		167.035,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		167.035,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				60.015.564,00

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de _____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de _____

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
1.			Funções gerais									228.119,31		1.262.705,00	682.705,00	580.000,00	1.503.000,00	703.000,00	75.000,00		3.771.824,31
1.1.			Serviços gerais de administração pública									222.091,10		1.236.705,00	656.705,00	580.000,00	1.418.000,00	618.000,00	75.000,00		3.569.796,10
1.1.1.			Administração geral									222.091,10		1.236.705,00	656.705,00	580.000,00	1.418.000,00	618.000,00	75.000,00		3.569.796,10
1.1.1.1.	02/07010801	09	2014	74	Licenciamento Enterprise Agreement	OUTRA	100.0	PAF	2014/01/02	2018/12/31	3	95.869,52		96.000,00	96.000,00		98.000,00	98.000,00			387.869,52
1.1.1.1.		08	2015	40	Aquisição de equipamento/software informático	OUTRA	100.0	PAF	2015/01/02	2019/12/31	4	29.123,40		75.000,00			75.000,00	75.000,00	75.000,00		329.123,40
1.1.1.1.	02/07010701	08	2015	40											60.000,00						
1.1.1.1.	02/07010801	08	2015	40											15.000,00						
1.1.1.1.		09	2015	41	Reparações no património edificado (edifícios municipais)	ADM. DIR.	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	3	90.088,16		95.000,00			80.000,00	80.000,00			345.088,16
1.1.1.1.	06/0701030101	09	2015	41											50.000,00						
1.1.1.1.	06/0701041301	09	2015	41											45.000,00						
1.1.1.1.	06/0701041301	10	2015	42	Construção do arquivo municipal - Feira	EMPREITADA	100.0	DP	2015/01/02	2017/12/31	0			501.000,00	1.000,00	500.000,00	750.000,00				1.251.000,00
1.1.1.1.	06/0701030101	11	2015	43	Fornecimento e montagem de elevador no edifício paços do concelho	EMPREITADA	100.0	DP	2015/01/02	2017/12/31	0			110.000,00	30.000,00	80.000,00	50.000,00				160.000,00
1.1.1.1.		18	2015	107	Europarque	ADM. DIR.	100.0	PAF	2015/04/01	2018/12/31	2	7.010,02		312.400,00			300.000,00	300.000,00			919.410,02
1.1.1.1.	0102/0701041301	18	2015	107											75.000,00						
1.1.1.1.	0102/0701060201	18	2015	107											10.000,00						
1.1.1.1.	0102/07010801	18	2015	107											1.200,00						
1.1.1.1.	0102/07010901	18	2015	107											86.200,00						
1.1.1.1.	0102/0701100201	18	2015	107											30.000,00						
1.1.1.1.	0102/07011501	18	2015	107											110.000,00						
1.1.1.1.		14	2016	10	Aquisição de mobiliário e equipamento diverso	OUTRA	100.0	PAF	2016/01/02	2018/12/31	0			40.005,00			50.000,00	50.000,00			140.005,00
1.1.1.1.	02/07010901	14	2016	10											20.000,00						
1.1.1.1.	02/07011201	14	2016	10											5,00						
1.1.1.1.	02/07011501	14	2016	10											20.000,00						
1.1.1.1.		15	2016	11	Desmaterialização de processos	OUTRA	100.0	PAF	2016/01/02	2018/12/31	0			7.000,00			5.000,00	5.000,00			17.000,00
1.1.1.1.	02/07010701	15	2016	11											1.000,00						
1.1.1.1.	02/07010801	15	2016	11											5.000,00						
1.1.1.1.	02/07010901	15	2016	11											1.000,00						
1.1.1.1.	02/07010701	16	2016	78	AMP2020 - TIC	OUTRA	80.0	20.0	PAF	2016/01/02	2018/12/31	0		300,00			10.000,00	10.000,00			20.300,00
1.1.1.1.	02/07010701	16	2016	78											100,00						
1.1.1.1.	02/07010801	16	2016	78											100,00						
1.1.1.1.	02/07011501	16	2016	78											100,00						
1.2.					Segurança e ordem públicas							6.028,21		26.000,00	26.000,00		85.000,00	85.000,00			202.028,21
1.2.1.					Protecção civil e luta contra incêndios							6.028,21		26.000,00	26.000,00		85.000,00	85.000,00			202.028,21
1.2.1.3.					Proteccao civil							6.028,21		26.000,00	26.000,00		85.000,00	85.000,00			202.028,21
1.2.1.3.	06/07011501	07	2015	98	Sistema e equipamentos segurança contra incendios	OUTRA	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	3	6.028,21		25.000,00	25.000,00		35.000,00	35.000,00			101.028,21
1.2.1.3.		06	2016	13	Aquisição/reparação de maquinaria e equipamentos	OUTRA	100.0	POMPCA	2016/01/02	2018/12/31	0			1.000,00			50.000,00	50.000,00			101.000,00
1.2.1.3.	06/0701060201	06	2016	13											500,00						
1.2.1.3.	06/07011501	06	2016	13											500,00						
2.					Funções sociais							3.759.723,59		9.019.935,00	3.493.735,00	5.526.200,00	9.446.000,00	4.431.000,00			26.656.658,59
2.1.					Educação							459.742,25		1.879.299,00	699.299,00	1.180.000,00	4.476.000,00	3.461.000,00			10.276.041,25
2.1.1.					Ensino não superior							459.742,25		1.876.299,00	696.299,00	1.180.000,00	4.475.000,00	3.460.000,00			10.271.041,25
A TRANSPORTAR ...												228.119,31		1.262.705,00	682.705,00	580.000,00	1.503.000,00	703.000,00	75.000,00		3.771.824,31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS		
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019				
			A TRANSPORTAR ...									687.861,56		2.596.288,00	1.136.288,00	1.460.000,00	5.483.000,00	3.813.000,00	75.000,00		12.655.149,56		
2.1.1.1.	11/07010901	54	2015	36	Escola de Educação Rodoviária	OUTRA	100.0		PEDJ	2015/01/02	2016/12/31	0		216,00	216,00							216,00	
2.1.1.1.	06/0701030501	56	2015	95	Substituição de coberturas de amianto dos JI do concelho	EMPREITADA	100.0		PEDJ	2015/01/02	2016/12/31	4		20.000,00	20.000,00							20.000,00	
2.1.1.1.	11/0701030501	38	2016	1	Requalificação do JI Chão do Rio, EB Póvoa (Paços Brandão), EB Beira/Gião, EB n.º2(JI), EB Cavaco e outros	EMPREITADA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2018/12/31	0		310.000,00	10.000,00	300.000,00	200.000,00	200.000,00				710.000,00	
2.1.1.1.	11/0701030501	39	2016	2	Substituição de coberturas de amianto dos JI do concelho	EMPREITADA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2017/12/31	0		75.000,00	75.000,00		30.000,00					105.000,00	
2.1.1.1.	11/0701030501	40	2016	3	Escola Básica de Sobral (JI)	EMPREITADA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2017/12/31	0		10.000,00	10.000,00		65.000,00					75.000,00	
2.1.1.1.		41	2016	4	Segurança nas Escolas	OUTRA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2016/12/31	0		5.500,00								5.500,00	
2.1.1.1.	11/07011101	41	2016	4											5.000,00								
2.1.1.1.	11/07011501	41	2016	4											500,00								
2.1.1.1.	11/07010901	42	2016	5	Centro de recursos educativos municipal	OUTRA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2016/12/31	0		1.000,00	1.000,00							1.000,00	
2.1.1.1.	11/07010901	43	2016	6	Quadros Interativos	OUTRA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2016/12/31	0		3.000,00	3.000,00							3.000,00	
2.1.1.1.		44	2016	7	Escola de Educação Rodoviária	OUTRA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2016/12/31	0		1.000,00								1.000,00	
2.1.1.1.	11/07010701	44	2016	7												500,00							
2.1.1.1.	11/07010901	44	2016	7												500,00							
2.1.1.1.	11/0701030501	45	2016	8	Substituição de caixilharias em várias escolas	EMPREITADA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2017/12/31	0		30.000,00	30.000,00		50.000,00					80.000,00	
2.1.1.1.		46	2016	9	Construção/requalificação de cantinas e refeitórios escolares	EMPREITADA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2018/12/31	0		37.000,00			50.000,00	50.000,00					137.000,00
2.1.1.1.	11/0701030501	46	2016	9											7.000,00								
2.1.1.1.	11/07010901	46	2016	9											15.000,00								
2.1.1.1.	11/0701100201	46	2016	9											15.000,00								
2.1.1.1.	11/0701030501	47	2016	12	Remodelação e manutenção do parque escolar	EMPREITADA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2018/12/31	0		50.000,00	50.000,00		100.000,00	100.000,00				250.000,00	
2.1.2.					Serviços auxiliares de ensino									3.000,00	3.000,00		1.000,00	1.000,00				5.000,00	
2.1.2.3.					Remodelacao das Instalacoes da Educacao									3.000,00	3.000,00		1.000,00	1.000,00				5.000,00	
2.1.2.3.	10/07010901	01	2016	41	Projetos no âmbito da juventude	OUTRA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2016/12/31	0		2.000,00	2.000,00							2.000,00	
2.1.2.3.	02/07011501	02	2016	42	Jovem Autarca	OUTRA	100.0		PEDJ	2016/01/02	2018/12/31	0		1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00				3.000,00	
2.2.					Saúde									59.763,26	2.104.635,00	4.635,00	2.100.000,00	620.000,00	100.000,00			2.884.398,26	
2.2.1.					Serviços individuais de saúde									59.763,26	2.104.635,00	4.635,00	2.100.000,00	620.000,00	100.000,00			2.884.398,26	
2.2.1.3.					Apoio a Construção e Melhoramentos de Unidades de Saúde									59.763,26	2.104.635,00	4.635,00	2.100.000,00	620.000,00	100.000,00			2.884.398,26	
2.2.1.3.	12/0701030701	02	2010	106	UNIDADE DE SAUDE FAMILIAR DE ARGONCILHE	EMPREITADA	100.0		DP	2010/01/02	2016/12/31	4		59.763,26		1.635,00	1.635,00					61.398,26	
					A TRANSPORTAR ...									747.624,82		3.143.639,00	1.383.639,00	1.760.000,00	5.979.000,00	4.164.000,00	75.000,00		14.109.263,82

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...											747.624,82		3.143.639,00	1.383.639,00	1.760.000,00	5.979.000,00	4.164.000,00	75.000,00		14.109.263,82	
2.2.1.3.	12/0701030701	01	2015	100	Construção da Unidade de Saúde de Milheirós de Poiaras	EMPREITADA	100.0		DP	2015/01/02	2017/12/31	0	1.001.000,00	1.000,00	1.000.000,00	500.000,00				1.501.000,00	
2.2.1.3.	12/0701030701	02	2015	101	Remodelação e ampliação da Unidade de Saúde de Riomeao	EMPREITADA	100.0		DP	2015/01/02	2017/12/31	0	101.000,00	1.000,00	100.000,00	20.000,00				121.000,00	
2.2.1.3.	12/0701030701	01	2016	77	Construção da Unidade de Saúde de Canedo	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2018/12/31	0	1.001.000,00	1.000,00	1.000.000,00	100.000,00	100.000,00			1.201.000,00	
2.4.					Habitação e serviços colectivos								1.527.184,34	4.086.686,00	1.901.486,00	2.185.200,00	2.210.000,00	870.000,00		8.693.870,34	
2.4.1.					Habitação								14.053,82	61.000,00	61.000,00	70.000,00	70.000,00			215.053,82	
2.4.1.1.					Habitacao								14.053,82	61.000,00	61.000,00	70.000,00	70.000,00			215.053,82	
2.4.1.1.		05	2015	12	Conservação e recuperação do parque habitacional	ADM. DIR.	100.0		DASQV	2015/01/02	2018/12/31	3	14.053,82			70.000,00	70.000,00			215.053,82	
2.4.1.1.	12/0701020301	05	2015	12											50.000,00						
2.4.1.1.	12/07010901	05	2015	12											6.000,00						
2.4.1.1.	12/07011501	05	2015	12											5.000,00						
2.4.2.					Ordenamento do território								159.519,66	1.538.057,00	353.857,00	1.184.200,00	1.035.000,00	275.000,00		3.007.576,66	
2.4.2.1.					Planeamento Urbanístico								904.490,00	165.290,00	739.200,00	710.000,00				1.614.490,00	
2.4.2.1.	04/07010801	06	2015	91	Transportes, rodoviários, ferroviários, taxis e metro	OUTRA	100.0		PPU	2015/01/02	2017/12/31	0	82.500,00	12.500,00	70.000,00	10.000,00				92.500,00	
2.4.2.1.	04/07010801	08	2015	93	Atualização serviços no Portal Serviços ao Cidadão	OUTRA	100.0		PPU	2015/01/02	2017/12/31	0	20.000,00	3.000,00	17.000,00	50.000,00				70.000,00	
2.4.2.1.		02	2016	14	Aquisição e licenciamento de software/hardware	OUTRA	100.0		PPU	2016/10/02	2016/12/31	0	24.490,00							24.490,00	
2.4.2.1.	04/07010701	02	2016	14											18.585,00						
2.4.2.1.	04/07010801	02	2016	14											5.905,00						
2.4.2.1.	04/07010801	03	2016	15	Sistema de Informação Geográfica	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0	12.000,00	1.800,00	10.200,00					12.000,00	
2.4.2.1.	04/07010801	04	2016	16	Processos de negócios desmaterializados	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2017/12/31	0	225.000,00	33.750,00	191.250,00	115.000,00				340.000,00	
2.4.2.1.	04/07010801	05	2016	17	Gestão Autarquica - POCAL	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2017/12/31	0	185.000,00	27.750,00	157.250,00	100.000,00				285.000,00	
2.4.2.1.	04/07010801	06	2016	18	Descentralização de serviços nas Juntas de Freguesias	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2017/12/31	0	500,00	500,00		210.000,00				210.500,00	
2.4.2.1.	04/07010801	07	2016	19	Módulo Colaborativo para entidades externas	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2017/01/13	0	500,00	500,00		60.000,00				60.500,00	
2.4.2.1.	04/07010801	08	2016	20	Gestão de Arquivo	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2017/12/31	0	210.000,00	31.500,00	178.500,00	110.000,00				320.000,00	
2.4.2.1.	04/07010701	09	2016	21	Aquisição de Sistema GPS para Topografia	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0	8.500,00	8.500,00		8.500,00				8.500,00	
2.4.2.1.	04/07010801	22	2016	22	Consultadoria e Gestão de Projetos	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0	135.500,00	20.500,00	115.000,00					135.500,00	
2.4.2.1.	04/07010801	23	2016	24	Entrega de requerimentos em formato digital off-line	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2017/12/31	0	500,00	500,00		55.000,00				55.500,00	
2.4.2.2.					Urbanizacao								159.519,66	633.567,00	188.567,00	445.000,00	325.000,00	275.000,00		1.393.086,66	
2.4.2.2.	04/0701041301	06	2011	12	INFRAESTRUTURAS NO LOTEAMENTO-LOBÃO	EMPREITADA	100.0		DP	2011/01/02	2016/12/31	4	9.518,00	9.518,00						9.518,00	
2.4.2.2.	04/0701030701	09	2011	63	CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PATRIMÔNIO EDIFICADO	EMPREITADA	100.0		DAOM	2011/01/02	2016/12/31	3	74.702,26	4.560,00	4.560,00					79.262,26	
2.4.2.2.	04/0701041301	01	2014	5	OUTRAS INTERVENÇÕES	OUTRA	100.0		PPU	2014/01/02	2016/12/31	4	6.617,40	5.166,00	5.166,00					11.783,40	
2.4.2.2.	04/0701041301	10	2014	24	Reparações no património edificado	OUTRA	100.0		PPU	2014/01/02	2016/12/31	4		4.323,00	4.323,00					4.323,00	
2.4.2.2.	04/07010101	01	2015	13	Aquisição de terrenos	OUTRA	100.0		PPU	2015/01/02	2018/12/31	0	78.200,00	480.000,00	80.000,00	200.000,00	200.000,00			958.200,00	
A TRANSPORTAR ...											921.198,30		6.715.696,00	1.716.496,00	4.999.200,00	7.579.000,00	4.534.000,00	75.000,00		19.824.894,30	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...												1.760.734,03		7.529.494,00	2.485.294,00	5.044.200,00	7.884.000,00	4.789.000,00	75.000,00		22.038.228,03
2.4.3.1.	06/07010101	03	2016	29	Aquisição de terrenos/expropriações	OUTRA	100.0		DSBA	2016/01/02	2018/12/31	0		15.000,00	15.000,00		15.000,00	15.000,00		45.000,00	
2.4.3.1.	06/07030302	04	2016	30	Execução de rede de saneamento e perfuração - rotunda Arrifana	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2017/12/31	0		38.000,00	38.000,00		20.000,00			58.000,00	
2.4.3.1.	06/07030302	05	2016	31	Acesso aos Reservatórios R52 e R57 e EE das Caldas de S. Jorge	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2017/12/31	0		31.000,00	31.000,00		30.000,00			61.000,00	
2.4.3.1.	06/07030302	06	2016	32	Execução de rede de saneamento no lugar da Drª de Campos - Feira	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2016/12/31	0		70.000,00	10.000,00	60.000,00				70.000,00	
2.4.3.1.	06/07030302	07	2016	33	Execução de rede de saneamento Rua das Fogaceiras - Feira	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2016/12/31	0		10.000,00	10.000,00					10.000,00	
2.4.3.1.	06/07030302	08	2016	34	Execução de rede de saneamento no lugar de Baixa do Melro - Souto	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2016/12/31	0		15.000,00	15.000,00					15.000,00	
2.4.4.					Abastecimento de Água									52.074,27	1.348.717,00	467.717,00	881.000,00	510.000,00	80.000,00	1.990.791,27	
2.4.4.1.					Água									52.074,27	1.348.717,00	467.717,00	881.000,00	510.000,00	80.000,00	1.990.791,27	
2.4.4.1.	06/0701040701	04	2008	10	CONSTRUÇÃO DE OUTRAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	EMPREITADA	100.0		DSBA	2008/01/02	2018/12/31	4	42.099,27	75.000,00	75.000,00		510.000,00	80.000,00		117.099,27	
2.4.4.1.	06/0701040701	01	2011	40	CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO R39 - VALE	EMPREITADA	20.0	80.0	DSBA	2011/01/02	2018/12/31	1		770,00	770,00					770,00	
2.4.4.1.	06/0701040701	03	2011	41	CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO R53 - MOSTEIRÔ	EMPREITADA	20.0	80.0	DSBA	2011/01/02	2018/12/31	1		770,00	770,00					770,00	
2.4.4.1.	06/0701100201	01	2013	32	Equipamento eletromecânico para a estação elevatória em Mozelos	OUTRA	100.0		DSBA	2013/01/02	2018/12/31	0		30.315,00	30.315,00					30.315,00	
2.4.4.1.	06/07010101	13	2014	48	Aquisição de Terrenos / indenizações	OUTRA	100.0		DSBA	2014/01/02	2018/12/31	2		1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.4.4.1.	06/07030302	09	2015	63	Construção da rede de drenagem pluvial na Rua da Escola dos Mortais - Riomeão	EMPREITADA	100.0		DSBA	2015/01/02	2018/12/31	1		21.100,00	21.100,00					21.100,00	
2.4.4.1.	06/07010101	14	2015	69	Aquisição de Terrenos / indenizações	OUTRA	100.0		DSBA	2015/01/02	2018/12/31	2	9.975,00	3.000,00	3.000,00					12.975,00	
2.4.4.1.	06/0701040701	15	2015	103	Construção de outras redes de abastecimento de água	EMPREITADA	100.0		DSBA	2015/01/02	2018/12/31	2		40.762,00	40.762,00					40.762,00	
2.4.4.1.	06/07030302	01	2016	27	Construção de outras redes de abastecimento de água	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2018/12/31	0		100.000,00	100.000,00		80.000,00	80.000,00		260.000,00	
2.4.4.1.	06/07030301	02	2016	53	Drenagem de águas pluviais na Rua da Várzea/Av. do Corgo - Arrifana	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0		100.000,00	30.000,00	70.000,00	70.000,00			170.000,00	
2.4.4.1.	06/07030301	03	2016	54	Drenagem de águas pluviais na Rua das Fontainhas Arrifana	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0		111.000,00	25.000,00	86.000,00	20.000,00			131.000,00	
2.4.4.1.	06/07030301	04	2016	57	Rede pluvial na Rua João Paulo II	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0		50.000,00	50.000,00		15.000,00			65.000,00	
2.4.4.1.	06/07030301	05	2016	59	Construção da rede de drenagem pluvial na Rua das Escolas - Rio Meio	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/03	0		151.000,00	1.000,00	150.000,00	50.000,00			201.000,00	
2.4.4.1.	06/07030301	06	2016	61	Rede pluvial na Rua do Areeiro	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0		62.000,00	12.000,00	50.000,00	50.000,00			112.000,00	
A TRANSPORTAR ...												1.812.808,30		8.455.211,00	2.995.011,00	5.460.200,00	8.234.000,00	4.884.000,00	75.000,00		23.461.019,30

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...												1.812.808,30		8.455.211,00	2.995.011,00	5.460.200,00	8.234.000,00	4.884.000,00	75.000,00		23.461.019,30
2.4.4.1.	06/07030301	07	2016	63	Rede águas pluviais na Rua de Casal Meão - S. João de Ver	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0	50.500,00	500,00	50.000,00	50.000,00			100.500,00		
2.4.4.1.	06/07030301	08	2016	65	Construção de rede pluvial no lugar de Fial - S. Paio de Oleiros	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0	85.500,00	500,00	85.000,00	50.000,00			135.500,00		
2.4.4.1.	06/07030301	09	2016	68	Construção de canal para condução de águas pluviais - loteamento do lugar da Igreja - Canedo	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0	50.000,00	50.000,00					50.000,00		
2.4.4.1.	06/07030301	10	2016	69	Rede de águas pluviais na Rua dos Descobrimientos - Santa Maria da Feira	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0	141.000,00	1.000,00	140.000,00	50.000,00			191.000,00		
2.4.4.1.	06/07030301	11	2016	71	Construção da Rede Pluvial na Rua Nova Espargo - Espargo	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0	275.000,00	25.000,00	250.000,00	75.000,00			350.000,00		
2.4.6.					Protecção do meio ambiente e conservação da natureza								462.000,86	276.114,00	216.114,00	60.000,00	350.000,00	250.000,00	1.338.114,86		
2.4.6.1.					Protecção do meio ambiente								462.000,86	276.114,00	216.114,00	60.000,00	350.000,00	250.000,00	1.338.114,86		
2.4.6.1.	06/07010101	10	2010	107	CONSTRUÇÃO DE PARQUES DE LAZER	OUTRA	100.0		POMPCA	2010/01/02	2018/12/31	2	10.500,00	10.500,00					10.500,00		
2.4.6.1.		16	2011	52	REQUALIFICAÇÃO E GESTÃO ACTIVA DO CORREDOR ECOLÓGICO DO RIO UÍMA	EMPREITADA	20.0	80.0	POMPCA	2011/01/02	2018/12/31	4	10.503,15						25.379,15		
2.4.6.1.	06/0701041301	16	2011	52											14.757,00						
2.4.6.1.	06/07011501	16	2011	52											119,00						
2.4.6.1.		24	2011	56	REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DAS PEDREIRAS DE LOUROSOSA	EMPREITADA	10.0	10.0	80.0	POMPCA	2011/01/02	2018/12/31	4	357.556,07						408.204,07	
2.4.6.1.	06/0701040201	24	2011	56											648,00						
2.4.6.1.	06/0701040501	24	2011	56											50.000,00						
2.4.6.1.	06/07030313	02	2013	29	Reconstrução do Açude - Caldas de S. Jorge	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2013/01/02	2018/12/31	3	63.239,23	7.800,00	7.800,00				71.039,23		
2.4.6.1.	06/07010101	08	2013	60	Construção de parques de lazer	OUTRA	100.0		POMPCA	2013/01/01	2018/12/31	2	30.622,01	24.290,00	24.290,00				54.912,01		
2.4.6.1.	06/0701041301	01	2015	16	Requalificação nucleo de Carvoeiro-Canedo (margens Rio Douro)	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	2	80,40	55.000,00	55.000,00	350.000,00	250.000,00		655.080,40		
2.4.6.1.		06	2016	35	Construção/Reabilitação de parques de lazer	OUTRA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2016/12/31	0		3.000,00					3.000,00		
2.4.6.1.	06/07010101	06	2016	35											500,00						
2.4.6.1.	06/07011501	06	2016	35											2.500,00						
2.4.6.1.		07	2016	36	Aquisição de equipamento	OUTRA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2016/12/31	0	110.000,00		60.000,00				110.000,00		
2.4.6.1.	06/0701100201	07	2016	36											45.000,00						
2.4.6.1.	06/07011101	07	2016	36											5.000,00						
2.5.					Servicos culturais, recreativos e religiosos								1.713.033,74	949.315,00	888.315,00	61.000,00	2.140.000,00		4.802.348,74		
2.5.1.					Cultura								1.001.841,23	168.651,00	107.651,00	61.000,00	20.000,00		1.190.492,23		
2.5.1.1.					Rede leitura publica									76.600,00	15.600,00	61.000,00	20.000,00		96.600,00		
2.5.1.1.1.		10			Biblioteca Municipal									76.600,00	15.600,00	61.000,00	20.000,00		96.600,00		
2.5.1.1.1.		1001	2016	38	Aquisição de equipamento	OUTRA	100.0			2016/01/02	2016/12/31	0		5.000,00					5.000,00		
2.5.1.1.1.	08/07010901	1001	2016	38											2.500,00						
2.5.1.1.1.	08/07011501	1001	2016	38											2.500,00						
A TRANSPORTAR ...												2.274.809,16		9.338.325,00	3.293.125,00	6.045.200,00	8.809.000,00	5.134.000,00	75.000,00		25.631.134,16

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...											2.274.809,16		9.338.325,00	3.293.125,00	6.045.200,00	8.809.000,00	5.134.000,00	75.000,00		25.631.134,16	
2.5.1.1.		1002	2016	39	Aquisição de hardware/software	OUTRA	100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0	8.500,00							8.500,00	
2.5.1.1.	08/07010701	1002	2016	39										7.500,00							
2.5.1.1.	08/07010801	1002	2016	39										1.000,00							
2.5.1.1.		1003	2016	40	Bibliobus	OUTRA	20.0	80.0	DBA	2016/01/02	2017/12/31	0	63.100,00		61.000,00	20.000,00				83.100,00	
2.5.1.1.	08/0701060201	1003	2016	40										1.500,00							
2.5.1.1.	08/07010701	1003	2016	40										600,00							
2.5.1.2.					Rede museus								1.000,00	1.000,00						1.000,00	
2.5.1.2.		10	2016	37	Aquisição de equipamento	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0	1.000,00							1.000,00	
2.5.1.2.	09/07010901	10	2016	37										500,00							
2.5.1.2.	09/07011501	10	2016	37										500,00							
2.5.1.5.					Promocao cultural								1.001.841,23	91.051,00	91.051,00					1.092.892,23	
2.5.1.5.		03	2010	104	CENTRO ARTES DE RUA INCLUINDO ARRANJOS EXTERIORES	EMPREITADA	15.0	85.0	DACT	2010/01/02	2018/12/31	4	1.001.841,23							1.092.892,23	
2.5.1.5.	09/0701040601	03	2010	104										6.051,00							
2.5.1.5.	09/07010901	03	2010	104										3.000,00							
2.5.1.5.	09/07011501	03	2010	104										12.000,00							
2.5.1.5.	09/07030313	03	2010	104										70.000,00							
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer								711.192,51	780.664,00	780.664,00	2.120.000,00				3.611.856,51	
2.5.2.1.					Rede de equipamentos desportivos								711.192,51	780.664,00	780.664,00	2.120.000,00				3.611.856,51	
2.5.2.1.	10/07010101	07	2006	100	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA	100.0		DJD	2006/01/02	2018/12/31	2	3.000,00	3.000,00						3.000,00	
2.5.2.1.	10/0701040601	01	2008	34	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE FIÀES	EMPREITADA	30.0	70.0	DJD	2008/01/02	2018/12/31	9	30.943,93	26.216,00	26.216,00						57.159,93
2.5.2.1.	06/0701030201	04	2012	18	BALNEÁRIOS DO CAMPO DE JOGOS DE PIGEIROS	EMPREITADA	100.0		DJD	2012/01/02	2018/12/31	9	3.659,00	3.659,00							3.659,00
2.5.2.1.	06/0701030201	07	2012	57	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO POLIDESPORTIVO DE S.JOÃO DE VÊR	EMPREITADA	100.0		DJD	2012/01/02	2018/12/31	3	524.076,48	100.000,00	100.000,00						624.076,48
2.5.2.1.	06/07011501	03	2013	44	Parques Desportivos e Outras Infraestruturas	EMPREITADA	100.0		DJD	2013/01/02	2018/12/31	4	398,00	398,00							398,00
2.5.2.1.	06/0701030201	02	2014	53	Pavilhão Gimnodesportivo Mzeles	EMPREITADA	100.0		DJD	2014/01/02	2017/12/31	0	42.889,32	400.000,00	400.000,00	900.000,00					1.342.889,32
2.5.2.1.		08	2014	61	Requalificação do "Matadouro"	EMPREITADA	100.0		DJD	2014/01/02	2018/12/31	0	111.472,73	4.926,00							116.398,73
2.5.2.1.	10/0701030201	08	2014	61										4.710,00							
2.5.2.1.	10/07010901	08	2014	61										216,00							
2.5.2.1.	06/0701030201	05	2015	72	Construção de Piscina de Canedo	EMPREITADA	100.0		DJD	2015/01/02	2018/12/31	0	100.000,00	100.000,00		1.100.000,00					1.200.000,00
2.5.2.1.		09	2015	76	Outras infraestruturas e equipamentos desportivos	EMPREITADA	100.0		DJD	2015/01/02	2018/12/31	2	1.810,05	3.521,00							5.331,05
2.5.2.1.	10/0701040601	09	2015	76										752,00							
2.5.2.1.	10/07011101	09	2015	76										2.769,00							
2.5.2.1.	06/0701030201	13	2015	104	Reabilitação do complexo desportivo das piscinas Fiães	EMPREITADA	100.0		DJD	2015/01/02	2016/12/31	0	30.000,00	30.000,00							30.000,00
2.5.2.1.	06/0701030201	14	2015	105	Reabilitação do complexo desportivo das piscinas Lourosa	EMPREITADA	100.0		DJD	2015/01/02	2017/12/31	0	15.000,00	15.000,00		20.000,00					35.000,00
2.5.2.1.	06/0701030201	15	2015	106	Reabilitação do complexo desportivo das piscinas S.M.Feira	EMPREITADA	100.0		DJD	2015/01/02	2016/12/31	0	8.944,00	8.944,00							8.944,00
A TRANSPORTAR ...											3.987.842,90		10.197.640,00	4.091.440,00	6.106.200,00	10.849.000,00	5.134.000,00	75.000,00		30.243.482,90	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...												3.987.842,90		10.197.640,00	4.091.440,00	6.106.200,00	10.849.000,00	5.134.000,00	75.000,00		30.243.482,90
2.5.2.1.		06	2016	44	Rede de Pavilhões Municipais	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0	27.000,00							27.000,00	
2.5.2.1.	10/07010701	06	2016	44										2.000,00							
2.5.2.1.	10/07010901	06	2016	44										9.000,00							
2.5.2.1.	10/07011501	06	2016	44										16.000,00							
2.5.2.1.		07	2016	45	Rede de Polidesportivos Municipais	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0	15.000,00							15.000,00	
2.5.2.1.	10/07010901	07	2016	45										5.000,00							
2.5.2.1.	10/07011501	07	2016	45										10.000,00							
2.5.2.1.		08	2016	46	Outras infraestruturas e equipamentos desportivos	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0	1.000,00							1.000,00	
2.5.2.1.	10/07010901	08	2016	46										500,00							
2.5.2.1.	10/07011101	08	2016	46										500,00							
2.5.2.1.		09	2016	47	Percursos pedestres e ciclovias	EMPREITADA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0	2.000,00							2.000,00	
2.5.2.1.	10/0701040601	09	2016	47										1.000,00							
2.5.2.1.	10/07010901	09	2016	47										1.000,00							
2.5.2.1.		10	2016	48	Circuitos de manutenção	EMPREITADA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0	7.000,00							7.000,00	
2.5.2.1.	10/0701040601	10	2016	48										1.000,00							
2.5.2.1.	10/07010901	10	2016	48										6.000,00							
2.5.2.1.		11	2016	49	Construção de SkatePark	EMPREITADA	100.0		DJD	2016/01/02	2017/12/31	0	25.000,00			60.000,00				85.000,00	
2.5.2.1.	10/0701040601	11	2016	49										20.000,00							
2.5.2.1.	10/07011501	11	2016	49										5.000,00							
2.5.2.1.	10/07010901	12	2016	50	PAD	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0	1.000,00	1.000,00					1.000,00		
2.5.2.1.		13	2016	51	Parques Desportivos e Outras Infraestruturas	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2017/12/31	0	7.000,00			40.000,00				47.000,00	
2.5.2.1.	10/0701040601	13	2016	51										1.000,00							
2.5.2.1.	10/07010901	13	2016	51										1.000,00							
2.5.2.1.	10/07011501	13	2016	51										5.000,00							
3.					Funções econômicas								1.610.054,59	8.614.218,00	6.279.218,00	2.335.000,00	9.910.000,00	9.010.000,00	3.500.000,00	32.644.272,59	
3.2.					Indústria e energia								313.404,65	1.055.000,00	55.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	2.868.404,65	
3.2.1.					Industria e energia								313.404,65	1.055.000,00	55.000,00	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	2.868.404,65		
3.2.1.1.					Iluminacao publica								313.404,65	5.000,00	5.000,00	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	318.404,65		
3.2.1.1.	06/0701040401	02	2012	17	ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGETICA NA ILUMINAÇÃO PUBLICA	EMPREITADA	15.0		POMPCA	2012/01/02	2018/12/31	0	313.404,65	5.000,00	5.000,00					318.404,65	
3.2.1.2.					Dinamizacao industrial								1.050.000,00	50.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	2.550.000,00		
3.2.1.2.	04/0701040101	01	2016	80	Requalificação e Ampliação de Zonas Industriais	EMPREITADA	100.0		PU	2016/01/02	2018/12/31	0	1.050.000,00	50.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	2.550.000,00		
3.3.					Transportes e comunicações								1.125.277,51	7.537.525,00	6.202.525,00	1.335.000,00	8.910.000,00	8.510.000,00	3.500.000,00	29.582.802,51	
3.3.1.					Transportes rodoviários								1.125.277,51	7.537.525,00	6.202.525,00	1.335.000,00	8.910.000,00	8.510.000,00	3.500.000,00	29.582.802,51	
3.3.1.1.					Rede viaria sinalizacao								1.111.335,05	7.450.760,00	6.115.760,00	1.335.000,00	8.850.000,00	8.450.000,00	3.500.000,00	29.362.095,05	
3.3.1.1.	06/07010101	20	2002	217	AQUISICÃO DE TERRENOS	OUTRA	100.0		POMPCA	2002/07/11	2018/12/31	P		5.282,00	5.282,00					5.282,00	
3.3.1.1.	06/07010101	08	2005	123	AQUISICÃO DE TERRENOS	OUTRA	100.0		POMPCA	2005/03/11	2018/12/31	2		500,00	500,00					500,00	
3.3.1.1.	06/0701040101	06	2010	58	CONSOLIDAÇÃO ESTRUTURAL, REPARAÇÃO E ALARGAMENTO DE OUTRAS PONTES	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2010/01/02	2018/12/31	4		2.505,00	2.505,00					2.505,00	
3.3.1.1.	06/0701040801	17	2011	61	PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS URBANAS E RURAIS	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2011/01/02	2018/12/31	0	98.329,74	5.500,00	5.500,00					103.829,74	
A TRANSPORTAR ...												4.399.577,29		11.351.427,00	4.245.227,00	7.106.200,00	11.949.000,00	5.634.000,00	75.000,00		33.409.004,29

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...											4.399.577,29		11.351.427,00	4.245.227,00	7.106.200,00	11.949.000,00	5.634.000,00	75.000,00		33.409.004,29	
3.3.1.1.	06/0701040901	04	2009	75	FORNECIMENTO, APLICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E LUMINOSA, SINALETICA INFORMATIVA E APLICAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA	OUTRA	100.0	POMPCA	2009/01/02	2018/12/31	4		1.000,00	1.000,00						1.000,00	
3.3.1.1.	06/07030301	05	2012	8	PAVIMENTAÇÕES EM ARRUEAMENTOS, VIADUTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2012/01/02	2018/12/31	4	5.215,20	1.500,00	1.500,00						6.715,20	
3.3.1.1.	06/0701040101	06	2012	9	ARRUEAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2012/01/02	2018/12/31	2		14.363,00	14.363,00						14.363,00	
3.3.1.1.	06/07030301	04	2013	7	Arruamentos e Obras complementares	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2013/01/02	2018/12/31	3	126.863,13	50.000,00	50.000,00						176.863,13	
3.3.1.1.	06/07010101	17	2013	30	Aquisição de terrenos (expropriações e indenizações)	OUTRA	100.0	POMPCA	2013/01/02	2018/12/31	0	28.724,05	237.000,00	237.000,00						265.724,05	
3.3.1.1.	06/07030301	01	2014	9	Pavimentação de ramos da rede viária municipal	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2014/01/02	2018/12/31	3	43.556,26	15.000,00	15.000,00						58.556,26	
3.3.1.1.	06/07030301	02	2014	10	Arruamentos e Obras complementares	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2014/01/02	2018/12/31	2	135.034,93	55.000,00	55.000,00						190.034,93	
3.3.1.1.	06/0701030101	03	2014	11	Remodelação e manutenção de edifícios municipais	OUTRA	100.0	POMPCA	2014/01/02	2018/12/31	2	10.010,30	25.500,00	25.500,00						35.510,30	
3.3.1.1.	06/0701040901	04	2014	13	Fornecimento, aplicação e conservação de sinalização vertical/horizontal, luminosa, sinalética e placas informativas	OUTRA	100.0	POMPCA	2014/01/02	2018/12/31	0	13.880,49	3.319,00	3.319,00						17.199,49	
3.3.1.1.	06/07030313	06	2014	27	Construção de Muros de suporte de Terras e de Vedação	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2014/01/02	2018/12/31	2	136.489,15	18.500,00	18.500,00						154.989,15	
3.3.1.1.	06/07011101	01	2015	1	Aquisição equipamentos e ferramentas diversas	OUTRA	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	2	33.572,48	1.680,00	1.680,00						35.252,48	
3.3.1.1.	06/07030301	04	2015	4	Pavimentação de tramos da rede viária municipal	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	2	144.149,26	4.000.000,00	4.000.000,00	4.200.000,00	4.200.000,00	3.500.000,00			16.044.149,26	
3.3.1.1.	06/07030313	05	2015	5	Construção de muros de suporte de terras e de vedação	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	2	19.076,73	30.200,00	30.200,00						49.276,73	
3.3.1.1.	06/07011501	06	2015	6	Demolição de habitações, muros ou outras construções em ruínas	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	2		21.900,00	21.900,00						21.900,00	
3.3.1.1.		08	2015	8	Arruamentos e obras complementares	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	2	291.088,60	1.050.000,00		4.000.000,00	4.000.000,00				9.341.088,60	
3.3.1.1.	06/07011501	08	2015	8										50.000,00							
3.3.1.1.	06/07030301	08	2015	8										1.000.000,00							
3.3.1.1.	06/0701040901	10	2015	10	Fornecimento, aplicação e conservação de sinalização vertical/horizontal, luminosa, sinalética e placas informativas	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	2	2.247,86	24.511,00	24.511,00						26.758,86	
A TRANSPORTAR ...											5.389.485,73		16.900.900,00	9.794.700,00	7.106.200,00	20.149.000,00	13.834.000,00	3.575.000,00		59.848.385,73	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...												5.389.485,73		16.900.900,00	9.794.700,00	7.106.200,00	20.149.000,00	13.834.000,00	3.575.000,00		59.848.385,73
3.3.1.1.	06/07030301	11	2015	38	Req. Ruas Dr.Candido Pinho,Ant.Mart.S.Leite e Olival e Av.5 Outubro e monumento	EMPREITADA	100.0		DP	2015/01/02	2016/12/31	4			50.000,00	50.000,00					50.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	16	2015	44	Alargamento de arruamento na Travessa das Pedreiras - Lourosa	EMPREITADA	100.0		DP	2015/01/02	2018/12/31	2	23.096,87		25.000,00	25.000,00					48.096,87
3.3.1.1.	06/07030301	04	2016	52	Rede pluvial e pavimentação da Rua do Ouro - Argoncilhe	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2016/12/31	0			64.000,00	64.000,00					64.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	07	2016	55	Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção e Pavimentação do cruzamento do Farinheiro - Fornos	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0			290.000,00	90.000,00	200.000,00	50.000,00			340.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	08	2016	56	Construção de muro de suporte - Travessa do Alto do Eiteiro	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2016/12/31	0			11.500,00	11.500,00					11.500,00
3.3.1.1.	06/07030301	10	2016	58	Construção de rotunda ao Km 4+600 da EN109-1- Rua das Comendas- Rio Meio	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0			100.000,00	20.000,00	80.000,00	50.000,00			150.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	12	2016	60	Requalificação do Largo das Airas	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0			276.000,00	1.000,00	275.000,00	50.000,00			326.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	14	2016	62	Pavimentação Avenida à Igreja de S. João de Ver	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	0			250.500,00	500,00	250.000,00	50.000,00			300.500,00
3.3.1.1.	06/07030301	16	2016	64	Requalificação da Rua da Igreja - S. Paio de Oleiros	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	0			205.000,00	5.000,00	200.000,00	50.000,00			255.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	19	2016	67	Acessibilidades ao edifício social / junta de freguesia - Vila Maior	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	0			80.500,00	500,00	80.000,00	50.000,00			130.500,00
3.3.1.1.	06/07030301	22	2016	70	Construção de muro de suporte de terras e de vedação	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2018/12/31	0			65.000,00	65.000,00		50.000,00	50.000,00		165.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	24	2016	72	Fornecimento, aplicação e conservação de sinalização vertical luminosa, horizontal, sinalética informativa e aplicação de dispositivos de segurança e marcação rodoviária	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2018/12/31	0			470.000,00		250.000,00	300.000,00	200.000,00		970.000,00
3.3.1.1.	06/0701040901	24	2016	72												170.000,00					
3.3.1.1.	06/07011501	24	2016	72												50.000,00					
3.3.1.4.					Ambiente e Obras Municipais								13.942,46		86.765,00	86.765,00		60.000,00	60.000,00		220.707,46
3.3.1.4.	06/0701060201	01	2014	12	Aquisição de veículos / máquinas e grandes reparações	OUTRA	100.0		POMPCA	2014/01/02	2018/12/31	2	1.642,46		615,00	615,00					2.257,46
3.3.1.4.	06/0701041301	03	2014	31	Desobstrução e reparação das minas existentes no concelho	OUTRA	100.0		POMPCA	2010/09/04	2016/09/04	2	12.300,00		6.150,00	6.150,00					18.450,00
3.3.1.4.		06	2016	73	Aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e grandes reparações	OUTRA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2018/12/31	0			80.000,00			60.000,00	60.000,00		200.000,00
3.3.1.4.	06/0701069901	06	2016	73												25.000,00					
3.3.1.4.	06/0701100201	06	2016	73												45.000,00					
3.3.1.4.	06/07011101	06	2016	73												10.000,00					
A TRANSPORTAR ...												5.426.525,06		18.875.165,00	10.433.965,00	8.441.200,00	20.859.000,00	14.144.000,00	3.575.000,00		62.879.690,06

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...												5.426.525,06		18.875.165,00	10.433.965,00	8.441.200,00	20.859.000,00	14.144.000,00	3.575.000,00		62.879.690,06
3.4.			Comércio e turismo									171.372,43		16.193,00	16.193,00					187.565,43	
3.4.2.			Turismo									171.372,43		16.193,00	16.193,00					187.565,43	
3.4.2.1.			Turismo									171.372,43		16.193,00	16.193,00					187.565,43	
3.4.2.1.1.		01	2013	14	Edifício Turismo e Cultura - Feira	EMPREITADA	78.0	22.0	DACT	2013/01/02	2018/12/31	3	171.372,43	16.193,00						187.565,43	
3.4.2.1.1.	06/0701041301	01	2013	14											10.781,00						
3.4.2.1.1.	06/07010901	01	2013	14											5.412,00						
3.5.			Outras funções econômicas											5.500,00	5.500,00					5.500,00	
3.5.2.			Termalismo											5.500,00	5.500,00					5.500,00	
3.5.2.1.			Termas das Caldas de Sao Jorge											5.500,00	5.500,00					5.500,00	
3.5.2.1.1.	09/0701030701	02	2015	85	Adução e abastecimento de água termal	EMPREITADA	100.0		TERMAS	2015/01/02	2018/12/31	0		5.500,00	5.500,00					5.500,00	
TOTAL GERAL ...												5.597.897,49		18.896.858,00	10.455.658,00	8.441.200,00	20.859.000,00	14.144.000,00	3.575.000,00		63.072.755,49

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de ____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de ____

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS	
1.			Funções gerais									734.752,90		2.282.948,00	2.282.948,00		2.170.160,00	2.166.161,00	1.274.239,00	1.038.478,05	9.666.738,95	
1.1.			Serviços gerais de administração pública									538.770,18		1.975.410,00	1.975.410,00		1.863.318,00	1.859.319,00	1.257.939,00	1.038.478,05	8.533.234,23	
1.1.1.			Administração geral									538.770,18		1.975.410,00	1.975.410,00		1.863.318,00	1.859.319,00	1.257.939,00	1.038.478,05	8.533.234,23	
1.1.1.1.	02/020222	01	2013	1	Medicina no trabalho	OUTRA	100.0	DAF	2013/01/02	2016/12/31	3	11.589,90		22.050,00	22.050,00						33.639,90	
1.1.1.1.	02/020214	08	2013	207	Serviços especializados da revisão metodologica do IVA	OUTRA	100.0	DAF	2013/01/02	2016/12/31	4			10.000,00	10.000,00							10.000,00
1.1.1.1.	02/020215	01	2015	2	Formação com Outras Entidades	OUTRA	100.0	DRH	2015/01/02	2016/12/31	4	12.487,80		100,00	100,00							12.587,80
1.1.1.1.	0102/020218	02	2015	55	Contrato de segurança e vigilância	OUTRA	100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	2	133.637,75		200.000,00	200.000,00		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		1.133.637,75
1.1.1.1.	02/020225	03	2015	56	Plataforma Electronica Contratação Pública	OUTRA	100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	2	3.690,00		3.690,00	3.690,00		3.690,00	3.690,00				14.760,00
1.1.1.1.	06/020225	04	2015	57	Transporte Urbano em Santa Maria Feira-TRANSEFEIRA	OUTRA	100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	2	47.087,60		76.610,00	76.610,00		70.667,00	70.668,00				265.032,60
1.1.1.1.	02/020219	06	2015	59	Contrato Manutenção de Centro de Dados	OUTRA	100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	2	11.395,40		6.614,00	6.614,00		27.022,00	27.022,00				72.053,40
1.1.1.1.	0103/090806	07	2015	60	Transferência no ambito do FAM	OUTRA	100.0	CM	2015/01/02	2021/12/31	2	205.869,00		411.739,00	411.739,00		411.739,00	411.739,00	411.739,00	823.478,05		2.676.303,05
1.1.1.1.		16	2015	246	Serviços tecnicos especializados de apoio à atividade autárquica	OUTRA	100.0		2015/01/02	2018/12/31	3	19.889,10		155.517,00		77.600,00	77.600,00	77.600,00				408.206,10
1.1.1.1.	0102/020220	16	2015	246											83.517,00							
1.1.1.1.	0102/020225	16	2015	246											72.000,00							
1.1.1.1.		17	2015	247	Europarque	OUTRA	100.0		2015/04/01	2018/12/31	4	93.123,63		552.500,00		500.000,00	500.000,00					1.645.623,63
1.1.1.1.	0102/020121	17	2015	247											10.000,00							
1.1.1.1.	0102/020201	17	2015	247											150.000,00							
1.1.1.1.	0102/020202	17	2015	247											15.000,00							
1.1.1.1.	0102/020203	17	2015	247											5.000,00							
1.1.1.1.	0102/020206	17	2015	247											500,00							
1.1.1.1.	0102/020208	17	2015	247											10.000,00							
1.1.1.1.	0102/020209	17	2015	247											25.000,00							
1.1.1.1.	0102/020218	17	2015	247											102.000,00							
1.1.1.1.	0102/020219	17	2015	247											65.000,00							
1.1.1.1.	0102/020220	17	2015	247											15.000,00							
1.1.1.1.	0102/020225	17	2015	247											155.000,00							
1.1.1.1.	02/020222	01	2016	1	Medicina no trabalho	OUTRA	100.0	DAF	2016/01/02	2020/12/31	0			7.500,00	7.500,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		67.500,00
1.1.1.1.	02/020215	02	2016	2	Formação com Outras Entidades	OUTRA	100.0	DRH	2016/01/02	2019/12/31	0			17.500,00	17.500,00		17.500,00	17.500,00	17.500,00			70.000,00
1.1.1.1.	02/020220	03	2016	3	Contrato Manutenção e Formação - Aplicações Sigma	OUTRA	100.0	DAF	2016/01/02	2019/12/31	0			36.000,00	36.000,00		36.000,00	36.000,00	36.000,00			144.000,00
1.1.1.1.	02/020220	04	2016	4	Desmaterialização de processos	OUTRA	100.0	DAF	2016/01/02	2019/12/31	0			2.200,00	2.200,00		2.200,00	2.200,00	2.200,00			8.800,00
1.1.1.1.	02/020225	05	2016	5	Certificação - auditoria	OUTRA	100.0	DAF	2016/01/02	2019/12/31	0			15.000,00	15.000,00		10.000,00	6.000,00	6.000,00			37.000,00
1.1.1.1.	02/020215	06	2016	6	Contrato Manutenção de Centro de Dados	OUTRA	100.0	DAF	2016/01/02	2019/12/31	0			15.000,00	15.000,00		21.000,00	21.000,00	21.000,00			78.000,00
1.1.1.1.	02/020225	07	2016	7	Cobrança taxa RSU e taxa Rede aos municipes de St*M*Feira	OUTRA	100.0	DAF	2016/01/02	2019/12/31	0			50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00			200.000,00
1.1.1.1.	02/020220	08	2016	8	Manutenção de equipamentos informáticos e softwares	OUTRA	100.0	DSI	2016/01/02	2019/12/31	0			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.000,00
1.1.1.1.	02/020219	09	2016	9	Sistema Biométrico de Controlo de Assiduidade	OUTRA	100.0	DAF	2016/01/02	2019/12/31	0			3.100,00	3.100,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00			12.100,00
					A TRANSPORTAR ...							538.770,18		1.586.120,00	1.586.120,00		1.446.418,00	1.442.419,00	841.039,00	1.038.478,05		6.893.244,23

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO						
						AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE										
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS							
				A TRANSPORTAR ...											734.752,90			2.275.598,00	2.275.598,00		2.164.160,00	2.160.161,00	1.268.239,00	1.038.478,05	9.641.388,95			
1.2.1.3.		03	2016	18	Locação de máquina e equipamentos	OUTRA		100.0				2016/01/02	2019/12/31	0				5.350,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.350,00			
1.2.1.3.	0102/020206	03	2016	18															5.000,00									
1.2.1.3.	0102/020208	03	2016	18															350,00									
1.2.1.3.	0102/020225	04	2016	19	Medidas de Autoproteção Plano de Segurança	OUTRA		100.0				2016/01/02	2019/12/31	0				1.000,00			1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00			
1.2.1.3.		05	2016	20	Campanha de Informação e Sensibilização	OUTRA		100.0				2016/01/02	2016/12/31	0				1.000,00							1.000,00			
1.2.1.3.	0102/020121	05	2016	20															500,00									
1.2.1.3.	0102/020225	05	2016	20															500,00									
2.					Funções sociais														3.331.926,15	15.821.706,00	15.354.680,00	467.026,00	15.876.759,00	14.071.485,00	10.312.259,00	10.777,00	59.424.912,15	
2.1.					Educação														1.228.090,55	4.671.755,00	4.354.729,00	6.462.826,00	6.260.726,00	4.256.352,00	22.879.749,55			
2.1.1.					Ensino não superior														527.610,12	3.053.218,00	2.736.192,00	317.026,00	3.715.976,00	3.646.876,00	2.956.352,00	13.900.032,12		
2.1.1.1.	0102/020214	90	2010	316	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS	OUTRA		100.0	DE	2010/06/15	2016/12/31	4						2.547,00		2.547,00						2.547,00		
2.1.1.1.	11/020225	14	2014	150	Segurança nas Escolas	OUTRA		100.0	PE	2014/01/02	2016/12/31	4						1.496,87		4.500,00	4.500,00				5.996,87			
2.1.1.1.	11/020208	15	2014	151	Administração e Gestão das Escolas	OUTRA		100.0	PE	2014/01/02	2016/12/31	3						23.576,45		20.363,00	20.363,00				43.939,45			
2.1.1.1.	11/020225	01	2015	61	Segurança nas Escolas	OUTRA		100.0	PE	2015/01/02	2016/12/31	3						3.282,60		6.740,00	6.740,00				10.022,60			
2.1.1.1.		02	2015	18	Expansão de Educação Pre-Escolar	OUTRA		100.0	PE	2015/01/02	2016/12/31	3						47.158,47		424.050,00					471.208,47			
2.1.1.1.	11/020105	02	2015	18																314.000,00								
2.1.1.1.	11/020121	02	2015	18																50,00								
2.1.1.1.	11/020225	02	2015	18																10.000,00								
2.1.1.1.	11/040701	02	2015	18																100.000,00								
2.1.1.1.	11/020121	03	2015	19	Programa Regime de Fruta Escolar	OUTRA	60.0	40.0	PE	2015/01/02	2018/12/31	3						202,45		37.657,00	37.657,00	48.650,00	48.650,00		135.159,45			
2.1.1.1.	06/020203	07	2015	161	Pequenas reparações em escolas	OUTRA		100.0	PE	2015/01/02	2016/12/31	3						3.354,94		12.162,00	12.162,00				15.516,94			
2.1.1.1.	11/020120	08	2015	20	Aquisição de material didático para escolas	OUTRA		100.0	PE	2015/01/02	2016/12/31	3						20.299,00		115,00	115,00				20.414,00			
2.1.1.1.	11/020115	21	2015	173	Feira Artes Performativas	OUTRA		100.0	PE	2015/01/02	2016/12/31	3						843,74		74,00	74,00				917,74			
2.1.1.1.	11/020117	23	2015	17	Fornecimento de Refeições	OUTRA	10.0	90.0	DE	2015/01/02	2018/12/31	3						395.402,07		1.149.611,00		1.000.000,00	1.000.000,00		3.545.013,07			
2.1.1.1.	11/020105	23	2015	17																1.145.311,00								
2.1.1.1.	11/020206	23	2015	17																4.300,00								
2.1.1.1.		26	2015	176	Jornadas de Educação	OUTRA		100.0	PE	2015/01/02	2018/12/31	3								1.394,00		900,00	900,00		3.194,00			
2.1.1.1.	11/020121	26	2015	176																328,00								
2.1.1.1.	11/020225	26	2015	176																1.066,00								
2.1.1.1.		28	2015	178	Apoio a projetos educativos	OUTRA		100.0	PE	2015/01/02	2018/12/31	3						26.461,72		4.617,00		50.000,00	50.000,00		131.078,72			
2.1.1.1.	11/020115	28	2015	178																7,00								
2.1.1.1.	11/020120	28	2015	178																1.135,00								
2.1.1.1.	11/020121	28	2015	178																2.885,00								
2.1.1.1.	11/020225	28	2015	178																475,00								
2.1.1.1.	11/040802	28	2015	178																115,00								
2.1.1.1.		29	2015	179	Centro de Recursos Educativos Municipal	OUTRA		100.0	PE	2015/01/02	2018/12/31	3						5.531,81		910,00		4.000,00	4.000,00		14.441,81			
2.1.1.1.	11/020115	29	2015	179																147,00								
2.1.1.1.	11/020121	29	2015	179																11,00								
2.1.1.1.	11/020206	29	2015	179																210,00								
2.1.1.1.	11/020225	29	2015	179																542,00								
2.1.1.1.		01	2016	21	Segurança nas Escolas	OUTRA		100.0	PE	2016/01/02	2018/12/31	0								29.110,00		7.600,00	5.000,00		41.710,00			
2.1.1.1.	0102/020117	01	2016	21																	200,00							
					A TRANSPORTAR ...														1.262.363,02		3.976.798,00	3.947.888,00		3.281.310,00	3.274.711,00	1.274.239,00	1.038.478,05	14.107.899,07

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
						AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS	
				A TRANSPORTAR ...									1.262.363,02		3.976.798,00	3.947.888,00		3.281.310,00	3.274.711,00	1.274.239,00	1.038.478,05	14.107.899,07	
2.1.1.1.	0102/020121	01	2016 21													1.250,00							
2.1.1.1.	0102/020225	01	2016 21													27.560,00							
2.1.1.1.	11/020114	01	2016 21													100,00							
2.1.1.1.	06/020203	02	2016 22	Pequenas reparações em escolas	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2019/12/31	0		10.000,00	10.000,00			50.000,00	50.000,00	50.000,00			160.000,00
2.1.1.1.		03	2016 23	Aquisição de material didático para escolas	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2019/12/31	0		37.200,00				32.800,00	32.800,00	32.800,00			135.600,00
2.1.1.1.	11/020120	03	2016 23													4.000,00							
2.1.1.1.	11/020121	03	2016 23													500,00							
2.1.1.1.	11/040305	03	2016 23													32.700,00							
2.1.1.1.		04	2016 24	Administração e Gestão das Escolas	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2019/12/31	0		47.328,00				50.000,00	50.000,00	50.000,00			197.328,00
2.1.1.1.	11/020108	04	2016 24													500,00							
2.1.1.1.	11/020208	04	2016 24													24.428,00							
2.1.1.1.	11/040305	04	2016 24													22.400,00							
2.1.1.1.		05	2016 25	Refeitórios Escolares	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2019/12/31	0		13.500,00				11.000,00	11.000,00	11.000,00			46.500,00
2.1.1.1.	11/020104	05	2016 25													1.000,00							
2.1.1.1.	11/020107	05	2016 25													2.000,00							
2.1.1.1.	11/020113	05	2016 25													3.000,00							
2.1.1.1.	11/020121	05	2016 25													500,00							
2.1.1.1.	11/020202	05	2016 25													2.000,00							
2.1.1.1.	11/020208	05	2016 25													1.500,00							
2.1.1.1.	11/020225	05	2016 25													3.500,00							
2.1.1.1.	11/020225	06	2016 26	Plataforma PEA Plataforma de Ensino Assistido	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0		3.000,00									3.000,00
2.1.1.1.		07	2016 27	Manutenção de parques infantis, pavilhões e balizas exteriores	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0		8.000,00									8.000,00
2.1.1.1.	11/020203	07	2016 27													2.000,00							
2.1.1.1.	11/020225	07	2016 27													6.000,00							
2.1.1.1.		08	2016 28	Quadros Interactivos	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0		2.500,00									2.500,00
2.1.1.1.	11/020120	08	2016 28													1.000,00							
2.1.1.1.	11/020225	08	2016 28													1.500,00							
2.1.1.1.		09	2016 29	Programa Regime de Fruta Escolar	OUTRA	60.0	40.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0		10.300,00				30.000,00					40.300,00
2.1.1.1.	11/020121	09	2016 29													10.000,00							
2.1.1.1.	11/020217	09	2016 29													300,00							
2.1.1.1.		10	2016 30	Expansão de Educação Pre-Escolar	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2019/12/31	0		162.600,00				475.000,00	475.000,00	475.000,00			1.587.600,00
2.1.1.1.	11/020105	10	2016 30													100.000,00							
2.1.1.1.	11/020108	10	2016 30													200,00							
2.1.1.1.	11/020120	10	2016 30													400,00							
2.1.1.1.	11/020121	10	2016 30													200,00							
2.1.1.1.	11/020206	10	2016 30													5.300,00							
2.1.1.1.	11/020217	10	2016 30													500,00							
2.1.1.1.	11/020225	10	2016 30													15.000,00							
2.1.1.1.	11/040701	10	2016 30													41.000,00							
2.1.1.1.		11	2016 31	Programa de Apoio à família do 1º ciclo e pré-escolar	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0		37.318,00				25.000,00					62.318,00
2.1.1.1.	11/020121	11	2016 31													200,00							
2.1.1.1.	11/020208	11	2016 31													800,00							
2.1.1.1.	11/040305	11	2016 31													15.000,00							
2.1.1.1.	11/040701	11	2016 31													21.318,00							
				A TRANSPORTAR ...										1.262.363,02		4.308.544,00	4.308.544,00		3.955.110,00	3.893.511,00	1.893.039,00	1.038.478,05	16.351.045,07

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
						AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS
A TRANSPORTAR ...													1.262.363,02		4.308.544,00	4.308.544,00		3.955.110,00	3.893.511,00	1.893.039,00	1.038.478,05	16.351.045,07
2.1.1.1.		12	2016 32	Escola + Humana	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0			5.000,00				500,00				5.500,00
2.1.1.1.	11/020105	12	2016 32																			
2.1.1.1.	11/020115	12	2016 32																			
2.1.1.1.	11/020120	12	2016 32																			
2.1.1.1.	11/020121	12	2016 32																			
2.1.1.1.	11/020217	12	2016 32																			
2.1.1.1.	11/020225	12	2016 32																			
2.1.1.1.	11/040305	12	2016 32																			
2.1.1.1.	11/020225	13	2016 33	ABC do conelho	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	2.500,00	2.500,00									2.500,00
2.1.1.1.	11/020104	14	2016 34	Programa Saúde Escolar	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	3.550,00					6.000,00					9.550,00
2.1.1.1.	11/020217	14	2016 34																			
2.1.1.1.	11/020225	14	2016 34																			
2.1.1.1.	11/020225	15	2016 35	Programa Eco-Escolas	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	900,00										900,00
2.1.1.1.	11/020121	15	2016 35																			
2.1.1.1.	11/040305	15	2016 35																			
2.1.1.1.	11/020217	16	2016 36	Bolsa de Livros Escolares Usados	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	2.100,00										2.100,00
2.1.1.1.	11/020217	16	2016 36																			
2.1.1.1.	11/020225	16	2016 36																			
2.1.1.1.	11/040701	16	2016 36																			
2.1.1.1.	11/020217	17	2016 37	Programa de Campo de Férias "Vive o Verão"	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	17.600,00										17.600,00
2.1.1.1.	11/020105	17	2016 37																			
2.1.1.1.	11/020121	17	2016 37																			
2.1.1.1.	11/020217	17	2016 37																			
2.1.1.1.	11/020225	17	2016 37																			
2.1.1.1.	11/040701	17	2016 37																			
2.1.1.1.	11/020115	18	2016 38	Feira Oferta Formativa/Profissões	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	17.380,00										17.380,00
2.1.1.1.	11/020208	18	2016 38																			
2.1.1.1.	11/020217	18	2016 38																			
2.1.1.1.	11/020225	18	2016 38																			
2.1.1.1.	11/020225	19	2016 39	Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	3.850,00										3.850,00
2.1.1.1.	11/020213	19	2016 39																			
2.1.1.1.	11/020217	19	2016 39																			
2.1.1.1.	11/020225	19	2016 39																			
2.1.1.1.	11/020120	20	2016 40	Jornadas de Educação	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	1.550,00										1.550,00
2.1.1.1.	11/020120	20	2016 40																			
2.1.1.1.	11/020217	20	2016 40																			
2.1.1.1.	11/020225	20	2016 40																			
2.1.1.1.	11/020225	21	2016 41	Reinventar o Traje das Fogaceiras	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	2.300,00										2.300,00
2.1.1.1.	11/020115	21	2016 41																			
2.1.1.1.	11/020121	21	2016 41																			
2.1.1.1.	11/020208	21	2016 41																			
2.1.1.1.	11/020142	22	2016 42	Apoio a projetos educativos	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0	31.000,00										31.000,00
2.1.1.1.	11/020115	22	2016 42																			
2.1.1.1.	11/020120	22	2016 42																			
2.1.1.1.	11/020121	22	2016 42																			
2.1.1.1.	11/020217	22	2016 42																			
A TRANSPORTAR ...													1.262.363,02		4.396.274,00	4.371.974,00		3.961.610,00	3.893.511,00	1.893.039,00	1.038.478,05	16.445.275,07

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
						AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS	
				A TRANSPORTAR ...									1.262.363,02		4.396.274,00	4.371.974,00		3.961.610,00	3.893.511,00	1.893.039,00	1.038.478,05	16.445.275,07	
2.1.1.1.	11/020225	22	2016	42												12.300,00							
2.1.1.1.	11/040701	22	2016	42												12.000,00							
2.1.1.1.		23	2016	43	Assembleia de Crianças	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			7.000,00								7.000,00
2.1.1.1.	11/020115	23	2016	43												500,00							
2.1.1.1.	11/020121	23	2016	43												1.500,00							
2.1.1.1.	11/020208	23	2016	43												500,00							
2.1.1.1.	11/020213	23	2016	43												3.500,00							
2.1.1.1.	11/020225	23	2016	43												1.000,00							
2.1.1.1.		24	2016	44	Centro de Recursos Educativos Municipal	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			4.150,00								4.150,00
2.1.1.1.	11/020115	24	2016	44												500,00							
2.1.1.1.	11/020120	24	2016	44												1.000,00							
2.1.1.1.	11/020121	24	2016	44												1.100,00							
2.1.1.1.	11/020208	24	2016	44												800,00							
2.1.1.1.	11/020225	24	2016	44												750,00							
2.1.1.1.		25	2016	45	Escola de Educação Rodoviária	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			2.000,00								2.000,00
2.1.1.1.	11/020120	25	2016	45												1.000,00							
2.1.1.1.	11/020225	25	2016	45												1.000,00							
2.1.1.1.		26	2016	46	Observatório para a educação e inovação	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			2.050,00								2.050,00
2.1.1.1.	11/020225	26	2016	46												50,00							
2.1.1.1.	11/040802	26	2016	46												2.000,00							
2.1.1.1.		27	2016	47	Revisão da Carta Educativa	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			2.050,00								2.050,00
2.1.1.1.	11/020225	27	2016	47												2.000,00							
2.1.1.1.	11/040802	27	2016	47												50,00							
2.1.1.1.	11/020214	28	2016	48	Elaboração de Estudos e Projectos	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			2.000,00								2.000,00
2.1.1.1.		29	2016	49	Fornecimento de Refeições	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2019/12/31	0			577.650,00			1.506.500,00	1.501.500,00	1.501.500,00			5.087.150,00
2.1.1.1.	11/020105	29	2016	49												570.000,00							
2.1.1.1.	11/020206	29	2016	49												6.150,00							
2.1.1.1.	11/020225	29	2016	49												1.500,00							
2.1.1.1.		30	2016	50	Projecto INFormar	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			1.500,00								1.500,00
2.1.1.1.	11/020105	30	2016	50												500,00							
2.1.1.1.	11/020213	30	2016	50												500,00							
2.1.1.1.	11/020225	30	2016	50												500,00							
2.1.1.1.		31	2016	51	Projecto Youth in Europe (YIE)	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			12.916,00								12.916,00
2.1.1.1.	11/020105	31	2016	51												62,00							
2.1.1.1.	11/020213	31	2016	51												5.474,00							
2.1.1.1.	11/020225	31	2016	51												7.380,00							
2.1.1.1.		32	2016	52	Programa ERASMUS+ Educação Formação 2015(Yong environmental entrepreneurs)	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			150,00								150,00
2.1.1.1.	11/020105	32	2016	52												50,00							
2.1.1.1.	11/020213	32	2016	52												50,00							
2.1.1.1.	11/020225	32	2016	52												50,00							
2.1.1.1.	11/020120	33	2016	53	Color ADD	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			3.000,00								3.000,00
2.1.1.1.	11/020225	34	2016	54	Feira "Empreende"	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			1.000,00								1.000,00
2.1.1.1.	11/040802	35	2016	55	Projecto Educativo "Sinto-me Bem"	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			5.000,00								5.000,00
2.1.1.1.		36	2016	56	Feira Artes Performativas	OUTRA	100.0		PE	2016/01/02	2016/12/31	0			1.400,00								1.400,00
				A TRANSPORTAR ...									1.262.363,02		5.018.140,00	5.016.740,00		5.468.110,00	5.395.011,00	3.394.539,00	1.038.478,05	21.576.641,07	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPOSTA SÁVEL	DATAS			EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO					
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015		PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE									
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS						
A TRANSPORTAR ...													1.262.363,02		5.018.140,00	5.016.740,00		5.468.110,00	5.395.011,00	3.394.539,00	1.038.478,05	21.576.641,07				
2.1.1.1.	11/020115	36	2016	56											500,00											
2.1.1.1.	11/020208	36	2016	56											300,00											
2.1.1.1.	11/020217	36	2016	56											100,00											
2.1.1.1.	11/020225	36	2016	56											500,00											
2.1.1.1.	11/040802	37	2016	57											318.026,00	1.000,00	317.026,00	418.026,00	418.026,00	836.052,00					1.990.130,00	
2.1.2.															700.480,43											8.979.717,43
2.1.2.1.															695.920,43											8.918.920,43
2.1.2.1.1.	11/020210	01	2015	24											695.920,43											3.298.920,43
2.1.2.1.1.	11/040305	02	2015	64											203.000,00	203.000,00		1.200.000,00	1.200.000,00						230.000,00	
2.1.2.1.1.	11/020210	01	2016	58											30.000,00	30.000,00		100.000,00	100.000,00						5.120.000,00	
2.1.2.1.1.	11/040305	02	2016	59											1.220.000,00	1.220.000,00		1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00					180.000,00	
2.1.2.1.1.	11/040802	03	2016	60											100.000,00	100.000,00		80.000,00							90.000,00	
2.1.2.2.															4.560,00											60.797,00
2.1.2.2.1.	11/020120	01	2016	61											4.560,00											36.972,00
2.1.2.2.2.	11/020219	01	2015	186																						
2.1.2.2.2.	11/020225	01	2015	186																						
2.1.2.2.2.	11/040701	01	2016	61											10.825,00				13.000,00							23.825,00
2.1.2.2.2.	11/08050102	01	2016	61																						
2.1.2.2.2.	11/020121	01	2016	61																						
2.1.2.2.2.	11/020219	01	2016	61																						
2.1.2.2.2.	11/040701	01	2016	61																						
2.1.2.2.2.	11/08050102	01	2016	61																						
2.3.															492.338,00											492.338,00
2.3.2.															492.338,00											492.338,00
2.3.2.1.															492.338,00											492.338,00
2.3.2.1.1.	12/02010299	17	2015	232																						338,00
2.3.2.1.1.	12/020225	01	2016	62																						2.500,00
2.3.2.1.1.	12/020217	02	2016	63											22.000,00											22.000,00
2.3.2.1.1.	12/020121	02	2016	63																						
2.3.2.1.1.	12/020217	02	2016	63																						
2.3.2.1.1.	12/020225	02	2016	63																						
2.3.2.1.1.	12/040701	02	2016	63																						
2.3.2.1.1.	12/040701	02	2016	63																						
2.3.2.1.1.	12/040701	03	2016	64											9.000,00											9.000,00
2.3.2.1.1.	12/020121	03	2016	64																						
2.3.2.1.1.	12/020225	03	2016	64																						
2.3.2.1.1.	12/040701	03	2016	64																						
2.3.2.1.1.	12/040701	04	2016	65																						
2.3.2.1.1.	12/020217	04	2016	65											1.250,00											1.250,00
2.3.2.1.1.	12/020225	04	2016	65																						
2.3.2.1.1.	12/040701	04	2016	65																						
2.3.2.1.1.	12/040701	05	2016	66																						
2.3.2.1.1.	12/020115	05	2016	66											61.500,00											61.500,00
2.3.2.1.1.	12/020121	05	2016	66																						
2.3.2.1.1.	12/020225	05	2016	66																						
2.3.2.1.1.	12/04050102	05	2016	66																						
A TRANSPORTAR ...													1.962.843,45		7.051.291,00	6.692.265,00	317.026,00	8.632.986,00	8.426.887,00	5.530.591,00	1.038.478,05	32.643.076,50				

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
						AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS	
				A TRANSPORTAR ...									1.962.843,45		7.446.791,00	7.129.765,00	317.026,00	8.632.986,00	8.426.887,00	5.530.591,00	1.038.478,05	33.038.576,50	
2.3.2.1.		28	2016 89	Gestão Social do Parque Habitacional do Município_GPL	OUTRA		100.0		DASQV	2016/01/02	2016/12/31	0		150,00									150,00
2.3.2.1.	12/020121	28	2016 89													50,00							
2.3.2.1.	12/020225	28	2016 89													50,00							
2.3.2.1.	12/040701	28	2016 89													50,00							
2.3.2.1.	12/020216	29	2016 90	Seminários e Conferências Habitacao e servicos colectivos	OUTRA		100.0		DASQV	2016/01/02	2016/12/31	0	100,00										100,00
2.4.				Habitacao e servicos colectivos									1.357.320,36	6.518.600,00	6.368.600,00	150.000,00	6.339.603,00	5.217.209,00	4.148.307,00	10.777,00	23.591.816,36		
2.4.1.				Habitacao									5.617,59	3.547,00	3.547,00		12.500,00	12.500,00				34.164,59	
2.4.1.1.				Habitacao									5.617,59	3.547,00	3.547,00		12.500,00	12.500,00				34.164,59	
2.4.1.1.	12/040802	03	2015 84	Despesas de condominio	OUTRA		100.0		DASQV	2015/01/02	2018/12/31	4	5.617,59	2.047,00	2.047,00		12.500,00	12.500,00					32.664,59
2.4.1.1.	04	2015 85		Concelho solidário - Medida B	OUTRA		100.0		DASQV	2015/01/02	2016/12/31	4		1.500,00									1.500,00
2.4.1.1.	12/020121	04	2015 85													500,00							
2.4.1.1.	12/04050102	04	2015 85													500,00							
2.4.1.1.	12/040701	04	2015 85													500,00							
2.4.2.				Ordenamento do território									14.352,44	548.649,00	398.649,00	150.000,00	81.707,00	63.257,00	38.307,00	10.777,00	757.049,44		
2.4.2.1.				Planeamento Urbanistico									12.547,86	21.940,00	21.940,00		38.450,00	38.450,00	20.000,00		131.387,86		
2.4.2.1.	06/020225	01	2015 58	Inspecões Ascensores	OUTRA		100.0		PPU	2015/01/02	2018/12/31	3	12.547,86	4.940,00	4.940,00		18.450,00	18.450,00					54.387,86
2.4.2.1.	06/020225	01	2016 91	Inspecões Ascensores	OUTRA		100.0		PPU	2016/01/02	2019/12/31	0		17.000,00			20.000,00	20.000,00					77.000,00
2.4.2.2.				Urbanizacao									1.804,58	526.709,00	376.709,00	150.000,00	43.257,00	24.807,00	18.307,00	10.777,00	625.661,58		
2.4.2.2.	04/020219	04	2015 207	Contrato de manutenção hardware Nortear	OUTRA		100.0		PPU	2015/01/02	2019/12/31	3		7.528,00	7.528,00		7.530,00	7.530,00					30.118,00
2.4.2.2.	04/020219	05	2015 208	Contrato de manutenção hardware Site da Camara	OUTRA		100.0		PPU	2015/01/02	2020/12/31	3		6.052,00	6.052,00		6.052,00	6.052,00					30.260,00
2.4.2.2.	04/020219	06	2015 209	Contrato de manutenção hardware Mirante	OUTRA		100.0		PPU	2015/01/02	2020/12/31	3		4.724,00	4.724,00		4.725,00	4.725,00					23.624,00
2.4.2.2.	04/020219	07	2015 210	Outros contratos de manutenção	OUTRA		100.0		PPU	2015/01/02	2018/12/31	3		2.836,00	2.836,00		6.500,00	6.500,00					15.836,00
2.4.2.2.	04/020225	15	2015 218	Calibração de equipamentos topográficos e consumiveis	OUTRA		100.0		PPU	2015/01/02	2016/12/31	3	479,60	615,00	615,00								1.094,60
2.4.2.2.	04/020219	20	2015 224	Contrato de manutenção Scanners e Plotters para o Município	OUTRA		100.0		PPU	2015/01/02	2017/12/31	3	1.324,98	17.548,00	17.548,00		18.450,00						37.322,98
2.4.2.2.	04/020225	03	2016 221	Concepção e Desenvolvimento de Projectos de Modernização e Inovação	OUTRA		100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0		95.940,00	95.940,00								95.940,00
2.4.2.2.	04/020225	04	2016 222	Migração para Plataforma Open Source	OUTRA		100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0		17.466,00	17.466,00								17.466,00
2.4.2.2.	04/020225	07	2016 225	Certificação do Sistem de Qualidade	OUTRA		100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0		5.000,00	5.000,00								5.000,00
2.4.2.2.	04/020225	08	2016 226	Estudo e Consultoria	OUTRA		100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0		25.000,00	25.000,00								25.000,00
2.4.2.2.	04/020214	09	2016 227	Projetos de arquitetura e/ou especialidades	OUTRA		100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0		25.000,00	25.000,00								25.000,00
2.4.2.2.		10	2016 228	Aquisição de bibliografia técnica e informação estatística	OUTRA		100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	0		5.000,00									5.000,00
2.4.2.2.	04/020215	10	2016 228													3.000,00							
2.4.2.2.	04/020225	10	2016 228													2.000,00							
2.4.2.2.		11	2016 229	Calibração de equipamentos topográficos e consumiveis	OUTRA		100.0		PPU	2016/01/02	2016/12/31	P		4.000,00									4.000,00
2.4.2.2.	04/020121	11	2016 229													2.000,00							
				A TRANSPORTAR ...									1.982.813,48	7.689.237,00	7.370.211,00	317.026,00	8.727.193,00	8.502.644,00	5.568.898,00	1.049.255,05	33.520.040,53		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO								
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE											
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS							
A TRANSPORTAR ...												1.982.813,48		7.689.237,00	7.370.211,00	317.026,00	8.727.193,00	8.502.644,00	5.568.898,00	1.049.255,05	33.520.040,53							
2.4.2.2.	04/020225	11	2016	229	Exposições e conferências	OUTRA	100.0	PPU	2016/01/02	2016/12/31	0			2.000,00						5.000,00								
2.4.2.2.		12	2016	230																								
2.4.2.2.	04/020121	12	2016	230																			2.000,00					
2.4.2.2.	04/020216	12	2016	230	Centros Coordenadores de Transportes Estudos e Projectos	OUTRA	100.0	PPU	2016/01/02	2016/12/31	0			3.000,00						50.000,00								
2.4.2.2.	04/020214	13	2016	231																								
2.4.2.2.	04/020225	14	2016	223																			50.000,00					
2.4.2.2.	04/020225	15	2016	224	Planos e projetos (nomeadamente Eixo das Cortiças)	OUTRA	100.0	PPU	2016/01/02	2016/12/31	0			250.000,00	100.000,00	150.000,00				250.000,00								
2.4.2.2.	04/020225	15	2016	224	Protocolos com instituições do setor de Ensino do Planeamento Urbano	OUTRA	100.0	PPU	2016/01/02	2016/12/31	0			5.000,00	5.000,00					5.000,00								
2.4.3.					Saneamento									2.400.000,00	2.400.000,00		2.750.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	10.650.000,00								
2.4.3.1.					Rede de esgotos e pluviais									2.400.000,00	2.400.000,00		2.750.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	10.650.000,00								
2.4.3.1.	06/020225	01	2016	92	Tratamento de águas residuais - ADCL	OUTRA	100.0	DAOM	2016/01/02	2019/12/31	0			2.400.000,00	2.400.000,00		2.750.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	10.650.000,00								
2.4.5.					Resíduos sólidos e outros									1.221.818,47	3.250.572,00		3.272.525,00	2.168.581,00	1.310.000,00	11.223.496,47								
2.4.5.	06/020225	02	2010	108	RECOLHA DE RSU E LIMPEZA URBANA	OUTRA	100.0	DAOM	2010/01/02	2018/12/31	4	1.221.818,47		2.050.572,00	2.050.572,00		1.962.525,00	858.581,00		6.093.496,47								
2.4.5.	06/020225	01	2016	93	Utilização do aterro da SULDORO	OUTRA	100.0	DAOM	2016/01/02	2019/12/31	0			1.200.000,00	1.200.000,00		1.310.000,00	1.310.000,00	1.310.000,00	5.130.000,00								
2.4.6.					Protecção do meio ambiente e conservação da natureza									115.531,86	315.832,00		222.871,00	222.871,00	50.000,00	927.105,86								
2.4.6.1.					Protecção do meio ambiente									115.531,86	315.832,00		222.871,00	222.871,00	50.000,00	927.105,86								
2.4.6.1.	06/020206	06	2013	142	Locação de material de transporte	OUTRA	100.0	DAOM	2013/01/02	2018/12/31	3	10.939,60		20.000,00	20.000,00		16.364,00	16.364,00		63.667,60								
2.4.6.1.	06/020225	07	2013	143	Desobstrução de coletores	OUTRA	100.0	DAOM	2013/01/02	2016/12/31	4	3.561,60		16.982,00	16.982,00					20.543,60								
2.4.6.1.	06/020220	02	2015	199	Recolha de resíduos da oficina estaleiro	OUTRA	100.0	DAOM	2015/01/02	2016/12/31	3	949,45		6.654,00	6.654,00					7.603,45								
2.4.6.1.	06/040701	03	2015	28	Protocolos com associações (quercos, anifeira)	OUTRA	100.0	DAOM	2015/01/02	2018/12/31	3	4.500,00		6.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00		22.500,00								
2.4.6.1.	06/020206	06	2015	27	Locação de material de transporte	OUTRA	100.0	DAOM	2015/01/02	2018/12/31	2	72.681,57		160.282,00	160.282,00		100.507,00	100.507,00		433.977,57								
2.4.6.1.		08	2015	202	Embelezamento de Jardins e Parques	OUTRA	100.0	DAOM	2015/01/02	2016/12/31	3	22.899,64		18.014,00							40.913,64							
2.4.6.1.	06/020121	08	2015	202											11.924,00													
2.4.6.1.	06/020225	08	2015	202											6.090,00													
2.4.6.1.	06/020225	01	2016	94	Recolha de resíduos da oficina estaleiro	OUTRA	100.0	DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0			2.500,00	2.500,00					2.500,00								
2.4.6.1.		02	2016	95	Campanhas de sensibilização ambiental	OUTRA	100.0	DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0			300,00						300,00								
2.4.6.1.	06/020115	02	2016	95											100,00													
2.4.6.1.	06/020217	02	2016	95											100,00													
2.4.6.1.	06/020225	02	2016	95											100,00													
2.4.6.1.	06/020206	03	2016	96	Locação de material de transporte	OUTRA	100.0	DAOM	2016/01/02	2019/12/31	0			50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00								
2.4.6.1.		04	2016	97	Aquisição e fármacos e outros para Veterinário Municipal	OUTRA	100.0	DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0			3.100,00						3.100,00								
2.4.6.1.	06/020104	04	2016	97											100,00													
2.4.6.1.	06/020109	04	2016	97											1.500,00													
2.4.6.1.	06/020121	04	2016	97											1.500,00													
A TRANSPORTAR ...												3.320.163,81		13.933.641,00	13.466.615,00	467.026,00	14.922.589,00	13.594.096,00	9.678.898,00	1.049.255,05	56.498.642,86							

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO				
						AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE							
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS			
				A TRANSPORTAR ...									3.320.163,81		13.933.641,00	13.466.615,00	467.026,00	14.922.589,00	13.594.096,00	9.678.898,00	1.049.255,05	56.498.642,86			
2.4.6.1.		05	2016	98	Gestão de Jardins e Parques	OUTRA		100.0		DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0		32.000,00			50.000,00	50.000,00			132.000,00			
2.4.6.1.	06/020109	05	2016	98												1.000,00									
2.4.6.1.	06/020121	05	2016	98												15.000,00									
2.4.6.1.	06/020203	05	2016	98												1.000,00									
2.4.6.1.	06/020225	05	2016	98												15.000,00									
2.5.					Serviços culturais, recreativos e religiosos										746.515,24	4.139.013,00	4.139.013,00	3.074.330,00	2.593.550,00	1.907.600,00		12.461.008,24			
2.5.1.					Cultura										347.489,03	2.641.139,00	2.641.139,00	2.257.330,00	1.970.050,00	1.877.600,00		9.093.608,03			
2.5.1.1.					Rede leitora pública										21.191,19	98.714,00	98.714,00	43.840,00	43.950,00			207.695,19			
2.5.1.1.1.	08/020219	14	2011	348	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE BIBLIOTECAS HORIZON	OUTRA		100.0		DBDA	2011/01/02	2018/12/31	4		9.138,33	12.837,00	12.837,00	11.890,00	12.000,00			45.865,33			
2.5.1.1.1.	08/020120	01	2015	112	Aquisição de documentos	OUTRA		100.0		DBA	2015/01/02	2018/12/31	3		5.932,35	12.600,00	12.600,00	20.000,00	20.000,00			58.532,35			
2.5.1.1.1.	08/040701	02	2015	29	Protocolos com associações (Biblioteca Pública S.Paio Oleiros)	OUTRA		100.0		DBA	2015/01/02	2018/12/31	2		1.800,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00			9.000,00			
2.5.1.1.1.		04	2015	114	Núcleo pedagógico	OUTRA		100.0		DBA	2015/01/02	2018/12/31	3		4.033,28	3.547,00		9.550,00	9.550,00			26.660,28			
2.5.1.1.1.	08/020120	04	2015	114													769,00								
2.5.1.1.1.	08/020225	04	2015	114													2.778,00								
2.5.1.1.1.	08/020108	06	2015	116	Gestão de empréstimo	OUTRA		100.0		DBA	2015/01/02	2016/12/31	3		287,23	349,00	349,00					636,23			
2.5.1.1.1.	08/020120	01	2016	99	Aquisição de documentos	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		20.000,00	20.000,00						20.000,00			
2.5.1.1.1.	08/020225	02	2016	100	Sistema de gestão de qualidade	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		2.500,00	2.500,00						2.500,00			
2.5.1.1.1.		03	2016	101	Núcleo pedagógico	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		12.800,00							12.800,00			
2.5.1.1.1.	08/020120	03	2016	101													700,00								
2.5.1.1.1.	08/020225	03	2016	101													12.100,00								
2.5.1.1.1.	08/020225	04	2016	102	Extensão cultural	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		3.130,00	3.130,00						3.130,00			
2.5.1.1.1.	08/020121	05	2016	103	Gestão de empréstimo	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		944,00	944,00						944,00			
2.5.1.1.1.	08/020121	06	2016	104	Arquivo Municipal	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		2.600,00	2.600,00						2.600,00			
2.5.1.1.1.		07	2016	105	Manutenção edifício/equipamentos	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		22.500,00							22.500,00			
2.5.1.1.1.	08/020121	07	2016	105													8.000,00								
2.5.1.1.1.	08/020203	07	2016	105													14.500,00								
2.5.1.1.1.	08/020108	08	2016	106	Tratamento Documental	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		1.670,00							1.670,00			
2.5.1.1.1.	08/020108	08	2016	106													950,00								
2.5.1.1.1.	08/020121	08	2016	106													720,00								
2.5.1.1.1.	08/020225	09	2016	107	SI Comunicação Polo Escapães e BP S.Paio Oleiros	OUTRA		100.0		DBA	2016/01/02	2016/12/31	0		837,00	837,00						837,00			
2.5.1.2.					Rede museus										32.659,52	129.905,00	129.905,00	5.390,00	5.500,00			173.454,52			
2.5.1.2.	09/020220	01	2014	101	Restauração de objetos museológicos	OUTRA		100.0		DPC	2014/01/02	2016/12/31	4		26.715,60	17.811,00	17.811,00					44.526,60			
2.5.1.2.		02	2014	102	Contratos de manutenção	OUTRA		100.0		DPC	2014/01/02	2018/12/31	4		5.445,18	5.660,00		2.890,00	3.000,00			16.995,18			
2.5.1.2.	09/020219	02	2014	102													4.330,00								
2.5.1.2.	09/020225	02	2014	102													1.330,00								
2.5.1.2.		01	2015	117	Aniversário nos Museus	OUTRA		100.0		DPC	2015/01/02	2016/12/31	3		333,58	885,00						1.218,58			
2.5.1.2.	09/02011603	01	2015	117													778,00								
2.5.1.2.	09/020121	01	2015	117													107,00								
2.5.1.2.	09/020217	02	2015	118	Marketing e Comunicação	OUTRA		100.0		DPC	2015/01/02	2018/12/31	3		433,00	433,00		2.500,00	2.500,00			5.433,00			
2.5.1.2.		04	2015		Museu Convento Loios										165,16	216,00	216,00					381,16			
2.5.1.2.	09/020121	0403	2015	122	Oficinas pedagógicas	OUTRA		100.0		DPC	2015/01/02	2016/12/31	3		165,16	216,00	216,00					381,16			
2.5.1.2.	09/020220	01	2016	108	Restauração de objetos museológicos	OUTRA		100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0		2.000,00	2.000,00						2.000,00			
					A TRANSPORTAR ...										3.374.014,52			14.091.360,00	13.624.334,00	467.026,00	15.021.819,00	13.693.546,00	9.678.898,00	1.049.255,05	56.908.892,57

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPOSTA	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
						AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS
		A TRANSPORTAR ...											3.374.014,52		14.163.110,00	13.696.084,00	467.026,00	15.021.819,00	13.693.546,00	9.678.898,00	1.049.255,05	56.980.642,57
2.5.1.2.		0903	2016	124	Conservação e manutenção fabril	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0		16.500,00								16.500,00
2.5.1.2.	09/020121	0903	2016	124												1.000,00						
2.5.1.2.	09/020203	0903	2016	124												13.000,00						
2.5.1.2.	09/020225	0903	2016	124												2.500,00						
2.5.1.2.	0904	2016	125		Eventos temáticos	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0	1.400,00									1.400,00
2.5.1.2.	09/020121	0904	2016	125												200,00						
2.5.1.2.	09/020217	0904	2016	125												700,00						
2.5.1.2.	09/020220	0904	2016	125												500,00						
2.5.1.2.	0905	2016	126		Serviços educativos	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0	2.250,00									2.250,00
2.5.1.2.	09/020120	0905	2016	126												2.000,00						
2.5.1.2.	09/020225	0905	2016	126												250,00						
2.5.1.2.	09/020225	0906	2016	127	Exposição permanente	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0	5.000,00			5.000,00						5.000,00
2.5.1.2.	09/020109	0907	2016	128	Conservação e restauro de bens	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0	500,00			500,00						500,00
2.5.1.2.	09/020120	0908	2016	129	Oficinas pedagógicas	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0	2.500,00			2.500,00						2.500,00
2.5.1.2.	09/020214	0909	2016	130	Exposições temporárias	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0	3.000,00			3.000,00						3.000,00
2.5.1.5.					Promocao cultural								287.913,55	2.318.477,00	2.318.477,00			2.184.100,00	1.911.600,00	1.877.600,00		8.579.690,55
2.5.1.5.		03	2015	41	Imaginarium - Festival Internacional de Teatro de Rua	OUTRA	100.0		DACT	2015/01/02	2016/12/31	4	194.228,42			12.692,00						206.920,42
2.5.1.5.	09/020115	03	2015	41												116,00						
2.5.1.5.	09/020121	03	2015	41												2.093,00						
2.5.1.5.	09/020218	03	2015	41												6.089,00						
2.5.1.5.	09/020225	03	2015	41												4.394,00						
2.5.1.5.	04	2015	102		Encontros com a Música	OUTRA	100.0		DACT	2015/01/02	2018/12/31	3	1.941,00	2.775,00			5.000,00	5.000,00				14.716,00
2.5.1.5.	09/020115	04	2015	102												86,00						
2.5.1.5.	09/020208	04	2015	102												468,00						
2.5.1.5.	09/020217	04	2015	102												466,00						
2.5.1.5.	09/020225	04	2015	102												1.755,00						
2.5.1.5.	05	2015	103		Ação Cultural	OUTRA	100.0		DACT	2015/01/02	2018/12/31	4	26.359,60	8.785,00			19.000,00	19.000,00				73.144,60
2.5.1.5.	09/020115	05	2015	103												383,00						
2.5.1.5.	09/020202	05	2015	103												70,00						
2.5.1.5.	09/020217	05	2015	103												1.688,00						
2.5.1.5.	09/020225	05	2015	103												6.644,00						
2.5.1.5.	06	2015	104		Produções e eventos temáticos pontuais	OUTRA	100.0		DACT	2015/01/02	2018/12/31	4	4.228,80	5.807,00			10.000,00	10.000,00				30.035,80
2.5.1.5.	09/020208	06	2015	104												2.710,00						
2.5.1.5.	09/020217	06	2015	104												97,00						
2.5.1.5.	09/020225	06	2015	104												3.000,00						
2.5.1.5.	09/040701	08	2015	106	Plano de Apoio a Projectos Culturais	OUTRA	100.0		DACT	2015/01/02	2018/12/31	3	61.155,73	40.771,00			40.771,00					101.926,73
2.5.1.5.		01	2016		FEIRA VIVA									1.711.897,00	1.711.897,00			1.752.600,00	1.752.600,00	1.752.600,00		6.969.697,00
2.5.1.5.	0102/05010101	0101	2016	131	Serviços Centrais	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	560.227,00	560.227,00			678.650,00	678.650,00	678.650,00		2.596.177,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0102	2016	132	Natação Adaptada	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	17.000,00	17.000,00			17.000,00	17.000,00	17.000,00		68.000,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0103	2016	133	Piscina de Filões	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	115.700,00	115.700,00			126.700,00	126.700,00	126.700,00		495.800,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0104	2016	134	Piscina de Lourosa	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	169.450,00	169.450,00			152.600,00	152.600,00	152.600,00		627.250,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0105	2016	135	Piscina de S. João de Ver	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	96.250,00	96.250,00			94.500,00	94.500,00	94.500,00		379.750,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0106	2016	136	Pavilhão da Lavandeira	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	49.750,00	49.750,00			39.300,00	39.300,00	39.300,00		167.650,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0107	2016	137	Pavilhão da Arrifana	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	33.350,00	33.350,00			33.650,00	33.650,00	33.650,00		134.300,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0108	2016	138	Parque Ornitológico de Lourosa	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	219.920,00	219.920,00			218.200,00	218.200,00	218.200,00		874.520,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0109	2016	139	Animação	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0	336.000,00	336.000,00			332.000,00	332.000,00	332.000,00		1.332.000,00	
		A TRANSPORTAR ...											3.661.928,07		15.862.737,00	15.395.711,00	467.026,00	16.748.419,00	15.420.146,00	11.371.498,00	1.049.255,05	64.113.983,12

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
		AC	AA			FC	INICIO	FIM		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE						
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS			
		A TRANSPORTAR ...											3.661.928,07		15.862.737,00	15.395.711,00	467.026,00	16.748.419,00	15.420.146,00	11.371.498,00	1.049.255,05	64.113.983,12
2.5.1.5.	0102/05010101	0110	2016	140	Cineteatro António Lamoso/Programação de Sala Festa das Fogaceiras	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2019/12/31	0		114.250,00	114.250,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		294.250,00	
2.5.1.5.		02	2016	141		OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2017/12/31	0		47.500,00			47.500,00				95.000,00	
2.5.1.5.	0102/020115	02	2016	141																		
2.5.1.5.	0102/020121	02	2016	141																		
2.5.1.5.	0102/020206	02	2016	141																		
2.5.1.5.	0102/020208	02	2016	141																		
2.5.1.5.	0102/020217	02	2016	141																		
2.5.1.5.	0102/020225	02	2016	141																		
2.5.1.5.		03	2016	142	Imaginarious - Festival Internacional de Teatro de Rua	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2017/12/31	0		225.000,00			225.000,00				450.000,00	
2.5.1.5.	09/02010299	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/020115	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/02011603	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/020117	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/020121	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/020201	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/020208	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/020217	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/020218	03	2016	142																		
2.5.1.5.	09/020225	03	2016	142																		
2.5.1.5.		04	2016	143	Encontros com a Música	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2016/12/31	0		5.000,00							5.000,00	
2.5.1.5.	09/020105	04	2016	143																		
2.5.1.5.	09/020217	04	2016	143																		
2.5.1.5.	09/020225	04	2016	143																		
2.5.1.5.		05	2016	144	Ação Cultural	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2016/12/31	0		32.000,00							32.000,00	
2.5.1.5.	09/020115	05	2016	144																		
2.5.1.5.	09/020120	05	2016	144																		
2.5.1.5.	09/020121	05	2016	144																		
2.5.1.5.	09/020206	05	2016	144																		
2.5.1.5.	09/020208	05	2016	144																		
2.5.1.5.	09/020217	05	2016	144																		
2.5.1.5.	09/020225	05	2016	144																		
2.5.1.5.		06	2016	145	Produções e eventos temáticos	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2016/12/31	0		12.000,00							12.000,00	
2.5.1.5.	09/020208	06	2016	145																		
2.5.1.5.	09/020217	06	2016	145																		
2.5.1.5.	09/020225	06	2016	145																		
2.5.1.5.		07	2016	146	Ações de capacitação e apoio ao Associativismo e à Criatividade	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2016/12/31	0		11.250,00							11.250,00	
2.5.1.5.	09/020121	07	2016	146																		
2.5.1.5.	09/020215	07	2016	146																		
2.5.1.5.	09/020216	07	2016	146																		
2.5.1.5.	09/020225	07	2016	146																		
2.5.1.5.	09/040701	07	2016	146																		
2.5.1.5.		08	2016	147	COTAR_Caixa das Artes	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2016/12/31	0		75.000,00							75.000,00	
2.5.1.5.	09/020121	08	2016	147																		
2.5.1.5.	09/020217	08	2016	147																		
2.5.1.5.	09/020225	08	2016	147																		
2.5.1.5.		09	2016	148	Festival Harmus 2016	OUTRA	100.0		DACT	2016/01/02	2016/12/31	0		3.000,00							3.000,00	
2.5.1.5.	09/020217	09	2016	148																		
		A TRANSPORTAR ...												3.661.928,07	16.387.737,00	15.918.711,00	467.026,00	17.080.919,00	15.480.146,00	11.431.498,00	1.049.255,05	65.091.483,12

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS	
A TRANSPORTAR ...												3.661.928,07		16.387.737,00	15.918.711,00	467.026,00	17.080.919,00	15.480.146,00	11.431.498,00	1.049.255,05	65.091.483,12	
2.5.1.5.	09/020225	09	2016	148											1.000,00							
2.5.1.5.	09/040701	09	2016	148											1.000,00							
2.5.1.5.	09/040701	10	2016	149											125.000,00	125.000,00		125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00	
2.5.1.6.															63.350,00	63.350,00					63.350,00	
2.5.1.6.	09/020225	01	2016	150											59.500,00	59.500,00					59.500,00	
2.5.1.6.	09/040802	02	2016	151											2.000,00	2.000,00					2.000,00	
2.5.1.6.																						
2.5.1.6.		03	2016	152											1.850,00							1.850,00
2.5.1.6.	10/020115	03	2016	152												500,00						
2.5.1.6.	10/020121	03	2016	152												50,00						
2.5.1.6.	10/020208	03	2016	152												1.000,00						
2.5.1.6.	10/020225	03	2016	152												300,00						
2.5.1.8.															5.724,77	30.693,00	30.693,00	24.000,00	9.000,00			69.417,77
2.5.1.8.		05	2015	137											2.541,64	1.657,00		3.000,00	3.000,00			10.198,64
2.5.1.8.	10/020121	05	2015	137													302,00					
2.5.1.8.	10/020225	05	2015	137													1.355,00					
2.5.1.8.	10/020225	06	2015	138											2.593,63	1.311,00		2.000,00	2.000,00			7.904,63
2.5.1.8.	10/020225	07	2015	139											589,50	275,00		4.000,00	4.000,00			8.864,50
2.5.1.8.																						
2.5.1.8.		01	2016	153												1.850,00						1.850,00
2.5.1.8.	10/020115	01	2016	153													1.800,00					
2.5.1.8.	10/020225	01	2016	153													50,00					
2.5.1.8.		03	2016	155																		400,00
2.5.1.8.	10/020115	03	2016	155																		
2.5.1.8.	10/020121	03	2016	155													100,00					
2.5.1.8.	10/020121	03	2016	155													100,00					
2.5.1.8.	10/020217	03	2016	155													100,00					
2.5.1.8.	10/020225	03	2016	155													100,00					
2.5.1.8.		04	2016	156																		21.500,00
2.5.1.8.	10/020115	04	2016	156														1.500,00				
2.5.1.8.	10/020121	04	2016	156													500,00					
2.5.1.8.	10/020208	04	2016	156													1.500,00					
2.5.1.8.	10/020225	04	2016	156													8.000,00					
2.5.1.8.		05	2016	157																		4.000,00
2.5.1.8.	10/020208	05	2016	157														900,00				
2.5.1.8.	10/020217	05	2016	157														100,00				
2.5.1.8.	10/020225	05	2016	157														3.000,00				
2.5.1.8.		06	2016	158																		3.200,00
2.5.1.8.	10/020208	06	2016	158																		
2.5.1.8.	10/020217	06	2016	158														100,00				
2.5.1.8.	10/020225	06	2016	158														3.000,00				
2.5.1.8.		09	2016	161																		10.000,00
2.5.1.8.	10/020115	09	2016	161																		
2.5.1.8.	10/020121	09	2016	161																		
2.5.1.8.	10/020217	09	2016	161																		
2.5.1.8.	10/020225	09	2016	161																		
2.5.1.8.	10/040701	09	2016	161																		
2.5.1.8.		10	2016	162																		300,00
A TRANSPORTAR ...												3.667.652,84		16.605.580,00	16.138.254,00	467.026,00	17.229.919,00	15.614.146,00	11.556.498,00	1.049.255,05	65.723.050,89	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO		
		AC	AA			FC	INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE										
												TOTAL		DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS						
		A TRANSPORTAR ...											3.690.041,69		16.663.454,00	16.196.428,00	467.026,00	17.294.919,00	15.677.646,00	11.556.498,00	1.049.255,05	65.931.813,74			
2.5.2.2.		09	2015	156	Ações e Eventos de Promoção Desportiva	OUTRA	100.0		DJD	2015/01/02	2016/12/31	3	18.040,68		16.894,00									34.934,68	
2.5.2.2.	10/020115	09	2015	156													112,00								
2.5.2.2.	10/020121	09	2015	156													790,00								
2.5.2.2.	10/020208	09	2015	156													5.472,00								
2.5.2.2.	10/020225	09	2015	156													10.520,00								
2.5.2.2.	10/040701	11	2015	157	Volta às Terras de Santa Maria	OUTRA	100.0		DJD	2015/01/02	2018/12/31	3	11.200,00		2.800,00	2.800,00		12.000,00	10.000,00					36.000,00	
2.5.2.2.		01	2016	170	Insufiáveis e outros	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			5.500,00									5.500,00	
2.5.2.2.	10/020121	01	2016	170													5.000,00								
2.5.2.2.	10/020225	01	2016	170													500,00								
2.5.2.2.		02	2016	171	Desporto para Todos_Desporto Adaptado	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			1.750,00									1.750,00	
2.5.2.2.	10/020121	02	2016	171													1.000,00								
2.5.2.2.	10/020225	02	2016	171													750,00								
2.5.2.2.		03	2016	172	PAD_Medida 2_Apoio a programas, projectos, actividades	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			140.100,00									140.100,00	
2.5.2.2.	10/020120	03	2016	172													100,00								
2.5.2.2.	10/040701	03	2016	172													140.000,00								
2.5.2.2.		04	2016	173	PAD_Medida 3_Apoio a participação desportiva dos cidadãos com deficiência ou incapacidade	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			11.000,00									11.000,00	
2.5.2.2.	10/020120	04	2016	173													5.000,00								
2.5.2.2.	10/020225	04	2016	173													1.000,00								
2.5.2.2.	10/040701	04	2016	173													5.000,00								
2.5.2.2.		05	2016	174	PAD_Medida 4_Apoio a participação desportiva da população sénior	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			3.000,00									3.000,00	
2.5.2.2.	10/020120	05	2016	174													1.000,00								
2.5.2.2.	10/020225	05	2016	174													1.000,00								
2.5.2.2.	10/040701	05	2016	174													1.000,00								
2.5.2.2.		06	2016	175	PAD_Medida 7_Apoio a qualificação dos Clubes Associações Desportivas	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			2.000,00										2.000,00
2.5.2.2.	10/020208	06	2016	175													500,00								
2.5.2.2.	10/020217	06	2016	175													500,00								
2.5.2.2.	10/020225	06	2016	175													1.000,00								
2.5.2.2.		07	2016	176	Programas Desportivos Manhãs Vivas_Feira MOVE_Road Show entre outros	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			10.500,00									10.500,00	
2.5.2.2.	10/020115	07	2016	176													1.000,00								
2.5.2.2.	10/020120	07	2016	176													500,00								
2.5.2.2.	10/020208	07	2016	176													3.000,00								
2.5.2.2.	10/020225	07	2016	176													6.000,00								
2.5.2.2.		08	2016	177	Pela Tua Saúde Mexe-te	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			5.000,00									5.000,00	
2.5.2.2.	10/020115	08	2016	177													4.000,00								
2.5.2.2.	10/020121	08	2016	177													500,00								
2.5.2.2.	10/020225	08	2016	177													500,00								
2.5.2.2.		09	2016	178	Ciclismo para Todos / BTT	OUTRA	100.0		DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			6.000,00									6.000,00	
		A TRANSPORTAR ...											3.719.282,37		16.867.998,00	16.394.972,00	467.026,00	17.306.919,00	15.687.646,00	11.556.498,00	1.049.255,05	66.187.598,42			

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO			
						AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE						
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS		
				A TRANSPORTAR ...									4.066.679,05		18.104.654,00	17.637.628,00	467.026,00	18.046.919,00	16.237.646,00	11.586.498,00	1.049.255,05	69.091.651,10		
3.1.1.1.		01	2016	238	Aquisição de placas de sinalização e publicação do PAE	OUTRA		100.0	POM	2016/01/02	2016/12/31	0			4.200,00							4.200,00		
3.1.1.1.	06/020121	01	2016	238												4.000,00								
3.1.1.1.	06/020217	01	2016	238												200,00								
3.2.					Indústria e energia								1.482.197,12		2.078.831,00	2.078.831,00		2.670.831,00	2.670.831,00	2.670.831,00	141.662,00	11.715.183,12		
3.2.1.					Industria e energia								1.482.197,12		2.078.831,00	2.078.831,00		2.670.831,00	2.670.831,00	2.670.831,00	141.662,00	11.715.183,12		
3.2.1.1.					Iluminacao publica								1.482.197,12		1.778.831,00	1.778.831,00		2.070.831,00	2.070.831,00	2.070.831,00	141.662,00	9.615.183,12		
3.2.1.1.1.	0102/020201	01	2015	46	Iluminação pública	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2016/12/31	2	1.482.197,12		1.158.000,00	1.158.000,00						2.640.197,12		
3.2.1.1.1.	0102/040305	02	2015	248	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	ADM. DIR.				2015/04/01	2021/12/31	3			70.831,00	70.831,00		70.831,00	70.831,00	70.831,00	141.662,00	424.966,00		
3.2.1.1.1.	0102/020201	01	2016	186	Iluminação pública	OUTRA		100.0	CM	2016/01/02	2019/12/31	0			550.000,00	550.000,00		2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00		6.550.000,00		
3.2.1.3.					Energia Consumos Correntes										300.000,00	300.000,00		600.000,00	600.000,00	600.000,00		2.100.000,00		
3.2.1.3.1.	0102/020201	01	2016	187	Consumos Correntes	OUTRA		100.0	CM	2016/01/02	2019/12/31	0			300.000,00	300.000,00		600.000,00	600.000,00	600.000,00		2.100.000,00		
3.3.					Transportes e comunicações								141.747,78		370.410,00	370.410,00		145.000,00	110.000,00	60.000,00		827.157,78		
3.3.1.					Transportes rodoviários								141.747,78		370.410,00	370.410,00		145.000,00	110.000,00	60.000,00		827.157,78		
3.3.1.1.					Rede viaria sinalizacao								63.199,36		93.396,00	93.396,00		25.000,00				181.595,36		
3.3.1.1.1.		10	2014	141	Reparação de veículos e máquinas			100.0		2014/01/02	2016/12/31	4	5.961,84		609,00							6.570,84		
3.3.1.1.1.	06/020112	10	2014	141												500,00								
3.3.1.1.1.	06/020203	10	2014	141												101,00								
3.3.1.1.1.	06/020225	10	2014	141												8,00								
3.3.1.1.1.	06/020206	11	2014	142	Locação de veículos e máquinas	OUTRA		100.0		2014/01/02	2017/12/31	4	12.534,93		9.367,00	9.367,00		25.000,00				46.901,93		
3.3.1.1.1.		13	2015	203	Reparação de veículos e máquinas	OUTRA		100.0	DAOM	2015/01/02	2016/12/31	3	32.525,59		49.929,00								82.454,59	
3.3.1.1.1.	06/02010299	13	2015	203												1.544,00								
3.3.1.1.1.	06/020112	13	2015	203												1.000,00								
3.3.1.1.1.	06/020203	13	2015	203												30.815,00								
3.3.1.1.1.	06/020225	13	2015	203												16.570,00								
3.3.1.1.1.		14	2015	204	Locação de veículos e máquinas	OUTRA		100.0	DAOM	2015/01/02	2016/12/31	3	12.177,00		12.183,00								24.360,00	
3.3.1.1.1.	06/020206	14	2015	204												11.260,00								
3.3.1.1.1.	06/020208	14	2015	204												923,00								
3.3.1.1.1.	06/020220	23	2015	243	Elaboração de estudos, projetos, consultadoraia e fiscalização	OUTRA		100.0	DAOM	2015/01/02	2016/12/31	3			308,00	308,00							308,00	
3.3.1.1.1.		02	2016	189	Locação de veículos e máquinas	OUTRA		100.0	DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0			20.000,00								20.000,00	
3.3.1.1.1.	06/020206	02	2016	189												10.000,00								
3.3.1.1.1.	06/020208	02	2016	189												10.000,00								
3.3.1.1.1.	06/020220	03	2016	239	Elaboração de estudos, projetos, consultadoraia e fiscalização	OUTRA		100.0	DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0			1.000,00	1.000,00							1.000,00	
3.3.1.4.					Ambiente e Obras Municipais								78.548,42		277.014,00	277.014,00		120.000,00	110.000,00	60.000,00		645.562,42		
3.3.1.4.1.	06/020206	02	2014	39	Locação de máquinas			100.0		2014/01/02	2018/12/31	4	13.117,95		4.748,00	4.748,00		50.000,00	50.000,00				117.865,95	
3.3.1.4.1.	06/020214	06	2014	140	Elaboração de estudos, projetos e de consultadoria	OUTRA		100.0		2014/01/02	2016/12/31	4	1.753,37		2.007,00	2.007,00								3.760,37
3.3.1.4.1.	06/020225	03	2015	198	Limpeza de terrenos florestais	OUTRA		100.0	GA	2015/01/02	2016/12/31	3	2.029,50		4.059,00	4.059,00								6.088,50
3.3.1.4.1.	06/020206	04	2015	205	Locação de máquinas	OUTRA		100.0	GA	2015/01/02	2016/12/31	0	61.647,60		57.294,00	57.294,00								118.941,60
					A TRANSPORTAR ...								5.690.623,95		20.349.189,00	19.882.163,00	467.026,00	20.792.750,00	18.958.477,00	14.257.329,00	1.190.917,05	81.239.286,00		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
						AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS	
				A TRANSPORTAR ...									5.690.623,95		20.349.189,00	19.882.163,00	467.026,00	20.792.750,00	18.958.477,00	14.257.329,00	1.190.917,05	81.239.286,00	
3.3.1.4.	06/020225	05	2015	206	Desobstrução e reparação das minas existentes no concelho	OUTRA	100.0		GA	2015/01/02	2016/12/31	0			18.406,00	18.406,00						18.406,00	
3.3.1.4.	06/020225	01	2016	190	Limpeza de terrenos florestais	OUTRA	100.0		GA	2016/01/02	2016/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00	
3.3.1.4.		02	2016	191	Locação de veículos e máquinas	OUTRA	100.0		GA	2016/01/02	2019/12/31	0			30.000,00			60.000,00	60.000,00	60.000,00		210.000,00	
3.3.1.4.	06/020206	02	2016	191																			
3.3.1.4.	06/020208	02	2016	191																			
3.3.1.4.	06/020225	03	2016	192	Desobstrução e reparação das minas existentes no concelho	OUTRA	100.0		GA	2016/01/02	2016/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00	
3.3.1.4.	06/020225	04	2016	237	Limpeza da rede pública de drenagem de águas pluviais	OUTRA	100.0		GA	2016/01/02	2017/12/31	0			10.000,00	10.000,00		10.000,00				20.000,00	
3.3.1.4.		05	2016		Estaleiro Municipal										140.500,00	140.500,00						140.500,00	
3.3.1.4.	0501	2016	240		Manutenção de veículos e máquinas	OUTRA	100.0		ESTAL EIRO	2016/01/02	2016/12/31	0			140.500,00							140.500,00	
3.3.1.4.	06/02010299	0501	2016	240																			
3.3.1.4.	06/020112	0501	2016	240																			
3.3.1.4.	06/020121	0501	2016	240																			
3.3.1.4.	06/020203	0501	2016	240																			
3.3.1.4.	06/020210	0501	2016	240																			
3.3.1.4.	06/020225	0501	2016	240																			
3.4.					Comércio e turismo										30.300,00	30.300,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	34.300,00	
3.4.2.					Turismo										30.300,00	30.300,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	34.300,00	
3.4.2.1.					Turismo										30.300,00	30.300,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	34.300,00	
3.4.2.1.		01	2016	193	Promoção Turística	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			9.000,00							9.000,00	
3.4.2.1.	09/02011603	01	2016	193																			
3.4.2.1.	09/020217	01	2016	193																			
3.4.2.1.	09/020225	01	2016	193																			
3.4.2.1.		02	2016	194	Caminhos de Santiago	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			500,00							500,00	
3.4.2.1.	09/020121	02	2016	194																			
3.4.2.1.	09/020225	02	2016	194																			
3.4.2.1.		03	2016	195	Feira Card	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			8.000,00							8.000,00	
3.4.2.1.	09/020217	03	2016	195																			
3.4.2.1.	09/020225	03	2016	195																			
3.4.2.1.	09/020225	04	2016	196	Fins de Semana Gastronômicos	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			300,00	300,00						300,00	
3.4.2.1.		05	2016	197	Visitas Turísticas	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			2.000,00							2.000,00	
3.4.2.1.	09/020217	05	2016	197																			
3.4.2.1.	09/020220	05	2016	197																			
3.4.2.1.	09/020225	05	2016	197																			
3.4.2.1.	09/020214	06	2016	198	Plano Estratégico Desenvolvimento Turístico	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2020/12/31	0			1.500,00	1.500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.500,00	
3.4.2.1.		07	2016	199	Merchandising	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			4.000,00							4.000,00	
3.4.2.1.	09/02011603	07	2016	199																			
3.4.2.1.	09/020225	07	2016	199																			
3.4.2.1.	09/020225	08	2016	200	Bolsa de Mediadores de Turismo	OUTRA	100.0		DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00	
3.5.					Outras funções económicas										106.136,91	611.118,00		635.699,00	635.699,00	420.939,00	420.939,00	2.409.591,91	
3.5.1.					Dinamizacao economica										106.136,91	583.679,00		620.939,00	620.939,00	420.939,00	420.939,00	2.352.632,91	
3.5.1.2.					Apoio ao consumidor										7.240,00	7.240,00		3.690,00	3.690,00	3.690,00	3.690,00	18.310,00	
3.5.1.2.	02/020225	01	2016	201	Protocolo com a DECO / GAS	OUTRA	100.0		CIAC	2016/01/02	2019/12/31	0			3.690,00	3.690,00		3.690,00	3.690,00	3.690,00		14.760,00	
				A TRANSPORTAR ...											5.690.623,95	20.592.085,00	20.125.059,00	467.026,00	20.867.440,00	19.023.167,00	14.322.019,00	1.191.917,05	81.687.252,00

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
						AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS
A TRANSPORTAR ...													5.690.623,95		20.592.085,00	20.125.059,00	467.026,00	20.867.440,00	19.023.167,00	14.322.019,00	1.191.917,05	61.687.252,00
3.5.1.2.	02/020225	02	2016	202	Elaboração de Diect Mailling	OUTRA		100.0		CIAC	2016/01/02	2016/12/31	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
3.5.1.2.	02/020225	03	2016	203	Sessões/Iniciativas com a DECO	OUTRA		100.0		CIAC	2016/01/02	2016/12/31	0		250,00	250,00						250,00
3.5.1.2.	02/020217	04	2016	204	Edição calendário 2016	OUTRA		100.0		CIAC	2016/01/02	2016/12/31	0		2.000,00	2.000,00						2.000,00
3.5.1.2.	02/020216	05	2016	205	Conferencia "Dia Mundial dos Direitos do Consumidor"	OUTRA		100.0		CIAC	2016/01/02	2016/12/31	0		300,00	300,00						300,00
3.5.1.3.					Participações e parcerias										98.998,72	509.029,00	509.029,00	617.249,00	617.249,00	417.249,00		2.259.774,72
3.5.1.3.		01	2015	47	Associação de Municípios de Terras de Santa Maria	OUTRA		100.0		CM	2015/01/02	2018/12/31	4		66.804,72		90.000,00		200.000,00	200.000,00		556.804,72
3.5.1.3.	0102/04050104	01	2015	47																		
3.5.1.3.	0102/08050104	01	2015	47																		
3.5.1.3.	0102/020225	04	2015	50	Quotas diversas entidades	OUTRA		100.0		CM	2015/01/02	2016/12/31	4		32.194,00	1.500,00	1.500,00					33.694,00
3.5.1.3.		01	2016	206	Associação de Municípios de Terras de Santa Maria	OUTRA		100.0		CM	2016/01/02	2019/12/31	0			223.280,00		223.000,00	223.000,00			892.280,00
3.5.1.3.	0102/04050104	01	2016	206																		
3.5.1.3.	0102/08050102	01	2016	206																		
3.5.1.3.	0102/04050108	02	2016	207	GAMP / Grande Area Metropolitana do Porto	OUTRA		100.0		CM	2016/01/02	2019/12/31	0		90.519,00	90.519,00		90.519,00	90.519,00	90.519,00		362.076,00
3.5.1.3.	0102/020225	03	2016	208	ENERGIA	OUTRA		100.0		CM	2016/01/02	2019/12/31	0		47.330,00	47.330,00		47.330,00	47.330,00	47.330,00		189.320,00
3.5.1.3.	0102/020225	04	2016	209	Eixo Atlantico do Noroeste Peninsular	OUTRA		100.0		CM	2016/01/02	2019/12/31	0		15.000,00	15.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		60.000,00
3.5.1.3.	0102/020225	05	2016	210	Quotas diversas entidades	OUTRA		100.0		CM	2016/01/02	2019/12/31	0		37.230,00	37.230,00		37.230,00	37.230,00	37.230,00		148.920,00
3.5.1.3.	0102/020225	06	2016	211	Caminhos de Fátima	OUTRA		100.0		CM	2016/01/02	2019/12/31	0		4.170,00	4.170,00		4.170,00	4.170,00	4.170,00		16.680,00
3.5.1.4.					Desenvolvimento do Concelho										7.138,19	67.410,00	67.410,00	4.170,00	4.170,00	4.170,00		74.548,19
3.5.1.4.		01	2015	91	Gestão e Dinamização da Plataforma de Negocios Internacional "BizFeira"	OUTRA		100.0		GDEE	2015/01/02	2016/12/31	4		7.138,19	1.379,00						8.517,19
3.5.1.4.	0102/020208	01	2015	91																		
3.5.1.4.	0102/020219	01	2015	91																		
3.5.1.4.	0102/020225	01	2015	91																		
3.5.1.4.	0102/020225	13	2015	230	Aquisição de conteudos, dados e estatisticas de cariz economico empresarial	OUTRA		100.0		GDEE	2015/01/02	2016/12/31	4		431,00	431,00						431,00
3.5.1.4.		01	2016	212	Gestão e Dinamização da Plataforma de Negocios Internacional "BizFeira"	OUTRA		100.0		GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		44.500,00							44.500,00
3.5.1.4.	0102/020115	01	2016	212																		
3.5.1.4.	0102/020214	01	2016	212																		
3.5.1.4.	0102/020216	01	2016	212																		
3.5.1.4.	0102/020217	01	2016	212																		
3.5.1.4.	0102/020220	01	2016	212																		
3.5.1.4.	0102/020225	01	2016	212																		
3.5.1.4.	0102/020220	02	2016	213	Nova Imagem e instalação do GDEE/Cabinete Bizfeira	OUTRA		100.0		GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.5.1.4.	0102/020225	03	2016	214	Aquisição de conteudos, dados e estatisticas de cariz economico empresarial relevante	OUTRA		100.0		GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
3.5.1.4.	0102/020225	04	2016	215	Regualificação em articulação POM, das EI Incluindo Sinalética	OUTRA		100.0		GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
A TRANSPORTAR ...													5.796.760,86		21.161.974,00	20.694.948,00	467.026,00	21.484.689,00	19.640.416,00	14.739.268,00	1.191.917,05	84.015.024,91

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS	
			A TRANSPORTAR ...									5.796.760,86		21.161.974,00	20.694.948,00	467.026,00	21.484.689,00	19.640.416,00	14.739.268,00	1.191.917,05	84.015.024,91	
3.5.1.4.	0102/020225	05	2016	216	Dinamização do Projeto Intermunicipal de Qualificação para as Empresas	OUTRA	100.0	GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		2.500,00	2.500,00							2.500,00	
3.5.1.4.	0102/020216	06	2016	217	Participação em Feiras, Exposições e Eventos Econômicos	OUTRA	100.0	GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		1.500,00	1.500,00							1.500,00	
3.5.1.4.	0102/020213	07	2016	218	Missões Empresariais	OUTRA	100.0	GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		5.100,00								5.100,00	
3.5.1.4.	0102/020225	07	2016	218										5.000,00								
3.5.1.4.	0102/020225	08	2016	219	Organização de evento com projeção nacional e internacional de promoção do nosso território e dos setores industriais mais preponderantes	OUTRA	100.0	GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		500,00								500,00	
3.5.1.4.	0102/020217	08	2016	219											250,00							
3.5.1.4.	0102/020225	08	2016	219											250,00							
3.5.1.4.	0102/020225	09	2016	220	Ações Diversas	OUTRA	100.0	GDEE	2016/01/02	2016/12/31	0		500,00								500,00	
3.5.2.					Termalismo								27.439,00	27.439,00			14.760,00	14.760,00			56.959,00	
3.5.2.1.					Termas das Caldas de Sao Jorge								27.439,00	27.439,00			14.760,00	14.760,00			56.959,00	
3.5.2.1.	09/020225	01	2015	52	DIRECÇÃO TÉCNICA	OUTRA	100.0	DT	2015/01/02	2018/12/31	0		27.439,00	27.439,00			14.760,00	14.760,00			56.959,00	
4.					Outras funções								1.793.322,41	2.064.847,00	2.064.847,00		2.003.676,00	2.003.676,00			7.865.521,41	
4.2.					Transferências entre administrações								1.780.281,83	2.004.839,00	2.004.839,00		2.003.676,00	2.003.676,00			7.792.472,83	
4.2.1.					Freguesias								1.780.281,83	2.004.839,00	2.004.839,00		2.003.676,00	2.003.676,00			7.792.472,83	
4.2.1.1.					Freguesias								1.780.281,83	2.004.839,00	2.004.839,00		2.003.676,00	2.003.676,00			7.792.472,83	
4.2.1.1.	01	2015	53		Transferências para as Juntas de Freguesias - Correntes e de Capital	OUTRA	100.0	DAF	2015/01/02	2018/12/31	0		1.330.281,83				1.753.676,00	1.753.676,00			6.592.472,83	
4.2.1.1.1.	0102/04050102	01	2015	53											818.839,00							
4.2.1.1.1.	0102/08050102	01	2015	53											936.000,00							
4.2.1.1.1.	0102/08050102	02	2015	54	Transferência para Un.Freg.Canedo,Vale e Rio Maior- Protocolo Suldouro	OUTRA	100.0	DAF	2015/01/02	2018/12/31	4	450.000,00	250.000,00	250.000,00			250.000,00	250.000,00			1.200.000,00	
4.3.					Diversas não especificadas								13.040,58	60.008,00	60.008,00						73.048,58	
4.3.1.					Comunicacao e relacoes publicas								13.040,58	60.008,00	60.008,00						73.048,58	
4.3.1.1.					Comunicacao e imagem								13.040,58	43.508,00	43.508,00						56.548,58	
4.3.1.1.	0102/020225	01	2014	241	Comunicação Interna, Organização de Eventos e Outras Ações	OUTRA	100.0	GCRI	2014/01/02	2016/12/31	3	453,65	650,00	650,00							1.103,65	
4.3.1.1.1.	0102/020211	02	2015	87	Comunicação Externa	OUTRA	100.0	GRP	2015/01/02	2016/12/31	3	12.586,93	3.758,00								16.344,93	
4.3.1.1.1.	0102/020225	02	2015	87											901,00							
4.3.1.1.1.	0102/020225	01	2016	232	Comunicação Interna, Organização de Eventos e Outras Ações	OUTRA	100.0	GRP	2016/01/02	2016/12/31	0		22.300,00								22.300,00	
4.3.1.1.1.	0102/020115	01	2016	232											14.000,00							
4.3.1.1.1.	0102/020121	01	2016	232											500,00							
4.3.1.1.1.	0102/020217	01	2016	232											7.800,00							
4.3.1.1.1.	0102/020217	02	2016	233	Comunicação Externa	OUTRA	100.0	GRP	2016/01/02	2016/12/31	0		16.800,00								16.800,00	
					A TRANSPORTAR ...								7.590.083,27		23.247.860,00	22.764.034,00	467.026,00	23.503.125,00	21.658.852,00	14.739.268,00	1.191.917,05	91.931.105,32

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015		PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE								
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS					
A TRANSPORTAR ...													7.590.083,27		23.247.860,00	22.764.034,00	467.026,00	23.503.125,00	21.658.852,00	14.739.268,00	1.191.917,05	91.931.105,32			
4.3.1.1.1.	0102/020115	02	2016	233												1.000,00									
4.3.1.1.1.	0102/020211	02	2016	233												900,00									
4.3.1.1.1.	0102/020217	02	2016	233												7.500,00									
4.3.1.1.1.	0102/020220	02	2016	233												500,00									
4.3.1.1.1.	0102/020225	02	2016	233												6.900,00									
4.3.1.2.																16.500,00	16.500,00								16.500,00
4.3.1.2.		01	2016	234												14.500,00									14.500,00
4.3.1.2.	0102/020115	01	2016	234													500,00								
4.3.1.2.	0102/020213	01	2016	234													7.000,00								
4.3.1.2.	0102/020225	01	2016	234													7.000,00								
4.3.1.2.	0102/020225	02	2016	235												2.000,00	2.000,00								2.000,00
TOTAL GERAL													7.590.083,27		23.264.360,00	22.797.334,00	467.026,00	23.503.125,00	21.658.852,00	14.739.268,00	1.191.917,05	91.947.605,32			

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de ____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de ____

outros documentos

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

Ano Financeiro de 2016 em euros(€)

Freguesia	Transf. Capital (a)	Cantoneiros (b)	Jardins (e)	Salas de Aulas Pequenas reparações (c)	Limpeza e Expediente (d)	Tratadores relva	Protocolos (equipamentos desportivos) e (utilização instalações aos serviços Jardins infancia)	Total
Argoncilhe	44 699,32	28 190,03	5 750,07	3 900,00	1 500,00			84 039,41
Arrifana	35 408,76	24 385,76	4 946,71	1 500,00	675,00			66 916,23
União das Freguesias Caldas de São Jorge e Pigeiros	39 645,05	25 598,72	4 189,63	1 800,00	750,00			71 983,40
União das Freguesias Canedo, Vale e Vila Maior	101 848,02	65 587,95	4 068,20	3 000,00	1 425,00			175 929,16
Escapães	23 326,08	13 199,20	4 359,17	1 050,00	300,00			42 234,45
Fiães	41 353,94	29 943,95	3 531,44	3 150,00	1 275,00	13 966,40		93 220,73
Fornos	22 379,60	8 977,55	3 201,57	900,00	450,00			35 908,72
União das Freguesias Lobão, Gião, Louredo e Guisande	88 899,48	41 808,11	4 892,84	4 500,00	1 875,00		5 000,00	146 975,44
Lourosa	42 794,14	21 905,71	9 877,96	3 900,00	1 575,00	14 000,00	10 400,00	104 452,80
Milheirós de Poiares	28 931,45	14 134,40	3 732,20	1 500,00	375,00			48 673,05
União das Freguesias Mosteirô e São Miguel de Souto	52 661,44	30 043,26	2 665,35	3 600,00	1 275,00			90 245,05
Mozelos	37 769,52	19 237,87	7 521,96	3 300,00	1 275,00			69 104,36
Nogueira Regedoura	32 500,88	17 958,45	1 633,46	2 400,00	675,00			55 167,79
Paços de Brandão	27 736,40	19 860,59	7 554,62	2 250,00	825,00			58 226,61
Rio Meão	31 404,31	16 720,11	3 451,39	1 950,00	750,00			54 275,81
Romariz	29 709,56	22 871,41	5 188,50	1 350,00	450,00			59 569,47
Sanguedo	24 687,34	16 652,91	3 276,77	1 950,00	600,00			47 167,01
União das Freguesias Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	116 483,94	61 699,68	6 118,00	9 150,00	4 350,00		4 400,00	202 201,62
Santa Maria de Lamas	28 686,59	26 532,80	6 117,22	1 950,00	750,00			64 036,61
São João de Vêr	59 655,43	36 485,49	4 532,24	3 900,00	1 425,00			105 998,16
São Paio de Oleiros	25 418,75	11 514,72	3 390,69	1 500,00	525,00			42 349,16
Total	936 000,00 €	553 308,66 €	100 000,00 €	58 500,00 €	23 100,00 €	27 966,40 €	19 800,00 €	1 718 675,06
Total das transferencias	1 718 675,06 €							

a) Distribuição tem por base a área e população da freguesia

b) O Valor tem por base: por cada 15 kms de estrada Municipal = 1 cantoneiro ou 400,00€ x 14 meses

c) O Valor é de 150,00€ por sala de aulas

d) O Valor é de 75,00€ por turma

e) Valor é de 1.000,00€ igual para todas as freguesias e o valor restante é proporcional às áreas (zonas verdes/ jardins)

Análise Comparativa entre o Orçamento Municipal e o PAF

A proposta de orçamento municipal e das grandes opções do plano que ora é apresentada encontra-se condicionada pela necessidade imperiosa de dar continuidade ao plano de apoio financeiro em curso.

Tal situação, implica a concordância dos valores globais apresentados com as projeções que naquele plano se assumiam ou, em caso de divergências, uma fundamentação adequada destas últimas bem como a preservação das linhas de força do plano.

Adicionalmente, foram também observadas as regras e princípios orçamentais constantes do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

A condução da política financeira do Município de Santa Maria da Feira está comprometida com o elenco de objetivos que foram fixados aquando da aprovação do PAEL aprovado em 2012.

Desde 2013, o Município tem vindo a adotar esse plano como guia e é possível fazer um balanço positivo dos resultados obtidos até ao momento. O objetivo principal do PAEL, era a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012. O programa de ajustamento financeiro (PAF) previa que o município em 2015 atingisse um prazo médio de pagamentos aos fornecedores (PMP) de 176 dias, contudo, o município já alcançou um PMP de cerca de 19 dias, valor este muito inferior ao exigido por lei, que é de 60 dias.

Junta-se quadro onde se evidencia a comparação entre a estimativa feita em sede de PAEL, quer para as receitas quer para as despesas:

Análise Comparativa do Orçamento 2015 com o Programa de Apoio à Economia Local (Receita)

Descrição	Plano de Apoio Financeiro	Orçamento	Desvio	Observações
01 Impostos Diretos	26 985 455,09 €	24 570 865,00 €	- 2 414 590,09 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses.
02 Impostos Indiretos	4 08 511,62 €	144 628,00 €	- 2 63 883,62 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
04 Taxas, multas e outras penalidades	1 952 425,61 €	1 252 463,00 €	- 699 962,61 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
05 Rendimentos propriedades	2 559 762,00 €	2 760 714,00 €	2 00 952,00 €	Ajustamento em função da efetiva realização da receita
06 Transferências correntes	13 929 963,00 €	18 931 026,00 €	5 001 063,00 €	Aplicação em função das receitas oriundas do OE (base 2015 - esta diferença deve-se essencialmente à alteração legislativa em que os fundos correntes passam de 80% para 90%), bem como a aplicação da média dos últimos 24 meses
07 Venda de bens e serviços correntes	3 801 500,00 €	4 609 587,00 €	8 08 087,00 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
08 Outras receitas correntes	1 00 000,00 €	301 545,00 €	2 01 545,00 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
Total de receitas correntes	49 737 617,32 €	52 570 828,00 €	2 833 210,68 €	
09 Venda de bens de investimento	- €	506 073,00 €	5 06 073,00 €	Aplicação da média dos últimos 36 meses
10 Transferências de capital	4 842 418,00 €	6 937 160,00 €	2 094 742,00 €	Aplicação em função das receitas oriundas do OE (base 2015 - esta diferença deve-se essencialmente à alteração legislativa em que os fundos de capital passam de 20% para 10%). Registam-se aqui as receitas referentes a fundos comunitários ainda não arrecadados, bem como a possibilidade de recorrer ao próximo quadro comunitário
11 Ativos Financeiros		1,00 €	1,00 €	Aberta rubrica - devido à possibilidade de remuneração do FAM
13 Outras receitas de capital	40 000,00 €	1 002,00 €	- 38 998,00 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	6 000,00 €	500,00 €	- 5 500,00 €	Aberta rubrica
Total de receitas de capital	4 888 418,00 €	7 444 736,00 €	2 556 318,00 €	
Total Receitas	54 626 035,32 €	60 015 564,00 €	5 389 528,68 €	

Análise Comparativa do Orçamento 2016 com o Programa de Apoio à Economia Local (Despesa)

Descrição	Plano de Apoio Financeiro	Orçamento	Desvio	Observações
01 Despesas com Pessoal	14 670 802,56 €	16 325 003,00 €	1 654 200,44 €	Aumento resultante de alterações legislativas.
02 Aquisição de Bens e Serviços	22 089 476,05 €	19 609 802,00 €	- 2 479 674,05 €	Ajustamento à realidade.
03 Juros e Outros Encargos	1 201 212,04 €	725 283,00 €	- 475 929,04 €	Ajustamento à realidade
04 Transferências correntes	1 750 000,00 €	3 005 016,00 €	1 255 016,00 €	Ajustamento à realidade - encontra-se refletido os contratos interadministrativos/delegações de competências com as Freguesias e Outras Entidades
05 Subsídios	1 612 000,00 €	1 711 897,00 €	99 897,00 €	Ajustamento à realidade
06 Outras despesas correntes	450 000,00 €	731 550,00 €	281 550,00 €	Ajustamento à realidade
Total de despesas correntes	41 773 490,65 €	42 108 551,00 €	335 060,35 €	
07 Aquisição de bens de capital	6 700 000,00 €	10 455 658,00 €	3 755 658,00 €	Aumento justificado pela libertação de fundos para investimento local, investimento este discriminado no Plano Plurianual de Investimento, bem como deslizamento de algumas obras para 2016
08 Transferências de capital	1 450 000,00 €	2 264 769,00 €	814 769,00 €	Ajustamento à realidade - encontra-se refletido os contratos interadministrativos/delegações de competências com as Freguesias e Outras Entidades.
09 Ativos Financeiros		411 739,00 €	4 11 739,00 €	Pela obrigatoriedade do município intervir no FAM
10 Passivos Financeiros	4 481 212,39 €	4 774 842,00 €	293 629,61 €	Desvio devido pelo desfasamento do empréstimo PAEL
11 Outras despesas de capital	15 000,00 €	5,00 €	- 14 995,00 €	Ajustamento à realidade
Total de receitas de capital	12 646 212,39 €	17 907 013,00 €	5 260 800,61 €	
Total Receitas	54 419 703,04 €	60 015 564,00 €	5 595 860,96 €	

Quando se compara os valores globais da despesa e receita corrente, verifica-se que o aumento da despesa face à estimativa do Plano está totalmente suportado por um aumento que é, absoluta e relativamente, superior no lado da receita (mesmo que haja reduções em algumas das suas componentes). Isso significa, portanto, que relativamente à projeção do Plano, o Município tem previsto para 2016 um aumento, da sua capacidade para libertar fundos da atividade corrente para despesas de capital, reflexo de uma posição financeira mais robusta face ao estimado no PAF.



Apesar de algumas divergências entre o Plano e o Orçamento, constata-se que o Município de Santa Maria da Feira goza de uma situação financeira equilibrada, quer pela redução da dívida de curto prazo ser muito inferior ao estimado, quer pela não existência de pagamentos em atraso, bem como deter um saldo orçamental claramente positivo, conforme se pode verificar no quadro infra:

Descrição	2013		2014		2015 (até 23/10/2015)	
	Previsto PAF	Executado	Previsto PAF	Executado	Previsto PAF	Executado
Saldo orçamental ano anterior	999 321,72 €	884 805,57 €	1 070 597,17 €	3 295 542,83 €	1 345 426,63 €	10 078 465,14 €
Receita arrecadada	84 018 374,42 €	76 977 600,96 €	61 810 886,62 €	64 205 697,86 €	55 929 311,11 €	46 859 467,76 €
Despesa paga	83 947 098,97 €	74 566 863,70 €	61 536 057,16 €	57 422 775,55 €	55 722 377,83 €	39 642 915,09 €
Saldo a transitar (provisório)	1 070 597,17 €	3 295 542,83 €	1 345 426,63 €	10 078 465,14 €	1 552 359,91 €	17 295 017,81 €

Resolução nº26/2013_Tribunal de Contas

Mapa das participações da entidade

A-Participações em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.	505120151	Entidade Empresarial	93110	564 488,43 €	2 329 499,16 €	100,00%	2 329 499,16 €	564 488,43 €	1 765 010,73 €	Pavilhão Lavandeira – Aves Zoo
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A	504134353	Sociedade Anónima	86905	250 000,00 €	125 000,00 €	50,00%	125 000,00 €	125 000,00 €		
Energaia-Agencia de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	504454536	Associação de Direito Privado sem fins lucrativos	94992	- €	30 000,00 €	20,00%	30 000,00 €	30 000,00 €		
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A	503698812	Sociedade Anónima	38212	3 400 000,00 €	510 000,00 €	15,00%	510 000,00 €	510 000,00 €		
Feira Park-Parque de ciencia e tecnologia, S.A	508272378	Sociedade Anónima	82990	630 000,00 €	75 000,00 €	11,90%	75 000,00 €	75 000,00 €		
PERM, SA	509042201	Sociedade Anónima	68200	50 000,00 €	25 500,00 €	10,20%		25 500,00 €		Participação Indirecta
ADCL-Águas do Centro Litoral, SA	513606181	Sociedade Anónima	37002	40 225 811,00 €	700 120,00 €	1,74%	700 120,00 €	700 120,00 €		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503537624	Sociedade Anónima	36001	20 902 500,00 €	484 750,00 €	2,33%	484 750,00 €	484 750,00 €		
Primus, EMT, S.A	502823305	Sociedade Anónima	70220	163 098,00 €	100,00 €	0,06%	100,00 €	100,00 €		

Resolução nº26/2013_Tribunal de Contas

Mapa das participações da entidade

B-Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital Estatutário	Participação no final do exercício			Obs.
Denominação	N.I.P.C				em N	Forma de realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
GAMP_ Grande Área Metropolitana Porto	502823305	Pessoa Coletiva de Direito Publico	75123	4 705 959,05 €		90 519,00 €		Comparticipação
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	94110	- €		5 854,00 €		Quota Anual
AMTSM - Associação Municípios Terras de Santa Maria	501651888	Associação Direito Público	84123	5 273 729,95 €		97 422,88 €		Transferência Corrente
ADRITEM	508225736	Associação de direito privado sem fins lucrativos	94995	97 852,95 €		25 000,00 €		Quota Anual
Retecork	G 17994765	Associação Direito Público		- 15 909,78 €		2 000,00 €		Quota Anual
Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	506536130	Associação de direito privado sem fins lucrativos	92311	13 950,00 €		52 500,00 €		Produção Espetáculo
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	Pessoa Coletiva de Direito Publico	84123	1 118 802,37 €		1 500,00 €		Quota Anual
Fundação "Terras Santa Maria"	502556773	Sociedade Anónima	85420	50 000,00 €		- €		
FAM - Fundo Apoio Municipal	513319182	Pessoa Coletiva de Direito Publico	84114	650 000 000,00 €		- €		

2016

PLANO & ORÇAMENTO

CINETEATRO ANTÓNIO LAMOSO . PISCINAS MUNICIPAIS
PAVILHÕES MUNICIPAIS . DESPORTO ADAPTADO
ZOO DE LOUROSA . EVENTOS CULTURAIS . EUROPARQUE




feira 
cultura e desporto, e.m.


santa maria da feira
câmara municipal

Feira Viva, Cultura e Desporto, e.m.

Centro de Negocios do Cavaco
Rua António Martins Soares Leite, Apartado 160
4524-909 Santa Maria da Feira - Portugal
Tlf. +351 256 330 900 / Fax +351 256 330 908
geral@feiraviva.com

www.feiraviva.com



INTRODUÇÃO

No âmbito das competências estabelecidas pela alínea d) do Art.º 11º dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (doravante designada por Feira Viva), cumpre ao Conselho de Administração apresentar os documentos previsionais para o exercício económico de 2016, e submeter ulteriormente os mesmos à aprovação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Neste contexto, através do presente documento, apresenta-se o Orçamento e Plano de Atividades para 2016.

1 FEIRA VIVA

1.1 MISSÃO

Fundada em 24 de Novembro de 2000, a Feira Viva, tem como objetivo a administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, promoção e realização de atividades de animação, desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico.

“Administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção e realização de actividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter sócio-económico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspectivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos com a geração de momentos de felicidade.”

1.2 CATORZE ANOS DE ATIVIDADE

Fundada no ano 2000, a Feira Viva inicia a sua atividade em 2001, tendo cumprido 14 anos de atividade em 2015.

- **2001**

A Feira Viva inicia a sua atividade em março, assumindo a gestão das Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira, Fiães e Lourosa;

A Feira Viva reabre ao público o Zoo de Lourosa - Parque Ornitológico de Lourosa;

- **2002**

A Feira Viva passa a gerir o Pavilhão Municipal da Lavandeira;

A Feira Viva lança o conceito de “Período Azul” (preços diferenciados) nas Piscinas Municipais;

A Feira Viva lança o programa “Férias Vivas”;

A Feira Viva passa a gerir as Casas da Juventude de Arrifana, Souto e Lobão;

A Feira Viva inicia a dinamização das Esplanadas de Verão;

A Feira Viva passa a gerir o Cine Teatro António Lamoso;

- **2003**

A Feira Viva passa a gerir a Piscina de São João de Ver;

A Feira Viva abre ginásio na Piscina Municipal de Santa Maria da Feira;

A Feira Viva começa a colaborar na produção dos eventos culturais do município;

A Feira Viva lança o programa “Manhãs Vivas”;

No Zoo de Lourosa nascem os primeiros Casuares em cativeiro em Portugal.

- **2004**

A Feira Viva passa a produzir grande parte dos eventos culturais do município;

A Feira Viva abre ginásio na Piscina Municipal de Lourosa;

A Feira Viva torna-se a primeira empresa municipal em Portugal certificada pela ISO 9001:2000, no âmbito da gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais;

As Piscinas Municipais passam a abrir aos domingos, no período da manhã;

A Feira Viva organiza, pela primeira vez, um evento em torno da Seleção Nacional de Futebol – Euro Zone 2004 Feira;

A Feira Viva lança o “Festival Para Gente Sentada”.

- **2005**

A Feira Viva passa a gerir o Pavilhão Municipal de Arrifana;

Ao Parque Ornitológico de Lourosa é atribuído o título de licença de funcionamento;

As Piscinas Municipais introduzem o tratamento da água por raios Ultravioleta;

A Feira Viva é convidada para participar como preletora no seminário organizado pela CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, subordinado ao tema “Certificação para a Qualidade na Administração Pública – casos de sucesso”;

A Feira Viva realiza o evento “24 horas a nadar” em parceria com a SIC, onde é obtido o Guinness World Record;

- **2006**

A Feira Viva organiza o “29º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Técnicos de Natação”;



A Feira Viva é convidada para participar como preleitora no "Congresso Ibérico de Actividades Aquáticas", em Oviedo – Espanha;

A Piscina de São João de Ver passa a ter utilização durante doze meses, fruto da cobertura insuflável da mesma;

O evento "Viagem Medieval em Terra de Santa Maria" é apresentado na "Conferência Ibérica de Marketing nas Cidades", organizada pelo IPAM, ao lado de eventos como o Rock in Rio e American's Cup – Valência;

- **2007**

O Parque Ornitológico de Lourosa torna-se membro de pleno direito da EAZA - Associação Europeia de Zoológicos e Aquários;

As Piscinas Municipais passam a abrir na época de inverno, ao domingo, no período da tarde;

Na "Viagem Medieval" são colocados pódios, definindo claramente o perímetro do evento;

A Feira Viva vence prémio no 1º Concurso Nacional de Boas Práticas na Administração Pública;

É na "Viagem Medieval" concretizada uma operação sem precedentes - a Operação Pendão - no sentido de reforçar o desenvolvimento do sentimento de pertença, reforço de identidade e diferenciação do território;

A Feira Viva lança a equipa "Feira Viva Natação Adaptada";

O evento "Viagem Medieval em Terra de Santa Maria" atinge um impacto em termos de *Communication Performance* superior a 1.500.000 €;

As Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira foram alvo de análise em tese de doutoramento pela UTAD, que lhes atribui o 1º lugar no ranking de 20 piscinas em Portugal, com o tema "Gestão da Qualidade e da Excelência no Desporto";

- **2008**

A Feira Viva lança o evento "Terra dos Sonhos" com fortíssima participação local;

A "Viagem Medieval" recebe Menção Honrosa, na área de Animação, atribuída pelo Turismo de Portugal;



O Parque Ornitológico de Lourosa passa a realizar festa de aniversários para crianças;

O "Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua" realiza uma parceria com o Festival de Holsbro, na Dinamarca, com participação de uma produção local - "As Noivas" - no referido festival;

As Piscinas Municipais alargam os seus serviços à área da estética e novas salas de atividade de *studio*;

A Feira Viva lança o "Projeto Envolver" na "Viagem Medieval";

- **2009**

O Parque Ornitológico de Lourosa realiza o evento "Aniversário do Yochi", que obteve uma afluência superior a 3000 visitantes;

A Feira Viva introduz na "Viagem Medieval" o conceito de espetáculos de grande formato, 100% construídos pela organização da "Viagem Medieval";

A Piscina Municipal de Santa Maria da Feira atinge em pleno a autossustentabilidade de exploração;

A Feira Viva introduz o conceito de Casting na "Viagem Medieval" proporcionando à população uma maior participação efetiva no projeto;

- **2010**

O Parque Ornitológico de Lourosa, no âmbito das Comemoração do Ano Internacional da Biodiversidade, organiza o "IV Congresso Ibérico da Associação Ibérica de Cuidadores de Animais Selvagens";

As Piscinas Municipais, apesar do enquadramento conjuntural económico, e fruto sobretudo do conceito multisserviço, conseguem atingir um crescimento de rendimentos de 10%;

A 10ª Edição do "Imaginarius" contou com a maior participação de entidades locais de sempre;

A "Feira Viva Natação Adaptada", vê uma das suas atletas, de 15 anos, sagrar-se recordista do Mundo;

A "Viagem Medieval em Terra de Santa Maria" recebe prémio de "Melhor Evento Cultural 2009" na Gala dos Eventos.

- **2011**

É introduzido, na “Viagem Medieval em Terra de Santa Maria”, o conceito de entradas pagas, através de bilhete único (pulseira), que tanto permitia a entrada diária como para a totalidade dos dias do evento. Foram vendidas, 228 299 pulseiras ao preço unitário de 2€.

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 28 de fevereiro de 2011, delibera aprovar um VOTO DE LOUVOR a todos os atletas da equipa “Feira Viva Natação Adaptada”, professores e respetivas famílias, e dele dar conhecimento à Feira Viva Natação Adaptada e todos os atletas, reconhecendo todo o seu mérito e dedicação.

A Piscina Municipal da Feira abre 2 novos espaços para prática desportiva, uma sala específica para a prática de *Cycling* e uma nova sala de *Studio*, para aulas de grupo.

O Parque Ornitológico de Lourosa lança as atividades “Hora de alimentação dos Flamingos” e “Pelicanos & Companhia”, nas quais se dão a conhecer os aspetos mais curiosos destas espécies que encantam os visitantes. Estas sessões são destinadas ao público em geral, estão incluídas na visita e possuem carácter regular.

- **2012**

O evento “Terra dos Sonhos”, na sua 5ª edição, ultrapassa os 50.000 visitantes, pela primeira vez, mantendo-se o equilíbrio económico do projeto.

O evento “Viagem Medieval em Terra de Santa Maria”, edição de 2012, é galardoado na “Gala dos Eventos”, realizada em Lisboa, com o prémio “Melhor Evento Cultural de 2011”.

- **2013**

O evento Terra dos Sonhos, conta a sua 6ª edição e ultrapassa os 60 Mil visitantes.

O evento Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, edição de 2013, é galardoado na “Gala dos Eventos”, realizada em Lisboa, com os prémios Melhor Evento Cultural de 2012 e Melhor Animação/Performance Artística em Evento 2012.

A Piscina Municipal da Feira levou a cabo atividades de promoção com níveis de sucesso notório. O “Open Day”, em janeiro, contou com cerca de 800 novas inscrições em apenas um dia e o “Happy Hour” foi um evento desportivo que trouxe mais de 150 utilizadores a uma maratona de *Cycling outdoor*, num espetáculo desportivo aberto à comunidade.

Este ano, exatamente 3 anos depois do nascimento do 1º calau de casco cinzento em cativeiro na Europa, no Parque Ornitológico de Lourosa, foi registado mais um nascimento desta espécie. Segundo o ISIS (International Species Information System), nos últimos anos mais nenhum zoológico do mundo teve sucesso na procriação desta espécie de calau. O nascimento desta ave no Zoo de Lourosa teve

forte impacto a nível dos *media*, tendo inclusive sido mote de reportagem por parte da estação televisiva SIC.

- **2014**

O Evento "Terra dos Sonhos" mudou de designação, passando a denominar-se "Perlim - Uma Quinta de Sonhos", tendo ultrapassado os 80.000 visitantes.

O Zoo de Lourosa dinamiza ações do projeto "Há Vida no Uíma", o qual contemplava inúmeras iniciativas destinadas à população em geral e que tinham como objetivos, entre outros, divulgar a biodiversidade do Rio Uíma, promover a ligação afetiva deste espaço com a comunidade e levar a que esta adote um papel ativo na defesa do ambiente e na redução dos impactos negativos que algumas ações do Homem têm neste tipo de ecossistemas.

1.3 VALORES E CAPITAL HUMANO

Dando seguimento às estratégias encetadas nos exercícios anteriores, com os pressupostos dos valores definidos, assumem-se as diretrizes para o cumprimento da orientação dos Recursos Humanos, vinculando-os aos projetos como interfaces de excelência, com vista a que se atinjam os mais elevados patamares de diferenciação e excelência na produção e organização dos mesmos.

Com a constante preocupação na adaptabilidade dos RH às novas realidades e projetos assumidos pela Feira Viva, a empresa continua a apostar no investimento em formação individual e coletiva, otimizando os desempenhos das equipas em cada área de atuação da organização como um todo. De resto, tendo os pressupostos da dotação de valor-acrescentado às pessoas, assume-se a organização como uma unidade competente e apta a fazer face aos desafios impostos pelo acréscimo de novos e diferentes projetos para o ano 2016.

Assim, a empresa apresenta-se, de modo casuístico, como um elemento preponderante e determinante no estado motivacional dos seus Recursos Humanos, orientando-os para o cumprimento de objetivos setorializados que resultam num todo pleno de maturidade, resultando numa positiva avaliação de desempenhos.

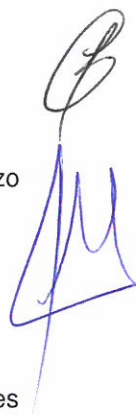
É intenção da Feira Viva dar continuidade ao desenvolvimento em cada colaborador da empresa, do espírito de missão associado ao serviço público e à causa que motiva a Feira Viva - Santa Maria da Feira.

1.4 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO



A Feira Viva tem como princípios de gestão:

- » A promoção do desenvolvimento local e a prestação de serviços de qualidade aos munícipes;
- » A obtenção, sempre que possível, de preços que permitam o equilíbrio de exploração a médio prazo (Princípio do utilizador-pagador);
- » A obtenção de índices de produtividade compatíveis com os padrões internacionais;
- » O enriquecimento do património cultural do concelho através da divulgação de novas criações e produções artísticas de carácter nacional e internacional, bem como, por via da participação em rede de produção e programação cultural a nível nacional;
- » A potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA;
- » Contribuir continuamente para o desenvolvimento do território – SANTA MARIA DA FEIRA – pela qualidade dos serviços prestados nos equipamentos e diferenciação das atividades culturais proporcionando o contributo para:
 - Captar residentes
 - Captar visitantes



As suas linhas de ação centram-se, essencialmente na:

- Maximização da qualidade;
- Motivação e formação contínua de todos os colaboradores;
- Forte aposta no Marketing e na Comunicação;
- Rigor orçamental;
- Constante procura de novas soluções.

1.5 PERSPECTIVA ECONÓMICA

Os principais factos económicos que estão na base da proposta do Orçamento para 2016 da Feira Viva são as seguintes:

1. Prevê-se um total de receitas no presente orçamento de 5.123.697,00€, das quais 67% correspondem a receitas próprias e 33% a subsídio á exploração.
2. Os equipamentos e atividades em que se prevê que o peso contributivo do subsídio à exploração direto seja inferior a 50% dos custos totais dos mesmos são:
 - Piscina Municipal da Feira

- Piscina Municipal de Fiães
- Piscina Municipal de Lourosa
- Viagem Medieval em Terra de Santa Maria
- Perlím - Uma Quinta de Sonhos
- Eventos Europarque

3. Os equipamentos e atividades que se prevê que o peso contributivo do subsídio à exploração direto seja superior a 50% dos custos totais dos mesmos são:

- Piscina de São João de Vêr
- Feira Viva – Natação Adaptada
- Pavilhão da Lavandeira
- Pavilhão de Arrifana
- Zoo de Lourosa
- Cine Teatro António Lamoso / Programação de Sala
- Semana Santa

4. Ao nível de custos com pessoal, não estão previstas alterações estruturais, estando as remunerações sujeitas a eventuais alterações impostas pelas disposições legais obrigatórias;

5. Ao nível do investimento, só existe previsão relativamente à conservação e reparação corrente dos equipamentos existentes;

2 EQUIPAMENTOS E ACTIVIDADES 2016

A Feira Viva, em 2016, encabeçará a gestão dos seguintes equipamentos e atividades:

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

- Piscina Municipal da Feira
- Piscina Municipal de Lourosa
- Piscina Municipal de Fiães
- Piscina de São João de Vêr
- Pavilhão Municipal da Lavandeira
- Pavilhão Municipal de Arrifana

PROJETOS DESPORTIVOS

- Feira Viva Natação Adaptada - Competição

PARQUE TEMÁTICO

- Zoo de Lourosa - Parque Ornitológico

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

- Cine Teatro António Lamoso / Programação de Sala

EVENTOS CULTURAIS

- Apoio na produção e operacionalização do programa da Festa das Fogaceiras
- Semana Santa
- Apoio na produção e operacionalização do Imaginarius
- Viagem Medieval em Terra de Santa Maria
- Perlim – Uma Quinta de Sonhos

EVENTOS EUROPARQUE

- Dinamização e operacionalização de eventos Empresariais, Desportivos, Culturais, Científicos, Religiosos, Formativos, outros, no Centro de Congressos do Europarque.

3 PISCINAS MUNICIPAIS

Enquadramento 2016

Para o ano de 2016, apesar dos esforços levados a cabo, perspetivando a captação de novos clientes e manutenção dos atuais, não se prevê o aumento dos preços praticados, realidade que decorre da perspetiva global face à diminuição dos rendimentos disponíveis por parte das famílias e perante o cenário e condições económicas, de um modo geral.

Objetivos

- » Prossecução da política de melhoria contínua do serviço, visando a autonomia económica de exploração;
- » Reforço do conceito de piscinas como Pólo multisserviços na área do desporto e lazer;
- » Procura permanente de novas soluções dinamizadoras através da aposta em novos produtos;

Investimentos

A política de investimentos da empresa visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações e otimização das mesmas.

Adicionalmente pretende-se articular a possibilidade de realização de investimentos estruturantes pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que possibilitem a oferta de novas modalidades potenciadores de maior rentabilidade dos equipamentos, designadamente nas Piscinas de Lourosa e Fiães.

4 PAVILHÕES MUNICIPAIS

Enquadramento 2016

Prevê-se a aplicação da discriminação positiva a entidades de mérito desportivo concelhias, definidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através de um desconto no tarifário aprovado que pode atingir os 90%.

Objetivos

Maximização da utilização dos espaços pelas entidades concelhias que promovam atividades desportivas, zelando pela conveniente utilização e manutenção das instalações, bem como pela permanente contenção de custos, designadamente, com a crescente responsabilização dos utilizadores.

Investimentos

A política de investimentos da empresa visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

5 PISCINA DE SÃO JOÃO DE VER

Enquadramento 2016

Prevê-se a aplicação da discriminação positiva a entidades de mérito desportivo concelhias, definidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através de um desconto no tarifário aprovado que pode atingir os 90%.

Objetivos

» Ocupação prioritária da Piscina de São João de Ver pelo projeto Feira Viva - Natação Adaptada e pelas entidades apoiadas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no âmbito da sua política para o desporto, com a introdução gradual do conceito de utilizador-pagador.

Investimentos

A política de investimentos, da empresa, visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

6 FEIRA VIVA – NATAÇÃO ADAPTADA

Enquadramento 2016

No seguimento dos resultados obtidos ao longo de 2015, pretende-se dar continuidade à política de melhoria de resultados dos nadadores, com destaque particular para os 6 atletas que se encontram no nível 5 – Alta Competição, dos quais dois atletas foram convocados pela Federação Portuguesa de Natação para o Campeonato do Mundo em Glasgow, em julho de 2015, um para as Paraolimpíadas Europeias da Juventude na Croácia, em julho de 2015 e dois para Open European Swimming Championship 2015, organizado pela DSISO, que se realiza em Loano, Itália de 7 a 12 de novembro.

Conscientes que a nova época desportiva terá objetivos competitivos de altíssimo nível, nomeadamente a potencial presença nos Jogos Paraolímpicos Rio de Janeiro 2016, pretende-se proporcionar aos atletas com melhor desempenho a participação em competições internacionais no seguimento do próximo ano.

7 ZOO DE LOUROSA

Enquadramento 2016

Para o ano de 2016, apesar dos esforços de conquista de novos clientes, não se prevê um aumento das receitas próprias, decorrente da situação da redução de rendimentos disponíveis das famílias e das condições económicas e sociais.

Objetivos

- » Reforço da identidade do Parque Ornitológico de Lourosa como local de grande valor nacional e internacional, ao nível de conservação das espécies e da biodiversidade e da educação ambiental, apostando na chancela de “Único Parque Ornitológico do País”;
- » Reforço da dinamização de atividades geradoras de receitas, de alguns dias temáticos, e realização de eventos integrados no plano anual de atividades.
- » Reforço da relação do POL com órgãos de comunicação nacionais, nomeadamente com um objetivo de acréscimo de reportagens de TV nos canais generalistas SIC e TVI

Investimentos

A política de investimentos, da empresa, visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

Adicionalmente pretende-se articular a possibilidade de realização de investimentos estruturantes pela Camara Municipal de Santa Maria da Feira, que possibilitem, designadamente a melhoria dos acessos ao Zoo de Lourosa.

8 CINETEATRO ANTÓNIO LAMOSO

Enquadramento 2016

O Cineteatro António Lamoso é um equipamento cultural municipal, polo 2 do CCTAR/Caixa das Artes, sobe a gestão da Feira-Viva Cultura e Desporto E.M. Constitui-se um polo de promoção e difusão da criação artística contemporânea através da apresentação regular de produções, coproduções ou do acolhimento de projetos artísticos. Propõe-se a integrar na sua programação anual propostas artísticas de variadas linguagens e estéticas, integrando os *stakeholders* locais (artistas ou associações) compaginando na programação agentes culturais e criativos autóctones com artistas e agentes culturais nacionais e internacionais. Pretende manter uma ação permanente na construção de hábitos de consumo de bens culturais assim como na captação e fidelização de públicos. Prossegue a sua missão com base em valores de identidade e território, interdisciplinaridade, complementaridade, aprendizagem e inovação. Enquanto polo do projeto CCTAR/Caixa das Artes constitui-se, simultaneamente, um espaço e um agente de construção de um novo ecossistema cultural para o desenvolvimento integrado de Santa Maria da Feira, quer a nível cultural, educativo e social, quer a nível turístico e económico.

Objetivos

- » Apresentar na programação anual 8 espetáculos de produção local concelhia, com recurso a artistas, grupos informais ou associações locais;
- » Apresentar na programação anual 4 estreias nacionais;
- » Promover 2 criações em residência;
- » Promover 2 propostas de Mediação/Interpretação e de Qualificação/Educação derivadas da programação / criação de atividades à volta do programa criativo e cultural.

9 EVENTOS CULTURAIS

Os eventos em geral, e os eventos culturais em particular, têm vindo a assumir-se como geradores de oportunidades de crescimento e desenvolvimento dos territórios, bem como alavancadores do posicionamento de imagem positiva e forte dos mesmos.

Objetivos

- » Prosseguir a política de inovação e qualificação nos eventos culturais.
- » Reforço da capacidade de criação de conteúdos;
- » Continuação da aposta nos grupos/associações concelhias como elementos preponderantes na realização dos eventos;
- » Continuação da aposta do envolvimento da população e da comunidade local nos diferentes eventos.
- » Procura de realização de atividades e eventos pontuais que reforcem o posicionamento do território como líder nacional, e com reconhecimento internacional, no âmbito da temática Medieval.

10 EVENTOS EUROPARQUE

Enquadramento 2016

Os Eventos Europarque surgem como uma nova perspetiva altamente catalizadora da potencialidade de receber atividades pluridisciplinares no território. Dada a dimensão da infraestrutura e todo o seu potencial multifuncional, associado à aposta numa nova imagem e numa dinâmica de comunicação moderna de proximidade com o cliente/utilizador, os Eventos Europarque assumir-se-ão como uma alavanca de presença de Santa Maria da Feira como *player* Nacional e Internacional em eventos *indoor* em modelo de Centro de Congressos.

Objetivos

- » Maximização da utilização da capacidade instalada;
- » Diversidade de utilizações: Empresarial, Desportiva, Cultural, Científica, Religiosa, Formativa, outras;
- » Transformação do espaço e devolução do mesmo ao território como um local plural e preferencial de lazer.
- » Reforço da afirmação de Santa Maria da Feira como *player* Nacional e Internacional na área dos eventos em modelo de Centro de Congressos, maximizando os efeitos diretos e indiretos para a economia da região e do país.

Anexos

Anexo I – Demonstração de Resultados Previsional por Atividade

Anexo II – Demonstração de Resultados Previsional por Evento

Anexo III – Demonstração de Resultados Previsional

Anexo IV – Balanço Previsional

Anexo V – Mapa de Tesouraria Previsional

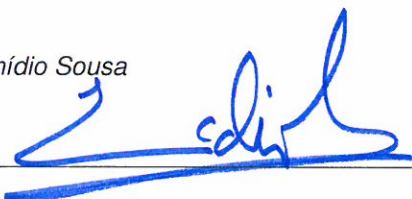
Anexo VI – Mapa Plurianual de Atividades

Anexo VII - Principais Atividades para 2016

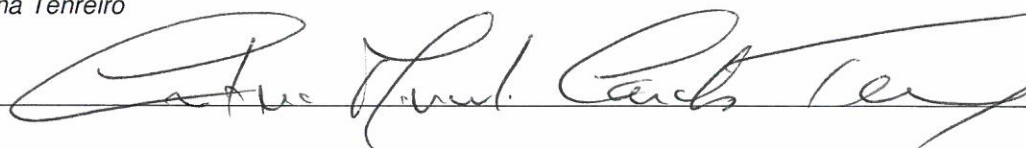
Santa Maria da Feira, 28 de setembro de 2015

O Conselho de Administração

Emídio Sousa



Cristina Tenreiro



Gil Ferreira





ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL POR ATIVIDADE 2016

RENDIMENTOS	SERV. TRANSVERSAIS	NATAÇÃO ADAPTADA	FEIRA		PISCINAS		S. J. VER	PAVILÕES		P. ONT. LOUROSA	ANIMAÇÃO	ORÇEATRO* PROGRAMACAO DE SALA	TOTAL
			FIRES	LOUROSA	LAVANDEIRA	ARRIFANA							
71 VENDAS			3 000	1 500	1 300	1 500				12 000	24 000		43 300
72 PRESTACAO SERVICIOS		13 000	750 000	315 000	250 000	9 500	9 500	7 000	2 200	50 000	1 836 000	80 000	3 320 700
BILHETARIAS ACTIVIDADES		8 500	750 000	315 000	250 000	9 000				43 000	1 100 000	65 000	2 541 000
OUTROS										15 000	200 000	7 000	222 000
SPONSORIZACAO		4 500									129 000		133 500
ALUGUERES ESPACIOS								7000	2200		407 000	8 000	424 200
75 SUBSIDIOS	560 227	17 000		115 700	169 450	96 250	96 250	49 750	33 350	219 920	336 000	114 250	1 711 897
Equipamentos e Eventos	434 140	17 000		115 700	169 450	96 250	96 250	49 750	33 350	219 920	336 000	114 250	1 585 810
Amortização Financieira	126 087												126 087
78 O. RENDIMENTOS E GANHOS	6 000	500	5 000	15 000	2 000	1 000	1 000	4 000	600	5 000	5 000	3 700	47 800
79 JURDS. DIVIDENDOS E O. REND.													
TOTAL DE RENDIMENTOS	566 227	30 500	750 000	447 200	422 750	108 250	108 250	60 750	36 150	294 920	2 201 000	197 950	5 123 697
GASTOS													
61 CMVMC			1 300	800	800	1 100				6 000	12 000		22 000
62 FORN. E SERV. EXTERNOS	68 500	27 800	463 840	257 400	245 950	78 150	78 150	22 050	18 150	73 570	1 930 850	126 050	3 314 310
621 SUBCONTRATOS										1 500	1 810 410	65 000	1 876 910
6221 TRAB. ESPECIALIZADOS	15 000	50	10 000	4 500	5 000	3 000	3 000	150	250	5 000	2 500	3 800	49 250
6222 PUBLICIDADE E PROPAG.	150		1 500	1 500	1 000					3 000	180	10 000	17 340
6223 SEGURANCA E VIGILANCIA	200		350	500	350					2 500	100		4 000
6224 HONORARIOS	5 000	20 000	210 000	95 000	95 000	2 000	2 000	1 500		3 500	22 000	27 500	481 500
6225 COMISSOES												1 000	1 000
6226 CONS. E REPARACAO	3 000		24 000	12 500	12 000	4 000	4 000	3 500	3 000	6 500	4 500	200	73 200
6228 OUTROS	450	3 000	50	150	100					25 000	400		29 150
6231 FERRAM. E UTENSILIOS	1 500	50	11 500	3 900	5 000	1 600	1 600	800	1 100	3 000	1 100	2 500	32 650
6232 LIVROS EDOC. TECNICA	50		40		50					100	100		340
6233 MAT. ESCRITORIO	3 500	50	2 200	1 000	1 200			200		1 200	750	600	10 700
6234 ARTIGOS P/A OFERTA	150	80	1 500	150	100					120	2 200	100	2 200
6241 ELETRICIDADE	2 800		60 000	32 500	34 000	17 000	17 000	8 000	7 500	8 500	2 800	8 000	181 100
6242 COMBUSTIVEIS	2 200		102 000	57 000	52 000	44 000	44 000	2 900	2 100	1 250	2 400		268 650
6243 AGUA	500		25 000	36 000	28 000	4 000	4 000	3 200	2 800	1 200	500	2 500	103 700
6251 DESLOCAÇÕES E ESTAD.	200	1 320	200	150	100					2 500	500	300	5 270
6253 TRANSP. MERCADORIAS													
6261 RENDAS E ALUGUERES	24 500	500	1 500	6 000	4 000	1 200	1 200			1 500	75 000	1 500	119 700
6262 COMUNICACAO	7 500	250	4 500	3 500	4 200	250	250	500	500	2 300	5 000	900	29 400
6263 SEGUROS	500		3 000	1 000	1 300	500	500	300	150	1 000	2 000	200	9 950
6264 ROYALTIES			1 500							100		3 000	4 600
6265 CONTENC. E NOTARIADO	500												500
6266 DESPESAS DE REPRESENT.	100	2 500	5 000	2 000	50					100	400		3 200
6267 LIMP. HIG. E CONFORTO	700		5 000	2 000	2 500	600	600	1 000	750	3 700	200	750	17 200
6268 OUTROS												200	200
63 GASTOS COM PESSOAL	360 000		270 000	160 000	150 000	16 000	16 000	29 200	16 200	195 000	249 000	62 000	1 515 600
64 GASTOS DEP. E AMORTIZACAO	6 000	500	5 000	15 000	2 000	1 000	1 000	4 000	600	5 000	5 000	3 700	47 800
66 OUTROS GASTOS E PERDAS	136 087	2 200	5 000	12 000	14 000	12 000	12 000	5 500	1 200	15 000	4 000	4 200	211 187
69 GASTOS E PERDAS DE FINANC.	4 000		4 500	2 000	2 000					350	150		13 000
TOTAL DE GASTOS	574 587	30 500	749 640	447 200	422 750	108 250	108 250	60 750	36 150	294 920	2 201 000	197 950	5 123 697
RESULTADO	-4 360	0	8 360	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Subsidio Exploracao / Gastos Totais	88%	56%	0%	26%	40%	89%	82%	92%	75%	15%	59%	33%
-------------------------------------	-----	-----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL POR EVENTO 2016

Rendimentos Gastos	SEMANA	VIAGEM	PERLIM	EVENTOS	TOTAL
	SANTA	MEDIEVAL		EUROPARQUE	
RENDIMENTOS					
71 VENDAS		21 000	3 000		24 000
72 PRESTAÇÃO SERVIÇOS	-	884 000	352 000	600 000	1 836 000
BILHETEIRAS ACTIVIDADES		770 000	330 000		1 100 000
OUTROS				200 000	200 000
SPONSORIZAÇÃO		114 000	15 000		129 000
ALUGUERES ESPAÇOS			7 000	400 000	407 000
OUTROS					-
75 SUBSIDIOS	17 000			-	17 000
78 O. RENDIMENTOS E GANHOS	-				-
IMPUTAÇÃO SUB. INVESTIMENTO					-
O. RENDIMENTOS E GASTOS					-
79 JUROS, DIVIDENDOS E O. REND.					-
TOTAL DE RENDIMENTOS	17 000	905 000	355 000	600 000	1 877 000
GASTOS					
61 CMVMC		12 000			12 000
62 FORN. E SERV. EXTERNOS	14 560	892 850	355 000	548 000	1 262 410
621 SUBCONTRATOS	600	380 000	120 000	300 000	800 600
6221 TRAB. ESPECIALIZADOS	100	130 000	35 000	20 000	185 100
6222 PUBLICIDADE E PROPAG.	1 250	60 000	21 000		82 250
6223 SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	300	70 000	15 000	20 000	105 300
6224 HONORÁRIOS		14 000	19 600	20 000	53 600
6225 COMISSÕES		600	1 000		1 600
6226 CONS. E REPARAÇÃO		18 000	1 500	76 000	95 500
6231 FERRAM. E UTENSILIOS	700	75 000	24 000	20 000	119 700
6232 LIVROS E DOC. TECNICA		6 500			6 500
6233 MAT. ESCRITÓRIO	100	1 000	500		1 600
6234 ARTIGOS P/A OFERTA		3 000	3 000		6 000
6241 ELECTRICIDADE	100	5 000	9 000		14 100
6242 COMBUSTIVEIS	100	500	1 500	32 400	34 500
6243 ÁGUA		7 500	2 500		10 000
6251 DESLOCAÇÕES E ESTAD.	200	11 000	3 000		14 200
6253 TRANSP. MERCADORIAS					-
6261 RENDAS E ALUGUERES	10 600	60 000	85 000		155 600
6262 COMUNICAÇÃO	60	1 500	500	12 000	14 060
6263 SEGUROS	100	3 000	400		3 500
6264 ROYALTIES		4 000	1 000		5 000
6265 CONTENC. E NOTARIADO					-
6266 DESPESAS DE REPRESENT.	250	25 000	7 000		32 250
6267 LIMP. HIG. E CONFORTO	100	15 000	4 200	18 000	37 300
6228 OUTROS		2 250	300	29 600	32 150
63 GASTOS COM PESSOAL	-	-	-	52 000	52 000
REMUNERAÇÕES E ENCARGOS					-
FORMAÇÃO					-
ACTIVIDADES E OUTROS					-
64 GASTOS DEP.E AMORTIZAÇÃO	-	-	-		-
AMORTIZAÇÕES BENS 2010					-
68 OUTROS GASTOS E PERDAS	2 440				2 440
IVA NÃO DEDUTIVEL	2 440				2 440
69 GASTOS E PERDAS DE FINANC.		150			150
TOTAL DE GASTOS	17 000	905 000	355 000	600 000	1 877 000
RESULTADO	0	0	0	0	0
Subsidio Exploração / Gastos Totais	100%	0%	0%	0%	1%

anexo II

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL PREVISIONAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	2016
Vendas e Serviços Prestados	3 364 000
Subsídios à Exploração	1 711 897
Custo das Mercadorias Vendidas	22 000
Fornecimentos e Serviços Externos	3 314 310
Gastos com Pessoal	1 515 400
O. Rendimentos e Ganhos	47 800
O. Gastos e Perdas	211 187
RESULTADO ANTES DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	60 800
Gastos de Depreciação e Amortização	47 800
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES GASTOS FINANCIAMENTOS E IMPOSTOS)	13 000
Gastos e Perdas de Financiamento	13 000
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-


 anexo III

**BALANÇO INDIVIDUAL PREVISIONAL
EM 31 DEZEMBRO 2016**

RUBRICAS	2016
ATIVO NÃO CORRENTE	
Ativos Fixos Tangíveis	2 221 868
Ativos Fixos Intangíveis	2 248
Ativos Biológicos	63 953
Ativos por Impostos Diferidos	61 128
SUBTOTAL	2 349 196
ATIVO CORRENTE	
Inventários	32 091
Clientes	43 438
Estado e O. Entes Públicos	9 550
O. Contas a Receber	172 182
Diferimentos	91 143
Caixa e Depósitos Bancários	47 138
SUBTOTAL	395 542
TOTAL DO ATIVO	2 744 738
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	
Capital Realizado	564 488
O. Instrumentos de Capital próprio	215 442
Reserva Legal	19 769
Resultados Transitados	52 324
O. Variações de Capital Próprio	195 438
SUBTOTAL	1 047 462
Resultado Líquido do Exercício	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1 047 462
PASSIVO NÃO CORRENTE	
Provisões	1 266
Fornecedores	
O. Contas a Pagar	29 230
Passivo por Impostos Diferidos	15 986
SUBTOTAL	46 483
PASSIVO CORRENTE	
Fornecedores	854 704
Estado e O. Entes Públicos	85 471
O. Contas a Pagar	697 635
Diferimentos	12 985
SUBTOTAL	1 650 794
TOTAL DO PASSIVO	1 697 277
TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO	2 744 738

MAPA DE TESOURARIA PREVISIONAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	2016
SALDO INICIAL	25 288
RECEBIMENTOS	
DE AUMENTO CAPITAL PRÓPRIO	-
DE VENDAS	53 259
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3 896 771
DE SUBSIDIOS EXPLORAÇÃO	1 711 897
DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	
DE JUROS DIVIDENDOS E O. REND.	-
DE REEMBOLSO DE IVA	74 510
TOTAL DE RECEBIMENTOS + S.I.	5 761 725
PAGAMENTOS	
FORNECEDORES	3 975 000
GASTOS COM PESSOAL	1 515 400
OUTROS GASTOS E PERDAS	211 187
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	13 000
TOTAL DE PAGAMENTOS	5 714 587
RECEBIMENTOS - PAGAMENTOS	
DISPONIBILIDADES	47 138




Anexo V



PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES 2016/2017
LINHAS ESTRATÉGICAS

AREAS	2016	2017
PISCINAS MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> » Análise da Alteração de Tarifário » Política contínua de melhoria de serviço visando a autonomia económica de exploração » Criação de pelo menos um novo serviço » Investimento em eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> » Análise da Alteração de Tarifário » Política contínua de melhoria de serviço visando a autonomia económica de exploração » Criação de pelo menos um novo serviço » Investimento em eficiência energética
PAVILHÕES E PISCINA S. J. DE VER	<ul style="list-style-type: none"> » Manutenção do conceito de utilizador pagador » Maximização da utilização dos espaços » Concessão de exploração de espaços 	<ul style="list-style-type: none"> » Manutenção do conceito de utilizador pagador » Maximização da utilização dos espaços » Concessão de exploração de espaços
PARQUE ORNITOLÓGICO LOUROSA	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento afluência através de novos serviços » Abranger novos públicos através criação de novos serviços » Redução do défice de exploração do Zoo 	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento afluência através de novos serviços » Abranger novos públicos através criação de novos serviços » Redução do défice de exploração do Zoo
CINE-TEATRO	<ul style="list-style-type: none"> » Implementação de uma nova dinamica de ocupação do mesmo com qualidade artística e grandeza de Receitas » Maximização da Utilização dos espaços 	<ul style="list-style-type: none"> » Implementação de uma nova dinamica de ocupação do mesmo com qualidade artística e grandeza de Receitas » Maximização da Utilização dos espaços
NATAÇÃO ADAPTADA	Participação de atletas em provas internacionais e melhoria de resultados com crescente contribuição dos participantes e patrocinadores	Participação de atletas em provas internacionais e melhoria de resultados com crescente contribuição dos participantes e patrocinadores
SEMANA SANTA	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Diferenciação num evento religioso » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Aumento do envolvimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Diferenciação num evento religioso » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Aumento do envolvimento da população
VIAGEM MEDIEVAL	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Evolução para um conceito cinematográfico da recriação histórica » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Autosustentabilidade económica total do projecto » Aumento do envolvimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Evolução para um conceito cinematográfico da recriação histórica » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Autosustentabilidade económica total do projecto » Aumento do envolvimento da população
PERLIM - UMA QUINTA DE SONHOS	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Autosustentabilidade económica total do projeto » Aumento do envolvimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Autosustentabilidade económica total do projeto » Aumento do envolvimento da população
EVENTOS EUROPARQUE	<ul style="list-style-type: none"> » Maximização da utilização da capacidade instalada, com diversidade de utilização, empresarial, desportiva, cultural, religiosa e formativa, na vertente "indoor" e "outdoor"; » Procura de parceiros para ocupação regular (permanente) de espaços que não castrem a capacidade multifuncional do equipamento; » Procura da autosustentabilidade económica total do projeto » Procura de potenciar os efeitos diretos e indiretos dos eventos realizados na economia local 	<ul style="list-style-type: none"> » Maximização da utilização da capacidade instalada, com diversidade de utilização, empresarial, desportiva, cultural, religiosa e formativa, na vertente "indoor" e "outdoor"; » Procura de parceiros para ocupação regular (permanente) de espaços que não castrem a capacidade multifuncional do equipamento; » Procura da autosustentabilidade económica total do projeto » Procura de potenciar os efeitos diretos e indiretos dos eventos realizados na economia local

Anexo VII - Principais Actividades para 2016

Actividade	Data
Cultura	
Programação de Sala	Janeiro a Dezembro
Festa das Fogaceiras (Apoio)	Janeiro
Semana Santa	Abril
Imaginarius (Apoio)	Maio
Viagem Medieval em Terra de Santa Maria	Julho/Agosto
Perlim - Uma Quinta de Sonhos - Parque Temático de Natal	Dezembro
Parque Ornitológico - Educação Ambiental	
Dia dos Namorados	Fevereiro
Carnaval	Fevereiro
Dia do Pai	Março
Jardim do Visitante	Março
Dia da Cidade	Abril
Dia da Mãe	Maio
Dreamnight at the Zoo	Junho
Dia da Criança	Junho
Gelados para as aves	Julho
Dia Mundial dos Avós	Julho
Dia Emigrante - Visita sensações	Agosto
Dia internacional do abutre	Setembro
Dia mundial do turismo	Setembro
Halloween	Outubro
Magusto	Novembro
Atelier de Natal	Dezembro
Hora alimentação dos flamingos	Janeiro a Dezembro
Pelicanos & Companhia	Janeiro a Dezembro
Piscinas Municipais	
CNA 16 - Competição Natação Adaptada 16	Janeiro
Open Day	Fevereiro
Mural de fotos	Fevereiro
Carnaval	Fevereiro
Dia da saúde	Abril
Festival de dança	Abril
Festival para todos	Maio
Torneio inter-piscinas	Maio
Jogos sem fronteiras	Junho
Happy Hour	Julho
Halloween	Outubro
Dia do pijama	Novembro
Zumba Christmas - Hidro Natal	Dezembro
Eventos Europarque	
Dinamização da Ocupação do Europarque - Centro de Congressos	Janeiro a Dezembro

1



Contratos Plurianuais		Entidade	Ref. Procedimento	Início do Contrato	Termo do contrato	Polo	Valor adjudicado	2015	2016	2017
Renda Armazém		Empoconcreto		01-07-2013	renovável	sede	5.400,00	5.400,00	5.400,00	X
Serviço para controlo analítico das águas dos tanques das piscinas e águas para consumo humano		Empoconcreto		01-11-2006	renovável	sede	75.866,40	37.933,20	37.933,20	X
Serviços de aluguer de equipamentos multimídias de impressora, digitalização e fax		Inst. Superior Enj.º do Porto	PIS 117 AD	17-07-2013	16-07-2016	Piscinas	21.517,00	6.940,96	4.048,91	X
Serviço de acesso à Internet com VPN		Edicopia Sociedade de Equipamentos de Escritório Lda.	SC 087 AD	16-01-2014	31-12-2016	Vários Polos	14.752,80	4.917,60	4.917,60	X
Contratação de serviços de transporte de crianças para as piscinas municipais de Santa Maria da Feira, Lourosa e Ílhavo.		MEO-S.Comunicações Multimédia, S.A.	SC 073 AD	23-04-2015	23-04-2017	Vários Polos	24.762,80	8.254,27	4.917,60	4.127,13
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		PT - Comunicações	SC 080 AD	01-07-2013	31/06/2016	Vários Polos	36.315,36	12.105,12	6.052,56	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Viagens Lobão II, S.A.	PIS 181 AD	01-10-2013	31-08-2016	Piscinas	22.005,00	7.335,00	4.890,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Ana Sofia	PIS 287 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	10.090,00	3.363,00	6.726,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Andre Bastos	PIS 288 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	6.631,67	3.631,67	7.263,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Antonio Sarrico	PIS 341 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	5.887,50	1.962,50	3.925,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Bruno Gil	PIS 357 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	16.062,50	5.354,17	10.708,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Bruno Santos	PIS 356 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	15.476,50	5.158,83	10.317,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Carla Cardoso	PIS 331 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	12.909,50	4.303,17	8.606,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Carlos Saraiwa	PIS 355 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	13.545,00	4.155,00	9.030,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Carmen Lima	PIS 360 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	11.455,00	3.819,67	7.635,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Cherry Oliveira	PIS 338 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	10.731,00	3.577,00	7.154,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Claudia Ferreira	PIS 301 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	6.795,00	2.265,00	4.530,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Diana Figueiredo	PIS 289 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	15.922,00	5.307,33	10.614,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Eva Camde	PIS 333 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	11.945,00	3.991,67	7.953,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Gloria Reis	PIS 350 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	10.194,00	3.398,00	6.796,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Idalina Ferreira	PIS 302 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	9.945,00	3.315,00	6.630,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		João Simões	PIS 359 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	17.205,00	5.735,00	11.470,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Luís Coelho	PIS 322 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	10.205,00	3.401,67	6.803,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Magda Marques	PIS 293 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	12.962,50	4.320,83	8.641,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Marcia Silva	PIS 351 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	15.156,25	5.052,08	10.104,17	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Mario Matos	PIS 340 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	4.145,00	1.381,67	2.763,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Nuno Lopes	PIS 352 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	8.630,00	2.876,67	5.753,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Orianda Soares	PIS 367 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	5.830,00	2.843,33	5.666,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Paulo Beça	PIS 349 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	4.862,50	1.620,83	3.241,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Paulo Coelho	PIS 353 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	7.642,00	2.547,33	5.094,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Paulo Santos	PIS 299 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	10.172,00	3.390,67	6.781,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Pedro Ferreira	PIS 300 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	7.082,50	2.360,83	4.721,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Pedro Santos	PIS 334 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	15.207,50	5.069,17	10.138,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Pedro Jerson Santiago	PIS 304 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	9.730,00	3.243,33	6.486,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Sara Duarte	PIS 325 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	14.730,00	4.910,00	9.820,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Sara Freitas	PIS 348 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	11.545,00	3.848,33	7.696,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Sergio Correia	PIS 342 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	11.027,50	3.675,83	7.351,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Teresa Falle	PIS 326 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	7.925,00	2.641,67	5.283,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Teresa Margarida	PIS 327 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	7.625,00	2.541,67	5.083,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Valter Ferreira	PIS 328 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	7.552,50	2.517,50	5.035,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Vania Costa	PIS 329 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	10.069,00	3.356,33	6.712,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Paulo Valente	PIS 354 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	14.220,00	4.740,00	9.480,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Miguel Pinheiro	PIS 366 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	9.444,00	3.148,00	6.296,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Rui Oliveira	PIS 368 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	15.620,00	5.206,67	10.413,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Teresa Lima	PIS 363 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	18.595,00	6.198,33	12.396,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Ritmo Certo	PIS 315 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	31.016,25	10.338,75	20.677,50	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Ana Valente	PIS 361 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	5.445,00	1.815,00	3.630,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Caterina Pereira	PIS 332 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	4.469,17	1.469,17	8.938,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Inês Miranda	PIS 290 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	5.445,00	1.815,00	3.630,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Joaoim Pimenta	PIS 291 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	3.655,00	1.286,00	2.972,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Tânia Valente	PIS 364 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	4.097,50	1.365,83	2.731,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Ricardo Camacho	PIS 369 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	10.925,00	3.508,33	7.016,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Patricia Alves	PIS 310 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	15.597,50	5.195,83	10.391,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Tiago Sobral	PIS 305 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	7.370,00	2.456,67	4.913,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		André Soares	PIS 316 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	8.409,00	2.803,00	5.606,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		André Soares	PIS 317 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	3.210,00	1.070,00	2.140,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Mariana Silva	PIS 318 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	4.145,00	1.381,67	2.763,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Rui Couto	PIS 324 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	7.600,00	2.533,33	5.066,67	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Juan Rocha	PIS 336 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	14.907,50	4.769,17	8.538,33	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Marco Silva	PIS 370 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	6.345,00	2.115,00	4.230,00	X
Contratação de professores para as piscinas e ginásios municipais		Ricardo Santos	PIS 365 AD	01-09-2015	31-08-2016	Piscinas	5.550,00	1.850,00	3.700,00	X

768.677,86 272.238,98 446.865,54 4127,13



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2016, da Sociedade **FEIRA VIVA – Cultura e Desporto, E. M.**, consistindo, Plano Plurianual de Atividades, Mapa de Tesouraria Previsional, Demonstração de Resultados Previsional e Balanço Previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

S. João da Madeira, 22 de outubro de 2015

Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, S.R.O.C.

Representada por:

Ângelo Manuel de Oliveira Couto, R.O.C. N.º 590

Orçamento 2016

Equipa Direção	24 355,30 €
Equipa Artística	40 500,00 €
Equipa técnica e montagem	3 200,00 €
Espaços e Equipamentos	3 900,00 €
Produção e Montagem	2 000,00 €
Logística	16 800,00 €
Promoção e comunicação	1 750,00 €
Despesas administrativas e de gestão	2 636,00 €

Total 95 141,30 €

Bilheteira	3 200,00 €
Município de Santa Maria da Feira	57 000,00 €
DGARTES	34 941,30 €

Total 95 141,30 €

07/10/2015